



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

RAFAEL QUEIROZ ALVES

**A GEOPOLÍTICA DA *BELT AND ROAD INITIATIVE* VISTA PELA TEORIA DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
UM DEBATE ENTRE OS REALISMOS MORAL E OFENSIVO**

MARÍLIA

2023

RAFAEL QUEIROZ ALVES

**A GEOPOLÍTICA DA *BELT AND ROAD INITIATIVE* VISTA PELA TEORIA DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
UM DEBATE ENTRE OS REALISMOS MORAL E OFENSIVO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Área de concentração: Ciências Sociais

Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

MARÍLIA

2023

A474g ALVES, RAFAEL QUEIROZ
A Geopolítica da Belt and Road Initiative vista pela Teoria de
Relações Internacionais : Um debate entre os realismos moral e
ofensivo / RAFAEL QUEIROZ ALVES. -- Marília, 2023
280 p. : il., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

1. Relações internacionais. 2. Geopolítica. 3. Política Internacional.
4. Filosofia Chinesa. 5. Ciências Sociais. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Rafael Queiroz Alves

**A GEOPOLÍTICA DA *BELT AND ROAD INITIATIVE* VISTA PELA TEORIA DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
UM DEBATE ENTRE OS REALISMOS MORAL E OFENSIVO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Ciências Sociais

Linha de pesquisa: Relações Internacionais e
Desenvolvimento

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos (Orientador)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Profª. Dra. Érika Laurinda Amusquivar (Examinadora)
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires (Examinador)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Marília, dia sete de março de 2023

À minha família, aos meus amigos e aos meus
professores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, aos meus amigos e aos meus colegas por terem participado desta fase da minha vida, compartilhando experiências e dando suporte emocional. Esta dissertação foi escrita em um período difícil da história, em meio à pandemia de COVID-19 e quando a população brasileira sofria devido ao extremismo político e a uma crise econômica. Concluir o Mestrado acadêmico não teria sido possível sem a presença da minha família e dos meus amigos.

Devo mencionar alguns nomes de pessoas que foram importantes no ciclo da minha vida em que escrevi este trabalho. Primeiramente, cabe citar os nomes dos meus pais e irmãos: Nancy Queiroz, Nelson Alves, Marcelo Queiroz Alves e Renato Queiroz Alves. Especialmente, agradeço minha avó Irene Soria, que partiu no início deste período mas foi lembrada em cada dia que sentei para escrever.

Sobre meus amigos, alguns nomes dignos de nota são: Alexandre Batista, Bruna Diniz, Hermano Azevedo, Guilherme Nobrega, Júlia Midory, Júlia Mori, Júlio Bueno, Leonardo Franco, Luty Fortes, Matheus Bertin, Paloma de Oliveira, Paulo Bittencourt, Rafael Moraes, Rafael Nascimento, Raquel Spiri, Rebecca Blasotti e Vinícius Brean. Outras pessoas poderiam ser mencionadas, mas devido aos desvios naturais da vida não foram tão presentes neste ciclo.

Expresso aqui também o meu mais profundo respeito ao povo chinês e agradeço a todos os que passaram pela minha vida na difícil trajetória da sinologia. Se não fosse pelo Instituto Confúcio na Unesp dificilmente as portas para este caminho teriam sido abertas. Sendo assim, também agradeço pelos maiores articuladores que possibilitam a estadia do instituto no Brasil: Prof. Marcos Cordeiro e Prof. Luis Paulino.

Por fim, registro aqui minha gratidão por toda a dedicação e o companheirismo de meu orientador, Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos, que não só executou um excelente trabalho acadêmico, mas também cumpriu a função de um grande amigo capaz de me dar força para manter a serenidade e a estabilidade necessárias para o exercício de pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

《望岳》

岱宗夫如何

齐鲁青未了

造化钟神秀

阴阳割昏晓

荡胸生层云

决眦入归鸟

会当凌绝顶

一览众山小

杜甫

Contemplando Yue

E eis o Grande Tai – como dizê-lo

Além de Lu e Qi tudo é verdura

Aqui divino e belo se concentram

Se lado sul ou norte claro-escuro

O peito estende às nuvens que acumulam

Olhos distendem pássaros que entram

É preciso alcançar o extremo o cume

De um só olhar mil picos se apequenem

Du Fu

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar os fundamentos estratégicos da *Belt and Road Initiative* no contexto de ascensão geopolítica da China rumo à liderança do sistema internacional. Os referenciais teóricos adotados para examinar os aspectos da iniciativa são o realismo ofensivo, desenvolvido pelo cientista político estadunidense, John J. Mearsheimer, e o realismo moral, elaborado pelo cientista político chinês, Yan Xuetong. Ambos possuem os preceitos da geopolítica clássica imbuídos em seus escopos teóricos realistas. Entretanto, as perspectivas dos autores a respeito do funcionamento do sistema internacional são divergentes, e essas diferenças se inserem na compreensão do escopo do megaprojeto sistêmico e institucional de expansão comercial, diplomática e política arquitetado pela China durante o governo de Xi Jinping por meio da Nova Rota da Seda. Consequentemente, pela exposição das diferenças de análise e avaliação das procedências argumentativas dos referenciais teóricos, deve ser propiciada uma compreensão objetiva e precisa sobre a função geopolítica da *Belt and Road Initiative*.

Palavras-chave: China. *Belt and Road Initiative*. Geopolítica. Realismo moral. Realismo ofensivo.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the strategic foundations of the Belt and Road Initiative in the context of China's geopolitical rise towards the leadership of the international system. The theoretical frameworks adopted to examine aspects of the initiative are offensive realism, developed by the American political scientist, John J. Mearsheimer, and moral realism, elaborated by the Chinese political scientist, Yan Xuetong. Both have the precepts of classical geopolitics embedded in their realistic theoretical scopes. However, the authors' perspectives regarding the functioning of the international system are divergent, and these differences are part of the understanding of the scope of the systemic and institutional mega-project of commercial, diplomatic and political expansion architected by China during the Xi Jinping government through the New Silk Road. Consequently, by exposing the differences in analysis and evaluation of the argumentative provenances of the theoretical references, an objective and precise understanding of the geopolitical role of the Belt and Road Initiative may be provided.

Keywords: China. Belt and Road Initiative. Geopolitics. Moral realism. Offensive realism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – O mapa do coração continental eurasiático	40
FIGURA 2 – Balcãs Eurasiáticos	45
FIGURA 3 – Configuração do Tiānxià	77
FIGURA 4 – Componentes da ordem e do sistema internacionais	89
FIGURA 5 – Impactos da liderança e das capacidades estatais sobre preferências estratégicas	89
FIGURA 6 – Tipos de liderança de Estados ascendentes e mudanças nos sistemas internacionais	90
FIGURA 7 – Tipos de liderança internacional e formação de normas internacionais	93
FIGURA 8 – Mecanismos pelos quais Estados mudam normas internacionais	93
FIGURA 9 – Novos tipos de liderança internacional e transformações nos sistemas internacionais	103
FIGURA 10 – Um tabuleiro de <i>Wéi qí</i>	142
FIGURA 11 – A rota da Grande Marcha	164
FIGURA 12 – Linha das nove raias	175
FIGURA 13 – O desenvolvimento da guerra em torno do Paralelo 38°	177
FIGURA 14 – Estatística do Índice Composto de Capacidade Nacional até 2016	194
FIGURA 15 – O poder abrangente da China em 2021	194
FIGURA 16 – Comparação do PIB de RPC e EUA em trilhões de dólares por PCC desde 1990 até 2020	217
FIGURA 17 – Exportações globais de armas de 2008 a 2020	221
FIGURA 18 – Estudos de caso da Armadilha de Tucídides	224
FIGURA 19 – Mapa da <i>Belt and Road Initiative</i>	235

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – As principais teorias realistas	63
TABELA 2 – Tipos de liderança estatal	86
TABELA 3 – Tipos de liderança internacional	87
TABELA 4 – Tipos de normas internacionais	93
TABELA 5 – Os componentes do sistema interestatal academicamente definido	100
TABELA 6 – Equilíbrio de poder entre China e Estados Unidos	220

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- AIIB – *Asian Infrastructure Investment Bank*
- ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático
- BRI – *Belt and Road Initiative*
- BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CENTO – Organização do Tratado Central
- CIA – Agência de Inteligência Central
- ELP – Exército da Libertação Popular
- EUA – Estados Unidos da América
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- KMT – *Kuomintang*
- NBD – Novo Banco de Desenvolvimento
- OCX – Organização para a Cooperação de Xangai
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OTAN – Organização do Tratado Atlântico Norte
- OTASE – Organização do Tratado do Sudeste Asiático
- PCCh – Partido Comunista da China
- PIB – Produto Interno Bruto
- PDP – Partido Democrático Progressista
- PPC – Paridade de Poder de Compra
- RPC – República Popular da China
- SDNU – Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas
- TPP – Parceria Transpacífica

- UE – União Europeia
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- ZEEs – Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 DIÁLOGOS ENTRE GEOPOLÍTICA E REALISMO POLÍTICO	28
2.1 EVOLUÇÃO DA TEORIA GEOPOLÍTICA DO SÉCULO XIX AO XXI	28
2.2 GEOPOLÍTICA ENQUANTO COMPONENTE DO REALISMO POLÍTICO	52
2.2.1 Realismo Ofensivo e Geopolítica	61
2.2.1.1 Síntese do Realismo Ofensivo	62
2.2.1.2 Diálogo entre Realismo Ofensivo e Geopolítica	67
2.2.2 Realismo Moral e Geopolítica	70
2.2.2.1 Escola Chinesa de Relações Internacionais	70
2.2.2.2 Síntese do Realismo Moral	81
2.2.2.3 Diálogo entre Realismo Moral e Geopolítica	104
3 DEBATES ENTRE YAN XUETONG E JOHN MEARSHEIMER	109
3.1 DIVERGÊNCIAS EM MENÇÕES MÚTUAS	109
3.2 DEBATES DIRETOS ENTRE YAN E MEARSHEIMER	117
3.2.1 Debate de 2013	117
3.2.2 Debate de 2019	129
4 GEOESTRATÉGIA CHINESA	138
4.1 PENSAMENTO ESTRATÉGICO NA FILOSOFIA TRADICIONAL CHINESA	141
4.2 PENSAMENTO ESTRATÉGICO NA REVOLUÇÃO CHINESA	154
4.2.1 Conflitos Militares da República Popular da China	171
4.2.1.1 Tensões Marítimas	171
4.2.1.2 Conflitos Terrestres	176
4.2.2 Fundamentos Defensivos	185
4.3 GEOESTRATÉGIA DO GOVERNO DE XI JINPING	192
4.3.1 Quantificação do Poder	192
4.3.2 Os Avanços das Forças Armadas	198
4.3.3 Expansão Global Branda	208
4.3.4 Disputa com os Estados Unidos	213
5 A GEOPOLÍTICA DA BELT AND ROAD INITIATIVE VISTA PELOS REALISMOS OFENSIVO E MORAL	230
5.1 COMPOSIÇÃO OBJETIVA	230

5.2 INTERPRETAÇÃO GEOPOLÍTICA	241
5.3 INTERPRETAÇÃO REALISTA OFENSIVA	249
5.4 INTERPRETAÇÃO REALISTA MORAL	254
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	260
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	265

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe a análise da *Belt and Road Initiative*¹ enquanto um projeto geopolítico instrumental que foi anunciado durante o governo Xi Jinping para consolidar a ascensão chinesa. Os referenciais teóricos principais são constituídos pelos realismos ofensivo e moral, desenvolvidos respectivamente pelos cientistas políticos John Mearsheimer, da Universidade de Chicago, e Yan Xuetong, da Universidade Tsinghua. As perspectivas desses autores a respeito das relações internacionais e da geopolítica chinesa são divergentes, e essas contrariedades encontram extensões aplicáveis ao escopo da *Belt and Road Initiative* enquanto objeto de análise.

Expostas as diferenças argumentativas, esta pesquisa pretende identificar semelhanças e incompatibilidades entre as avaliações para chegar em conclusões sobre as relações entre China, Estados Unidos e os demais países dentro de um contexto de ascensão chinesa rumo à liderança do sistema de Estados. O pano de fundo desse debate é a consideração de que a Nova Rota da Seda representa um caminho geopolítico de consolidação da afirmação da liderança chinesa.

A *Belt and Road Initiative* é um megaprojeto internacional de construção de obras de infraestrutura que visa interconectar com maior profundidade principalmente os países de Ásia, Europa e África no entorno da China. Seu título faz homenagem à antiga Rota da Seda que expandiu e sustentou as relações comerciais chinesas na Antiguidade. As instituições centrais que financiam e organizam a execução de projetos através da iniciativa são o Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura, o Fundo da Rota da Seda e o Fórum do Cinturão e Rota para Cooperação Internacional, que contam com contribuições de outras instituições adjacentes, como o Banco de Desenvolvimento da China, o Novo Banco de Desenvolvimento (ou Banco dos BRICS) e entidades financeiras de países associados à rede de conexões promovida pela iniciativa.

Apesar de Xi Jinping ter anunciado a *Belt and Road Initiative* como um megaprojeto de construção de obras de infraestrutura em torno da China, primando pelo aprofundamento sistemático das relações comerciais com a vizinhança, um caráter geopolítico foi imediatamente cogitado por acadêmicos e analistas internacionais devido ao seu escopo geográfico. A grande iniciativa envolve o Sudeste Asiático, a Ásia Central, a Eurásia, o leste e

¹ O nome oficial é em inglês porque o projeto tem pretensões de abrangência global. A tradução para o português é: “Iniciativa Cinturão e Rota”. Também costuma ser chamada alternadamente de “Nova Rota da Seda”. O nome em mandarim é *yī dài yī lù* (一带一路), que significa “Um Cinturão, Uma Rota”.

norte da África e a Europa Ocidental, circundando exatamente a área compreendida pela geopolítica clássica como “*Heartland*”. Em termos geopolíticos, a partir da primazia do poder terrestre, quem controla o leste da Europa, controla o “*Heartland*”, e quem controla o “*Heartland*” domina o mundo (MACKINDER, 1904). O debate levantado avalia a possibilidade dessas relações profundas que devem ser desenvolvidas entre os membros da Iniciativa poderem evoluir de um patamar comercial a um nível de alianças mais amplas e até mesmo militares.

Considerando a abertura ao debate e a negação das lideranças chinesas de que haja fundamentações desse gênero é necessário avaliar de maneira mais adequada em quais termos que o megaprojeto pode se inserir dentro desse viés de análise a partir da compreensão de seu funcionamento e de quais são suas potencialidades até o presente momento. Alguns autores compreendem que a geopolítica apenas pode se mostrar como uma ferramenta de análise útil diante do programa de projeção em análise se a ramificação teórica da geoeconomia for adotada (LUTTWAK, 1990), além de conceder um espaço necessário de atenção ao poder marítimo chinês, que vem se expandindo estrategicamente como via para estabelecer uma liderança global (LIU, 2010; BURGER, 2022; CHENG E.; LI J., 2020).

Avaliada a expansão geopolítica chinesa, as noções estadunidenses sobre tal fato podem ser representadas pelo referencial teórico do realismo ofensivo, enquanto a perspectiva chinesa pode ter lugar no realismo moral. Ambas as ópticas têm a geopolítica imbuída como componente em seus escopos, apesar de terem grandes diferenças. Mearsheimer se insere no debate proposto por Mackinder sobre a superioridade do poder terrestre em comparação ao marítimo no quinto capítulo de sua obra mais famosa, “*The Tragedy of Great Power Politics*” (2001). E Yan reconhece em seu livro mais recente, “*Leadership and the Rise of Great Powers*”, a relevância das formulações geopolíticas clássicas quando foram desenvolvidas, mas alerta que, uma vez que o centro de gravitação geoeconômica se deslocou para o leste asiático, a teorização geopolítica focada em determinações espaciais do *Heartland* eurasiático necessita de reformulações (YAN, 2019, p. 93-101).

Ao passo que Yan Xuetong traz à tona uma teoria que concebe a possibilidade de estabelecer a moralidade como um fator multiplicador de poder na política internacional. Herdando a moralidade como atributo basilar do realismo a partir da obra de Morgenthau e inserindo influências da filosofia tradicional chinesa, Yan constrói um modelo teórico em que a moralidade é a variável independente (YAN, 2016, p. 4). Na teoria de Mearsheimer (2001) a

moralidade não passa de uma variável dependente útil para moldar retóricas onde subjazem as buscas objetivas por poder material. O realismo ofensivo considera que o sistema internacional é definido como um palco de reprodução de mecanismos de poder e imposição de vontades de Estados com profundas pretensões hegemônicas sobre unidades menos poderosas, não importando as características domésticas, culturais, morais e ideológicas.

Entendidas as diferenças preliminares entre as abordagens teóricas, cabe um aprofundamento na perspectiva realista ofensiva sobre a forma como a China se expressa na ordem internacional atual. A teoria de Mearsheimer tem a função de avaliar a realidade internacional de maneira estrutural para que a China seja enquadrada dentro de dinâmicas de reproduções de táticas e padrões comportamentais de potências ocidentais. Desse modo, os Estados Unidos podem se preparar para reagir aos movimentos dos chineses e conter a potência em ascensão, podendo realizar a manutenção da própria hegemonia.

A China é detentora do segundo maior PIB do mundo e tende a superar os Estados Unidos até 2030 (MEARSHEIMER, 2005). Dado o cenário em que se interpõe como potência capaz de converter seu poder econômico em poder militar, é capaz de estabelecer futuramente uma hegemonia regional de acordo com a conceituação realista ofensiva enquanto referencial teórico.

Conforme o *World Bank* (2020a), a China tinha em 2020 um PIB de US\$ 14,72 bilhões e uma população total de 1,41 bilhões. De acordo com o *Stockholm International Peace Research Institute* (2021), até 2021 o orçamento militar anual da China era de US\$ 293 bilhões, sendo o segundo maior do mundo (mas mantendo uma porcentagem modesta de 1,7% do PIB, que é metade do percentual que os EUA costumam destinar à área). Segundo o relatório “*The Military Balance*”, do *International Institute for Strategic Studies* (2022), consta na China um contingente de pessoal militar de 2 milhões. E, além disso tudo, é fundamental destacar que a China é detentora de armas nucleares.

Sob qualquer medida, a China hoje é uma potência global e que tende a superar economicamente os EUA em um futuro iminente. É a primeira maior economia mundial em termos de paridade de poder de compra e a segunda maior em dólares depois dos Estados Unidos, contribuindo com 15% do PIB global em 2015 e 35% do crescimento global do PIB de 2010 a 2015. Exporta seus bens, capital e trabalho para todo o mundo, conquistando o título de maior potência comercial do mundo (ECONOMY, 2019, p. 186).

As dinâmicas comerciais chinesas foram aprofundadas desde o anúncio da *Belt and Road Initiative* e de todas as medidas que vêm sendo implementadas por meio dela. Segundo o site oficial do megaprojeto, até 23 de março de 2022 o governo chinês assinou 200 acordos de cooperação com 149 países e 32 organizações internacionais, expandindo-se para todos os continentes (YI DAI YI LU, 2022).

Em termos de conversão de crescimento econômico em incrementos no orçamento militar, desde a crise financeira mundial de 2008 há uma tendência de aumento de investimentos no orçamento militar chinês em comparação com o orçamento americano (CARRIÇO, 2013). Além disso, é notável um aumento qualitativo das capacidades do Exército de Libertação Popular, que vem modernizando seus armamentos, flexibilizando suas atividades em termos de desenvolvimento de poder marítimo, aéreo e terrestre, e buscando se internacionalizar através de operações de paz e pela disposição para criar bases militares estrangeiras, como a que foi inaugurada em Djibouti (OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE, 2018).

Perante a tendência de transformação da liderança global, Mearsheimer menciona a nascente superpotência asiática diversas vezes em sua obra. A grande questão que o autor se dedica a responder e que se repete em diversas de suas publicações é “se a China pode ascender pacificamente” (MEARSHEIMER, 2014a; 2014b). O cientista político, fazendo justiça ao título de sua teoria, sempre chega a uma conclusão negativa. Para o autor, em termos de interesse nacional, é importante que os estrategistas estadunidenses adotem uma postura de antagonismo em relação à China, pois a estrutura do sistema internacional constrange a maior potência do globo a conter os efeitos de *balancing* lançados automaticamente pela potência asiática ascendente (MEARSHEIMER, 2012; 2016).

Para explicar a teoria que pressupõe a natureza violenta e individualista da ordem internacional, Mearsheimer sistematiza três aspectos que levam os Estados a temerem uns aos outros: 1) ausência de uma autoridade acima dos Estados para protegê-los, 2) os Estados sempre têm capacidade militar ofensiva, e 3) os Estados nunca têm certeza sobre as intenções dos demais (MEARSHEIMER, 2001, p. 31).

Nesse sentido, o alcance da hegemonia global é impossível, pois é muito difícil projetar e sustentar o poder em todo o mundo devido a barreiras oceânicas e gastos logísticos. Até os Estados Unidos são uma hegemonia regional, mas não global, ainda que possa ser considerada como a maior de todas. O melhor resultado que uma potência pode esperar obter

é dominar seu próprio continente e conter a capacidade de outros Estados de dominarem os seus próprios continentes. É por isso que os Estados Unidos mantêm bases militares no sudeste asiático: almejam evitar que a China se configure como um *hegemon* regional ao dominar a Ásia (MEARSHEIMER, 2014a).

Atualmente a China não tem condições de se comportar internacionalmente com um perfil agressivo, então se mantém fiel à estratégia de ascensão pacífica, promovendo o multilateralismo, a interdependência e o institucionalismo. Há, conseqüentemente, um impasse em relação às conclusões sobre a ascensão chinesa em termos de desenvolvimento econômico e tecnológico. Enquanto a retórica chinesa se mantém defensiva e pacifista, a estadunidense assume um caráter acusativo (MEARSHEIMER, 2010).

Para finalizar o aprofundamento na teoria de Mearsheimer, é relevante destacar que é imbuída de aspectos das perspectivas geopolíticas de Mackinder e Spykman. Além de referências a Spykman, Mearsheimer põe em evidência a primazia do poder terrestre e seu controle como importante aspecto do poder de um Estado (MEARSHEIMER, 2001, p. 81-137). Segundo o autor, o poder naval e o poder aéreo não podem ser eficientes meios de projeção de poder se não forem combinados com o poder terrestre que, por sua vez, permanece o mais importante. Neste diapasão de uma assimilação parcial dos teóricos do poder terrestre há o entendimento também convergente com esta perspectiva da necessidade de uma hegemonia em nível regional (continental) para o credenciamento do estabelecimento de uma condição de *hegemon*.

A relação de Mearsheimer com as contribuições teóricas de Mackinder, continuadas por Spykman, ganha forma devido à primazia concedida ao poder militar de cunho terrestre, que pode ser melhor aplicado e desenvolvido no contexto de uma centralidade estratégica da Eurásia enquanto região caracterizada por grande massa terrestre que compreende o “*Heartland*”, mas propõe ainda que a área externa a este, a “*Rimland*”, que concede acesso a mares abertos, pode ser também relevante em termos estratégicos (SPYKMAN, 1944).

Exibida a perspectiva do realismo ofensivo relacionada preliminarmente com a Nova Rota da Seda, agora convém exibir a óptica realista moral de Yan Xuetong. O professor chinês sintetiza o realismo moral ao expor quatro corolários que derivam da premissa de que a moralidade é a variável independente da conduta dos Estados na política internacional:

Corolário 1: A busca de interesses é a dinâmica primária das ações do Estado, bem como da evolução das normas internacionais [...]

Corolário 2: A natureza de soma zero do poder traz conflitos estruturais entre um Estado ascendente e um Estado dominante, bem como pressão sistêmica sobre o Estado ascendente [...]

Corolário 3: Melhorias e declínios na liderança política dos Estados levam a mudanças na força nacional abrangente entre os Estados [...]

Corolários 4: No sistema internacional anárquico, todos os Estados se envolvem na autoajuda para sua própria segurança, mas adotam estratégias diferentes para buscar a segurança (YAN, 2016, p. 10-15, tradução nossa).

Yan Xuetong retorna aos princípios fundamentais do realismo clássico e aplica concepções de mundo chinesas às suas formulações ao focar na questão da ascensão da China através de métodos originais. Ao desenvolver o seu realismo moral, Yan se aprofunda também na abertura que Hans Morgenthau concede à moralidade no processo de formulação de políticas. Afinal, entre os seis princípios do realismo de Morgenthau, sintetizados em “A Política entre as Nações”, o quarto sublinha a necessidade de os tomadores de decisões considerarem a moralidade para agir na política internacional (MORGENTHAU, 2003, p. 4-28).

É através do nexo com o realismo clássico que Yan distingue os tipos de moralidade: pessoal, estatal e universal. Ao julgar que a moralidade atribui responsabilidades às grandes potências, Xuetong a avalia enquanto componente central das unidades do sistema internacional a ser levado em consideração para compreender os processos de tomada de decisão na política interestatal: “Os realistas morais definem a moralidade da liderança política como moralidade do Estado, como o dever de praticar as normas internacionais, a credibilidade estratégica para com os aliados e a responsabilidade de proteger os interesses das pessoas” (YAN, 2016, p. 3, tradução nossa).

Os realistas morais buscam dar continuidade ao pensamento teórico do realismo clássico ao distinguir as categorias de força e poder e suas relações com a moral e o interesse nacional. O cientista político chinês destaca que na língua chinesa há uma distinção entre poder e força. Os termos *quánli* e *shílì* significam respectivamente “poder” e “autoridade”: enquanto o primeiro se relaciona com capacidades materiais e é proscritivo, o segundo diz respeito à influência normativa e é prescritivo. Essa distinção “com características chinesas” das definições de poder e autoridade deve levar à superação de deficiências metodológicas que permitiam generalizações conceituais (YAN, 2016, p. 5).

Os realistas morais concordam que os interesses principais das nações são garantidos pela categoria de poder. Enquanto isso, a força sustenta o poder. O interesse nacional é preenchido pelos seguintes componentes: política, segurança, economia e cultura.

Especificamente, a modalidade “política” é um elemento operacional, enquanto “segurança, economia e cultura” são componentes recursivos. A política é exercida ativamente na estrutura internacional por meio da diplomacia. Os demais componentes têm função passiva, de preencher recursos de *balancing* perante as demais unidades do sistema de Estados (YAN, 2016, p. 10-15).

Através dos componentes do interesse nacional Yan preenche o conceito de “força abrangente”, que se relaciona necessariamente com a categoria de “liderança política”. A força abrangente determina os “interesses estratégicos” e a liderança política define as “percepções políticas”. Uma associação entre interesses estratégicos e percepções políticas leva à “preferência estratégica” dos Estados. É a partir das relações entre esses conceitos que a estrutura teórica do realismo moral ganha forma (YAN, 2016, p. 16).

Os tipos de preferências estratégicas são definidos especificamente de acordo com as condições e inclinações de cada Estado. Os níveis de força abrangente dos Estados os tornam dominantes, ascendentes, regionais ou pequenos e a partir do nível que possuem formulam seus interesses estratégicos. Dentro do escopo dos interesses estratégicos, tanto os Estados dominantes quanto os ascendentes primam pela dominação do sistema, os regionais buscam a dominação regional e os pequenos lutam para sobreviver através da associação com parceiros adequados. Já em termos de liderança política, os Estados podem assumir perfis inativos, conservadores, proativos ou agressivos para determinar suas percepções políticas. Através desses perfis, no escopo das percepções políticas, os Estados se determinam respectivamente por ideologia, economia, política e capacidades das forças armadas. Cruzamentos de variáveis que compõem os campos referidos permitem que haja até dezesseis tipos de preferências estratégicas.

Uma aplicação da teoria à China liderada por Xi Jinping se configura da seguinte forma: Estado ascendente (prima pela dominação do sistema) e proativo na liderança política (tem percepções determinadas politicamente). Logo, uma preferência estratégia de “esforço para conquistar” ganhou forma ao deslocar o foco da política externa chinesa do crescimento econômico para a governança ativa na política internacional por meio de instituições (YAN, 2014b, p. 154-170).

A nova política externa chinesa, baseada em proatividade, se afirma pela própria fundação da *Belt and Road Initiative* e instituições a ela associadas (como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura), e pela reivindicação de mais espaço nas instituições

internacionais já existentes. Por exemplo, a China propôs em 2016 reformas bem-sucedidas em organizações majoritariamente financiadas pelos EUA, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, para obter maior espaço, presença e voz ativa, aumentando seus direitos de voto. E o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura vem se mostrando como uma alternativa preferível aos países asiáticos pobres, substituindo o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento (ECONOMY, 2018, p. 197).

Compreendendo o deslocamento de força e poder a favor da China por vias econômicas e agora políticas, cabe relacionar o que essa dinâmica representa em termos geopolíticos. No dizer do autor chinês, o eixo geopolítico internacional sofreu um significativo deslocamento da Europa para a Ásia em vista da maior relevância de todas as nações asiáticas mais ricas, incluindo China, Japão, Coreia do Sul e membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático. O valor de seus PIBs somados é maior que a soma de toda a União Europeia e a Rússia. Os gastos militares dos Estados europeus e países e regiões do Leste Asiático refletem a mesma situação. Enquanto os países do Leste Asiático ascendem, a União Europeia se desintegra (vide o *Brexit*²) e perde influência política na governança mundial (YAN, 2019, p. 93-101).

Yan, buscando superar Mackinder, afirma que o centro geopolítico global não é definido pela sua localização geográfica natural. Dois critérios são postulados para definir essa centralidade: em primeiro lugar, deve haver a concentração dos Estados detentores de maior força abrangente e poder (por meio de liderança ativa sustentada por normas e instituições de governança); em segundo, a região deve ser um foco de rivalidade intensa entre Estados em conflito. Entretanto, essa rivalidade não necessariamente deve se manifestar apenas no centro geopolítico, mas, sim, pode se prolongar para regiões externas, periféricas, contando com participantes de fora. É nesse sentido que uma rivalidade entre China e EUA deve ganhar lugar na Ásia enquanto novo centro geopolítico mundial e configurar uma nova ordem internacional bipolar (YAN, 2019, p. 94-95).

A partir dos conceitos fornecidos pelos realismos ofensivo e moral, pode-se examinar a geopolítica da *Belt and Road Initiative* e observar, em maior ou menor medida, pontos harmônicos e desarmônicos entre os conteúdos teóricos: ao passo que o realismo ofensivo aponta um processo fatalista de formação de uma hegemonia chinesa, o realismo moral dá ênfase na Autoridade Humana pela qual a China conduzirá as relações internacionais.

² Sigla que representa o processo de retirada do Reino Unido da União Europeia desde 2017.

O presente trabalho dá luz a um tema de suma importância para o estudo da realidade do sistema internacional atual: a ascensão da Ásia simultânea ao possível declínio do Ocidente. Verificada esta transformação no sistema internacional, o estudo sobre a China se torna cada vez mais relevante nas Relações Internacionais.

Nesse contexto, a *Belt and Road Initiative* foi escolhida como objeto da análise porque, conforme indicam os recentes dados acerca do crescimento e desenvolvimento econômico da China após seu anúncio e implementação, esse megaprojeto de construção e aprimoramento de infraestrutura vem se mostrando como uma variável fundamental. Além disso, dentro de perspectivas como a do realismo ofensivo, que avaliam que capacidades econômicas elevadas se convertem automática e necessariamente em maiores capacidades militares, a Iniciativa pode ser assimilada à geopolítica clássica devido ao seu mapeamento em torno do denominado “*Heartland*”, então se almeja através desta pesquisa utilizar o referencial teórico do realismo moral para transcender qualquer automatismo do gênero.

Pôr em evidência as bibliografias de John Mearsheimer e Yan Xuetong enquanto representantes respectivos das perspectivas estadunidense e chinesa para compreender a transformação do sistema internacional é outro fator que justifica a realização da pesquisa. Pode ser de relevante importância trazer ao campo acadêmico nacional as formulações destas correntes teóricas em relação ao tema para que se compreenda as tendências e os meios pelos quais o sistema internacional está sendo conduzido pelas grandes potências contemporâneas. Será conveniente apresentar à comunidade acadêmica brasileira uma corrente de pensamento acadêmico chinês em voga e que ainda não possui obras traduzidas para o português nem goza da mesma visibilidade de Mearsheimer entre os pesquisadores brasileiros dedicados ao tema do crescimento do poderio chinês, embora se revele como um dos autores mais renomados internacionalmente para o estudo do assunto.

O objetivo desta pesquisa é responder à seguinte questão-problema: Como explicar a relevância geopolítica da *Belt and Road Initiative* para a ascensão chinesa no sistema internacional? A seguinte hipótese deve ser testada: Considerando o debate entre os realismos moral e ofensivo, que compartilham em seus escopos aspectos geopolíticos devido à compreensão da política internacional em termos de poder projetado territorialmente, a variável da “liderança política” proposta por Yan Xuetong expressa uma categoria sofisticada e dinâmica para compreender a *Belt and Road Initiative* enquanto instrumento geopolítico inerente ao processo de ascensão chinesa. O realismo ofensivo, por outro lado, proporciona

uma narrativa restrita às preocupações de cunho diretamente militar e adota, nesse contexto, uma metodologia de compreensão de poder essencialmente material e insuficiente para entender a geoestratégia chinesa. A formulação de Yan Xuetong acrescenta à dimensão militar da geopolítica uma nova variável baseada em poder político para explicar o deslocamento de poder à Ásia, trazendo ao público uma perspectiva mais capacitada para explicar os fundamentos da iniciativa que configura o objeto desta pesquisa. De modo geral, frente ao debate entre os realismos moral e ofensivo devem ser abstraídos aspectos úteis para analisar os fundamentos geopolíticos da iniciativa internacional.

Para a testagem da hipótese é pretendido trabalhar com uma base de referências constituída pelas principais obras de John Mearsheimer (2001; 2013; 2014a; 2014b; 2014c; 2018; 2019) e Yan Xuetong (2006; 2013; 2014; 2015; 2016; 2018; 2019) com ênfase nas publicações feitas após o anúncio da *Belt and Road Initiative* em 2013. Além disso, serão evocados discursos do atual líder chinês, Xi Jinping (2019), estatísticas e notícias sobre a ampliação da iniciativa que podem ser encontrados em seu *website* oficial (YI DAI YI LU, 2022). Essas fontes foram trabalhadas através de revisão bibliográfica de referenciais teóricos, discursos de governo, e aspectos quantitativos e qualitativos da *Belt and Road Initiative*.

Os objetivos específicos são: compreender os fundamentos oficiais e o funcionamento prático da *Belt and Road Initiative* pela consulta histórica de seu *modus operandi*; avaliar a evolução da iniciativa; validar aproximações da iniciativa às acepções geopolíticas; apontar as capacidades e limitações explicativas dos realismos moral e ofensivo aplicadas ao objeto de análise.

Serão apresentados agora os desdobramentos metodológicos dos referenciais teóricos ao objeto de análise e as técnicas e materiais de pesquisa. No que se refere às consequências teóricas para o objeto em tela, dois pontos relevantes devem ser mencionados. Um se refere à maneira como Mearsheimer e Yan situam a moral em seus escopos teóricos e o outro está ligado ao método sistêmico que utilizam.

Mearsheimer sublinha que sua teoria considera poucos aspectos da política doméstica das unidades do sistema internacional, como a moral e a ideologia das nações. Neste sentido e a título de exemplificação a partir do próprio autor, a teoria pode funcionar como um feixe de luz para auxiliar a compreensão de tais questões. Na mesma direção, o autor elucida uma análise sobre o Estado americano, a despeito de forte ênfase de teor liberal no discurso das elites, a portas fechadas tomar decisões sobre a política externa sob uma lógica realista

(MEARSHEIMER, 2001, p. 25). Cabe avaliar se tal analogia é cabida para as análises pertinentes à Nova Rota da Seda no sentido de verificar se a retórica moral chinesa destoa ou não de sua atuação no âmbito internacional, além de outras questões relacionadas à pesquisa.

No tocante ao seu método sistêmico, há uma abordagem que busca recortar a realidade, retratando com especial ênfase uma estrutura internacional que inclui as principais potências. De acordo com o realismo ofensivo, a estrutura anárquica do sistema de Estados encoraja as unidades a buscar a hegemonia. É relevante neste sentido a identificação da arquitetura do sistema em termos de seu(s) polo(s) de poder, de modo a configurar um *hegemon* ou um potencial *hegemon* (MEARSHEIMER, 2001, p. 12).

A teoria de Yan Xuetong possui profundas diferenças metodológicas em relação à de Mearsheimer. Em primeiro lugar, sua teoria não partilha uma perspectiva completamente sistêmica porque articula três níveis de análise: liderança no nível individual, elaboração de política no âmbito estatal e o sistema internacional. Em segundo lugar, ela não partilha do eurocentrismo da perspectiva geopolítica de Mearsheimer ao atribuir um papel importante da economia asiática em termos de seu peso mundial como um importante parâmetro geopolítico que desloca o epicentro da política internacional para o oriente (YAN, 2019: p. 79 e 96). Em terceiro lugar, a teoria realista moral tem a moralidade como variável independente ao considerar que as instituições internacionais são meios fundamentais à articulação da governança dos Estados em busca da autopreservação, enquanto o realismo ofensivo compreende os meios de equilíbrio de poder em busca da sobrevivência em termos predominantemente materiais, negligenciando a relevância da liderança política para as relações internacionais (YAN, 2016, p. 4). A articulação destes três pontos é fundamental para compreender a especificidade da proposta do cientista político chinês.

Através da aplicação do método dedutivo sobre a hipótese a ser testada em resposta à questão-problema consta uma pesquisa de revisão bibliográfica. Metodologicamente, também é contemplada uma exposição comparativa de duas referências teóricas que ilustram a disputa entre as duas maiores potências do sistema internacional no século XXI. Pretendemos, conclusivamente, evidenciar as conexões entre teoria e prática nas relações internacionais para contribuir com o avanço da compreensão de um objeto de pesquisa central na contemporaneidade, isto é, a ascensão chinesa. Preferencialmente, tal objeto exige referenciais próprios, que deem andamento ao processo de globalização e democratização da

teoria em voga na medida em que concentrações ocidentais que a fundaram começam a ceder espaço para a construção desta (ACHARYA; BUZAN, 2009).

2 DIÁLOGOS ENTRE GEOPOLÍTICA E REALISMO POLÍTICO

Este capítulo pretende apresentar o referencial teórico. Para isso, primeiramente faremos uma exposição da evolução da teoria geopolítica desde sua gênese até sua faceta mais atualizada. Por conseguinte, faremos uma discussão sobre os conceitos centrais dos realismos moral e ofensivo. Para finalizar, traçaremos os pontos de interseção existentes entre geopolítica e os realismos em questão.

2.1 EVOLUÇÃO DA TEORIA GEOPOLÍTICA DO SÉCULO XIX AO XXI

O objetivo deste tópico é executar uma síntese da evolução teórica referente à geopolítica tendo como foco o conceito de *Heartland* desenvolvido pelo professor de geografia da Universidade de Oxford, Halford John Mackinder. Pretendemos evocar os conceitos basilares para verificar nos itens que sucedem este a aplicabilidade da teorização atualizada da geopolítica aos realismos políticos que compõem os referenciais primários desta pesquisa e, por vias objetivas, à geoestratégia chinesa.

O desenvolvimento teórico da Geopolítica ganhou ímpeto na virada do século XIX para o XX e encontrou aplicabilidade prática principalmente durante e após as Grandes Guerras Mundiais (1914-1945). Formulações de estratégias políticas e militares haviam se tornado fundamentais para que as potências se posicionassem em um novo quadro de correlações de forças em formação no qual os resultados das revoluções industriais acirraram concorrências por mercados e expansões imperialistas. A compreensão da geopolítica se tornara necessária para o desenvolvimento estratégico, conjugando a dimensão territorial para a disputa por poder. As diretrizes geopolíticas dos Estados são alcançadas pela identificação dos componentes políticos que os compõem, isto é, pela consideração de propriedades de espaço e tempo. Diante disso, é basilar a categoria de poder projetado na dimensão territorial para esta subárea da teoria geográfica:

A geopolítica – enquanto definição conceitual – passou a ser utilizada pelos acadêmicos de modo a compreender a relação entre a lógica de poder dos Estados a partir da demarcação dos territórios e as características geográficas aos quais esses atores dispunham; e pelos estadistas, uma vez que lhes assegurou uma primazia política, econômica e militar por meio da expansão da estratégia do poder territorial. O conceito, portanto, passou a chamar a atenção, pois sua aplicabilidade tornou-se fundamental para a história, uma vez que sua inserção às vésperas das Guerras Mundiais permitiu inovar as estratégias políticas dos Estados e, portanto, a lógica de poder implementada nesse novo contexto do século XX (AMUSQUIVAR e PASSOS, 2018, p. 20).

A Geopolítica ganhou forma em um período da história em que não existia uma sistematização dos estudos sobre o internacional. A teoria das Relações Internacionais é desenvolvida, a saber, após a Primeira Guerra Mundial, em 1919, quando foi fundada em Aberystwyth a primeira cátedra de Relações Internacionais, intitulada “Woodrow Wilson” em homenagem ao 28º presidente dos EUA. E após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, na Conferência de São Francisco, foi discutida e assinada a Carta das Nações Unidas, que deu forma à ilegalidade da guerra e à institucionalização do sistema internacional, que serve como objeto da teoria.

Seguindo uma trajetória mais primitiva e posteriormente paralela, sob um viés objetivo, estadocêntrico e militarista, durante a virada do século XIX para o XX a geopolítica funcionou como uma fonte produtora de discursos e projetos úteis ao internacional dentro de sua área de aplicação antes de haver uma teoria propriamente voltada à análise do internacional. Na Geopolítica o internacional não é substancial, se inserindo como componente de metas de Estado que, por sua vez, definem suas finalidades.

A geopolítica é, em gênese, marcada por características específicas, como a utilidade ao ramo militar e a perspectiva centrada no Ocidente, pois seus formuladores pioneiros e mais influentes todos fizeram contribuições pragmáticas aos interesses estratégicos dos Estados nos quais estavam inseridos profissionalmente. Esta corrente de pensamento geográfico, dedicada ao estudo da dominação dos territórios, partiu de colocações acerca da ação do Estado sobre o espaço. Os principais autores “desenvolveram teorias e técnicas, que operacionalizavam e legitimavam o imperialismo. Isto é, discorriam sobre as formas de defender, manter e conquistar os territórios” (MORAES, 2009, p. 20). Trata-se de uma área de estudos persistente, que ainda é objetivamente debatida nos Departamentos de Estado e nas Academias militares para que sejam formuladas grandes estratégias das potências do sistema internacional.

As contribuições pioneiras são as de Friedrich Ratzel ao publicar “Geografia Política” em 1897, que comparava o Estado a um “organismo” político para trazer uma conotação naturalista à atuação estatal das civilizações no internacional enquanto habitat. Mais tarde, o termo “geopolítica” foi oficialmente cunhado por Rudolf Kjellén no final do século XIX. As disposições para lapidar essa nova área do conhecimento foram publicadas por ele apenas em 1916 no livro “Estado como Forma de Vida”. As contribuições de Kjellén partiram principalmente das bases da antropogeografia de Friedrich Ratzel e, consequentemente, em

síntese, caracterizam o estudo da natureza profunda do Estado como um fenômeno do espaço, organismo geográfico e domínio político (AMUSQUIVAR e PASSOS, 2018, p. 20).

A ciência geopolítica propriamente dita ganhou um impulso produtivo e de influência sobre as áreas acadêmicas, políticas e militares no início do século XX pela “Escola Alemã de Geopolítica”, que passou a publicar a “Revista de Geopolítica” em 1924. Os já citados Ratzel e Kjellén, junto com Karl Haushofer, protagonizaram esse movimento intelectual (VESENTINI, 2000).

Entre os autores principais da subdisciplina que se formava figuram Halford Mackinder, Alfred Mahan, Giulio Douhet, Karl Haushofer e Nicholas Spykman. Nesta pesquisa as categorias produzidas por Halford Mackinder e por correlatos compõem os instrumentos majoritários de exame teórico.

Cronologicamente, segundo Korybko (2018), Mahan pode ser classificado como o “pai do pensamento geopolítico”, ainda que não tenha criado tal termo. Quando publicou “A Influência do Poder Marítimo na História” em 1890, Mahan trouxe uma metodologia de análise que incentivava o financiamento e a inovação técnica e militar em uma modalidade de poder móvel em que os EUA se inserem naturalmente por sua geografia. Essa inserção desencadeia uma estratégia naval capaz de levar à projeção de influência em dimensão global. O autor avaliava que o controle estratégico de certas áreas do mar seria traduzido em controle e influência sobre outras regiões próximas e conectadas às alvejadas. A geoestratégia de potências marítimas foi pensada ao longo da história tendo a obra de Mahan como referência teórica.

O autor central da presente análise, o inglês Halford Mackinder (2004), por sua vez, em oposição a Mahan, trouxe um enfoque conceitual que dá primazia à mobilidade de poder terrestre. O teórico contribuiu com a criação de uma vertente inglesa da geopolítica pelo desenvolvimento da teoria sobre as “áreas pivôs” dos territórios que, caso fossem dominadas, permitiriam seus domínios completos. No caso da Europa e da Ásia, o coração continental eurasiático comporia essa área pivô, sendo circundado por um arco crescente interno e outro externo, que são respectivamente anfíbios e oceânicos. Este autor contribuiu substancialmente para a formação da geopolítica, expressando o viés de um estrategista e político que viveu no Reino Unido como membro da elite intelectual do país.

Cabe observar, em adição, que a dita geopolítica foi elaborada na mesma época em que as contribuições científicas trazidas por Charles Darwin (2002) estavam em evidência,

durante um momento de afirmação da modernidade e que sucede a chamada “revolução científica”. Após a descoberta e a comunicação do processo de evolução das espécies pela adaptação ao ambiente, que seleciona os indivíduos por determinações biológicas, este fato passou a ser incluído como componente de elaborações teóricas das mais diversas áreas do conhecimento. Nas ciências humanas, por exemplo, a referida geopolítica abrigou o determinismo ambiental, assumindo a coerência do espírito de seu tempo. A análise da realidade social passou a ser feita por pontos de partida mais deterministas do que em períodos anteriores (LIVINGSTONE, 2003, p. 4).

Mackinder acompanhou o “clima” político, acadêmico e intelectual da época, aceitando e reproduzindo perspectivas darwinistas sociais, assim como fizera Kjellén, o desenvolvedor do termo “geopolítica”:

Na virada do século XIX para o século XX já se encontravam nas análises das ciências humanas e sociais, e não apenas ao campo das ciências biológicas a ideia positiva de uma competição na qual os indivíduos mais fortes deveriam prevalecer em detrimento dos mais fracos. Essa ideia também fora aplicada aos Estados, visto sua analogia orgânica. Mais tarde, essa interpretação seria utilizada como discurso para ratificar a condução dos Estados no processo nacionalista, imperialista e nas Grandes Guerras Mundiais (AMUSQUIVAR e PASSOS, 2018, p. 24).

Mais um aspecto relevante da obra de Mackinder é o reconhecimento como um dos mais expressivos “realistas” da teoria política moderna. O pensamento do autor mencionado sempre teve suporte de fontes de dados e métodos científicos que definem com consistência a política internacional em termos de equilíbrio de poder como uma expressão de relações racionais e estratégicas, ainda que essa abordagem seja feita em sua complexidade, considerando determinações territoriais na construção da história humana (ASHWORTH, 2011).

Para contextualizar o ambiente de discussão em que o autor se inseriu é relevante afirmar que a área de estudos geográficos no Reino Unido, diferentemente da Alemanha e da França, foi institucionalizada por meios não ligados ao Estado e tampouco à academia, mas sim por empreendedores coloniais. A Sociedade Real de Geografia era uma organização que compreendia esse estrato da sociedade britânica. O objetivo dos pesquisadores era analisar as condições de investimentos sobre áreas colonizadas. Essa sociedade foi responsável por diversas expedições, como as de Charles Darwin, David Livingstone e Robert Scott. Principalmente, foram realizadas expedições aos Polos Norte e Sul e ao topo do Monte Everest (LIVINGSTONE, 2003, p. 32).

Em 1904, após a exposição de sua pesquisa na Sociedade Real de Geografia, Mackinder transcreveu e aprimorou o conteúdo mencionado, e publicou o artigo que sintetiza as perspectivas que representam a geopolítica clássica: “O Pivô Geográfico da História”.

Concluídas as pesquisas de campo derivadas de grandes expedições, na virada do século XIX para o XX, Mackinder formulou o texto em questão fazendo uso de amplas generalizações geográficas e históricas para afirmar a ideia de que há influência da geografia sobre o decorrer da história mundial. O professor avaliava que naquele período de avanços acadêmicos e científicos pode-se “perceber algo da proporção real de recursos e eventos em escala mundial, e pode-se buscar uma fórmula que expressa certos aspectos, pelo menos, do nexo de causalidade geográfica na história universal” (MACKINDER, 2004, p. 4). Há no escrito disposição clara de determinação de caráter científico pela criação de uma fórmula. No trecho citado há a manifestação da busca por comprovação de cientificidade da área de estudos proposta. Paralelos com as metodologias das ciências duras podem ser traçados, por consequência.

Por outro lado, o interesse por uma explicação universal da história deriva da expressão de um espírito nacional protestante devido à reivindicação de posição missionária em prol da “evolução” da humanidade. Há uma compreensão automática ou mesmo inconsciente da história por suposições progressistas e unidirecionais sob a liderança da civilização ocidental. A história é visualizada como uma trajetória da evolução humana. Sendo assim, tempo e espaço determinam os pressupostos fundamentais da geopolítica clássica de modo mais evidente na obra de Mahan. Trata-se de uma área de estudos marcada por um *momentum* cientificista e racional e por um ambiente nacional imperialista e colonial que contraditoriamente justificava suas ações internacionais pelas causas espiritualmente humanitárias do cristianismo (CARMONA, 2012).

Indo além, o autor declara que se tivesse sorte ao publicar seus estudos (e teve) a fórmula proposta “deveria ter um valor prático na definição da perspectiva de algumas das forças concorrentes no atual momento da política internacional” (MACKINDER, 2004, p. 4). De modo contínuo, as teorias estruturalistas de Relações Internacionais que sucederam a geopolítica clássica também põem em perspectiva as grandes potências concorrentes pela primazia no sistema internacional. E as ambições pela instrumentalização da teoria não podem ser dispensadas ou desconsideradas. A geopolítica pode ser entendida como uma teoria

utilitarista e funcional, totalmente voltada para a produção de medidas práticas. A teoria e a prática dialogam enquanto componentes complementares.

O autor em foco declara o objetivo de seu trabalho em termos razoáveis e claros:

Meu objetivo não é discutir a influência deste ou daquele tipo de recurso ou, ainda, fazer um estudo da geografia regional, mas sim expor a história humana como parte da vida do organismo mundial. Eu reconheço que só posso chegar a um aspecto da verdade, e eu não tenho nenhum desejo de fugir perder-me (*sic*) em um materialismo excessivo. O homem inicia e não a natureza, mas esta em grande parte determina. Minha preocupação é com o controle físico geral, ao invés das causas da história universal. É óbvio que apenas uma primeira aproximação da verdade pode ser esperada (MACKINDER, 2004, p. 4).

Sinergicamente, o resultado dessa abordagem, que deriva de um espaço e um tempo bastante ilustrativos e que não podem ser desconsiderados na presente pesquisa, é uma forma científica de tipo determinista e naturalista. Frente à relação entre o ser humano e o meio ambiente, há primazia na determinação do ser por parte do meio em que se encontra, de acordo com o presente referencial teórico. Desde as conceituações feitas pela Escola Alemã, o ambiente é compreendido como “habitat” e “organismo” que funciona como parcial e indispensável força motriz da história humana politizada em escala global (VESENTINI, 2000).

Essa posição teórica expressa contrariedade às perspectivas que avaliam que há relevância mais expressiva nas iniciativas humanas que conduzem a história mundial (MORAES, 2009). Para explicar a movimentação da história internacional, o papel da diplomacia não pode ser sobreposto em relação a variáveis úteis e dotadas de pesos específicos, ainda que os políticos, diplomatas e representantes internacionais sejam os agentes ativos da política internacional. Indo na contramão de teorias como a da “história diplomática” e da “história dos grandes homens”, Mackinder, consequentemente, estava interessado em afirmar quais seriam as forças de constrangimento natural que agiriam como condicionantes sobre as variáveis da política entre Estados, constituindo “controles físicos”.

O geógrafo em verificação estava interessado em gerar uma nova ciência, avançando ao estatuto de “lei” inerente às ciências duras e sobrepujando conceituações humanísticas:

[...] parece-nos bastante evidente que a Geopolítica clássica procurou afirmar-se como uma nova ciência através de um processo que podemos designar como *imitatio scientiae* (i.e. procurou constituir-se como ciência por cânones positivistas, mais ou menos próximos do modelo das chamadas Ciências Naturais). Este facto pode detectar-se na sua preocupação de captar a realidade geográfico-política tal como ela é (i. e. na sua preocupação de uma objectividade «realista»), na separação das análises geográfico-políticas e das questões éticas por elas levantadas, e no seu esforço de estabelecer leis e efectuar previsões, entre outros aspectos. Sintomaticamente, este esforço de aproximação ao modelo das Ciências Naturais

ressalta, de alguma maneira, da já referida citação de *Democratic Ideals and Reality*, de Halford Mackinder: «quem controlar a Europa de Leste domina o *Heartland*; quem controlar o *Heartland* dominará a Ilha-Mundial; quem controlar a Ilha-Mundial dominará o mundo», que é a mais famosa de toda a Geopolítica, e que, talvez por isso mesmo, foi quase elevada ao estatuto de «lei científica» em muitos dos textos que a referem simplificadamente (FERNANDES, 2002, p. 16).

A percepção registrada é fortemente moldada pela inserção do autor em uma delimitação temporal modernista que deu lugar à revolução científica representada pelas contribuições de Galileu Galilei, Isaac Newton etc. Essa onda de renovações metodológicas objetivas, no entanto, trouxe diferentes manifestações e facetas na medida em que avançou pelo mundo. A territorialidade molda a concepção da propagação informacional de acordo com diferentes necessidades e condições do povo que a ela pertence, produzindo culturas científicas. A racionalidade objetivamente expansionista, frente a essa processualidade, foi selecionada como a escolha mais adequada para o desenvolvimento da geografia e da geopolítica como disciplinas científicas:

Em uma escala diferente de análise – a região – a ciência também foi marcada por circunstâncias geográficas. Em diferentes contextos regionais europeus, as formas de investigação que mais tarde passaram a ser descritas como “a Revolução Científica” traziam a marca de suas arenas locais de engajamento. Em alguns casos, uma cultura marítima era a principal força motriz por trás do cultivo de atividades científicas; em alguns predominava uma cultura cortês; em outros, a convicção religiosa foi o agente modelador; em outros ainda, as ambições econômicas forneceram tanto ímpeto quanto constrangimento. Em outros lugares, e também na escala sub-regional, outras combinações circunstanciais foram operadas. Qualquer que fosse o trabalho, aquelas atividades que vieram a ser reunidas sob a designação de “ciência” estavam enraizadas nas particularidades do lugar. E, portanto, não é de surpreender que em diferentes locais as teorias científicas tenham sido recebidas de maneiras diferentes. Seja a filosofia mecânica de Newton, ou a teoria da evolução de Darwin, ou a relatividade de Einstein, o significado e as implicações dessas concepções científicas foram construídos de forma diferente em diferentes lugares (LIVINGSTONE, 2003, p. 181).

Até a consolidação da geografia como área científica ao final do século XVIII, estudos dispersos e ainda sem rótulos deram andamento ao processo de avanço científico que marcou a época moderna e racional. Não só as contribuições científicas constituíram a formação do pensamento geográfico, como o próprio pensamento geográfico “pré-histórico”, disperso e ainda sem rótulo auxiliou na formulação das leis sistematizadas por Isaac Newton. A obra “Geografia Geral”, publicada em 1650, de Bernardo Varenius, um pioneiro da Geografia moderna, por exemplo, foi uma referência dos fundamentos das leis da Física. Houve, assim, uma determinação de mão dupla na construção científica das áreas em questão, pois ambas compartilham do espírito científico revolucionário do tempo em que estavam inseridas (MORAES, 2009, p. 11).

Após a sistematização da geografia, no desenvolvimento da geopolítica o pensamento físico-científico exerceu influência na obra de Mackinder pela suposição de que um “corpo” só para de se expandir quando é confrontado com barreiras físicas. Dessa maneira, a expansão de uma civilização é refreada e demarcada por delimitações traçadas pela natureza, como montanhas, mares, rios etc.

Parte do epítome da geopolítica clássica, que mais tarde se fez presente no realismo político e nas teorias internacionais estruturalistas, julga que as relações de disputas de poder entre potências se manifestam em um sistema fechado. Uma vez que todos os territórios antes desconhecidos, como as Américas, África, Ásia e Pólos Norte e Sul, foram descobertos após a realização de grandes navegações e expedições coloniais, a história internacional avançava para uma nova etapa na época em que Mackinder escrevia. Pela avaliação de que todos os atores já se conheciam e não havia mais nada para ser desbravado ou para surpreender as iniciativas de expansão das grandes potências ocidentais, os cálculos para cada movimentação estavam se tornando mais seguros, pois todas as variáveis úteis eram compreendidas. Em outras palavras: pela primeira vez, todas as cartas do jogo estavam na mesa. No entanto, assim como um jogo de cartas, há as cartas mais fortes e mais fracas. Portanto, os raciocínios estratégicos deveriam passar a ser realizados dentro dessas prerrogativas:

Toda explosão de forças sociais, ao invés de se dissipar em um circuito ao redor do espaço desconhecido e caos bárbaro, será fortemente ecoada do outro lado do globo, e os elementos fracos no organismo político e econômico mundial irão destarte romper-se. Há uma grande diferença de efeito na queda de uma barreira em um aterro, e sua queda em meio a espaços fechados e estruturas rígidas de um grande edifício ou navio. Provavelmente, alguns com alguma consciência desse fato, são os últimos a desviar parte significativa da atenção dos estadistas em todas as partes do mundo da expansão territorial para a luta por uma eficiência relativa (MACKINDER, 2004, p. 4).

A despeito de limites físicos e objetivos que modulam as políticas externas dos Estados, o autor se mostra relativamente flexível ao assumir que expansões são viabilizadas pelo surgimento e pela afirmação de grandes ideias humanas que ambicionam fins do gênero durante periodizações favoráveis em termos de equilíbrio de poder entre potências em disputa.

A caracterização do sistema internacional como algo “fechado” transformou os rumos da história, segundo a teoria em questão. Em um sistema aberto, quando um corpo muda de lugar os outros não mudam necessariamente, pois há grande variedade de possibilidades de movimentações no ambiente; em um sistema fechado as leis da física são obedecidas no relacionamento com o ambiente. Em um sistema fechado há, logo, maior previsibilidade, relacionalidade e, por isso, interdependência entre atores. Movimentações A são causas de

efeitos B, então há determinação lógica de A sobre B. Esse viés relacional explica a transposição das relações de poder definidas pela Ciência Política para a Geopolítica, conforme explicam Érika Amusquivar e Rodrigo Passos:

Uma vez que o conceito de Estado passa a ser denominado pelas suas características determinísticas, isto é, pelo que está fadado a acontecer, Kjellén direciona o campo da geopolítica mais para perto da Ciência Política ao invés da Geografia. O Estado enquanto organismo possui poder, mas essa definição só pode ser relacional, ou seja, comparada ao poder dos outros Estados (2018, p. 25).

A própria ideia de “Europa”, por exemplo, parte de fundações baseadas no “desconhecido” e na luta contra a invasão realizada pelo “outro”, isto é, pela Ásia. Segundo Mackinder, “foi sob a pressão externa da barbárie que a Europa conseguiu sua civilização” (2004, p. 5). O confronto dos europeus contra os asiáticos teria unido o continente que possuía antes suas próprias disputas por poder. De modo polêmico, Mackinder esbanja aqui uma perspectiva etnocêntrica, que visualiza os asiáticos como “bárbaros” ou “incivilizados”.

Entretanto, o etnocentrismo ocidental de Mackinder não o impediu de abandonar o eurocentrismo metodológico quando adotou a delimitação espacial eurasiática. Para o teórico, a “ilha-mundo” ou o coração continental da Eurásia determinaria as relações entre Ásia e Europa dentro de uma processualidade de mobilidade de poder terrestre marcado pelo deslocamento de nômades por uma porção terrestre gigante. A história, então, seria movida pelos conflitos entre o interior da Eurásia (o coração continental) e suas quatro regiões marginais (Europa, Oriente Próximo, Índia e China). Na direção norte, porém, a região estaria coberta por gelo (MELLO, 1997).

Uma compreensão newtoniana e darwinista é reiterada, ainda, pelo entendimento de que um corpo permanece firme em um ambiente porque está adaptado, e de lá tende a gravitar, se expandindo. As premissas inerentes em camadas internas da perspectiva do autor indicam que a adaptação bem-sucedida às disputas por seleção determinadas pelo ambiente compõe a dinâmica-chave para a construção civilizacional, justificando processos de determinação da biologia e do território rumo à expansão (LIVINGSTONE, 2003, p. 2)

Partindo desse viés, são produzidas avaliações que compreendem que povos originários de territórios abundantes em recursos e dotados de climas tropicais não necessitam do mesmo esforço empreendido por populações que habitam locais com solos menos férteis e climas desfavoráveis devido ao frio, por exemplo. O conjunto referido constrói uma categoria relacional que cria margens para raciocínios etnocêntricos e deterministas, pela dinâmica ação-reação, isto é, em que pressões físicas trazem reações físicas (MORAES, 2009, p. 20).

As justificativas para as disparidades de poder trazem à tona a consideração da “mobilidade” do poder. Preocupado com questões estratégicas úteis à Europa, Mackinder divide o mundo entre populações nômades e vikings ou poderes terrestres e marítimos. As populações nômades têm a mobilidade de seu poder “condicionada pelas estepes, e necessariamente interrompida nas florestas e montanhas circundantes [... e] o poder rival dos vikings era condicionado pela mobilidade em seus barcos” (MACKINDER, 2004, p. 9). Mackinder, por consequência, cria um sistema de pressões mútuas entre terra e mar e uma rivalidade natural.

Ao reconhecer as disputas naturais entre poder terrestre e poder marítimo, o geógrafo traz uma contribuição conceitual própria à tona ao questionar a primazia do poder marítimo. Para a geopolítica de Mackinder (2004, p. 14-15) o poder terrestre é profundamente mais determinante para a formulação estratégica dos Estados, apesar de superficialmente parecer ter sido superado. Para sustentar seu argumento, o autor lembra que na Idade Média a disputa pelo istmo de Suez³ levou à necessidade de consolidação desse tipo de poder móvel pelos povos que habitavam o coração continental, marginalizando a função do poder marítimo dos povos das regiões marginais. Entretanto, já durante a era colombiana, a Europa moderna contra-atacou os povos eurasiáticos através da então nova rota marítima do Cabo da Boa Esperança⁴. Depois disso, o poder marítimo teria superado temporariamente o terrestre e tomado seu lugar de protagonista na história moderna, criando uma impressão de primazia devido a uma sucessão estratégica bem-sucedida. Assim, as potências com forças de mobilização marítima organizaram “um cinturão de bases exteriores (formado pela Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, África do Sul e Austrália), que configurou uma retaguarda estratégica inacessível a um contra-ataque do poder terrestre, sitiado agora no interior do coração continental” (MELLO, 1997, p. 26).

Apesar da nova supremacia do poder terrestre sobre o marítimo, o primeiro continuou a existir e se modernizar, mesmo sofrendo com comparativa desvantagem econômica e tecnológica. Após a ascensão do Ocidente, que protagonizou as Revoluções Industriais, as potências líderes da ordem internacional aprimoraram as tecnologias da mobilidade do poder marítimo, por exemplo, pela invenção do barco a vapor e pela construção do canal de Suez. Por outro lado, o surgimento das locomotivas e das ferrovias transcontinentais também

³ Estreito que separa os mares Mediterrâneo e Vermelho e liga a África e a Ásia. Nele foi construído o canal de Suez.

⁴ Percurso relevante localizado no sul da África que foi descoberto em 1488, marca a transição entre os oceanos Atlântico e Índico e que se tornou uma alternativa à rota de seda.

representou um avanço das tecnologias de mobilidade terrestre dentro do coração continental. Esse progresso está relacionado com a mesma significação que a logística de mobilidade a cavalo e a camelo tiveram na Antiguidade e na Idade Média, mas assume uma nova faceta.

Avaliando as potencialidades de tais processos, estes poderiam permitir uma exploração exclusiva da Sibéria pela Eurásia, gerando um polo econômico geograficamente exclusivo e autossuficiente em longo prazo. Com essas transformações, que gerariam um Estado-pivô, a correlação de forças geopolíticas poderia ser modificada e a Eurásia poderia ascender novamente. No entanto, tal Estado estaria rodeado por um arco interior (Alemanha, Áustria, Turquia, Índia e China) e outro exterior (Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, África do Sul, Austrália e Japão). Ambos constituiriam um sistema defensivo natural contra a expansão do Estado-pivô, mas se o Estado realizasse investimentos em prol do desenvolvimento de uma poderosa frota e, também, se aliasse à Alemanha, segundo Mackinder (2004, p. 18), poderia se tornar o centro de um império mundial. As forças do Ocidente necessitariam garantir a separação entre a Alemanha e a Rússia e o enfraquecimento militar de ambas para manter sua hegemonia. Por isso, o autor propôs a formação de uma barreira constituída por Estados-tampões da Europa Oriental a partir do mar Báltico até o mar Negro. Essa barreira seria chamada de “cordão sanitário”. E a instrumentalização desse conceito perdura até a atualidade:

O “cordão sanitário” mackinderiano não impediu a eclosão da Segunda Guerra – ainda que Alemanha e União Soviética tenham ficado em lados opostos –, mas continuaria o principal paradigma para a reorganização política da Europa após este novo conflito, e novamente com o fim da Guerra Fria através da desintegração da União Soviética e da Iugoslávia (BRIGOLA e DE ALBUQUERQUE, 2011, p. 28).

Para Mackinder, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) não modificou a luta entre o poder marítimo e o terrestre. Somente o segundo se fortaleceu após o desenvolvimento da aviação, do automobilismo e das ferrovias. Contudo, a Revolução Russa (1917) não alterou a situação geopolítica da Rússia, que continuou sendo um Estado-pivô inclinado a se expandir sobre suas margens. Essa guerra, então, apenas adiou a decisão entre os dois poderes (MELLO, 1997, p. 30).

A oposição entre populações que projetam e mobilizam poder por instrumentos inseridos nos meios terrestres ou marítimos compõe o quadro de disputas da geopolítica clássica. E este é o princípio basilar para a compreensão da teoria do *Heartland*⁵. Dentro dessa disputa existe uma grande meta final a ser atingida: se uma população terrestre puder alcançar

⁵ Em português: “Coração continental”. Contudo, é comumente não traduzido para o português em diversas referências acadêmicas.

a possibilidade de se tornar marítima, poderá dominar o mundo inteiro. Esse é o fundamento lógico da máxima de Mackinder frequentemente parafraseada em estudos geopolíticos: Quem domina o *Heartland* domina a ilha mundial, e quem domina a ilha mundial domina o mundo⁶.

O coração continental referido teria uma capacidade de poder centrífuga pelos seguintes motivos: 1) posição central entre as massas continentais europeias e asiáticas; 2) grande mobilidade ao norte, com planícies; 3) oferecimento de grande área de retaguarda estratégica na Eurásia; 4) vasta concentração de recursos naturais; 5) enclausuramento em relação às saídas marítimas de águas quentes dificulta possibilidades de neutralização e conquista pelas potências marítimas – o acesso marítimo dificultoso se dá pelas águas frias do Oceano Ártico ao norte.

Estas características geraram um padrão: o pivô geográfico de explicação da história observável desde as invasões dos mongóis contra a Ásia e a Europa central até a expansão do império russo. Diante da observação desses fatores, algumas conclusões produzidas por Mackinder (2004) apontaram que: o controlador do poder central buscaria poder terrestre para se expandir, neutralizando o poder marítimo; e a grande potência controladora do *Heartland* precisaria se projetar para as saídas marítimas quentes saindo da região do crescente interno.

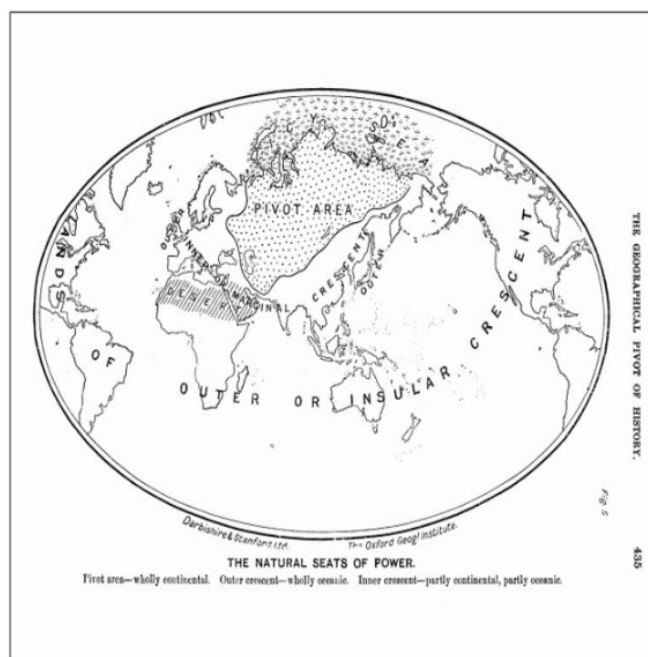
Toda a margem do velho mundo mais cedo ou mais tarde sentiu a pressão do poder móvel da estepe. Enquanto isso, a mobilidade oceânica se posicionou como rival das formas de mobilização terrestre (representadas por camelos e cavalos). Delimitando e tipificando repartições territoriais, a Eurásia compõe o *Heartland*, possui povos nômades e envolve as maiores porções de mobilidade de forças terrestres e os países com saída ao mar, especialmente os insulares, têm um perfil populacional viking e mobilizam poder marítimo. O Oriente Médio se qualificaria, por sua vez, como uma categoria literalmente intermediária para tais definições, pois os povos pertencentes aos países da região já conquistaram margens e porções dos mares Mediterrâneo, Vermelho e Negro, e o Oceano Índico, enquanto mantiveram um perfil de movimentação por terra.

O *Heartland* é composto por uma grande porção territorial que é distinguida como uma área pivô, isto é, que sustenta a direção de movimentação das disputas geopolíticas. No contexto eurasiático, a área pivô tem uma abrangência completamente terrestre e se estende

⁶ Máxima não citada diretamente no “Pivô Geográfico da História”, publicado em 1904, ainda que no artigo haja todas as condições e afirmações para atestar a presença desta como um significado geral. A máxima foi publicada em *Democratic Ideals and Reality*, em 1919, quando Mackinder buscou alertar os vencedores da Primeira Guerra Mundial para que estes impedissem que houvesse domínio de um Estado ou bloco de Estados concentrados sobre o *Heartland* (FERNANDES, 2002).

do Rio Volga (Rússia) ao Yangtzé (China) e da cadeia montanhosa dos Himalaias (Butão, China, Índia, Nepal e Paquistão) à Região Ártica (Alasca – Estados Unidos –, Canadá, Finlândia, Noruega, Rússia e Suécia). Assim, forma-se uma área circular que, adicionalmente, é circundada pelo que Mackinder chamou de “crescente interno” e “crescente externo”, que são mais dois cinturões de abrangência territorial externa ao pivô com dois níveis de gradação. Ambos possuem um alcance transcontinental, mas o primeiro tem um aspecto anfíbio, envolvendo porções de terra e dos oceanos que as banham; o segundo abarca uma área totalmente oceânica. O crescente externo permeia o *Hinterland*, que diz respeito ao restante do mundo fora do *Heartland* e assume um perfil de dependência e afirmação de forças logísticas e militares de mobilização marítima.

Figura 1 – O mapa do coração continental eurasiático



Fonte: MACKINDER, 2004, p. 17.

As categorias de região pivô e de equilíbrio de poder dialogam nesta teorização. O equilíbrio de poder é um conceito trazido pela tradição realista da ciência política, mas aqui ganha uma determinação natural e territorial:

A definição do equilíbrio de poder, em favor do Estado Pivô, que resulta em sua expansão sobre as terras marginais da Eurásia, permitiria a utilização dos vastos recursos para a construção da frota continental, e o império do mundo, então, estaria à vista. Isso pode acontecer se a Alemanha viesse a se aliar da Rússia [...] as combinações particulares de poder postos em equilíbrio não são exatas; minha tese é que, do ponto de vista geográfico, é provável que as combinações mais prováveis ocorram em torno do Estado Pivô, que é sempre suscetível de ser grande, mas com

mobilidade reduzida em comparação com o ambiente periférico e os poderes insulares (MACKINDER, 2004, p. 18).

A lógica de poder como categoria relacional em um sistema fechado de Estados evoca a necessidade de reconhecimento da relacionalidade como um fato, como uma condição de existência, que deve preceder qualquer formulação estratégica racional (AMUSQUIVAR e PASSOS, 2018, p. 25). Transformações internas, como avanços em capacidades materiais (crescimento econômico e de orçamentos militares), automaticamente exercem pressões sobre outros atores do sistema, provocando um “efeito dominó”. Entretanto, essa pressão ganha maior força quando se localiza nos territórios do entorno eurasiático, que concentraria uma vasta porção territorial de facilidades de acesso logístico a recursos estratégicos. Então o equilíbrio de poder deve ser mensurado por dois níveis: o que envolve as variáveis geográfica, econômica e militar em primeiro lugar; e, em segundo, o que abrange condições populacionais, números demográficos, visibilidade, equipagem e organização.

A conclusão objetiva de Mackinder (2004) é que a formulação interna de políticas estratégicas da Grã-Bretanha deveria sempre considerar as políticas e as composições de outros países, tendo em perspectiva a posição de primazia que a divisão territorial do *Heartland* naturalmente possui. A recomendação do geógrafo é que devem ser exercidas táticas de contenção contra concorrentes e rivais que ocupam a área, enquanto a influência deve ser buscada em seu entorno estratégico. Essa foi a centelha do avanço conceitual desta área do conhecimento em um prolífico período de grandes guerras que necessitava de contribuições instrumentais do gênero.

A teoria de Mackinder influenciou autores como o general alemão Karl Haushofer e o estrategista estadunidense Nicholas Spykman. Haushofer é responsável pela proposta de edificação de um bloco eurasiático. Para o autor, a Alemanha deveria se alinhar com a União Soviética e com o Japão para formar um bloco transcontinental eurasiático e liderado pelo Terceiro Reich⁷. Partindo de uma perspectiva estratégica alternativa, que representa os

⁷ Segundo Haushofer, tendo a Alemanha sido derrotada pelas forças do Ocidente na Primeira Guerra Mundial (1914-8), um caminho para a restauração de sua hegemonia se daria através da constituição de um bloco transcontinental de potências euroasiáticas. Tal bloco ideal seria composto por Alemanha, União Soviética, China, Índia e Japão. Principalmente a URSS seria necessária para que houvesse controle, por parte da Alemanha, da área compreendida como “*Heartland*” da Eurásia e suas regiões marginais. Por meio desta coalizão o poder terrestre teutônico ascenderia, seguindo os preceitos teóricos de Mackinder.

Um desdobramento histórico das formulações teóricas de Haushofer é exemplificado pelo chamado pacto de não agressão germano-soviético (ou “pacto Molotov-Ribbentrop”) em 1939. O firmamento desse pacto representou uma vitória dos partidários de Haushofer no círculo dirigente do Terceiro Reich. Após firmar uma relativa aliança com a URSS, os nazistas poderiam avançar contra a Ásia, levando ativamente a guerra para o outro continente para se aproximar das colônias inglesas (principalmente a Índia) e desafiar a hegemonia de tal potência. O Japão seria um aliado fundamental nas operações que seriam lançadas sob tal processo. Essa manobra evitaria a intervenção dos Estados Unidos na Segunda Guerra. Em 1941, todavia, o bloco eurasiático

objetivos exteriores dos Estados Unidos, Nicholas Spykman (1942) desenvolveu a teoria da consolidação do poder marítimo anglo-americano por meio do cerco do “*Heartland*” após a dominação do “*Rimland*”⁸.

A obra de Spykman recomenda que o isolamento da Ilha-Mundial deve ir além do *rimland* para que, efetivamente, a segurança nacional estadunidense seja garantida. Assim, se faz necessário garantir pontos de apoio na América Latina, na África, na Oceania e nas margens meridionais da Ásia. Bases militares estratégicas podem ser instaladas nesses locais, por exemplo. Vale ressaltar, contudo, que qualquer aliança militar firmada deveria ser limitada e realizada com cautela. Relações de equilíbrio de forças constantes deveriam ser mantidas. Uma Europa unida, industrializada, rica e fortemente armada pode ameaçar a hegemonia estadunidense em uma correlação de forças futura. As associações em curto prazo, por isso, devem ser sempre calculadas cautelosamente. A mesma consideração se aplica à Ásia. Um Japão poderoso demais pode ameaçar os EUA, mas, ainda mais do que este, a China é o Estado com maior potencial para tomar o posto estadunidense de líder mundial devido à extensão e à demografia robustas que ao possuírem tecnologia e fortes armamentos podem comprometer os EUA para sempre (MELLO, 1997).

As teorias geopolíticas clássicas evoluíram notavelmente ao longo do século XX, sendo construídas como armas úteis ao Departamento de Estado dos EUA e às agências de inteligência do mundo inteiro. Compreendendo funções diferentes de acordo com aplicações às posições de cada Estado em recortes temporais precisos, primeiro a geopolítica foi desenvolvida nos prenúncios e nos andamentos das grandes guerras mundiais, depois foi adaptada à Guerra Fria (1947-1991). O surgimento da URSS após a Revolução Russa em 1917 edificou uma potência impositiva no epicentro da Eurásia, desafiando as pretensões hegemônicas globais dos EUA. O foco territorial da teoria geopolítica na região que envolvia a URSS estava, então, concatenado com a realidade que era iniciada no pós-guerra. É nesse

em gestação foi cancelado devido à invasão da União Soviética. Esse foi o momento em que os partidários do general Haushofer foram derrotados pelo círculo de Hitler e a Alemanha caminhou para a derrota na guerra em 1945.

⁸ O conceito principal formulado por Spykman é o de “*Rimland*”, que corresponde geograficamente a uma ressignificação ampliada do “crescente interno” mackinderiano (KORYBKO, 2018). O “*Rimland*” seria formado pelos limites continentais (regiões anfíbias, isto é, com frente marítima e terrestre) da periferia da Eurásia, cercando o “*Heartland*”. Seria “um colossal semicírculo que se estendia da Europa Ocidental, passando pelo Oriente Médio e Ásia Meridional, até o Extremo-Oriente” (MELLO, 1997, p. 48). Essa área funcionaria como uma zona de amortização entre os poderes marítimo e terrestre, possibilitando que o primeiro controlasse os Estados constituintes do cerco. Isso permitiria que as forças anglo-americanas instrumentalizassem tais Estados, auxiliando-os, para isolar o poder terrestre. Isso ocorreria, concretamente, por exemplo, através da instalação de bases militares internacionais ao longo do “*Rimland*”. Spykman inverteu a fórmula geopolítica de Mackinder afirmando que: “quem controlar os espaços periféricos (“*Rimland*”), dominará a Eurásia; quem dominar a Eurásia, controlará os destinos do mundo” (MELLO, 1997, p. 50).

instante que o *Heartland* começa a ser tratado praticamente como um local de disputa e um palco de sucessivas guerras de procuração, revoluções e contrarrevoluções que exprimiam expansões e contrações dos EUA e da URSS.

Durante o período entreguerras (1914-1945) o pensamento geopolítico recebeu a contribuição da teoria do “Prometeísmo estratégico” pelo estadista polonês Józef Piłsudski. O pensamento de Piłsudski é orientado por uma inclinação antirrusa e que tinha como finalidade traçar um plano inicial de fragmentação da URSS. Korybko (2018) sintetiza o prometeísmo pela explanação do *modus operandi* que defendia: de alguma maneira, os cidadãos não russos que viviam sob a periferia da URSS deveriam ser influenciados externamente para se rebelar contra o centro do bloco de países. Como resultado, a URSS inteira seria fragmentada em diferentes entidades étnicas independentes, antirussas e que poderiam se dispor a formar uma aliança com a Polônia. O projeto ambicioso de Piłsudski não teve sucesso na prática, apesar de ao longo de seu governo ter atingido objetivos geopolíticos de contenção parcial e temporária à expansão da URSS como resultado da Guerra Polaco-Soviética (ZAMOYSKI, 2008). Porém, teoricamente, em harmonia com o entusiasmo mackinderiano sobre a responsabilidade de projeção de poder do Ocidente sobre o entorno da área pivô da geopolítica, o líder polonês foi uma imagem histórica pioneira de um planejamento pragmático em torno da ideia de que a desestabilização estratégica da periferia pode ser canalizada para o interior da Rússia. Essa é “a gênese espiritual da ideia altamente influente dos Bálcãs Eurasiáticos de seu compatriota Zbigniew Brzezinski” (KORYBKO, 2018, p. 12).

Após a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, teve início a Guerra Fria, marcada pela fragmentação do grupo devido à rivalidade estratégica sino-russa. Por consequência, os EUA formularam a “Doutrina da Contenção” inspirada no famoso artigo X, publicado em 1947 por George Kennan, e no documento do Conselho de Segurança Nacional (NSC-68). Em sua manifestação pragmática, a “Doutrina da Contenção” ganhou forma por meio da criação de instituições como Doutrina Truman, Plano Marshall, OTAN, OTASE e CENTO e pela formação de alianças militares bilaterais com países asiáticos, como Japão, Coreia do Sul e Filipinas. Estas alianças podem ser retratadas geograficamente como um cerco sistêmico de contenção à URSS dentro das áreas dos crescentes interno e externo ao redor do *Heartland* (PAUTASSO, 2019).

O pensamento geopolítico atinge seu ápice em termos de produção de resultados estratégicos estadunidenses ao atravessar as contribuições do já citado Spykman e, ao fim do século XX, desencadear na obra do cientista político e Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA do governo de Jimmy Carter (1977-1981), Zbigniew Brzeziński. A inovação nos escritos dos autores se encontra na identificação da possibilidade de direção da política internacional pelo controle dos crescentes internos e externos, dispensando a tarefa mais agressiva e ambiciosa de lutar pelo controle da área pivô. Tirar o domínio da periferia da área pivô já é suficiente para influenciar os destinos da política global.

Ao dar andamento à formulação estratégica da geopolítica por um viés instrumental para os EUA, Brzeziński evocou em sua obra-prima publicada em 1997, “O Grande Tabuleiro de Xadrez”, a categoria de “balcãs eurasiáticos” pela exploração instrumental da realidade social e étnica da região identificada por precursores como um conjunto de Estados-tampão relevantes para que o domínio do *Heartland* fosse refreado. Um exame da história das disputas sociais impulsionadas pela plurinacionalidade concentrada nos Balcãs leva à conclusão oportunística de que forças passíveis de cooptação podem servir como aparatos úteis às pretensões mais extensas das grandes potências. Nesse sentido, Brzezinski cita Mackinder diretamente em sua obra como uma influência secundária (BRZEZINSKI, 1997, p. 38), sem assumi-lo como referência das suas análises geopolíticas. A definição do autor sobre os Balcãs também está conectada com os objetivos táticos traçados pelo prometeísmo de seu conterrâneo, Piłsudski, servindo, porém, à estratégia hegemônica dos EUA.

Seu escrito também se distingue por significar uma conclusão sobre iniciativas militares historicamente bem-sucedidas devido à vitória dos EUA na Guerra Fria⁹. Como resultado, dialogando com a história recente das vitórias militares indiretas dos EUA, a zona prioritária demarcada em sua análise se desloca entre Eurásia, Ásia Central e Meridional, e Oriente Médio:

Na Europa, a palavra “Balcãs” evoca imagens de conflitos étnicos e rivalidades regionais de grandes potências. A Eurásia também tem seus “Balcãs”, mas os Balcãs da Eurásia são muito maiores, mais populosos, ainda mais heterogêneos religiosos e etnicamente. Eles estão localizados dentro desse grande oblongo geográfico que demarca a zona central de instabilidade global [...] que abrange porções do sudeste da Europa, Ásia Central e partes do sul da Ásia, a área do Golfo Pérsico e o Oriente Médio. Os Balcãs da Eurásia formam o núcleo interno desse grande oblongo [...] e

⁹ O planejamento estratégico proposto por Brzeziński para a atuação dos EUA na Guerra do Afeganistão (1979-89) foi decisivo para que a URSS gastasse recursos militares até atingir um limite econômico e social que contribuiu para que fosse instaurada a crise que levou ao seu esfacelamento. A guerra por procuração foi desencadeada pela criação dos *Mujahedin* como força terrorista e contrarrevolucionária armada e treinada pela CIA no âmbito da Operação Ciclone (GASPER, 2001).

Ao fim do século XX, o ambiente acadêmico se tornara fértil para uma contribuição intelectual do gênero da geoeconomia. Os princípios da geopolítica clássica saíram de cena no *mainstream* teórico para que fossem propugnadas perspectivas plurais e correspondentes com táticas de exercício de projeção de poder e participação da ordem internacional globalizada e multilateralista conduzida pelos EUA. Segundo Vesentini (2000, p. 12), foi nesse momento de planejamento de uma hegemonia mundial adaptada ao século XXI que novas geopolíticas passaram a ser pensadas. Foi nesse impulso que as condições dadas pela realidade abriram margens para se pensar em uma teorização da geoeconomia.

Segundo Blackwill e Harris (2020), geoeconomia diz respeito ao uso de instrumentos econômicos para produzir resultados geopolíticos benéficos. O estrategista estadunidense Edward Luttwak (1990) é o principal elaborador da teoria, uma vez que foi o primeiro a empregar o termo “geoeconomia” no artigo “*From Geopolitics to Geoeconomics*” na revista *National Interest*. O neologismo geoeconômico se dispõe, segundo Luttwak, “[a] descrever a mistura da lógica do conflito com os métodos do comércio – ou, como Clausewitz teria escrito, a lógica da guerra na gramática do comércio” (1990, p. 19, tradução nossa).

Sumariamente, a geoeconomia caracteriza uma nova versão da antiga rivalidade entre os Estados. O arsenal geoeconômico envolve ações de orientações ou estímulos estatais nos seguintes âmbitos: capital para investimentos industriais, desenvolvimento de produtos subsidiados, penetração em mercados, e pesquisa e desenvolvimento. A teoria de Edward compara e logo sobrepõe os meios econômicos de atuação aos instrumentos militares ativos, pois os primeiros estariam entrando em maior evidência do que os últimos (LUTTWAK, 2001). É curioso observar que a abordagem do professor vai na contramão das tendências ocidentais que dão primazia aos pressupostos do *laissez-faire*. Esta abordagem surpreende o *mainstream* ao defender a presença relativa do Estado para que vantagens competitivas sejam obtidas.

Entretanto, Pedro de Pezarat Correia (2015) chama a atenção para a ambiguidade inerente à subárea delineada por Luttwak. Frente a uma revisão bibliográfica é possível perceber que a relação entre economia e geopolítica não é uma novidade, pois instrumentos comerciais e financeiros sempre foram colocados em pauta em disputas estratégicas. Ainda, os autores que evocam a geoeconomia como subárea aparentemente autônoma apresentam visões conflitantes sobre a direção da determinação da relação que a constitui. Não há um consenso objetivo, como o apresentado por Blackwill e Harris (2020), sobre a geopolítica

determinar funções de subordinação aos instrumentos econômicos. Segundo De Pezarat Correia (2015), há múltiplos autores que abordam a geopolítica como objeto da economia, trazendo uma ambiguidade para que haja consolidação da subárea proposta por Luttwak (1990).

Apesar das contradições bibliográficas, as referências da geoeconomia se impõem como um arsenal útil para a formulação da estratégia de grandes potências no século XXI, e por isso tal subárea está entrando em evidência. Teoria e história dialogam como um organismo de determinação mútua. Se a realidade atual impõe a necessidade de uma conceituação geoeconômica, os grupos interessados a põem em voga.

É nesse ritmo que Graham Allison (2020) enxerga na grande estratégia da China contemporânea fundamentos geoeconômicos, estando concatenado com os alertas trazidos pelo próprio Luttwak já em 2012 no livro *“The Rise of China vs. The Logic of Strategy”*. Diante do desafio geopolítico entre China e Estados Unidos, que marca o século XXI devido ao crescimento econômico elevado e imparável da potência asiática emergente, a saída apontada para os Estados Unidos é a exploração de táticas relacionadas à economia dentro de uma grande estratégia geoeconômica, segundo Luttwak (2012).

A geoeconomia pode ser enquadrada como um referencial útil para compreender a política externa chinesa devido ao seu foco em crescimento econômico por meio de exportações, principalmente. Investimento público-privado e consumo doméstico também são fatores relevantes para o crescimento econômico chinês, mas o primeiro tem funções voltadas a retroalimentação, manutenção e inovação tecnológica, enquanto o segundo se mantém constantemente relevante devido ao fato de a maior demografia do planeta estar concentrada na China, contando com cerca de 1,4 bilhão de habitantes e PIB per capita crescente. A atividade exportadora sistematizada desde a criação das ZEEs na costa leste do país teve uma função de longo prazo para que Pesquisa e Desenvolvimento e Ciência e Tecnologia avançassem em políticas industriais que tinham como base a engenharia reversa. Depois que esse processo atingiu patamares mais elevados, a logística exportadora chinesa foi aprimorada com a fundação da BRI (FARIAS e MARTINS, 2020).

Coincidentemente, o contorno da BRI constante em seu projeto circunda toda a área compreendida como *Heartland*, mas ainda vai além, envolvendo o *Rimland* e mais áreas envolvidas, transcendendo os limites eurasiáticos e abordando também territórios ocidentais e africanos. A China, então, apresenta uma proposta de movimentação e ocupação logística por

meio de iniciativas comerciais e financeiras. Relações de troca e de investimentos marcam a presença do Estado chinês com um revestimento diplomático pacífico e adaptado aos preceitos da geoeconomia (JUNQUEIRA, 2019).

Uma vez que o crescimento econômico chinês se dá por suas políticas industriais, forte atuação estatal no direcionamento de capital produtivo (JABBOUR; GABRIELE, 2021) e busca por recursos petrolíferos no golfo pérsico (MEARSHEIMER, 2014a) – presente no crescente interno mackinderiano –, a ascensão chinesa representa uma adequação adaptativa aos preceitos reconhecidos e sugeridos pela geoeconomia.

Constatada a razão de ser e justificada a necessidade de desenvolver uma teoria geoeconômica, cabe uma síntese de seu escopo e do *modus operandi* que propõe. A geoeconomia executada por potências consiste, em suma, em dominar setores industriais, mercados e posições na cadeia de valor para que comportamentos geopoliticamente indesejados de países dependentes sejam suprimidos e, assim, disputas sejam vencidas indiretamente. Para isso, investimentos, direcionamentos e manutenções de capital são exigidos em longo prazo. É por essa via que uma condição estrutural defensiva é criada para que uma capacidade potencial seja reconhecida por todos os atores relacionados com a potência. Em curto prazo, após a conquista de um estatuto de detentora de relações verticais de dependência, uma potência pode agir ofensivamente pela imposição de sanções, tarifas, aumento de taxas de juros etc.

A geoeconomia se revela como uma faceta da geopolítica útil em um período histórico em que as disputas são mais silenciosas do que antes devido à configuração de poder unipolar, à institucionalização hegemônica dos Estados Unidos e à globalização. Precisamente, é uma teoria que incentiva a industrialização como fonte de poder e o acesso a áreas-chave das cadeias produtivas globais para essa condição, como a petrolífera. É sabido que no próprio “coração continental” e seus arredores, os crescentes internos, há concentração robusta de reservas de petróleo. Essas áreas incluem os territórios russos, iranianos, sauditas e árabes em geral. Os instrumentos táticos dispostos por uma óptica geoeconômica são úteis para que influência seja exercida sobre o *Heartland* mackinderiano. Então essa região ainda deve ser disputada, tendo em vista a relevância do petróleo para o desenvolvimento de cadeias produtivas e políticas industriais:

[...] na nova era "geoeconômica" não apenas as causas, mas também os instrumentos do conflito devem ser econômicos. Se as disputas comerciais levam a confrontos políticos, como agora são muito mais prováveis de fazer com o declínio dos imperativos da geopolítica, esses confrontos políticos devem ser combatidos com as

armas do comércio: a restrição mais ou menos disfarçada das importações, a subsídios mais ou menos ocultos às exportações, o financiamento de projetos tecnológicos competitivos, o apoio a formas selecionadas de educação, o fornecimento de infraestruturas competitivas e muito mais (LUTTWAK, 1990, p. 21, tradução nossa).

Entretanto, um exame da história internacional pós-Guerra Fria permite destacar que a geoeconomia não substituiu a geopolítica. Conflitos civis e interestatais continuam se desdobrando, atingindo em pouco tempo dimensões quantitativas muito maiores do que as que compreendiam o período da Guerra Fria (MEARSHEIMER, 2018). Apenas os meios geoeconômicos parecem ter substituído os da geopolítica militarista clássica devido à globalização dos acordos comerciais e instituições que antes uniam especialmente o bloco capitalista da Guerra Fria, quando a configuração global de poder era bipolar, e então passaram a abranger todo o sistema de Estados no momento unipolar. Os Estados ainda valorizam a segurança e o controle político acima da economia, e a geoeconomia pode fornecer meios relevantes, mas não o fim, para alcançar esses objetivos (MATOS, 2008).

A geopolítica evoluiu até um nível mais sofisticado que ainda sucedeu a geoeconomia. Há classificações que enquadram a forma atual da geopolítica como “crítica” ou “pós-moderna” (FERNANDES, 2002). Tal vertente faz uso de metodologias que abandonam o funcionalismo, não orientadas a aconselhar formuladores de políticas, e que se restringem ao papel de observar a geopolítica e criticá-la academicamente. São interessantes para analisar a abrangência mais profunda da geopolítica que atinge as perspectivas populares sobre outros países e os discursos midiáticos sobre as relações internacionais, por exemplo. Esses *insights* que tangenciam conjunturas subjacentes podem trazer contribuições interessantes sob um viés holístico.

E outra evolução recente da geopolítica se dá por sua referenciação na categoria de “guerras híbridas” (KORYBKO, 2018). As guerras híbridas desconsideram meios militares diretos e dão enfoque em atuações acessórias, trazendo à tona a possibilidade de desmaterializar o espaço como dimensão da análise da geopolítica. Assim, a ocupação do *Heartland* na geopolítica contemporânea passa a ser pensada também por dispositivos propiciados pela tecnologia que têm a serventia de administrar dados e informações pertinentes a processos de domínios e disputas. Por isso, Andrew Korybko se debruça para analisar o impacto das redes sociais nas disputas geopolíticas.

Nesse âmbito, as contribuições de autores como Paul Virilio e James Der Derian são respectivamente representativas à geopolítica e à teoria de Relações Internacionais no que diz

respeito às análises de aspectos não materiais da nova geopolítica que servem à manutenção de relações de poder indireto sobre os territórios. Uma formulação de vertente exemplar é a da “cronopolítica”, que estima o papel-chave da aceleração da produtividade humana, propiciada pelos avanços tecnológicos, na geopolítica (FERNANDES, 2002, p. 22).

O geógrafo Rogério Haesbaert (2007) sintetiza uma discussão extensa que existe na academia desde o fim do século XX devido à invenção da internet e à consequente virtualização de atividades humanas ligadas à gestão social, produtiva e de trocas. Para compreender a dinâmica de desmaterialização e virtualização de aspectos da realidade é necessário evocar as relações entre as categorias de “território” e “rede”. A princípio, “território” é um espaço fixo e estável; “rede” é algo fluido e instável – e ambos interagem mútua e constantemente. Por essa relação, é possível vislumbrar um “espaço virtual”:

O ciberespaço [...] é o novo meio de comunicação que surge da intercomunicação mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo [...] eu defino o ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores (LÉVY, 1999, p. 17-92 apud HAESBAERT et al, 2007, p. 63).

O ciberespaço é, então, para a geografia, um instrumento de “des-re-territorialização”, que não necessariamente substitui o espaço físico existente. Isso indica que, uma vez que o “virtual” é potencialmente real, há nele também um potencial criativo, que vai além do ciberespaço e tange o território material. Assim, o ciberespaço pode criar territórios após destruir outros e vice-versa, de modo flexível e dinâmico, trazendo implicações ao território físico. Em concordância, Israel de Oliveira Frois (2018) categoriza o ciberespaço como uma produção objetivada pelos seres humanos dentro do espaço geográfico por meio do desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação. O ciberespaço, para a geopolítica, é um instrumento objetivo que implica em determinações reais.

É a referida dimensão virtual do espaço que funciona no século XXI como um instrumento indispensável, segundo Korybko (2018), para que revoluções coloridas e guerras não convencionais (civis)¹⁰ sejam lançadas de modo que meios de ação diretamente militares sejam colocados em prática. Desde o final do século XX já havia oficiais das forças armadas

¹⁰ A teoria das “guerras híbridas” explica uma abordagem potencialmente difásica de troca de regime. Revoluções coloridas equivalem a movimentações sociais de militância e pressão política ainda pacífica que culminam em golpes brandos orquestrados e coordenados por uma potência geopoliticamente interessada (os EUA aparecem como objeto do estudo de caso de Andrew Korybko); caso as revoluções não tenham êxito, as segundas fases dos processos de trocas de regimes devem apelar para Guerras Não Convencionais, que envolvem militantes civis e paramilitares dispostos a utilizar poder bélico para executar um golpe de Estado duro e direto.

dos EUA que arquitetavam o manejo das guerras centrado em redes sociais, como o Vice-Almirante Arthur Cebrowski e John Garstka (1998), que publicaram o artigo “Guerra Centrada em Rede: Origem e Futuro”. Ainda, John Arquilla e David Ronfeldt (1996), do *think tank* estadunidense RAND Corporation, publicaram o livro “O Advento da Guerra em Rede” e o aprimoraram no livro “Redes e Guerras em Rede” publicado em 2001. Ambas as publicações têm um ponto sintético e prático sobre a inovação trazida pela era da informação à geopolítica moderna. Segundo os autores, o conceito de “guerras em rede”:

[...] refere-se a um modo emergente de conflito (e crime) nos níveis sociais, salvo guerras militares tradicionais, em que os protagonistas usam formas de organização em rede e doutrinas, estratégias e tecnologias relacionadas afinadas com a era da informação. Esses protagonistas provavelmente serão organizações dispersas, pequenos grupos e indivíduos que se comunicarão, coordenarão e conduzirão suas campanhas de uma maneira conectada via Internet, geralmente sem um comando central preciso (RONFELDT e ARQUILLA, 2001, p. 5 apud KORYBKO, 2018, p. 39).

Dentro deste cenário complexo, que envolve dimensões concretas e virtuais, as disputas geopolíticas modernas (ou mesmo pós-modernas) têm substância definida em termos de poder brando no ciberespaço. Agências de inteligência de Estados em disputa podem utilizar o *Big Data* para organizar, filtrar e acompanhar o perfil macrosocial de populações de países alvejados para ganhar projeção por meio de aprovação e aceitação de influência. As redes sociais são instrumentos-chave nessas disputas, e o estudo de caso mais notável sobre isso até o presente momento é o do *Facebook*, que serve como um meio de coleta de informações e de articulação de protestos enquadráveis na categoria de revoluções coloridas. Reconhecendo essas potencialidades estrategicamente eficazes, potências emergentes que confrontam a hegemonia unipolar dos EUA, como a China e a Rússia, nacionalizaram suas redes sociais, desenvolvendo o *Wechat*, o *Weibo*, o *VK*, o *Telegram* etc. como alternativas justificadas por razões de preservação de segurança nacional (KORYBKO, 2018).

A categoria de “guerras híbridas” já confirmou sua pertinência nas disputas ainda em andamento pelo *Heartland* e pela área de seu crescente interno (ou *Rimland*). Organizações dos EUA, como o *National Endowment for Democracy* já publicizaram que fornecem recursos financeiros para grupos de militantes e ativistas em regiões de relevância geopolítica preconizadas historicamente e que compõem periferias de potências que disputam pelo controle do coração continental eurasiático, como Xinjiang (ALVES, 2017).

Compreendida a evolução da geopolítica clássica à pós-moderna (FERNANDES, 2002), é perceptível que, independentemente de o *Heartland* compor ou não, de fato, um território de central às civilizações, seja por concentrar recursos ou por dispor de vias naturais

de mobilização de poder terrestre (essencialmente superior às outras formas de poder), tal conceito influenciou de fato a movimentação da história das relações internacionais no século XX. E no século XXI sua relevância prevalece, mesmo que a geopolítica tradicional e diretamente militar aparentemente esteja passando por um momento de desuso. Todavia, esse momento marcado por ações indiretas apenas reveste profundos fundamentos geopolíticos que prevalecem.

2.2 GEOPOLÍTICA ENQUANTO COMPONENTE DO REALISMO POLÍTICO

O objetivo deste tópico é indicar diálogos entre o realismo político e a geopolítica. A seção visa primeiramente realizar uma síntese constitutiva do realismo pela exposição dos grandes debates norteadores das Relações Internacionais como área acadêmico-científica para apontar e explicar as características da geopolítica pertinentes. A articulação se faz necessária para que haja coesão conceitual entre os tópicos dispostos como instrumentos teóricos úteis à análise do objeto de pesquisa nos tópicos finais.

O desenvolvimento acadêmico das Relações Internacionais, em verdade, retoma constructos das ciências sociais para tratar como objeto o “internacional” (HALLIDAY, 2007, p. 15). Nesse sentido, surgem na área diálogos espontâneos com áreas do conhecimento que delimitavam outros objetos que já tangiam o “internacional”. Uma dessas áreas é, logicamente, a geopolítica, que dialoga desde sua gênese com as bases epistemológicas e filosóficas da tradição da ciência política de *realpolitik* devido ao estadocentrismo, ao militarismo e ao reconhecimento de disputas territoriais e por poder como objetivos. Segundo Mariutti (2013, p. 2), a geopolítica se aproxima da política internacional pelo fato de seu conceito operativo básico ser o equilíbrio de poder.

A área de estudo acadêmico das Relações Internacionais surgiu após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), enfocando os fatores causadores da “guerra” como objeto de estudo, pois buscava ser uma ciência de cunho utilitarista e funcional que possibilitaria a pacificação do sistema de Estados. Ainda que já existissem abordagens que tentassem problematizar a “guerra” em si, como objeto não necessariamente relacionado com o “internacional”, mesmo que comumente esteja relacionado, como a “polemologia” (BOUTHOU, 1964), as Relações Internacionais buscavam uma distinção para que se tornassem uma área autônoma. Contudo, uma vez que a área surgiu como extensão da Política ou Ciência Política e permaneceu dentro de uma ontologia “emprestada”, a área das Relações Internacionais nunca se firmou como um

campo independente. É isso que Justin Rosenberg (2016) chama de “prisão da Ciência Política”, pois as Relações Internacionais não possuem ontologia única e são incapazes de “exportar” conceitos para outras disciplinas, apenas fazendo importações e transformações.

Todavia, para Halliday (2007, p. 23), uma observação das abordagens europeias das Relações Internacionais aponta que, caso possuísem uma disciplina materna, esta seria o Direito Internacional, e não a Ciência Política, dado o fundamento pacificador e com pretensões ativas de institucionalização de soluções. Então há uma relativa gama de produtos teóricos que são fabricados de acordo com cada país, e estes são instigados por variáveis como período histórico e condições sociais multiformes. Como resultado, tem-se nas Relações Internacionais pluralidade de correntes teóricas que possivelmente explicam por que esta área se proliferou na academia mesmo possuindo contradições ontológicas. A necessidade de uma teoria de Relações Internacionais estimulou reflexões necessárias para um mundo globalizado.

As Relações Internacionais ganharam forma por grandes debates que delimitam sua história por etapas. Há diferentes periodizações trazidas por autores desenvolvedores da área. Para Ole Wæver, há quatro grandes debates, enquanto Yosef Lapid avalia que há apenas três (apud MARIUTTI, 2013, p. 28). Os desfechos dos debates significam projeções e predomínios que foram conquistados na academia e nos pensamentos dos formuladores de políticas e estratégias das respectivas épocas. Não necessariamente demonstravam maior proximidade à verdade ou avanços em termos de consensos factuais e sistêmicos, mas a primazia de propostas mais úteis ao espaço e ao tempo em que ganhavam forma.

O Primeiro Grande Debate funda as Relações Internacionais e é simbolizado pela inauguração do Departamento de Política Internacional da Universidade Aberystwyth no País de Gales em 1919, logo após a Primeira Guerra Mundial. O debate foi marcado pela presença dos pioneiros e autores classificados (por si próprios ou por outros) como realistas, representados principalmente por Edward Hallett Carr e Morgenthau, e pelos liberais ou idealistas ou utopistas, como Woodrow Wilson (que teve seu nome fornecido como homenagem ao referido Departamento de Aberystwyth) e Norman Angell. Historicamente, devido ao fracasso prático da Liga das Nações (defendida pelos liberais como um projeto resultante de suas reflexões) para evitar a eclosão de uma nova guerra mundial, já que a Liga foi fundada em 1920 e a Segunda Guerra Mundial foi iniciada em 1937, as contribuições realistas ganharam maior proeminência.

A proposta de uma ciência da política internacional é elaborada com vias de compreensão e manejo de setores da sociedade além dos compartimentos profissionais, referentes à diplomacia e à guerra. Os idealistas ou liberais wilsonianos (partidários do pacifismo vertical conduzido pelos EUA) dão início às medidas de institucionalização da Política Internacional, e os realistas executam uma revisão desta pela elaboração de uma contraposição científica para que uma compreensão mais sofisticada seja atingida (CARR, 1981).

O teórico Hans Morgenthau, fundador do chamado realismo natural ou “neoclássico” (por suceder e principiar preceitos de autores clássicos que partiam de perspectivas de *realpolitik*), dedica atenção à geografia como componente do poder nacional dos Estados, como está posto no Capítulo IX de A Política entre as Nações: “O mais estável dos fatores de que depende o poder de uma nação é obviamente a geografia” (MORGENTHAU, 2003, p. 256). Morgenthau analisa brevemente as geografias de EUA, Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Rússia para demonstrar fatores competitivos que são determinados pela geografia na política internacional, apontando uma relevância milenar dessa variável para a formulação geoestratégica dos Estados (CASTRO, 2012, p. 142-155).

Morgenthau, contudo, visualiza as posições insulares como as mais vantajosas para a preservação da segurança nacional e da integridade territorial, e avalia o caráter predominantemente terrestre do poder de mobilidade da Rússia como uma fragilidade devido à ausência de fronteiras naturais, contrariando uma concepção mackinderiana e se aproximando de uma abordagem equivalente à de Mahan por valorizar a primazia de um posicionamento insular e relacionado com o poder marítimo.

Frente a essa discussão cabe mencionar as metodologias de definição de poder *Comprehensive National Power* (CNP) e *Composite Index of National Capability* (CINC). A primeira é comumente utilizada em análises geoestratégicas de academias militares e de ciência política na China (YAN, 2019), enquanto a segunda, proposta por David Singer et al (1972), criou um padrão de análise de poder militar influente no Ocidente. Para além de variáveis enquadradas em comum e por padrão nas metodologias classificatórias de poder dos Estados, como demografia, recursos naturais e humanos, competência e experiência militar, atividade econômico-produtiva relacionada com produtividade industrial-bélica e com orçamento militar etc., a geografia é um componente mais estável. Todas as variáveis são passíveis de alterações quantitativas e qualitativas, mas o território é o mais firme frente às

pressões do tempo. Possíveis transformações na geografia podem se dar, porém, através de anexações de regiões por outros Estados, catástrofes naturais, acidentes humanos, danos decorrentes de conflitos etc.

No âmbito do primeiro grande debate fundador das Relações Internacionais o realismo e o dito idealismo ou liberalismo enquanto rótulos admitiam categorias geopolíticas imbuídas em suas formulações, ainda que as propostas de intervenção variassem. A geopolítica se apresenta como um meio e um fim para os realistas, enquanto pode ser bem-vinda como meio estritamente analítico às propostas liberais.

O Segundo Grande Debate foi travado entre os intitulados tradicionalistas ou classicistas e behavioristas ou cientificistas durante o período pós-guerras mundiais, entrando em evidência na década de 1960. O primeiro grupo compunha intelectuais adeptos de metodologias humanísticas padronizadas nas Ciências Sociais e na História, por exemplo, enquanto o segundo, de aptidão cientificista, se baseava em uma proposta inclinada às ciências duras, isto é, às formas de pesquisa que primavam métodos quantitativos.

Esta periodização cientificista e com pretensões revolucionárias serviu como pano de fundo ao desenvolvimento das ciências sociais como um todo durante a década de 1960. Consequentemente, a área das Relações Internacionais, como prisioneira da Ciência Política (ROSENBERG, 2016), foi automaticamente absorvida em tal fluxo, criando expressões próprias:

É importante que o processo de *imitatio scientiae* não foi exclusivo da Geopolítica clássica. Nos anos 70, o norte-americano Ray S. Cline, provavelmente influenciado pelo impacto que a chamada «revolução behaviorista» teve nas Ciências Sociais durante os anos 60, nos EUA, empreendeu uma célebre tentativa de quantificação do poder [...] O objectivo era superar, através de uma fórmula matemática, as clássicas formulações qualitativas de poder (FERNANDES, 2002, p. 16-17).

A revolução behaviorista atingiu um desfecho em meados de 1960 após desdobramentos de relevo oriundos do final do século XIX e da década de 1920. A rejeição de metodologias de pesquisa humanísticas e tradicionais, como a hermenêutica, a especulativa e a normativa, propunha procedimentos de análise opostos advindos das ciências duras inicialmente para a Psicologia, para a Ciência Política e para a Economia Política. Este ímpeto, contudo, transbordou para outras áreas do conhecimento, posteriormente. Sobre os meios de utilização dessas metodologias em áreas das ciências humanas, resume Mariutti:

a separação entre teoria e realidade (a teoria é um artefato mental que precede a aplicação prática e deve tentar explicar as leis (as regularidades empiricamente observadas)); neutralidade axiológica (separação entre fato e valor), a criação de

protocolos e rigor metodológico para testar hipóteses (que devem ser falseáveis) e ênfase na quantificação. Junto com o pacote veio uma característica que não deriva necessariamente das ciências naturais: os behavioristas tomam o indivíduo racional como unidade fundamental de análise (2013, p. 27).

O segundo debate é ilustrado notavelmente pelas menções diretas mútuas entre Morton Kaplan e Hedley Bull nos respectivos textos de suas autorias, publicados ambos em 1966: “O novo grande debate: tradicionalismo contra ciência em Relações Internacionais” e “Teoria das Relações Internacionais: defesa da abordagem clássica”.

Para Bull (1990, p. 40-54), os behavioristas pouco contribuíram para o avanço dos debates internacionais devido a determinadas razões. Os cientificistas limitam-se a métodos das ciências duras e privam-se dos instrumentos clássicos, como a história diplomática, e afastam-se da substância da política internacional. Assim, não tratam da essência das questões, focam em assuntos marginais; E sempre que conseguem atingir a substância das questões, acabam por adotar o método clássico – Thomas Schelling, por exemplo, ao desenvolver a Teoria dos Jogos apoiou-se, além desta, na Ciência Política e na Filosofia. Os cientificistas projetam modelos (formas de organizar e relacionar dados) que equivalem a abstrações da realidade dificilmente aplicáveis à política internacional devido ao caráter humanamente imprevisível desta.

A posição do cientificista Kaplan (1990, p. 69) pode ser resumida pela argumentação de que modelos teóricos falseáveis compõem o melhor caminho para que as Relações Internacionais se constituam como uma ciência livre de generalizações que agreguem aspectos impertinentes, obtendo, assim, potencial para filtrar hipóteses mais consistentes. Por meio das pretensões sistêmicas, Kaplan sugere que sejam pensadas formas específicas válidas às finalidades e exigências do estudo do internacional. Para isso, interações grupais compõem um ponto de partida básico, por exemplo, para a compreensão das relações entre Estados na política internacional.

A julgar pelos desdobramentos multiformes dos debates ao longo das cenas acadêmicas e políticas de cada realidade nacional, nos EUA um superior impacto behaviorista foi conferido às Relações Internacionais como desfecho devido às predisposições ideológicas da academia e do *establishment* político-econômico do país. Por outro lado, a multidisciplinaridade foi sugerida na Inglaterra – Nesse período, por exemplo, Susan Strange desenvolveu a Economia Política Internacional pelo cruzamento com as Ciências Econômicas (MARIUTTI, 2013, p. 39).

Nos EUA, o rótulo do realismo não foi substancialmente superado e substituído após esse debate. O realismo prevaleceu, e absorveu aspectos cientificistas do behaviorismo, sintetizando o neorrealismo ou o realismo defensivo (WALTZ, 2010). A tentativa behaviorista de superar formas tradicionais de pensar o internacional foi frustrada por três motivos, segundo Halliday (2007, p. 26): 1) o neorrealismo waltziano preservou a essência da teoria realista de origem tradicional e atingiu um estatuto dominante de influência sobre o campo do saber; 2) as abordagens cientificistas não foram capazes de suplantam o conceito de Estado oferecido com explicações dadas por conceitos históricos; e 3) grandes conclusões novas sobre o internacional não foram trazidas graças à adoção reforçada de coletas de dados.

O neorrealismo de Kenneth Waltz (2010) é baseado principalmente na dicotomia sistêmica estrutura-unidade. O sistema desenhado por Waltz é caracterizado por uma estrutura global anárquica e unidades estatais. Devido à conclusão das expansões ultramarinas modernas, todos os atores existentes já são conhecidos, então na estrutura não é possível que haja variáveis imprevisíveis. O cálculo racional voltado à realização de objetivos geopolíticos é preciso, e em seguida os Estados seriam constrangidos estruturalmente para realizar a manutenção do equilíbrio de poder, visando produzir aumento de recursos defensivos úteis à sobrevivência no sistema internacional anárquico.

O sistema internacional é uma estrutura em que os Estados estão sendo constantemente constrangidos a buscar o equilíbrio. Assim, sempre há procura pelo equilíbrio de poder entre as unidades sistêmicas. Como um recorte simples da realidade, a teoria realista defensiva envolve no máximo oito Estados (aqueles com maior capacidade militar), considerando que uma lei científica fundamental neste contexto é a tendência e o constrangimento pela estrutura ao equilíbrio. Estrutura e unidade constroem-se mutuamente. Entretanto, apenas as superpotências são capazes de interagir e transformar parcialmente a estrutura.

Waltz apresenta características cientificistas por fazer uso de uma metodologia em que busca analisar o sistema internacional a partir de recortes da realidade. Seu objetivo não é tentar explicar o funcionamento de todo o sistema; pelo contrário, procura fazer um recorte da realidade, filtrando a composição total do cenário global, pois é impossível refletir a realidade em uma teoria. Para moldar seu recorte prático o autor parte da suposição de que apenas é possível explicar partes que preferencialmente sejam centrais.

Todavia, segundo Halliday (2007), o realismo enquanto rótulo traz consigo uma carga de valores gerais que se fazem presentes nos escritos das principais referências ligadas a tal. O realismo, historicamente, ganha maior aceitação nos espaços acadêmicos e políticos após o descrédito de concepções pacifistas oriundas do “idealismo” na década de 1930, marcada pelo momento entreguerras. Autores como Hans Morgenthau, Henry Kissinger e Kenneth Waltz admitiam que a política internacional era baseada em premissas básicas, como o estadocentrismo, uma estrutura anárquica, a inevitabilidade do conflito em longo prazo devido à pluralidade de soberanias e a obrigatória demanda por acúmulos de poder militar para que as sobrevivências das unidades sejam garantidas.

O Terceiro Grande Debate formativo das Relações Internacionais teria se dado entre realistas, liberais e marxistas (ou “radicalistas”) de modo triangular, abandonando a estrutura de oposições entre dois polos e apontando para um horizonte de pluralização, pois estas três alternativas conceituais passaram a possuir lógicas internas sólidas e fechadas que impedem trocas mútuas. As concepções sobre atores, natureza e lógica do sistema internacional passam a ser tão diferentes a ponto de os paradigmas internacionalistas se compartimentarem. “A luta sai do terreno epistemológico e se concentra na multiplicação de explicações sobre os diversos problemas internacionais” (MARIUTTI, 2013, p. 31).

Segundo Bittencourt (2018, p. 14), o “terceiro debate” da disciplina de Relações Internacionais estava pautado em duas fases. Sucedendo a referida etapa triangular, compartimentada e incomensurável, haveria uma síntese *neo-neo*, isto é, uma mistura entre os paradigmas do neorrealismo e do neoliberalismo, representados principalmente por Kenneth Waltz, Joseph Nye e Robert Keohane. Esta seria a resultante de um “subdebate” paralelo que não se configurava como um “grande debate” porque havia aceitação mútua de premissas entre neorrealismo e neoliberalismo como abordagens conjuntamente racionalistas e que se complementavam marginalmente.

O quarto grande debate, não reconhecido por Lapid mas apontado por Wæver, conforme cita Mariutti (2013), seria entre positivistas ou racionalistas e pós-positivistas ou pós-modernos, ou reflexivistas, ou construtivistas. Teria ocorrido na década de 1980, em paralelo com o fim do período da Guerra Fria, e ainda estaria em vigor. Pós-positivistas ganharam grande espaço, mas os outros paradigmas não foram suprimidos por isso. Atualmente os ritmos ditados pelo terceiro debate são mantidos para que diferentes abordagens coexistam. Após todas as discussões relatadas, nos manuais de Relações

Internacionais, geralmente, encontramos as seguintes variantes: 1) pós-modernistas; 2) teoria crítica, 3) feministas; e 4) sociologia histórica.

Mais recentemente, teorias dotadas de racionalismo continuam a ser produzidas, indo na contramão da onda reflexivista e pós-moderna. Seriam essas as teorias centrais da presente pesquisa: os realismos ofensivo e moral. O realismo ofensivo sintetizado pelo professor americano John Mearsheimer (2001) aparece em bom tom em um período histórico definido pela unipolaridade liderada pelos EUA e reapresenta um viés altamente objetivo, delimitado e praticamente interessante para justificar o expansionismo de superpotências. Do outro lado do mundo, também no século XXI, a corrente teórica foi reinventada pelo professor chinês Yan Xuetong (2019) através da variação realista moral. O realismo moral de Yan acrescenta a variável da articulação política internacional ao cálculo de acúmulo de poder de uma potência em vias de adaptação à estrutura anárquica realista, e assim sistematiza conceitos convenientes para que uma política externa ativa converta ganhos advindos de aproximações diplomáticas em retornos materiais relevantes e necessários. Em seguida, um objetivo adaptativo e de acúmulo e manutenção de poder, adequado aos princípios do realismo, pode ser alcançado.

Exposta a evolução dos debates formativos das Relações Internacionais, a evolução e persistência do realismo dentro desta área do conhecimento pode ser avaliada pelos diálogos que a corrente possui com áreas abrangentes baseadas na prática da política em termos de poder.

Uma análise teórica que considere as propriedades dos rótulos “geopolítica” e “realismo” deve apontar paralelos e conexões entre variáveis. Parte do epítome da geopolítica, que mais tarde se fez presente no realismo político, julga que as relações de disputas entre potências se manifestam em um sistema fechado, anárquico, estadocêntrico e guiado por capacidades militares de Estados em constante disputa por poder devido à inevitabilidade do conflito em um mundo caracterizado por múltiplas soberanias. O equilíbrio de poder é o mecanismo-chave, dado naturalmente ao sistema, para regular disputas por meio de constrangimentos inevitáveis e inexoráveis que regeriam as condutas dos Estados para que adotem práticas de expansão de alianças, incrementos em orçamentos militares, inovações bélicas etc. (HALLIDAY, 2007, p. 24).

Para citar um paralelismo, é interessante observar que a categoria de “equilíbrio de poder” aparece no texto “O Pivô Geográfico da História”, publicado em 1904 por Mackinder:

A definição do equilíbrio de poder, em favor do Estado Pivô, que resulta em sua expansão sobre as terras marginais da Eurásia, permitiria a utilização dos vastos recursos para a construção da frota continental, e o império do mundo, então, estaria à vista. Isso pode acontecer se a Alemanha viesse a se aliar da Rússia. A ameaça de um evento como esse deve, portanto, lançar a França em aliança com os poderes marítimos e, França, Itália, Egito, Índia e Coreia se tornariam múltiplas cabeças de ponte, cujas marinhas de fora apoiariam exércitos aliados para barrar o poder terrestre e impedir que o Pivô concentre toda a sua força sobre as frotas (2004, p. 18).

Desde seu surgimento em debates acadêmicos ocidentais, o realismo de Mackinder se revelou útil à estratégia internacional dos Estados Unidos. À luz dos conceitos mackinderianos, o realismo encontra complementaridade com a geopolítica não só devido a encontros entre concepções, mas também devido à existência de evidências práticas de aplicação estratégica. Sobre isso, reitera Mello:

[...] ao contrário do que pensavam certos partidários do idealismo wilsoniano ou do que supunham alguns autodenominados ‘científicos’ –, Mackinder não é ‘cachorro morto’. O núcleo duro da teoria do geógrafo britânico continua sendo uma poderosa ferramenta para a análise realista da política de poder do seletivo grupo das grandes potências que controlam o tabuleiro geopolítico mundial (1999, p. 216-217).

A teoria geopolítica baseada na primazia do poder de mobilidade terrestre, ainda que seja determinista e materialista por sintetizar imposições territoriais, foi instrumentalizada ao longo da história, tendo influenciado perspectivas de elaboradores de políticas e estratégias. Essa possibilidade se deve ao fato de a formulação de Halford ser parcialmente razoável ao considerar a influência de “ideias” na ação humana, o que a afasta de determinismos extremos e abre margem para que as ações humanas ao menos tentem moldar marginalmente determinações naturais e tendenciais. Sob esse viés, os territórios são agentes protagonistas na determinação da história humana, mas não agem sozinhos nesse processo.

Diante desse panorama, Ashworth (2011) aponta que a pertinência do realismo em Mackinder: 1) ressalta as ligações entre geopolítica e estudos estratégicos realistas; 2) demonstra a diversidade de abordagens realistas em Relações Internacionais para explicar guerras; e 3) evidencia a possibilidade de compreender a política internacional em termos de poder e simultaneamente reconhecer capacidades reguladoras de instituições pacificadoras.

Dada a permanência de potencial instrumental da geopolítica, seu caráter original e moralmente controverso não foi um empecilho para que continuasse a ter seus preceitos seguidos por agências de inteligência, academias militares, pelo departamento de Estado dos EUA etc. Apesar das tendências acadêmicas de rechaço e de crítica ao peso moral imbuído na geopolítica, as elites e burocracias reconhecem sua função para a formulação de

estratégias realistas de adaptação ao sistema internacional anárquico e movido em termos de poder:

Paralelamente aos esforços europeus, especialmente franceses, de recuperação da Geopolítica, surgiram nos EUA movimentos que convergiram no processo de (re)entrada em força da palavra «Geopolítica» no léxico académico-político e dos «*mass media*». Neste contexto, destaca-se a publicação, na década de 70, do importante trabalho do estratega anglo-americano Colin S. Gray, intitulado *The Geopolitics of Nuclear Era. Heartlands, Rimlands and the Technological Revolution* (1977), seguido de um outro, já em meados dos anos 80, intitulado *Maritime Strategy, Geopolitics and the Defence of the West* (1986). Mas foi uma personalidade emblemática do mundo académico e político norte-americano – o ex-secretário de Estado da administração Nixon, Henry Kissinger – quem deu o impulso mais importante na (re)introdução da Geopolítica, ao utilizar a palavra, durante os anos 70, nas suas análises sobre diversos conflitos internacionais, associando-a às virtudes do realismo político, do qual é um dos defensores mais famosos (FERNANDES, 2002, p. 14).

Segundo Shiping Tang (2013), raciocínios deterministas, relacionados com o darwinismo social e a geopolítica, perduram na Ciência Política contemporânea dos EUA, apesar dos esforços académicos para superá-los ao longo do século XX por motivos de comprometimento com epistemologias mais responsáveis e éticas. Ideias evolucionistas sempre estiveram subjacentes às abordagens realistas de relações internacionais, mas as referências foram retomadas gradualmente e se tornaram mais explícitas com o passar do tempo, ao final do século. O imperialismo racista e o darwinismo social, que se fazem presentes devido à instrumentalização determinística da geopolítica, possuem aspectos paralelos ou são fontes dos realismos. Os teóricos internacionalistas gradualmente trouxeram de volta o pensamento evolutivo, por consequência. O neorrealismo, o neoliberalismo e o construtivismo têm alguns elementos evolutivos notáveis, apesar de serem mais evidentes na primeira corrente de pensamento. Kenneth Waltz, por exemplo, já fez um apelo para “manter a noção de “seleção” [natural] em uma posição de importância central [na política internacional]” (1986, p. 331 apud TANG, 2013, p. 52-53).

2.2.1 Realismo Ofensivo e Geopolítica

Nesta subsecção pretendemos resumir a teoria realista ofensiva de John Mearsheimer pela exposição de suas características principais e relacioná-la com as categorias da geopolítica. Mesmo que as relações conceituais não sejam diretas, paralelos podem ser encontrados nas acepções de variáveis selecionadas.

2.2.1.1 Síntese do Realismo Ofensivo

Uma consideração das referências que definem o realismo ofensivo é útil para nortear um resumo da teoria. John Mearsheimer em seu livro mais famoso, *The Tragedy of Great Power Politics*, declara que os atributos de sua teoria seguem a tradição realista de Relações Internacionais fundada e protagonizada por Carr, Morgenthau e Waltz. No livro, Mearsheimer delimita metodologicamente sua pesquisa focando no comportamento político, militar e econômico das maiores potências mundiais (o que justifica a atenção especial que dá à China em sua análise enquanto um aspirante a *hegemon*, ainda que não tenha atingido tal posto ainda) e traz à comunidade acadêmica uma visão pessimista das relações internacionais (MEARSHEIMER, 2001).

O realismo ofensivo busca selecionar e “refinar” elementos dos realismos de suas fontes para produzir uma teoria que simplifique a compreensão dos fundamentos da política internacional. Como resultado, é enfatizado “que as grandes potências buscam maximizar sua participação no poder mundial [e que] os sistemas multipolares que contêm um Estado especialmente poderoso – em outras palavras, um potencial hegemônico – são especialmente propensos à guerra” (MEARSHEIMER, 2001, p. 18).

O autor ressalta que o alcance da hegemonia global no mundo moderno é praticamente improvável. Devido às barreiras oceânicas e geográficas, é muito difícil projetar e sustentar poder em todo o mundo, então o objetivo último das grandes potências é estabelecer domínio sobre suas áreas de influência continental. Os EUA representam tal meta, já que se configuram como a única hegemonia regional do último século e não podem ser desafiados por nenhum outro Estado no continente em que estão inseridos. Sendo assim, o melhor resultado que uma potência pode obter é dominar seu próprio continente e conter a capacidade de outras potências de fazerem o mesmo em suas áreas de influência. É devido a essa percepção geoestratégica que os EUA mantêm bases militares instaladas no sudeste e nordeste asiático. Assim, esperam que a China não seja capaz de se expandir territorial, militar e economicamente (BRZEZINSKI; MEARSHEIMER, 2005).

Em linhas gerais, para estabelecer a compreensão realista ofensiva a respeito da definição da política internacional, na obra citada, o teórico em questão estabelece um sistema centrado na atuação de grandes potências devido à capacidade superior que possuem para movimentarem-se na estrutura anárquica global e com fins de busca por um meio metodológico que simplifique a realidade para explicá-la. Fazendo justiça ao título da teoria,

dinâmicas de interações ofensivas entre unidades são constantes por causa de constrangimentos originados do sistema internacional. Como resultado, o realismo ofensivo pinta um cenário de permanente medo mútuo entre as unidades. Mearsheimer designa o quadro realista sobre a conduta das grandes potências com três princípios gerais:

Por que as grandes potências se comportam dessa maneira? Minha resposta é que a estrutura do sistema internacional força os Estados que buscam apenas estar seguros, no entanto, a agirem agressivamente uns com os outros. Três características do sistema internacional se combinam para fazer com que os Estados temam uns aos outros: 1) a ausência de uma autoridade central que fica acima dos Estados e pode protegê-los uns dos outros, 2) o fato de que os Estados sempre têm alguma capacidade militar ofensiva, e 3) o fato de que os Estados nunca podem ter certeza sobre as intenções de outros Estados. Dado esse medo - que nunca pode ser totalmente eliminado - os Estados reconhecem que, quanto mais poderosos forem em relação a seus rivais, maiores serão suas chances de sobrevivência. De fato, a melhor garantia de sobrevivência é ser um *hegemon*, porque nenhum outro Estado pode ameaçar seriamente uma potência tão forte (2001, p. 3, tradução nossa).

No primeiro capítulo da referida obra Mearsheimer apresenta os conceitos centrais do realismo ofensivo pela demonstração das formas pelas quais se distancia de suas fontes. O realismo defensivo, de Waltz, e o realismo da natureza humana, de Morgenthau, nutrem o realismo ofensivo com componentes delimitados:

Minha teoria do realismo ofensivo é também uma teoria estrutural da política internacional. Assim como no realismo defensivo, minha teoria vê as grandes potências preocupadas principalmente em descobrir como sobreviver em um mundo onde não há agência para protegê-las umas das outras; elas rapidamente percebem que o poder é a chave para suas sobrevivências. O realismo ofensivo se separa do realismo defensivo sobre a questão de quanto poder os Estados desejam. Para os realistas defensivos, a estrutura internacional oferece aos Estados pouco incentivo para buscar incrementos adicionais de poder; em vez disso, empurra-os para manter o equilíbrio de poder existente. Preservar o poder, em vez de aumentá-lo, é o principal objetivo dos Estados. Os realistas ofensivos, por outro lado, acreditam que as potências *status quo* raramente são encontradas na política mundial, porque o sistema internacional cria incentivos poderosos para os Estados procurarem oportunidades de ganhar poder às custas dos rivais e tirar proveito dessas situações quando os benefícios superam os custos. O objetivo final de um Estado é ser o *hegemon* no sistema.

Deveria ficar claro que tanto o realismo ofensivo quanto o realismo da natureza humana retratam as grandes potências buscando o poder incansavelmente. A principal diferença entre as duas perspectivas é que os realistas ofensivos rejeitam a afirmação de Morgenthau de que os Estados são naturalmente dotados de personalidades do Tipo A. Pelo contrário, eles acreditam que o sistema internacional força as grandes potências a maximizar seu poder relativo porque essa é a maneira ideal de maximizar sua segurança. Em outras palavras, a sobrevivência exige um comportamento agressivo. Grandes potências se comportam agressivamente não porque querem ou porque possuem algum impulso interno para dominar, mas porque precisam buscar mais poder se quiserem maximizar suas chances de sobrevivência (MEARSHEIMER, 2001, p. 21, tradução nossa).

Tabela 1 – As principais teorias realistas

Realismo natural	Realismo defensivo	Realismo ofensivo
------------------	--------------------	-------------------

O que faz os Estados competirem por poder?	Desejo inerente aos Estados	Estrutura do sistema internacional	Estrutura do sistema internacional
Quanto poder os Estados desejam?	O máximo que puderem. Estados maximizam poder relativo, com a hegemonia sendo a meta final.	Não muito mais do que possuem. Estados se concentram em manter o equilíbrio de poder.	O máximo que puderem. Estados maximizam poder relativo, com a hegemonia sendo a meta final.

Fonte: Mearsheimer, 2010, p. 22.

Apesar de, segundo o pensamento realista geral, o objetivo principal das unidades da estrutura ser a busca pela sobrevivência, o realismo ofensivo obtém sua substância específica quando supõe que os Estados almejam expandir seus poderes constantemente até que a condição hegemônica seja alcançada e maiores condições de preservação existencial sejam garantidas. Desse modo, as potências *status quo* não existem, e então todas as potências são revisionistas¹¹.

O realista clássico Morgenthau baseou sua teoria na natureza humana ao explicar a causalidade da competição pela segurança entre Estados. O primeiro entre os seis princípios de seu realismo político é: “O realismo político acredita que a política, como aliás a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que deitam suas raízes na natureza humana” (MORGENTHAU, 2003, p. 4). De acordo com esse princípio, as condutas das unidades estatais do sistema internacional buscam o aumento de poder devido às propensões intrínsecas de quem as conduz, isto é, civilizações humanas governadas por leis políticas profundas (no sentido científico, não jurídico), imbuídas de ambições e objetivamente incontroláveis por instituições reguladoras. Waltz (2001), por sua vez, no livro “*Man, the State and War*”¹² adotou uma lente alternativa para avaliar as lógicas dos conflitos na política internacional. O professor Kenneth Waltz identificou entre três imagens, isto é, “homem, Estado e guerra”, o princípio ordenador anárquico do sistema internacional como a causa original das disputas entre Estados. Sendo assim, uma trajetória de superação de concepções sobre esse tema foi traçada, com a perspectiva waltziana predominando em círculos acadêmicos internacionalistas (GOODIN, 2009).

¹¹ A dicotomia revisionista-*status quo* norteia as distinções a respeito das aspirações dos Estados em relação à ordem internacional. Um Estado revisionista busca criar uma forma substituta da ordem internacional, enquanto um *status quo* apenas deseja se adaptar à ordem imposta por um Estado líder.

¹² “O Homem, o Estado e a Guerra”, tradução de Adail Ubirajara Sobral.

Sendo um fruto do desenvolvimento acadêmico das Relações Internacionais, Mearsheimer identifica uma relação necessária entre agressividade e sobrevivência. Ao contrário do realismo defensivo de Waltz, que julgava que as grandes potências buscavam preservar o equilíbrio de poder no sistema internacional enquanto método preferível para a garantia de sobrevivência, Mearsheimer vislumbra maior consistência sobre os fins de operação dos Estados apontados por Morgenthau.

Tanto Morgenthau quanto Mearsheimer não consideram o fato de o sistema internacional fornecer às potências razões para agir ofensivamente e, como resultado, obterem poder. Mearsheimer adota a concepção de Morgenthau de que os Estados agem necessariamente de forma agressiva para garantir a própria sobrevivência na estrutura anárquica; no entanto, assim como Waltz, Mearsheimer atribui a causa para tal comportamento não à natureza humana, mas, sim, à anarquia do sistema internacional – as causas naturalistas são rejeitadas, mas os fins ofensivos são retomados.

Sobre a natureza humana, no segundo capítulo de *The Great Delusion* Mearsheimer tece uma concepção de humanidade não centrada em ambições instintivas, irracionais e irrefreáveis. Para o autor americano, por mais que existam impulsos egocêntricos e survivalistas nas pessoas, devido à convivência em escalas sociais e hierárquicas mais diversas, desde as mais básicas até as mais complexas, isto é, da família ao governo, a racionalidade induz a adaptação à coletividade de diferentes formas. O individualismo se mostra inoportuno em contextos sociais preenchidos por múltiplos interesses humanos. Por essa razão, as relações interpessoais são necessariamente moldadas por mutualismo em muitos contextos. Há ocasiões em que existe manipulação grupal para que fins individuais sejam concretizados, mas essa não pode ser em longo prazo a “regra do jogo”, conforme mostra a história dos seres humanos enquanto animais sociais e políticos. A adaptação ao ambiente pode incluir múltiplas abordagens em sociedades essencialmente diversas. E o exercício da política, mesmo no nível de análise doméstico, constrange a natureza humana (seja ela qual for, embora prime pela sobrevivência) devido à imanência racional:

Em suma, eu parto de duas suposições simples sobre a natureza humana: existem limites significativos em nossa capacidade de racionalizar princípios básicos e somos animais sociais em nossa essência. Em conjunto, essas suposições nos contam três fatos importantes sobre o mundo. Primeiro, ele é povoado por muitos grupos sociais, cada um com sua cultura distinta. Não há razão para pensar que a situação mudará em um futuro próximo ou distante. Com efeito, os traços universais cruciais da humanidade nos levam a um mundo que se distingue por seu particularismo. Em segundo lugar, os grupos sociais não têm escolha a não ser construir instituições políticas, o que significa que a política e o poder estão no centro da vida dentro das sociedades, bem como entre elas. Terceiro, a sobrevivência é de importância

primordial para os indivíduos, bem como para os grupos sociais. Ele corre como um fio condutor ao longo da história humana (MEARSHEIMER, 2018, p. 28, tradução nossa).

Uma observação empreendida sobre a epistemologia da linha neorrealista estruturalista fundada por Waltz e continuada por sucessores, como Mearsheimer, aponta para a pertinência consistente dos princípios da economia neoclássica. Podendo selecionar dois princípios ordenadores na teoria internacional, que abrangiam ou o anárquico ou o hierárquico, Waltz conferiu maior viabilidade nos sistemas anárquicos baseados em unidades funcionalmente idênticas e com capacidades relativas variáveis – ao contrário de um sistema hierárquico que consideraria unidades funcionalmente diferentes. A função identificada pelo realismo waltziano é a de que os Estados “servem” principalmente para a sobrevivência. O objetivo último dos atores centrais das Relações Internacionais é preservar suas existências sujeitas às perpétuas dinâmicas de equilíbrio de poder que os envolvem. O equilíbrio de poder nas Relações Internacionais é um mecanismo equivalente à lei da oferta e demanda na ciência econômica. A problemática epistemológica estabelecida por Waltz (2010) identifica a compatibilidade do princípio ordenador anárquico e a determinação teórica indireta sobre processos da realidade referenciados (interações entre unidades). Então, o equilíbrio de poder seria para as relações entre unidades, conforme explica Mariutti, “um mecanismo automático de restauração, empiricamente constatável e totalmente independente da vontade das suas unidades, exatamente como a lei da oferta e da procura narrada pelos manuais de microeconomia” (2013, p. 26).

As preocupações com a elaboração de um fundamento epistemológico central para as Relações Internacionais deram continuidade às razões que desencadearam os debates teóricos ao longo da formação da área acadêmica. No reconhecido Segundo Grande Debate, a revolução behaviorista trouxe um desfecho vultoso para produzir consenso considerável na comunidade acadêmica estadunidense na década de 1960. Apesar das contestações da era pós-positivista, crítica e marcada pela multiplicidade paradigmática reinante nos desfechos do terceiro e do suposto quarto grande debate, que encerraram o século XX, o realismo ofensivo representa a insistência na perspectiva sessentista.

Contudo, pretensões de um “debate interno” entre realistas defensivos e ofensivos podem ser identificadas na proposta do realismo ofensivo de John Mearsheimer. Segundo Mariutti (2013, p. 28), o terreno e a lógica das abordagens realistas são similares, então Mearsheimer ressignifica o plano estrutural com as possíveis inclinações das unidades e assim se diferencia da epistemologia waltziana. A contribuição do professor John Mearsheimer,

portanto, traz uma diferença em relação aos fundamentos internacionalistas sistematizados por Waltz.

Concluída a exposição sintética da definição do realismo ofensivo, os nexos geopolíticos indiretos e paralelos podem ser traçados.

2.2.1.2 Diálogo entre Realismo Ofensivo e Geopolítica

Cabe iniciar o raciocínio pela ênfase na categoria de “hegemonia” trazida por Mearsheimer. O estatuto hegemônico buscado pelas grandes potências tem uma conotação dependente de fatores territoriais de dimensão continental. O peso da geografia sobre essa formulação abre brechas para diálogos com a geopolítica.

A fundamentação geopolítica no realismo mearsheimeriano é expressa pela consideração da política internacional executada em termos de poder condicionado à anarquia do sistema internacional. Como consequência, as grandes potências estariam inclinadas à busca da expansão rumo à hegemonia hemisférica ou continental. Mesmo que percorra um caminho diferente, traçado pelos debates das relações internacionais, esta teorização possui um nexo com as teorias geopolíticas clássicas.

No segundo capítulo de *“The Tragedy of Great Power Politics”*, chamado “A anarquia e a luta pelo poder”, o autor realista aprofunda suas reflexões contributivas acerca do expansionismo e de processos de estabelecimento de hegemonia regional. Ao questionar os motivos pelos quais os Estados buscam expandir capacidades de projeção de poder rumo à hegemonia, identifica cinco suposições:

1. O sistema internacional é anárquico [– a anarquia é um princípio ordenador do sistema internacional, que é composto por Estados independentes sem autoridade acima deles].
2. Grandes potências possuem forte capacidade militar ofensiva, o que lhes confere os meios necessários para se prejudicarem e, possivelmente, destruírem umas às outras.
3. Os Estados não podem estar certos das intenções de outros Estados [– não há garantia de que os outros Estados, principalmente, não tenham intenções hostis].
4. A sobrevivência é o objetivo primordial das grandes potências [– os Estados procuram manter a sua integridade territorial e a autonomia da sua ordem política interna. Os outros objetivos são secundários].
5. As grandes potências são atores racionais [– estão conscientes do seu ambiente externo e refletem estrategicamente sobre a forma de sobreviverem nele. Avaliam (em curto e longo prazo) as prioridades de outros Estados e o modo como o seu próprio comportamento é suscetível de afetar o deles; da mesma maneira, o comportamento deles provavelmente afetará a sua própria estratégia de sobrevivência] (MEARSHEIMER, 2001, p. 30-31, tradução nossa).

Frente à atuação conjunta dessas cinco assunções, é construído um cenário de medo mútuo entre os Estados, busca por autopreservação e maximização de poder. Meios diversos para equilibrar poder são lançados principalmente pelas grandes potências, enquanto os Estados mais fracos se adequam à ordem internacional protagonizada pelas disputas dos protagonistas com pretensões hegemônicas. Nesse cenário, os potenciais e aspirantes a *hegemons* sempre afirmam estatutos revisionistas em relação às ordens internacionais.

O ambiente de disputas geopolíticas é trazido à discussão do realismo ofensivo quando Mearsheimer (2001) define que o melhor objetivo que uma grande potência que ambiciona o estatuto hegemônico pode perseguir é o de controle regional de zonas acessíveis por terra. Há um paralelo com as considerações de primazia de mobilidade terrestre visualizadas por Mackinder (2004). Entretanto, apesar da concordância com este aspecto da geopolítica clássica, ao retomar seu argumento sobre a impossibilidade de uma hegemonia global, tendo em vista o caso histórico russo, o professor discorda indiretamente da máxima mackinderiana ao afirmar que:

Mesmo que Moscou tivesse conseguido dominar a Europa, o Nordeste Asiático e o Golfo Pérsico, o que nunca esteve perto de alcançar, teria ainda assim sido incapaz de conquistar o hemisfério ocidental e de se tornar um verdadeiro Estado hegemônico global (MEARSHEIMER, 2011, p. 41, tradução nossa).

A região descrita converge com o *Heartland* e com o crescente interno de Mackinder ou *Rimland* de Spykman. Mearsheimer nega a possibilidade de domínio mundial, indo na contramão da teoria geopolítica clássica por meio de uma abordagem histórica. Este é um ponto de divergência entre as teorias examinadas. O domínio continental é desejado em ambos os casos, mas é superestimado na geopolítica clássica, enquanto resultados limitados são observados sob as lentes realistas ofensivas.

No capítulo quatro, intitulado “A primazia do poder terrestre”, Mearsheimer (2001, p. 83-137) trata de questões relativas à projeção de poder militar. No texto, como informa seu título, o autor aborda a supremacia do poder terrestre e o papel bloqueador do poder marítimo. Após comparar as formas de mobilidade de forças terrestres, marítimas, aéreas e nucleares, o teórico aponta para a relevância superior da primeira, dado o caráter decisivo que têm para a obtenção de vitórias, de acordo com a história das guerras entre grandes potências (de 1792 até o fim do século XX), e classifica as demais como formas complementares e úteis. Os oceanos, por outro lado, representam limitações naturais à expansão de poderio, funcionando como variáveis limitadoras aos planejamentos das geoestratégias das grandes potências em disputa:

Por mais de um século, os estrategistas debateram qual forma de poder militar domina o resultado da guerra. O almirante dos EUA Alfred Thayer Mahan proclamou a importância suprema do poder marítimo independente em *A Influência do Poder marítimo na História, 1660-1783* e seus outros escritos. Mais tarde, o general Giulio Douhet da Itália defendeu a primazia do poder aéreo estratégico em seu clássico de 1921, *O Comando do Ar*. Suas obras ainda são amplamente lidas em colégios de Estado-maior em todo o mundo. Argumento que ambos estão errados: o poder terrestre é o instrumento militar decisivo. As guerras são vencidas por grandes batalhões, não por armadas no ar ou no mar. A potência mais forte é o Estado com o exército mais forte (MEARSHEIMER, 2001, p. 84, tradução nossa).

No trecho citado acima, Mearsheimer faz menções a autores da área da geopolítica que, contudo, não têm concordância com sua formulação conceitual. As citações a Mahan e Douhet sugerem quais são as ideias que o autor em verificação não tem aderência, mas prepara a entrada do realismo ofensivo no terreno da geopolítica. Em seguida, fica subjacente no raciocínio exposto uma concordância indireta com Mackinder (2004), visto que há uma afirmação da superioridade do poder terrestre. Além disso, o conceito mearsheimeriano de hegemonia dialoga parcialmente com o objetivo previsto na máxima mackinderiana: Quem domina o *Heartland* domina a ilha mundial, e quem domina a ilha mundial domina o mundo. É possível, então, para Mearsheimer, dominar o Heartland e estabelecer uma hegemonia, mas não em nível mundial.

Mearsheimer aborda o nexo de aspectos das formulações geopolíticas dos geógrafos Halford Mackinder (MEARSHEIMER, 2001, p. 110) e Nicholas Spykman (MEARSHEIMER, 2001, p. 22, 171, 238, 247) com o seu aparato teórico. Tomando por base tais formulações que enaltecem a importância geoestratégica do coração continental eurasiático e seu entorno anfíbio, a análise empreendida mostra a centralidade argumentativa posta pela projeção de poder sobre esferas de influência de grandes potências em dimensões continentais.

Spykman apontou a importância da supremacia hemisférica e a posição insular como ponto central da defesa norte-americana no contexto das guerras mundiais, que levou ao desenvolvimento de alianças e à redução de sacrifícios e perdas humanas e materiais. Ademais, os EUA adiantaram suas defesas no Atlântico e no Pacífico antes que quaisquer ameaças chegassem ao continente americano (SPYKMAN, 1942 e 1944). Essa supremacia hemisférica se assemelha a uma das condições determinadas por Mearsheimer para uma hegemonia regional.

É necessário acrescentar, para finalizar, que mesmo em uma era caracterizada pelo surgimento do poder nuclear, com condições de destruição mútua assegurada, a história do século XX prova que a movimentação de forças militares não pôde ser interrompida por essa

inovação. Determinados níveis de constrangimento sobre cálculos táticos entre grandes potências podem ser observados, mas o poder terrestre permanece como a forma de projeção militar mais relevante, decisiva e definitivamente ininterrupta. O poder nuclear serve como um componente adicional de mensuração de força dos Estados, alterando as maneiras como são abordados por outras potências nucleares ou não, mas a quantificação de poder ainda deve reconhecer a supremacia dos exércitos.

Em resumo, para além de elementos fundamentais que coexistem nas perspectivas realistas ofensivas e geopolíticas, como a compreensão da política internacional em termos de poder e a relevância dos territórios para a projeção de poder, há duas categorias-chave onde uma possui correspondência e a outra apresenta divergência. Por um lado, se pode observar estima pela primazia do poder terrestre tanto na geopolítica clássica quanto no realismo ofensivo; por outro, a geopolítica clássica vislumbra possibilidades de estabelecimento hegemônico de dimensões globais, enquanto o realismo ofensivo tem considerações mais localizadas a respeito dessa eventualidade.

2.2.2 Realismo Moral e Geopolítica

Esta seção do presente estudo busca demonstrar os nexos geopolíticos existentes na teoria realista moral. Para isso, primeiramente faz uma contextualização do florescimento da Escola Chinesa de Relações Internacionais, em seguida faz uma exposição sumária da teoria realista em foco, e, finalmente, indica suas conexões geopolíticas.

2.2.2.1 Escola Chinesa de Relações Internacionais

O realismo moral de Yan Xuetong é comumente enquadrado por analistas da Teoria de Relações Internacionais como parte de um tripé constituinte de uma variante chinesa das Relações Internacionais. O tripé seria composto pelas protagonistas contribuições da teoria relacional de Qin Yaqing, pelo sistema *Tianxia* de Zhao Tingyang e pelo realismo moral de Yan Xuetong (QIN, 2007 e 2009; ACHARYA; BUZAN, 2009; BABONES, 2017; STAIANO, 2017; REN, 2020).

Há mais autores chineses relevantes que buscam contribuir com a formação de uma teoria propriamente chinesa das Relações Internacionais. Um deles, que vem ganhando notoriedade devido à sua atitude inovadora, é Tang Shiping (2013). Pela publicação de *The*

Social Evolution of International Politics, que traz uma abordagem social-evolucionista a respeito da progressão do pensamento internacionalista a serviço da história, em 2015 Tang foi o primeiro acadêmico de fora do Ocidente a ganhar o prêmio de “melhor livro” na convenção anual da *International Studies Association*. Essa mesma associação, inclusive, passou a ser presidida pela primeira vez por um não ocidental, quando o já citado Amitav Acharya foi eleito ao cargo em 2014 (ACHARYA; BUZAN, 2017).

Amitav Acharya e Barry Buzan (2007; 2017), em seus esforços pioneiros para abrir as academias ocidentais ao reconhecimento de sistematizações internacionalistas não ocidentais pela proposição das Relações Internacionais Globais, indicam a academia asiática, em especial a chinesa, como a mais avançada nesse empreendimento, mas ainda restrita às formulações conceituais de médio alcance. Inseridas no ambiente pluralista e de multiplicidade paradigmática pós-terceiro grande debate, as correntes teóricas de fora do Ocidente raramente desafiam as bases metateóricas das Relações Internacionais. O transbordar da teorização para fora do Ocidente tende a manter bases fundacionais e serve a propósitos de refinamento adaptativo.

No livro “*Non-western international relations theory*”, publicado por Acharya e Buzan em 2009 para criar um projeto de globalização das Relações Internacionais, consta como capítulo inicial, que sucede a introdução, o artigo escrito por Qin Yaqing (2007) que é intitulado “*Why is there no Chinese international relations theory?*”. Esse autor é emblemático ao propósito de avanço da criação de uma escola chinesa de Relações Internacionais, pois se debruça especificamente a essa tarefa, não lançando mão de um conceito com vias de acréscimo à área por adequações às suas bases e tampouco a publicar conceituações que apenas interagem com o internacional sem buscar uma sistematização progressiva da área acadêmica, como fazem Yan Xuetong (2019) e Zhao Tingyang. Qin tem dois eixos de trabalho paralelos: além de criar uma teoria própria, isto é, a “teoria relacional” (QIN, 2016), também é um observador da história da incipiente Escola Chinesa de Relações Internacionais enquanto objeto de análise (QIN, 2006; 2007 e 2009). Ao passo que analisa o florescer da Escola Chinesa internacionalista, Qin procura contribuir com seu impulsionamento pela formulação de conceitos incisivos.

Com base nas tradições culturais e filosóficas chinesas, de cunho especialmente coletivista, Qin interpreta a política internacional através de uma metodologia construtivista, que se coaduna com as recomendações do projeto das Relações Internacionais Globais, para

argumentar que a cultura nacional, enquanto fonte de conhecimento prévio, nutre o núcleo metateórico de uma abordagem de relações internacionais e, então, impulsiona inovações. O conceito de “relacionalidade” busca superar o individualismo metodológico ao deslocar o foco sobre os atores do sistema internacional para as relações que os regem. Trata-se de uma ontologia das relações útil para analisar processos de formação de identidades através de conexões determinantes de condutas. Na perspectiva chinesa, a metodologia identificada com o enfoque sobre unidades isoladas não existe, e isso determina a concepção de diversas camadas da organização social. As unidades individuais consistem apenas em nós envolvidos em redes de relações sociais coordenativas sob hierarquias que partem desde a instituição familiar até os ambientes escolares, profissionais e do Estado (CONFÚCIO, 2012, p. 344). Sob essa lente aplicada ao nível de análise internacional, as unidades da estrutura passam a ser concebidas como entidades existencialmente dependentes de suas formas de relacionamento. A inserção no ambiente coletivo composto por redes interativas é a fonte de mobilização das relações internacionais, não as integridades individuais (QIN, 2016).

Três artigos relevantes pertinentes à análise crítica da história da escola chinesa são: “*A Chinese school of international relations theory: possibility and inevitability*” (2006), o já citado “*Why is there no Chinese international relations theory?*” (2007) e “*Development of International Relations Theory in China*” (2009). No primeiro texto, que tem um tom otimista e de predestinação, Qin classifica as razões pelas quais é inevitável o surgimento de uma teoria chinesa de relações internacionais: 1) teorias sociais têm marcas “geoculturais”, isto é, partem de bases nacionais e culturais e, posteriormente, atingem a dimensão universal através da interação com outras culturas; 2) a visão de mundo da filosofia tradicional baseada em cinco milênios de história, a marca da Revolução Chinesa (1949) e os resultados bem-sucedidos da política de Reforma e Abertura (1978) são três aspectos-chave que são exclusivos dos chineses; e 3) o longo dilema de identidade da China em relação ao sistema internacional está em vias de solução.

No segundo texto em discussão, que é mais crítico, Qin (2007) classifica três motivos para a inexistência de uma teoria chinesa de relações internacionais: 1) a inconsciência do senso de “internacionalidade” na concepção de mundo tradicional chinesa; 2) o domínio das teorias ocidentais na comunidade acadêmica chinesa; e 3) a ausência de um núcleo teórico consistente. Entretanto, Qin reconhece haver uma tendência impreterível de emergência de uma teoria própria de Relações Internacionais devido às determinações da realidade global em que a superpotência se move rapidamente ao posto de liderança da ordem internacional após

seu intenso crescimento econômico e todas as consequências sociais que são trazidas através desse processo, como o avanço instrumental e reflexivo da academia.

No último artigo mencionado, Qin Yaqing (2009) traça o desenvolvimento da Teoria das Relações Internacionais na China desde 1978 (o ano que marca a Reforma e Abertura). O artigo resulta de um procedimento metodológico quantitativo pelo qual o pesquisador coletou e analisou dados de periódicos de Relações Internacionais publicados na China, traduções de clássicos da área acadêmica e considerações de trabalhos relevantes de autores chineses. O trabalho indica dois processos paralelos na teorização chinesa: 1) absorção tenaz por parte dos acadêmicos nativos em relação às fontes ocidentais realistas, liberais e construtivistas e 2) desenvolvimento contínuo e consistente de uma Escola Chinesa de Relações Internacionais.

É evidente, então, que a Escola Chinesa de Relações Internacionais é no mínimo uma potencialidade e no máximo uma tendência inevitável. Mesmo que diga respeito a algo em formação, ainda incompleto, deve ser considerada como um grupo autodeclarado e que pode trazer à tona novos debates constitutivos das Relações Internacionais. Acharya e Buzan (2007; 2017) não visualizavam esse cenário até o momento em que publicaram suas análises sobre a Escola Chinesa, mas a necessidade de criação de uma metateoria ou paradigma por meio da busca por soluções de grandes questões conectadas com a realidade já foi identificada e tende a ser suprida por meio de contribuições que reflitam sobre fundamentações metodológicas profundas, de acordo com a argumentação de Qin (2007).

Segundo Amitav Acharya (2019), em um artigo especialmente dedicado à Escola internacionalista chinesa, intitulado “*From Heaven to Earth: ‘Cultural Idealism’ and ‘Moral Realism’ as Chinese Contributions to Global International Relations*”, a emergente Escola Chinesa de Relações Internacionais, dentro e fora da China, não é capaz de delinear as relações existentes entre as abordagens nacionais e a contribuição que fornecem ao campo geral de Relações Internacionais. Embora reconheça a importância das contribuições chinesas, Acharya problematiza a dificuldade que possuem para exportar seus conceitos e explicações a outras sociedades e à academia internacionalista em geral. Sendo assim, a teorização chinesa é útil aos enquadramentos políticos oficiais chineses, mas seus conceitos não são usados para que sejam criadas categorias pertinentes a bases regionais de fora do país. A superação do excepcionalismo cultural e o aumento da abrangência de aplicação, todavia, pode ser alcançado caso as reflexões trazidas pelos chineses sejam inseridas no movimento das “Relações Internacionais Globais”.

O excepcionalismo cultural da China é evidente devido ao aspecto milenar do Estado-civilização. Uma história de mais de cinco milênios abre brechas para que seja revisada e contestada a ordem política eurocêntrica originada do tratado Paz de Westfália¹³, caracterizada por grupos particulares de Estados soberanos e vinculados entre si para formar um corpo (BULL, 2002). Tendo se originado dos conflitos entre Estados europeus, a ordem westfaliana foi disseminada sobre o mundo, atingindo uma abrangência institucional global marcada principalmente pela fundação de organismos internacionais, como a Liga das Nações e a ONU. No entanto, as perspectivas de outros continentes, como a Ásia, sobre conceitos de ordem mundial destoavam da formulação prática europeia.

Na China a concepção alternativa de ordem mundial é o milenar sistema *Tiānxià* (天下 – Tudo sob o Céu¹⁴) que parte de bases sinocêntricas, mais flexíveis em relação à noção de “soberania”, e centradas em princípios éticos e hierárquicos. Diferentemente do sistema internacional westfaliano, o *Tianxia* não tem uma concepção horizontal *de jure*, pois reconhece que *de facto* as unidades sistêmicas possuem diferenças determinantes para suas formas de relacionamento. Como resultado, esse viés impõe que as diferenças devem ser regulamentadas sob uma administração central que deve ser inclusiva (ZHAO T., 2009). A inclusão das unidades políticas deve ser realizada pela gestão de *Zhōng Guó* (中国 – Países do Meio), que possui uma denominação autoexplicativa em relação a esse conceito. Ainda que o *Tiānxià* seja um sistema de posse compartilhada e, por isso, essencialmente anti-imperialista, deve ser coordenado por um centro decisor a ser reconhecido consensual e voluntariamente como o mais competente por todo o mundo (ZHAO T., 2019). Segundo a tradução comentada d’os Analectos de Confúcio por Giorgio Sinedino:

Os Países do Meio eram uma confederação de clãs enfeudados à Casa de Zhou. O “Meio” refere-se à região compreendida entre o rio Amarelo (黄河, *huanghe*) e o rio Azul (長江, *changjiang*), conhecida pelos chineses como “Planície Central” (中原地區, *zhongyuan diqu*) (2012, p. 51).

¹³ Assinada em 1648 em decorrência do fim da Guerra dos 30 Anos, a Paz de Westfália marcou o declínio do feudalismo após um conflito intenso entre forças católicas e protestantes. A partir desse momento, o sistema internacional moderno foi fundado (YAN, 2013).

¹⁴ A expressão *Tiānxià* (天下 – Tudo sob o Céu) remete ao “mundo” por lentes culturalmente tradicionalistas. De modo mais objetivo e direto, os chineses também têm a palavra *Shìjiè* (世界) para fazer menção ao planeta Terra, mas quando mencionam a expressão “Tudo (que existe) sob o céu” o fazem para evocar uma carga de significação metafísica principalmente confucianista. Institucionalmente, o *Tiānxià* foi, na história da China dinástica, um sistema tributário centralizado e hierárquico em que Estados que circundavam a Dinastia Zhou contribuíam regularmente para que a ordem internacional fosse mantida pela administração política desta. Esse sistema tributário, em adição, funcionava como uma estrutura de governança supraestatal, ainda que fornecesse parcelas de autonomia política às unidades subordinadas. Em geral, o *Tiānxià* é dotado de conotações dinâmicas a depender de seu entendimento pelas áreas da filosofia, política, economia etc. (ZHAO T., 2019).

O filósofo chinês Zhao Tingyang, professor da Academia Chinesa de Ciências Sociais (o maior *think tank* da Ásia), é o responsável pela instigação de revitalização do *Tiānxià*. Na medida em que a China reascende¹⁵ como maior potência do sistema internacional devido à tendência de atingir o maior posto econômico global até 2030 ou 2050 (MEARSHEIMER, 2005), os ânimos dos chineses se intensificam para já iniciar projetos de revisão da ordem mundial. Trata-se de uma perspectiva de longo prazo em que os chineses olham para trás para pensar no que vem pela frente, isto é, em que buscam fontes do passado para projetar um futuro para a iminente liderança que será obtida. Essa atitude revela um apego às tradições milenares da filosofia chinesa e, automaticamente, remetem a Confúcio (2012) e Lao Tsé (2016), que são, respectivamente, os fundadores do homônimo confucianismo e do taoísmo¹⁶.

¹⁵ O exame das economias mundiais por paridade do poder de compra desde a Antiguidade realizado por Angus Maddison (2007, p. 44) aponta que, do século I ao XVIII, a China, a Índia e o continente europeu sempre disputaram pelo maior PIB do mundo. No período moderno de 1820 a 1870 a China atingiu seu ápice quando chegou a um PIB de 228.6 bilhões de dólares, ficando à frente da Europa, que tinha 184.8 bilhões e da Índia com 111.4 da mesma ordem. Contudo, a liderança chinesa foi encerrada devido aos resultados das revoluções industriais protagonizadas pelo Império Britânico e pelos Estados Unidos, quando, em 1952, respectivamente, a Europa possuía um PIB 1.730.7 bilhões de dólares e os EUA um de 1.625.2 (já tendo superado individualmente cada Estado do mundo). Nesse momento, o império chinês detinha um PIB de apenas 305.9 bilhões de dólares, tendo crescido muito menos do que seus “concorrentes” ocidentais, o que mostrou incapacidade de acompanhar seus ritmos e o início de um século de crise.

¹⁶ Visando à compreensão abrangente dos leitores brasileiros, optamos pela utilização dos nomes Confúcio e Lao Tsé, que são traduções mais populares para o português e que foram realizadas pelo sistema de romanização dos caracteres Wade-Giles. Entretanto, para manter a coesão das traduções de palavras oriundas do mandarim pelo método *pinyin* poderíamos traduzir os nomes dos citados respectivamente para Kǒngzǐ (孔子) e Lǎozǐ (老子). O rótulo “confucianismo” foi criado pela sinologia para fazer menção ao legado teórico de Confúcio, mas abrange realidades intelectuais, sociais e institucionais diversas que evoluíram ao longo de 2.500 anos da história da China. A doutrina confuciana é um projeto de humanização dos laços sociais da civilização rumo a uma progressão coletiva. A crença na função da aprendizagem para o avanço da civilidade é um aspecto central que se relaciona com uma proposta de aperfeiçoamento da humanidade pelo cultivo do desenvolvimento pessoal. Enquanto algo abstrato, o ensino é classificado como componente de cunho geracional, capaz de percorrer o tempo através de repasses familiares. É a partir dessa categoria que a família é um ente central que se relaciona com a valorização de formas de organização hierárquicas. Logo, o manejo hierárquico-familiar se desdobra pela preferência hierárquica como meio de gestão em ambientes educacionais e profissionais. Consequentemente, uma civilização de cunho praticamente familiar, hierárquica, ética, tradicionalista e intelectualizada tende a ser construída enquanto forma estável de organização humana (CONFÚCIO, 2012, p. 58). A manifestação real do confucianismo se dá nos níveis de mentalidade, comportamentos, valores e instituições que duram 25 séculos que envolvem não só a China e suas regiões autônomas como países de sua circunvizinhança, como as Coreias, Cingapura e Japão (SANJUAN et al, 2009, p. 125-7). Um trecho dos Analectos revela os preceitos fundamentais da doutrina: “O Mestre disse: “Ei, Shen! Minha doutrina se baseia em um [princípio] que atravessa todas as coisas” [...] Um discípulo perguntou: “O que o Mestre disse?”. Mestre Zeng respondeu: “A doutrina do Mestre é Lealdade, Consideração e só”” (CONFÚCIO, 2012, p. 124).

O taoísmo é popularmente conhecido pelo seu conceito central: o *yīn yáng* (阴阳 – escuro e claro). É baseado em uma concepção de mundo holística que prima pela adaptação individual e política às tendências opostas e simultaneamente complementares que permeiam a realidade. Seguir o *dào* (道 – caminho) e ao mesmo tempo possuir *dé* (德 – virtude), que são os conceitos que dão o nome da obra “*Dao De Jing*” (Livro do Caminho e da Virtude), leva alguém a um profundo vínculo com a flexibilidade natural da existência pelo despertar da sabedoria. O *dào* é o princípio da existência, a fonte motriz e energética de tudo que existe, atravessando *kōng* (空 – vazio) para formar e nutrir as “dez mil coisas”, isto é, tudo que existe em *Tiānxià* (LAO TSÉ, 2016). Conhecer o caminho da sabedoria equivale a adaptar-se com clareza ao presente e à natureza. Para isso, os monges e mestres taoístas adotam métodos de meditação, respiração, alimentação etc. para que o desenvolvimento pessoal seja aprimorado de maneira que a longevidade seja estendida ao máximo. Diferentemente do confucianismo, sugere envolvimento monástico por iniciativa própria dos taoístas, então não

O budismo em sua variante sinicizada também ocupa um lugar considerável e digno de nota no pensamento filosófico chinês, mas não se apresenta como um componente formador das teorias chinesas discutidas nesta pesquisa.

Sobre a presença da filosofia tradicional chinesa nas obras em análise, é de extrema pertinência antecipar que entre os acadêmicos das Relações Internacionais da China não há bases fundacionais que adotem o pensamento do estrategista Sun Tzu¹⁷ (2019). Indo na contramão dos fundamentos expansionistas e belicosos da geopolítica alemã e britânica e de usos instrumentais dos realismos políticos ocidentais correlatos, os trabalhos chineses aqui examinados não recorrem a fontes relacionadas com o tema da guerra porque não visualizam esse desdobramento prático como horizonte resultante.

A filosofia de Zhao (2009) dispõe de maior proximidade em relação ao pensamento de Confúcio, mas o ímpeto tradicionalista é um lugar comum para toda a escola chinesa de Relações Internacionais. Todos os protagonistas da teorização são imbuídos de uma metodologia que apela para a literatura canônica, sendo marcada pela identidade nacional que traz uma “grande ideia” com ela conectada. Sendo assim, por exemplo, princípios éticos oriundos do confucianismo e do taoísmo se manifestam em Yan Xuetong e Qin Yaqing.

O sistema *Tiānxià* se refere a uma óptica tradicionalista chinesa de interpretação do sistema internacional revitalizada pela obra do filósofo Zhao Tingyang (2006). Historicamente, a noção de *Tiānxià* foi formulada durante a Dinastia Zhou (1046-256 a.C.) e compreendia concretamente o espaço destinado espiritualmente ao imperador por princípios universais de ordem. O Estado central desse sistema era menor do que os demais e representava a corte imperial dos Zhou, que coordenava toda a civilização anexada ao redor através de um sistema tributário. Os Zhou haviam conseguido estabelecer essa ordem porque foram reconhecidos por todos os Estados grandes ao redor como líderes competentes, legítimos, virtuosos, culturalmente sofisticados e dotados de uma vocação dos Céus para levar a região à paz.

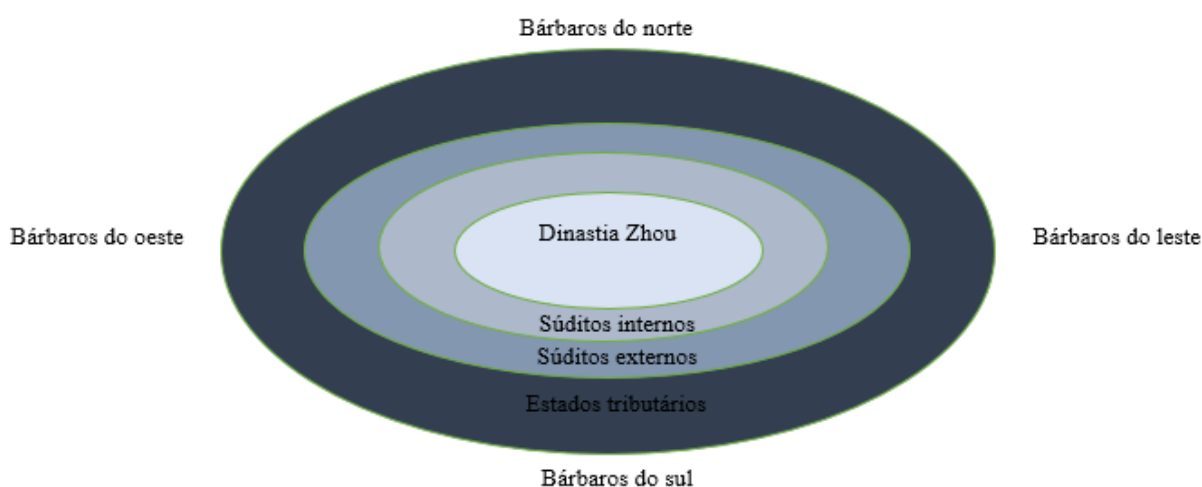
De forma concêntrica, na periferia da região central do *Tiānxià* havia súditos internos e externos, Estados tributários, que compunham de maneira inclusiva toda a civilização chinesa.

tem uma proposta de organização social. Os monges visam à ascese individual interiorizada (alquimia interna). Ainda, considera o panteísmo da Antiguidade chinesa e conta com práticas ritualísticas. Em suma, o taoísmo pode ser definido como uma filosofia dialógica, naturalista, individualista e ritualística (SANJUAN et al, 2009, p. 450-2).

¹⁷ Também optamos por utilizar a tradução mais popular de seu nome por motivos de acessibilidade ao público leitor. Em *pinyin* a transliteração é: Sūn Wǔ (孙武).

Fora da civilização ficavam os ditos “bárbaros”. Todos os membros do sistema *Tiānxià*, ao contribuírem variavelmente de maneira compatível com suas capacidades, recebiam garantia de defesa e segurança e, portanto, possuíam garantia de paz e estabilidade, além de possuírem relativa autonomia dentro das condições que eram determinadas pela estrutura do sistema. Os próprios associados concordavam em fazer a manutenção dessa estrutura porque obtinham benefícios através dela.

Figura 3 – Configuração do *Tiānxià*



Fonte: elaboração própria.

Um símbolo concreto da fronteira entre o mundo “civilizado” e o mundo “bárbaro” é a Grande Muralha da China. Foi erigida pelos soberanos do período dos Reinos Combatentes¹⁸ para delimitar territorialmente a civilização chinesa e para protegê-la de invasores ao norte, mas, como se pode ver pela história, não cumpriu tal propósito, dados os conflitos ocorridos no local até o ápice atingido pela invasão mongol no século XIII (SANJUAN et al, 2009, p. 242-243).

Sobre a organização territorial e social do sistema político antigo, cabe citar um comentário da tradução de Giorgio Sinedino sobre o aforismo do rolo 9 d’Os Analectos de Confúcio:

os chineses antigos tinham uma visão sinocêntrica de mundo: a casa de Zhou e os ducados da federação eram o centro do mundo conhecido e representavam a civilização [...] A leste, sul, oeste e norte [...] havia povos bárbaros, cuja cultura era considerada inferior por causa de hábitos desprezados nos “Países do Meio” (por exemplo, tatuar o corpo, usar certos tipos de penteado, usar roupas de pele ou de penas, comer carne crua etc.). Para o Mestre, no entanto, isso não era um obstáculo

¹⁸ Subperíodo da Dinastia Zhou (476 a. C. – 221 a. C.).

intransponível, não porque fosse tolerante às diferenças culturais, mas porque acreditava que podia mudar o comportamento [...] pela força de sua virtude e cultura [...] o confucianismo é muito seguro de sua capacidade de doutrinar uma sociedade segundo o que entende ser correto. “Doutrinar” é a tradução adotada para a palavra 教化 (*jiaohua*), que literalmente significa “ensinar e converter”. Aqui, Confúcio parece querer mostrar sua decepção, depositando sua confiança em nações bárbaras, que talvez estivessem mais abertas a suas ideias do que os países do Meio, já de longa data expostos à cultura de Zhou (2012, p. 288).

Uma definição categórica é necessária para compreender esse termo complexo. Em geral, conforme se pode verificar pelas experiências chinesas, o *Tiānxià* tem três propriedades vitais para instituir uma noção do sistema mundial de tipo coletivista:

(1) O sistema *Tianxia* deve garantir que os benefícios da união superem os de permanecer fora, tornando todos os Estados dispostos a reconhecê-lo e aderi-lo; (2) o sistema *Tianxia* deve garantir que todos os Estados sejam interdependentes em interesses e que seu relacionamento seja mutuamente benéfico, a fim de garantir uma ordem mundial com segurança universal e paz duradoura; (3) o sistema *Tianxia* deve ser capaz de desenvolver interesse público, interesse compartilhado e iniciativa pública benéfica para todos os Estados, de modo a garantir que o sistema seja universalmente benéfico. Em suma, o sistema *Tianxia* deve alcançar a internalização do mundo, para que ele não tenha externalidade (ZHAO T., 2019, p. 7, tradução nossa).

Sobre a meta final de “internalização do mundo” através da remoção de externalidades, se pode visualizar uma ambiciosa pretensão de globalização política que pode levar a um governo mundial que supere absolutamente a ordem vestfaliana de Estados e que leve à substituição da noção de internacionalidade pela “mundialidade”. Sobre essa ousada centelha, comenta didaticamente Ren Xiao:

Tianxia é uma ideia e um ideal ao mesmo tempo. Como ideia, é uma estrutura que incorpora elementos geográficos, políticos e culturais. Como um ideal, visa eventualmente dirigir-se para '*tianxia yijia*' ('uma família sob o sol'), que é uma ordem abrangente (*wuwai*). Dentro da estrutura, não há diferença entre o interno e o externo, mas simplesmente um processo de extensão dos mesmos princípios e ideais de dentro para fora como um continuum, que termina com um conjunto de combinar o próximo e o distante, ou seja, uma ordem de *tianxia* (2020, p. 18, tradução nossa).

Um caminho para a condução imediata das relações internacionais pela “ideia” do *Tiānxià* pode se dar pela categoria operacional de *Guānxì lǐxìng* (关系理性 – racionalidade relacional). Sob a racionalidade relacional (não confundir com a teoria relacional de Qin Yaqing) a ontologia das relações humanas deve superar a ontologia das coisas para, assim, o sistema internacional funcionar em prol do coletivismo e superar o individualismo. Para isso, a China deve buscar se inserir no centro do sistema internacional para regulamentar relações de forma a incentivar uma ética de reciprocidade e civilidade nas instituições sociais com base na “regra de ouro” de Confúcio.

Uma passagem do rolo de número 12 d'Os Analectos exprime o sentido da regra de ouro em meio a um diálogo entre o Mestre Confúcio e Zhonggong, que era um de seus discípulos:

Zhonggong perguntou sobre a Humanidade. O Mestre disse: “Ao sair de casa [para trabalhar], é como se estivesse indo receber um hóspede importante. Ao comandar o povo, é como se realizasse um grande sacrifício. Aquilo que não se quer para si próprio, não se deve fazer aos outros. Quando no país, sem ódio” (CONFÚCIO, 2012, p. 356).

No rolo 15 também há uma conversa entre Zigong e o Mestre em que a importância maior da regra de ouro é sobrepujada: “Zigong perguntou: “Existe uma palavra que eu possa praticar a vida inteira?”. O Mestre respondeu: “A consideração! Aquilo que não se quer para si próprio não deve ser feito aos outros”” (CONFÚCIO, 2012, p. 484).

A renovação do *Tiānxià* depende da institucionalização da racionalidade relacional. A reflexão proposta por Zhao (2009) significa um esforço embrionário de longo prazo para que primeiro a China se insira de maneira mais incisiva em termos próprios na ordem internacional para depois buscar transformações sobre esta. As relações racionais devem ser instauradas para servirem como um caminho para a compatibilidade e inclusão nas relações entre atores. E um sistema *Tiānxià* deve fundar um mundo pacífico, atualizado e aperfeiçoado com base no reconhecimento da condição de pluralidade de civilizações em contraposição às visões de mundo baseadas no “choque de civilizações” de Huntington (1997). Além disso, segundo Zhao (2009), no sistema *Tiānxià* as civilizações estariam envolvidas em relações mais inclusivas do que em condições kantianas de “paz universal”. Então a concepção filosófica do autor chinês se opõe ao realismo huntingtoniano e visa ir além do idealismo kantiano, rejeitando diretamente duas versões exemplares das tradições basilares que fundam os debates de Relações Internacionais.

A racionalidade relacional deve ser cooperativa e vantajosa, sendo superior à racionalidade individual e competitiva vigente na modernidade dirigida pelo Ocidente. Entretanto, a racionalidade relacional não deve dispensar a racionalidade individual, pois as duas equivalem a caminhos racionais de civilidade. No entanto, a racionalidade relacional estimula a maximização de interesses mútuos e, portanto, deve estar acima da racionalidade individual para que a concorrência feroz seja controlada e os conflitos sejam minimizados na medida em que deve ocorrer maximização da cooperação por interesses comuns. Nesse sentido, uma ordem social baseada em relações ganha-ganha se formará através da garantia de maiores benefícios na cooperação do que na concorrência (ZHAO T., 2019, p. 19).

O conceito de *Tiānxià* é discutido no artigo “*Xun Zi’s Thoughts on International Politics and Their Implications*”¹⁹, escrito por Yan Xuetong e publicado em 2008. O autor principal deste trabalho enfatiza a pertinência das contribuições do filósofo confucianista Xun Zi (310 – 236 a. C.)²⁰ para o estudo das relações internacionais, mantendo o padrão da Escola Chinesa de aplicar a literatura nacional canônica às caracterizações da área internacionalista. No escrito, Yan (2008) procura adaptar a filosofia de Xun voltada à política doméstica para o cenário internacional em um sentido que busca identificar diretrizes metodológicas a serem aplicadas para explicar a ascensão chinesa. O *Tiānxià* está na base analítica de Xun Zi sobre a natureza do poder internacional. Para o pensador, o controle do *Tiānxià* é obtido através da submissão voluntária dos povos e de outros Estados, e não pelo uso da força. Somente um rei sábio, que se aperfeiçoou ao máximo no *dào* (道 – caminho)²¹ e atravessou o processo de refinamento cultural e ético, pode assumir a liderança do sistema de Estados. Todavia, essa liderança não está relacionada com a anexação pela força; ao contrário de dinâmicas de domínio expansionista e militar, o *Tiānxià* é indominável, pois as formas de hierarquização dele são diferentes das organizações domésticas. O que se busca é a liderança consentida através da subordinação voluntária, que se mostrou no decorrer da história milenar da civilização chinesa como a melhor forma de relacionamento de uma potência com o internacional (YAN, 2008).

De modo geral, ponderando as contribuições da “escola chinesa” pode-se visualizar um novo quadro analítico útil para compreender as relações internacionais asiáticas. Esse quadro leva em conta a longevidade das formas de relações internacionais asiáticas e o peso geocultural dos Países do Meio que consequentemente criou uma ordem hierárquica concêntrica e moralista de estilo confuciano (ZHAO T., 2009).

¹⁹ “Pensamentos de Xun Zi sobre Política Internacional e suas Implicações”, em português.

²⁰ O terceiro maior confucianista da história da China. Foi sucessor do próprio Confúcio e de Mêncio.

²¹ É um dos termos mais importantes em Lao Tsé, que significa os padrões de mudança da realidade. Literalmente, significa “caminho”, mas também possui o sentido abstrato de “método”. É tratado como termo técnico da história das ideias chinesas. Todo o pensamento filosófico tradicional da China responde a um esforço para entender o que significa esse “Caminho”, pois também aparece em Confúcio (2012) como uma rota normativa de conduta moral ideal rumo ao estatuto Humano. No contexto da China pré-unificação imperial, as principais escolas de pensamento dos “Cem Mestres” utilizavam a palavra “caminho” para descrever suas correntes teóricas, então diversas ramificações de interpretações foram traçadas em círculos intelectuais. No entanto, serve como orientação geral o fato de que “caminho” possui duas conotações presentes nas referidas escolas: 1) em uma aplicação individual, alude a um estilo de vida que conduz à sabedoria, correspondendo aos ensinamentos de um mestre; e 2) no reino da política, representa um método de governo que pacifica o país, promovendo sua unificação. Lao Tsé tentou afirmar um gênero transcendente e cosmológico de “*Dào*” (em maiúscula) acima de todos os “*dào*” (em minúscula) das tradições intelectuais ortodoxas da Dinastia Zhou (1046 – 256 a. C.). Essa contribuição intelectual pretendia também fundar um novo projeto político abrangente, conforme nos explica Heshang Gong em seus comentários sobre o *Dao De Jing* (LAO TSÉ, 2016, p. 10).

2.2.2.2 Síntese do Realismo Moral

Exibido o panorama que marca o contexto de surgimento do realismo moral de Yan Xuetong na nascente Escola Chinesa de Relações Internacionais, a teoria que serve como instrumento de análise central da presente pesquisa pode ser apresentada. Levando em conta que a teoria relacional e o *Tiānxià* já foram rapidamente explicados por vias categóricas caras à teoria que será exposta a seguir, o tripé formador da escola chinesa será completamente posto em tela. Para isso, primeiramente será feito um resumo biográfico de Yan para depois sintetizar o realismo moral e, por fim, estabelecer um nexo deste com a geopolítica.

Yan Xuetong é certamente o autor mais famoso e influente na área de Relações Internacionais da China. É professor e reitor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade Tsinghua, localizada em Beijing e ranqueada como a melhor universidade da China. Além de pertencer a cargos acadêmicos da mais elevada importância, é membro do PCCh – o que revela sua influência na sociedade política chinesa. Formado pela Universidade de Heilongjiang, doutorou-se nos EUA em Ciência Política pela Universidade da Califórnia. Concluídos os estudos, Xuetong retornou à China para trabalhar no setor de pesquisas do Ministério da Segurança do Estado da China e, em seguida, foi transferido à Tsinghua (ZHAO S., 2015).

A fama, o reconhecimento e o impacto que Xuetong possui em relação à China e ao mundo podem ser exemplificados pelo fato de já ter sido incluído na lista de cem maiores intelectuais públicos da revista *Foreign Policy* (2008). Esse acontecimento indica que o professor é lido mundialmente, servindo como uma fonte de compreensão da política externa chinesa aberta ao Ocidente.

A biografia de Xuetong antecipa impressões para entender os fundamentos internos do seu trabalho acadêmico. Com um currículo extenso, marcado por reflexões contínuas sobre o processo de ascensão chinesa, o ápice do intelectual foi atingido no ato da publicação de “*Leadership and the Rise of Great Powers*” em 2019 pela *Princeton University Press*. Na obra referida consta a condensação dos conceitos desenvolvidos pelo autor ao longo das duas últimas décadas. Argumentos comuns presentes em publicações anteriores (YAN, 2006; 2013; 2014b; 2015; 2016; 2018) encontram-se reunidos e unificados em torno da busca pela resposta de uma mesma questão-problema: “como um Estado em ascensão, que significativamente tem menos capacidade material do que o Estado dominante, é capaz de

superar esse Estado e se tornar o novo líder mundial?” (YAN, 2019, p. 25, tradução nossa). A proposta é incômoda aos olhares ocidentais que procuram evitar o processo de desgaste da hegemonia americana, mas a abordagem se coaduna com uma perspectiva não belicosa, pacifista e avessa a polêmicas.

Excetuando a conclusão, “*Leadership and the Rise of Great Powers*” é composto por oito capítulos: 1) Moralidade, poder e autoridade; 2) Liderança e preferências estratégicas; 3) Corolários de mudança internacional; 4) Redistribuição de poder e centro mundial; 5) Liderança e normas internacionais; 6) Valores convencionais internacionais; 7) Transformação do sistema internacional; e 8) Casos de transformação do sistema. A seguir nos empenhamos para explicar precisamente os conceitos-chave necessários para a argumentação que responde à questão-problema que norteia o trabalho do professor Xuotong.

Os capítulos são todos iniciados com frases insígnias da literatura canônica chinesa. Os autores que são citados são: Confúcio, Xunzi, Guanzi, Mêncio, Taizong e o livro das canções (a mais antiga coleção de poesia chinesa, que compila registros de diversos autores anônimos). Essa característica simboliza a “grande ideia” ligada à identidade nacional que compõe a teoria chinesa de Relações Internacionais (QIN, 2007, p. 327).

No primeiro capítulo consta uma citação inicial a Confúcio que simboliza o significado central do livro: “Aquele que exerce o governo através da virtude será como a Estrela Polar mantendo sua posição cercada de outras estrelas” (2012 apud YAN, 2019, p. 1). Nele há a afirmação de que desde os desdobramentos que sucederam o segundo debate constitutivo das teorias de Relações Internacionais o realismo tem sido interpretado de modo equivocado como uma teoria que ignora a função que a moral exerce na política entre Estados. Diante disso, Yan retorna à teoria clássica de Morgenthau, que serve como sua maior referência realista, e reafirma os seis princípios do realismo político presentes em “A Política entre as Nações”. Especialmente, o quarto princípio é o que é enfatizado para reafirmar a pertinência da moralidade nas relações internacionais:

O realismo político é consciente da significação moral da ação política, como o é igualmente da tensão inevitável existente entre o mandamento moral e as exigências de uma ação política de êxito. E ele não se dispõe a encobrir ou suprimir essa tensão, de modo a confundir a questão moral e política, dando assim a impressão de que os dados inflexíveis da política são moralmente mais satisfatórios do que o modo como eles se apresentam de fato, e que a lei moral é menos exigente do que aparenta na realidade.

O realismo sustenta que os princípios morais universais não podem ser aplicados às ações dos Estados em sua formulação universal abstrata, mas que devem ser filtrados por meio das circunstâncias concretas de tempo e lugar. O indivíduo pode

dizer por si próprio: "*Fiat justitia, pereat Mundus*"²² mas o Estado não tem o direito de dizer o mesmo, em nome daqueles que estão aos seus cuidados. Tanto o indivíduo como o Estado têm de julgar a ação política segundo princípios morais, tais como o da liberdade. Embora o indivíduo conte com o direito moral de sacrificar-se em defesa de tal princípio moral, o Estado não tem o direito de permitir que sua desaprovação moral da infringência da liberdade constitua um obstáculo à ação política vitoriosa, ela própria inspirada pelo princípio moral de sobrevivência nacional. Não pode haver moralidade política sem prudência, isto é, sem a devida consideração das conseqüências políticas da ação aparentemente moral. Desse modo, o realismo considera que a prudência - a avaliação das conseqüências decorrentes de ações políticas alternativas - representa a virtude suprema na política. A ética, em abstrato, julga uma ação segundo a conformidade da mesma com a lei moral; a ética política julga uma ação tendo em vista as suas conseqüências políticas (MORGENTHAU, 2003, p. 20-21).

Filtros morais são instrumentos necessários para a formulação de políticas de Estado prudentes. Entretanto, a razão de ser dos Estados é baseada na busca pela sobrevivência, que constitui por si um princípio moral maior e que deve ser sobreposto aos demais em ocasiões em que as filtragens colidam com tal. Sendo assim, a moral é inserida de modo coeso no escopo realista entre exigências multiformes em termos de tempo e espaço e é subordinada à meta existencial estadocêntrica que prima por iniciativas racionais e objetivas. Critérios para que decisões sejam tomadas, então, envolvem tanto a racionalidade objetiva de cunho “sobrevivencialista” quanto a moralidade.

Xuetong (2019, p. 1-24) atribui à moralidade internacional uma razão cabal para o sucesso de um Estado em processo de ascensão rumo à liderança política. A adequação da política externa de uma potência emergente a códigos morais universais contribui para que haja aceitação desta mobilização de poder. A moral como um valor abrangente tem facetas categorizadas na realidade em três níveis: individual, governamental e internacional. No nível individual há a manifestação mais simples, pessoal e privada, que aparece entre membros da sociedade; no governamental, ainda dentro dos Estados-nação, há um caráter constitutivo marcado por empecilhos objetivos racionais em torno da prudência, mas se refere principalmente à responsabilidade de um governo eleito sobre a sociedade que deve reger; e no nível internacional uma abrangência universal é alcançada, e os pesos racionalistas sobre critérios decisórios de condutas envolvem um caráter relacional em torno de outros Estados em busca da sobrevivência.

A categoria moral está intrinsecamente relacionada com o exercício de “poder” e “autoridade”. Em mandarim, especificamente, *quánlì* (权力 – poder) remete a relações de coerção legítima em torno de direitos e deveres, enquanto *quánwēi* (权威 – autoridade) denota prestígio ou confiança popular. *Quánlì* e *quánwēi* são recursos distintos que uma liderança

²² "Que se faça justiça, mesmo que o mundo pereça" (MORGENTHAU, 2003, p. 20).

estatal internacional pode fazer uso relacional sobre outros atores²³. No primeiro caso as relações de controle são determinadas por obrigações coercitivas jurídicas institucionalizadas, enquanto o segundo diz respeito a relações de subordinação voluntária. Em uma palavra, *quánlì* e *quánwēi* podem ser parafraseados respectivamente como “força” e “consenso”. Assim, para um Estado aumentar sua capacidade abrangente em prol do estatuto de liderança internacional, a categoria de *quánwēi* deve receber primazia.

Yan (2019, p. 16) explica a diferença entre os termos pelas formas pelas quais policiais e médicos mudam os comportamentos das pessoas pelo exercício de poder e autoridade respectivamente proscritivo e prescritivo. No caso do poder policial, a proscrição comportamental é feita pelo fato de possuírem armas de fogo e a função de coerção dura; no caso da autoridade médica, a prescrição comportamental é realizada porque possuem credenciais curriculares que comprovam um título capaz de exigir que linhas racionais sejam seguidas em prol da estabilidade e da recuperação da saúde de uma sociedade. Na política internacional contemporânea os EUA possuem o *quánlì* dominante, podendo atuar como a polícia mundial por isso, e a UE, por sua vez, adquiriu *quánwēi* relativo ao tratamento das mudanças climáticas devido à conquista comparativa e mundialmente líder no âmbito de redução das emissões de dióxido de carbono na década de 2010.

A capacidade abrangente de um Estado, que é definida por Yan a partir de linhas comuns de classificação tradicional de poder em termos de *quánlì*, como o *Composite Index of National Capability* (CINC) de Singer (1972), acrescidas com a variável operacional de poder político expresso por *quánwēi*, pode ser elevada ou diminuída através do manejo flexível da operacionalização competente da variável política. Crescimento e decréscimo de variáveis econômicas, militares e culturais representam a articulação entre *quánlì* e *quánwēi* por vias da variável operacional de poder político. Para simbolizar matematicamente esse conceito definidor de capacidade abrangente, Yan (2019, p. 13) dispõe da seguinte fórmula: “CA = (M + E + C) . P”, onde “CA” é capacidade abrangente, “M” é poder militar,

²³ A palavra *quán* (权) em chinês, de acordo com o comentário de Sinedino em “*Dao De Jing*”, tem a acepção de “usar os meios de que se dispõe para promover uma situação favorável enquanto se reage a um ambiente mutável para preservar-se o equilíbrio geral” (LAO TSÉ, 2016, p. 271-272). A etimologia do caractere referente a *quán* (权) denomina uma parte de uma balança chinesa que, diferente da ocidental, aferia o peso de um objeto posto sobre uma haste a partir de sua movimentação correspondente com marcações de medidas feitas em uma madeira. De modo geral, “poder” se relaciona culturalmente com “peso” para os chineses. Esse caractere aparece no primeiro capítulo de “A Arte da Guerra” de Sun Tzu (2020) em um sentido comparativo, isto é, em que o cálculo de vantagens de forças tem um ponto de partida relacional direcionado a um inimigo. O poder é sempre correspondente e voltado à produção de um resultado de submissão a uma determinada finalidade de exigência. O poder pode ser avaliado como uma correlação de atores envolvida em meios e fins políticos. E essa categoria se estende para o nível de análise internacional para compor a fundamentação das guerras.

“E” é economia, “C” é cultura e “P” é capacidade política. A capacidade política é concretamente demonstrada pela quantidade de reformas políticas bem-sucedidas que um Estado em ascensão executa em direção ao sistema internacional, isto é, pelo quão ativa uma potência emergente consegue ser em direção à transformação das dinâmicas relacionais articuladas com o exterior. Cabe ressaltar que essas reformas obrigatoriamente devem ser pensadas dentro de critérios morais universais e desdobradas sobre a realidade somente pelo enquadramento dentro desse requisito. Por fim, pode ser alcançada a proeminência solícita para ascender na dimensão global. E a persistência de uma política externa de um Estado líder em fundamentos de *quánwēi* deve conferir maior durabilidade e consistência para a credibilidade estratégica na configuração de poder da estrutura internacional.

No segundo capítulo, denominado “Liderança e preferências estratégicas”, o professor Yan (2019, p. 25-53) correlaciona tipos de liderança política e distintas estratégias internacionais. Este escrito deriva do icônico artigo “*From keeping a low profile to striving for achievement*”²⁴ (YAN, 2014b). O objetivo é argumentar que lideranças políticas internas dos Estados são fatores principais para que ocorram deslocamentos de capacidades abrangentes estatais. A habilidade de condução política interna é determinante sobre os componentes estritamente materiais que constituem a capacidade abrangente de uma unidade do sistema internacional anárquico. As estratégias de uma potência em ascensão devem almejar associações táticas de cooperação ou coerção relativas às distintas unidades estatais independentes.

Segundo Yan (2019, p. 30), as tipologias de liderança estatal e liderança internacional, então, são categorizadas com distinções potencialmente conectadas, ou seja, tipos de liderança interna podem construir tipos de liderança externa. A liderança estatal é classificada em quatro tipos: 1) proativa; 2) conservadora; 3) inativa; e 4) agressiva. Os fundamentos filosóficos básicos das lideranças estatais são, respectivamente, politicismo (em termos de Confúcio (2012)), economicismo (o foco em determinações da estrutura à superestrutura remete à interpretação de Marx por Deng Xiaoping²⁵ (JABBOUR; GABRIELE, 2021)), taoísmo (o princípio de inação (LAO TSÉ, 2016) permite vislumbrar pontos de convergência com o liberalismo político e econômico devido à ideia de que fluxos naturais e livres de intervencionismo atingem pontos de equilíbrio pela autorregulação) e darwinismo social (o

²⁴ “De manter um perfil discreto à disputa pela conquista”, tradução nossa.

²⁵ A transcrição de seu nome já é mais popular em pinyin, o que é uma exceção entre as transcrições populares de outros nomes que protagonizam a história da China. Em caracteres, seu nome é: 邓小平.

evolucionismo descoberto por Darwin (2002) foi conectado com os preceitos da *realpolitik* pelos autores da geopolítica clássica do século XIX). Os referidos atributos se manifestam nas respectivas estratégias em formatos que respectivamente primam pela paz, pelo crescimento econômico, pela ampliação diplomática e pela expansão militar. Os tipos de liderança internacional adotam estratégias particulares direcionadas à ordem internacional para mantê-la ou transformá-la. A estratégia de Autoridade Humana prima pelo consenso (*quánwēi*) e adota políticas adequadas a códigos morais universais (MORGENTHAU, 2003); uma hegemonia adota uma política externa de padrão duplo²⁶, e então é baseada simultaneamente em força e consenso (*quánlì* e *quánwēi*); uma anemocracia se isenta de responsabilidades sob um revestimento ideológico de *laissez-faire*, então anula sua projeção externa em relação aos mais fortes, mas explora raras oportunidades para intimidar Estados mais fracos; e uma tirania atua de acordo com os mecanismos de força (*quánlì*) normalizados pela prática da *realpolitik* e da geopolítica clássica.

Tabela 2 – Tipos de liderança estatal

Atitude ao <i>status quo</i>	Responsabilidade da liderança	
	Responsável	Irresponsável
Mudar o <i>status quo</i>	Proativa	Agressiva
Manter o <i>status quo</i>	Conservadora	Inativa

Fonte: YAN, 2019, p. 30.

²⁶ Padronização de relações simultâneas, flexíveis e maleáveis de força e consenso ou coerção e convencimento.

A liderança internacional é categorizada em quatro tipos: 1) Autoridade Humana²⁷; 2) hegemonia; 3) anemocracia²⁸; e 4) tirania. As conexões potenciais correspondentes entre lideranças estatais e lideranças internacionais não são garantidas ou automáticas. Uma ordem estável do sistema internacional não é produzida automaticamente por uma liderança nacional assertiva. De modo inverso, um governo que afirma uma certa modalidade de liderança internacional não necessariamente possui uma liderança estatal correlata. As categorias de liderança são tipos ideais que podem ser comparados para que seja identificado um caráter dominante de um governo em relação à preferência estratégica adotada para a política externa e às normas internacionais às quais se adequa. Na realidade, as lideranças estatais e internacionais costumam ser compostas por linhas híbridas que atravessam dois tipos ideais. As tipologias, portanto, servem como referências e não como definições de enquadramento absoluto (YAN, 2019, p. 36-37).

Tabela 3 – Tipos de liderança internacional

Credibilidade estratégica		
Princípio de ações	Confiável	Não confiável
Consistente	Autoridade Humana	Tirania
Padrão duplo	Hegemonia	Anemocracia

²⁷ O adjetivo “Humana” faz referência à categoria confuciana traduzida a partir de *rén* (仁 – Humanidade ou benevolência) associada a *yì* (义 – retidão ou justiça), que são promovidas pela ideia antiga de *wáng* (王 – Autoridade Humana). A “Humanidade” confuciana é discutida ao longo d’os Analectos 109 vezes a partir de contextos específicos e variados que ganham forma nos diálogos entre o mestre Confúcio (2012) e seus discípulos. Ora Confúcio sugere o que pode não ser a Humanidade ao avaliar determinadas situações, outrora ele aprova certas atitudes e valores que compõem o conceito. Quando se vê nas traduções dos Analectos diálogos em que Confúcio infere que um dado sujeito é “Humano” (com H maiúsculo na tradução de Giorgio Sinedino publicada pela Editora Unesp em 2012 e utilizada como referência sinológica central nesta pesquisa), apesar da aparente redundância literal, isso ocorre porque a palavra advém da tradução de *rén* (仁 – Humanidade ou benevolência), representado por um caractere composto que tem como radical o pictograma 人 (substantivo que significa literalmente “humano” – com h minúsculo, nesse caso) e pertence à classe gramatical dos adjetivos. Sendo assim, a Humanidade tem uma conotação que permite traduções como “benevolência”. O tradutor Sinedino, após analisar os vários contextos de inserção da palavra a partir de afirmações do que ela diz respeito ou não, resume sua acepção como “amor abrangente” (CONFÚCIO, 2012, p. 105). Precisamente, se trata da categoria mais importante e complexo na obra de Confúcio, que já foi objeto de profundas pesquisas ao longo da tradição filosófica confucianista. Existe um ponto de convergência e diálogo entre a formulação confuciana e as recomendações do taoísmo de Lao Tsé (2016, p. 329). O sistema político almejado pelos chineses desde a Antiguidade deve imitar o cosmos, a natureza, sendo liderado por extensões multidimensionais, isto é, por um Rei capaz de unir o povo para provê-lo de forma análoga a um pai que age como provedor para sua esposa e seus filhos. Política e família são instituições hierárquicas de significação paralela para a formação civilizacional. Yan Xuetong (2019, p. 134) lança mão desse componente filosófico para formular a categoria de “Autoridade Humana”. Em geral, o argumento de Yan se articula com uma proposta de governança exemplar que sirva como impulso para que outras lideranças globais refinem suas práticas, isto é, trata-se de uma procura da liderança pelo exemplo.

²⁸ De acordo com o dicionário de Oxford, do inglês, *anemocracy* significa “Um governo comparado ao vento, especialmente por ser mutável” (LEXICO, 2022, online, tradução nossa). Yan (2019, p. 110) aponta que anemocracias são dotadas de princípios de covardia em relação aos mais fortes e assédio contra os mais fracos. Esse fenômeno se manifesta em Estados fracos e de médio porte.

Fonte: YAN, 2019, p. 43.

Para o realismo moral, a estratégia baseada em Autoridade Humana dispõe das melhores vantagens para que a grande meta de ascensão da China seja atingida, pois se distingue de padrões de subordinação inativa ou expansão agressiva e, ainda, transcende a hegemonia americana dotada de aspectos baseados em poder militar coercitivo. Os valores humanitários de Confúcio (2012) devem preencher os valores centrais de uma política externa “Humana”, permitindo assim que sua liderança seja aceita pela maioria dos membros da ONU. O desfecho atual sobre as afirmações ideológicas chinesas leva à permanência dos valores marxistas do PCCh em âmbito doméstico e ao retorno ao confucianismo no nível internacional, o que representa uma inconsistência em conteúdo, mas que surpreende ao ser conciliada e operacionalizada pelas atuais lideranças do comitê central do PCCh. Ainda assim, é oportuno antecipar que se um futuro caminho para que seja construída a consistência entre os níveis doméstico e externo deve ser imaginado, Yan sugere que seja por conceitos do tradicionalismo confucianista, que devem transcender categorias-chave do liberalismo. Igualdade, democracia e liberdade podem ser substituídas por humanidade ou benevolência (仁), retidão (义) e ritos (礼)²⁹ (YAN, 2019, p. 145).

No terceiro capítulo, “Corolários de mudança internacional”, Xuetong (2019, p. 54-80) lista os corolários de sua teoria. Nessa parte do livro há um conjunto de quatro afirmações feitas a partir das verdades deduzidas pelos conceitos apresentados nos primeiros capítulos a respeito da transição de poder internacional devido ao peso definidor da liderança política internacional.

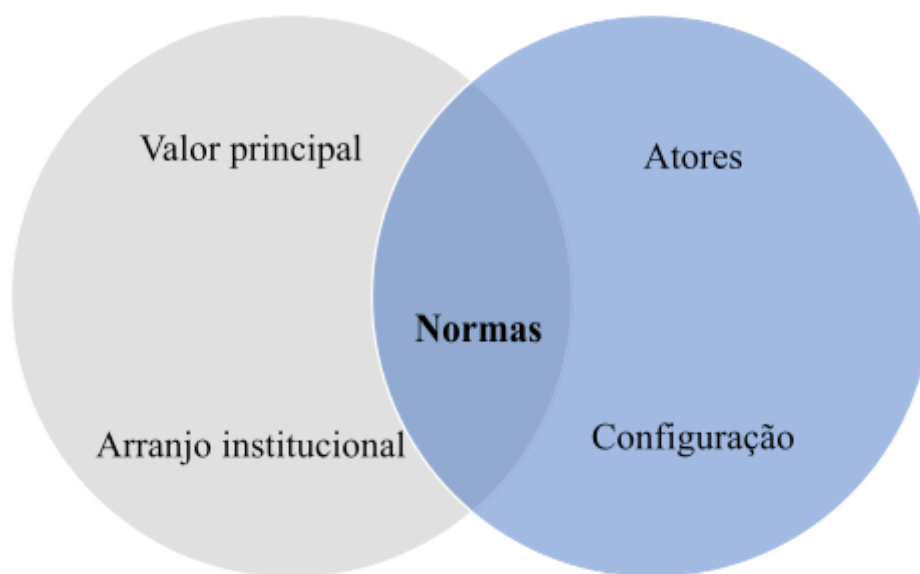
Antes de apresentar os corolários, todavia, é preciso mostrar quais são as definições do professor internacionalista sobre sistemas e ordens internacionais. Segundo Yan:

O sistema internacional refere-se a um conjunto de componentes (atores, configurações e normas) que formam a sociedade internacional como um todo unitário, enquanto a ordem internacional refere-se ao estado do sistema internacional, e se os atores resolvem ou não as disputas pacificamente de acordo com as normas. Embora a norma internacional seja o componente compartilhado dessas duas substâncias, ela define apenas seu caráter normativo e não as torna iguais (2019, p. 80, tradução nossa).

²⁹ Os conceitos de humanidade ou benevolência e retidão já foram explicados em nota de rodapé anterior. Quanto aos ritos, Confúcio (2012) faz menção constante a tais como práticas diversas que contribuem para a integridade e a estabilidade da civilização. É originalmente um “misto de regras de etiqueta, de leis tradicionais seguidas pela aristocracia” (CONFÚCIO, 2012, p. XXIV). Mas após o fim do período dinástico da história chinesa as leis tradicionais transbordaram sobre a sociedade regida pelo Estado republicano. A relação entre ritos e política é discutida nos Analectos em um dado momento: “O Mestre disse: “É possível usar os ritos e as concessões para governar um país? Há dificuldade [nisso]?” Se não fosse possível usar os Ritos e as concessões para governar um país, para que serviriam os Ritos?”” (CONFÚCIO, 2012, p. 122).

Aponta-se que uma ordem internacional existe como comprovação de um período de relativa paz entre os Estados em que as disputas por predomínio de normas e instituições ganham terreno dentro de condições diplomáticas. Ao serem perturbadas em períodos de conflitos, podem ser rompidas. A significação fundamental de ordens se assemelha com a noção do continuum clausewitziano sobre o exercício da política equivaler à prática da guerra acrescentando à primeira outros meios, a saber, aqueles violentos (PASSOS, 2011, p. 14).

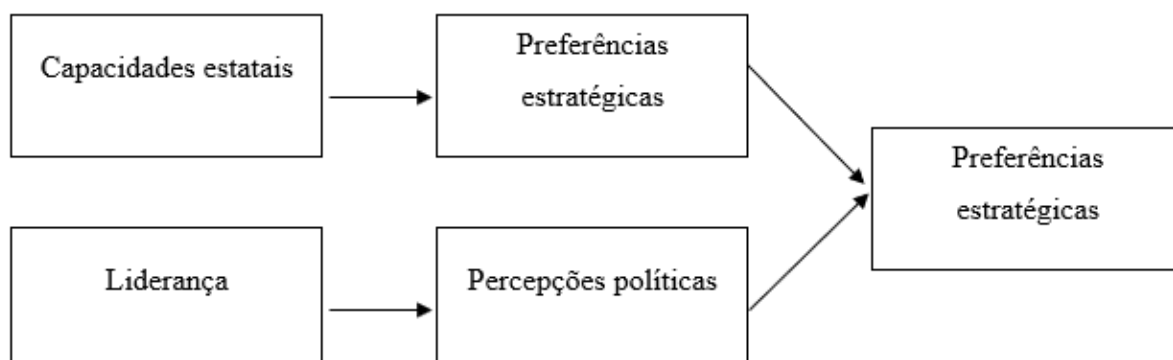
Figura 4 – Componentes da ordem e do sistema internacionais



Fonte: YAN, 2019, p. 76.

Yan estabelece um quadro associativo que coordena a formação de preferências estratégicas. As capacidades estatais permitem a identificação de interesses estratégicos; a liderança estatal aponta as percepções políticas; o ligamento entre interesses estratégicos e percepções políticas leva às preferências estratégicas.

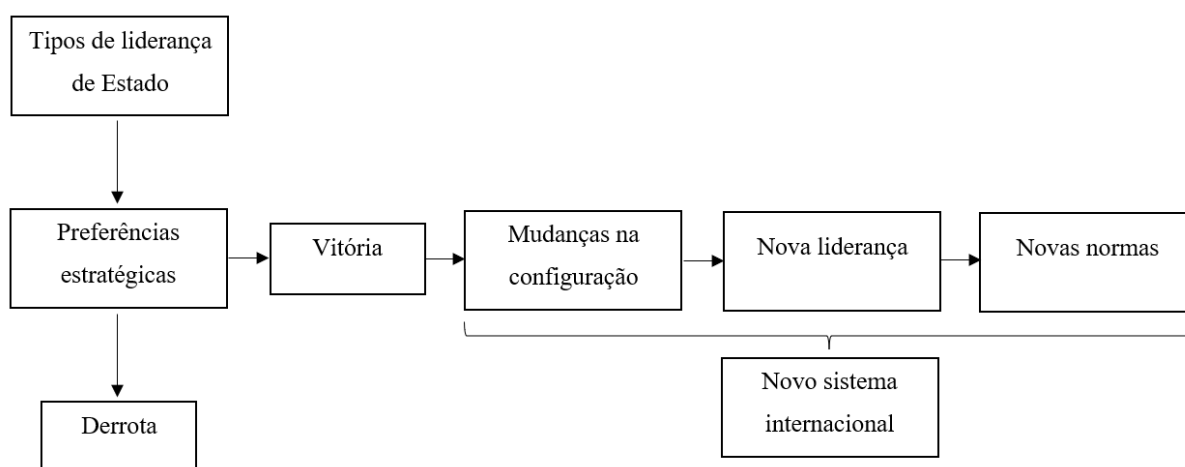
Figura 5 – Impactos da liderança e das capacidades estatais sobre preferências estratégicas



Fonte: YAN, 2019, p. 62.

Também é possível uma causalidade direta entre tipos de liderança política e preferências estratégicas, que podem levar à derrota ou à vitória em disputas; em caso de vitória, mudanças em configurações internacionais são alcançadas e geram novos tipos de liderança e normas internacionais; mudanças configurativas, de liderança e normativas produzem, por fim, um novo tipo de sistema internacional.

Figura 6 - Tipos de liderança de Estados ascendentes e mudanças nos sistemas internacionais



Fonte: YAN, 2019, p. 78.

Compreendidas as acepções e conexões entre ordens e sistemas internacionais, dotadas de aspectos internos relevantes para a coordenação dos processos de transformação sistêmica parcial ou completa pela pressão do exercício da liderança política, os quatro corolários podem ser exibidos:

(1) melhorias ou declínios na liderança dos Estados levam a mudanças na capacidade relativa entre os principais Estados e, eventualmente, na configuração internacional; (2) todos os Estados se engajam em auto-ajuda para seus próprios interesses estratégicos no sistema internacional anárquico, mas adotam diferentes estratégias externas para persegui-los; (3) a busca do interesse próprio é a principal motivação das ações do Estado, bem como a força seletiva por trás da criação de normas internacionais; e (4) a natureza de soma zero do poder traz uma contradição estrutural entre um Estado em ascensão e um Estado dominante, bem como perturbações à ordem internacional existente (YAN, 2019, p. 78-79, tradução nossa).

Os corolários estruturam a teoria realista moral pela afirmação de princípios a respeito das dinâmicas de deslocamento de poder estrutural desencadeadas por articulações de variáveis de liderança política em nível individual, estatal e internacional em relação a configurações internacionais, normas internacionais, ordens internacionais e sistemas. Fica

evidente que tipos de liderança política são deliberativas para: 1) determinações de crescimento das capacidades estatais; 2) estratégias para a competição internacional; 3) tipos de normas internacionais; e 4) estabilização da ordem internacional.

O capítulo 4, intitulado “Redistribuição de poder e centro mundial”, retrata a indicação de Xuetong (2019, p. 81-103) sobre o presente processo de bipolarização do sistema internacional em torno de China e EUA. Este texto é uma reedição do artigo “*The Shift of the World Centre and its Impact on the Change of the International System*”³⁰ (YAN, 2013).

Segundo o professor, a disparidade cada vez menor entre as capacidades abrangentes das duas maiores potências do sistema de Estados ocorre devido às diferenças das lideranças dos dois países, isto é, à variável política que tem função multiplicadora de capacidades. Yan constata que desde o governo Clinton os EUA não mais tiveram presidências que encabeçaram reformas políticas eficientes em nível global, e esse fato evidencia o declínio da hegemonia estadunidense.

O teórico estabelece que a competição entre China e EUA em um novo mundo bipolar não equivale à inicialização de uma nova guerra fria. As competições estratégicas que os EUA travaram contra a URSS e agora travam contra a China possuem a mesma natureza, mas divergem em forma e conteúdo. Yan faz uso de sua metodologia histórica temporalmente abrangente para transcender os limites de recortes temporais modernos e westfalianos, assim como Zhao (2009), para argumentar que configurações de poder global de cunho bipolar podem se dar em condições de guerra direta, guerra fria e paz. O autor cita o período de predominância dos Estados hegemônicos Chu e Jin durante a periodização da Dinastia Zhou (1046 a. C. -256 a. C.). Já partindo do conhecido exemplo da situação de guerra fria manifesta por guerras por procuração vista no século XX, o autor cita exemplos históricos antigos a respeito de dois cenários alternativos:

Durante 431-404 a. C., Atenas e Esparta foram as duas cidades-estados mais poderosas da Grécia antiga. Eles formaram uma configuração bipolar na região do Mediterrâneo, e a Guerra do Peloponeso logo se seguiu. Este caso ilustra uma configuração bipolar na guerra. Durante 579-546 a. C., o Estado de Jin e o Estado de Chu eram dois hegemônicos no sistema interestadual chinês que formavam uma configuração bipolar. Depois de se envolver em confrontos militares, incluindo muitas guerras, por mais de oitenta anos, os dois gigantes assinaram um acordo de paz que incluía a cláusula: “Jin atacará qualquer um que ferir Chu, e Chu fará o mesmo quando Jin for ferido”. Esse tratado de paz criou uma aliança superficial, que, depois de assumir uma configuração bipolar, tornou suas relações muito menos violentas. Este caso mostra que uma configuração bipolar pode existir tanto em estado de guerra quanto em estado de paz (YAN, 2019, p. 87, tradução nossa).

³⁰ “A Mudança do Centro Mundial e seu Impacto na Mudança do Sistema Internacional”, tradução nossa.

Devido às armas nucleares que China e EUA possuem, dificilmente devem reproduzir o cenário de guerra direta. Por outro lado, há uma pequena probabilidade de ser instaurada uma nova guerra fria devido aos mecanismos propiciados pela globalização e em alguma medida pelo confronto ideológico entre China e EUA (evitado pelas lideranças chinesas através do aprofundamento no pragmatismo econômico e no retorno às tradições confucianas).

As expectativas constatadas por Yan desde 2012, em um artigo publicado com Qi Haixia, intitulado *“Football Game Rather Than Boxing Match: China–US Intensifying Rivalry Does not Amount to Cold War”*³¹ é que China e EUA mantenham as fortes relações bilaterais de engajamento representadas pela amizade superficial estabelecida desde o fim da Guerra Fria, ainda que ambos os atores estejam entrando em rota de colisão devido às pressões sistêmicas estruturais causadas pela redução da disparidade de capacidades abrangentes rumo à bipolarização. A China não está disposta a criar alianças militares com a OCX (que é dotada de motivações de combate ao terrorismo e de segurança nacional em regiões ameaçadas pelo fundamentalismo extremistas), e tampouco demonstra interesse em deslocar a competição travada com os EUA nos terrenos da economia, da ciência e da tecnologia e da cultura para a área militar, pois, ainda que a economia chinesa supere a americana nos próximos anos o orçamento militar da atual maior potência mundial vai continuar sendo o mais ostensivo por mais tempo e, por isso, até que essa conjuntura relacional mude uma competição de segurança nessa esfera não se revela oportuna. Conclusivamente, ao comparar a competição entre os Estados Unidos e a União Soviética a uma luta de boxe, Yan e Qi (2012) comparam a competição entre a China e os EUA a um jogo de futebol. Por outro lado, um erro estratégico da China em qualquer uma dessas áreas poderá resultar em perdas consideráveis e, assim, em um destino semelhante ao da URSS na década de noventa ou ao do Japão no fim do século XX.

“Liderança e normas internacionais” é o quinto capítulo. Nessa seção do texto, Xuotong (2019, p. 104-125) explica como são criadas normas de interações estatais e quais são os valores normativos imbuídos com os já mencionados quatro tipos de liderança internacional, a saber: Autoridade Humana, hegemonia, anemocracia e tirania correspondem respectivamente com normas relativas de moralidade, padrão duplo, covardia-ameaça e *realpolitik*.

³¹ “Jogo de futebol em vez de luta de boxe: a intensificação da rivalidade China-EUA não equivale à Guerra Fria” (2012), tradução nossa.

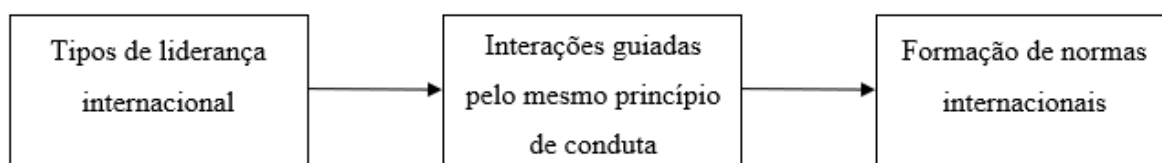
Tabela 4 – Tipos de normas internacionais

	Conduta	
Caráter do sistema	Consistente	Inconsistente
Social	Moralidade	Padrão duplo
Natural	<i>Realpolitik</i>	Covardia-ameaça

Fonte: YAN, 2019, p. 109.

Novas normas internacionais são moldadas quando Estados líderes mudam as formas de interação antes reinantes entre as unidades presentes na estrutura pela própria condução alternativa destas. E essas novas formas de interatividade não são necessariamente alcançadas após ciclos ofensivos, pois podem ser desencadeadas após uma transição pacífica de liderança e, como resultado, mudar a normatividade global. É verdade, todavia, que guerras aceleram essa processualidade. As diferentes formas de liderar o sistema internacional, em todo caso, transformam as normas internacionais.

Figura 7 – Tipos de liderança internacional e formação de normas internacionais



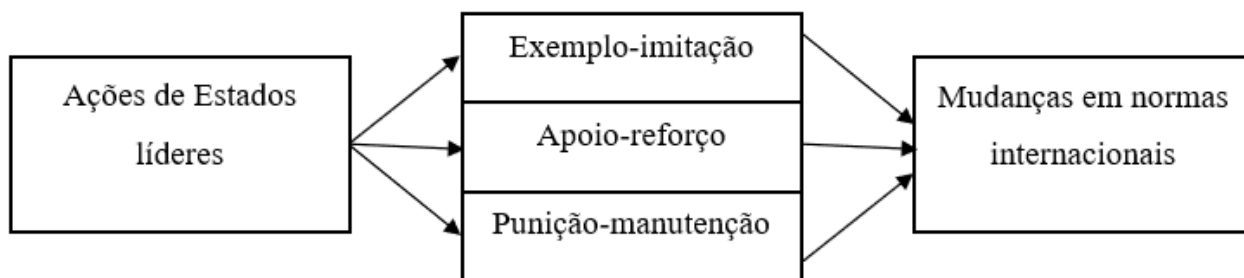
Fonte: YAN, 2019, p. 111.

Há três mecanismos que formam novas normas internacionais em torno da conformidade com as composições de princípios dos Estados líderes:

- (1) exemplo-imitação: configurando um exemplo para outros Estados imitarem; (2) apoio-reforço: recompensar os Estados que decretam um princípio de conduta semelhante; e (3) punição-manutenção: penalizar aqueles que violam esse princípio (YAN, 2019, p. 113, tradução nossa).

Seguindo os preceitos de Confúcio (2012), a liderança pelo exemplo é vista por Yan como a abordagem mais eficaz para os Estados líderes moldarem as normas internacionais. Sendo assim, o grau de relevância constitutiva para a internalização de princípios para formar normas segue uma ordem de prioridades que é iniciada no primeiro item listado e é encerrada no terceiro, dado o deslocamento da gradação de abordagens mais eficientes de caráter voluntário rumo às mais instáveis que primam pela imposição à força. Exemplo-imitação é a mais estável via constitutiva de normas internacionais, apoio-reforço é intermediária, e punição-manutenção a menos consistente.

Figura 8 – Mecanismos pelos quais Estados mudam normas internacionais



Fonte: YAN, 2019, p. 113.

Sobre a direção da evolução das normas internacionais, o teórico dispõe de uma abordagem não linear e não progressiva da história, baseada em uma perspectiva pendular ou cíclica³², que o aproxima de sua tendência confucianista do que à filosofia de sua filiação partidária:

Zizhang perguntou: “É possível saber como estará [Tudo sob o Céu] daqui a dez dinastias?”. O Mestre disse: “A dinastia Yin herdou os Ritos da dinastia Xia; o que se perdeu e o que se acrescentou, é possível saber. A dinastia Zhou herdou os Ritos da dinastia Yin; o que se perdeu e o que se acrescentou, é possível saber. [Portanto,] se alguma dinastia receber o legado da Casa de Zhou, mesmo que se passem cem dinastias, [ainda] será possível saber (CONFÚCIO, 2012, p. 62).

As mudanças nos tipos de normas internacionais dependem das diferenças entre os tipos de superpotências decadentes e ascendentes. Mais uma vez, ao compartilhar o uso de um recorte temporal pré-moderno (ZHAO T., 2009), Yan afirma que a história testemunhou um ritmo aleatório de mudanças de valores morais das normas impulsionadas por Estados líderes. O autor menciona exemplos de transição de poder das dinastias Xia (XXI a. C. – XVI a. C.) e Shang (1600 a. C. – 1046 a. C.) para comprovar que normas baseadas no valor da Autoridade Humana podem regredir para a adoção do valor da *realpolitik*.

O capítulo 6, que é chamado “Valores convencionais internacionais”, traz uma reflexão sobre o papel orientador dos valores para o estabelecimento de normas internacionais. Dado o declínio da hegemonia estadunidense representada pelo liberalismo, Yan (2019, p. 126-154) apresenta sugestões para traçar caminhos pós-liberais em termos de

³² Cabe comentar que a metodologia baseada no recorte historicamente milenar e que prima por conceitos tradicionalistas da Antiguidade aparentemente se sobrepõe a uma noção temporal progressista que é afirmada por Xi Jinping (2019a) em nome da linha oficial do PCCh a partir das formulações materialistas histórico-dialéticas. Contudo, Xi conduz seus discursos pela rota do marxismo, mas afirma pretensões de retomar componentes do passado para insistir na construção permanente de um futuro caracterizado por avanços estruturais e superestruturais sob as rédeas do socialismo com características chinesas.

normatividade da ordem internacional. Visto que a ideologia de *anti-establishment*³³ na América, o neopopulismo na Europa³⁴, os valores tradicionais na China, o islamismo fundamentalista no Oriente Médio e o nacionalismo abrangente extensivo sobre o terceiro e o primeiro mundo se oferecem como alternativas ideológicas no século XXI, o liberalismo passa a não ser mais uma regra constitutiva de formas políticas. Sendo assim, as formas ideológicas contemporâneas desafiam as representações da unipolaridade pós-Guerra Fria sustentada pelos EUA na década de noventa.

No que concerne à atual tendência de declínio da ideologia liberal, em “*The Great Delusion: Liberal Dreams and International Realities*”³⁵ Mearsheimer (2018) avalia que paradoxalmente foi justamente a busca pela imposição global desta que levou à sua rejeição por parte dos Estados alvejados. O autor constata que após todas as iniciativas de expansão dos EUA sobre a Eurásia e o Oriente Médio desde que a unipolaridade foi instituída como configuração global, o número de democracias foi reduzido. Sem citar o referido trabalho específico de Mearsheimer, o argumento de Yan ainda converge com essa constatação.

Durante a contemporaneidade em vias de bipolarização, os EUA e a China, no entanto, não são capazes impor uma ideologia global dominante. Embora estruturalmente a competição por poder esteja centrada entre duas grandes potências dotadas de diferentes teores ideológicos, haverá multiplicidade de símbolos e representações a respeito de formas políticas, conforme infere Yan (2019, p. 129). Essa multiplicidade, não obstante, pode assumir uma conotação moralmente retrógrada em um cenário em que deve ocorrer a centralização de poder em instituições estatais funcionais à tomada de decisões, e conquistas internacionais como as instituições de diálogo, a primazia das negociações, os blocos de transações livres, a credibilidade e a dissuasão estratégica, e o multilateralismo podem ser abandonadas. As consequências tendem a envolver a crise da regionalização e da globalização da economia da diplomacia.

Sem embargo, Yan dispõe de otimismo em relação às futuras gerações das duas superpotências em liderança na estrutura global configurada em forma bipolar. Os melhores componentes progressivos do liberalismo voltados ao internacional poderão ser cooptados pelos valores tradicionais chineses para construir uma ordem mais refinada (2019, p. 145). Os

³³ Que desembocou na forma e no conteúdo dos governos de Trump nos EUA (2017-20) e Bolsonaro no Brasil (2019-), por exemplo.

³⁴ Similar à posição *anti-establishment*, Yan, contudo, separa os dois rótulos. Os exemplos compatíveis são os de Zelensky na Ucrânia (2019-), da campanha de Le Pen para a presidência da França e da atuação política de Salvini na Itália.

³⁵ “A Grande Ilusão: Sonhos Liberais e Realidades Internacionais”, tradução nossa.

princípios de igualdade, democracia e liberdade podem ser subordinados aos de benevolência (仁), retidão (义) e ritos (礼) para sintetizar as categorias de equidade, justiça e civilidade.

Yan critica a superficialidade da igualdade *de jure* a despeito da necessidade de inclusão relacional no internacional devido à realidade dotada de desigualdade *de facto*, os limites da democracia para garantir que decisões justas sejam tomadas em mecanismos responsáveis domésticos e internacionais e para a construção de uma sociedade internacional mais igualitária em termos econômicos e humanitários, e a potencial irresponsabilidade inerente à liberdade. No lugar destas categorias puras, seriam inseridas suas versões novas e sofisticadas: igualdade inclusiva, democracia justa e liberdade civilizada. Em suma, seriam produzidos os valores de equidade, justiça e civilidade. Tais revisões dos valores centrais do liberalismo direcionados ao exterior por aspectos culturais chineses podem construir, segundo Yan, uma ordem pós-liberal mais avançada em sentidos políticos, econômicos e humanitários.

Essa discussão sobre as tendências de condução ideológica global pela China levanta questões relativas à inconsistência entre a ideologia doméstica chinesa, representada pelo socialismo com características chinesas (XI, 2019), e a ambição por uma síntese pós-liberal confucianista. Embora seja membro do PCCh, fundador de uma teoria autodenominada realista e dê ênfase nos nexos que esta possui com os seis princípios do realismo político de Hans Morgenthau (2003), Yan já foi classificado como um “falcão liberal”³⁶ em um artigo escrito por Pär Nyrén (2019) publicado na revista americana *The Diplomat* sobre o capítulo agora analisado. O rótulo lançado por Pär, entretanto, contraria expectativas lógicas sobre o perfil de Yan, considerando tanto sua filiação partidária como o âmbito dos debates de relações internacionais em que se insere e o próprio raciocínio que apresenta em *Leadership and the Rise of Great Powers*. O artigo argumenta que, pelo fato de Yan já ter alertado em pronunciamentos passados que podem ser obstáculos à ascensão da China as formas predominantes de propriedade estatal em meio aos constantes processos de Reforma e Abertura (1978) e a permanência do extremismo político saudosista da Revolução Cultural (1966-1976), sua postura ideológica é “liberal”. Essa afirmação comprova que o autor do artigo definitivamente não está familiarizado com a linha atual do PCCh oficializada pelo presidente e secretário-geral do PCCh. Xi Jinping (2019a), nos volumes de “A Governança da China”, reivindica o aprofundamento da política de Reforma e Abertura e reconhece criticamente os resultados política e humanitariamente negativos da Revolução Cultural.

³⁶ O termo “falcão” tem uma conotação de agressividade – algo que é explicitamente rejeitado pela categoria de “Autoridade Humana” e se enquadra melhor nos termos da *realpolitik* que não são vicejados no realismo moral como normas.

Julgando que o autor não menciona sequer uma vez que Yan é filiado ao PCCh e tampouco demonstra conhecer esses aspectos da retórica contemporânea do Estado chinês, de fato a classificação “liberal” é improcedente. Em verdade, o erro de Pär (2019) ao tentar compreender e rotular o conjunto de ideias que definem o pensamento de Yan Xuetong evidencia que, em sua complexidade, o maior teórico internacionalista da China está concatenado com a linha do PCCh.

A linha argumentativa de Yan, inclusive, dialoga indiretamente com uma perspectiva materialista histórico-dialética que pondera que a forma histórica do capitalismo tende a ser transformada nas relações inerentes de estrutura-superestrutura após o alcance máximo de suas capacidades (MARX, 1983). O liberalismo é uma representação superestrutural, com implicações estruturais, de uma etapa anterior e necessária do desenvolvimento dos modos de produção para que haja um processo de construção dirigida do socialismo na posterioridade oportuna. As propriedades tecnológicas a serem obtidas pelo desenvolvimento das forças produtivas em níveis progressivamente avançados devem ser cooptadas e direcionadas pela formação econômico-social procedente (JABBOUR; GABRIELE, 2021).

A recusa incondicional e completa da forma e do conteúdo do liberalismo não está relacionada com as posições prescritivas apresentadas pelo autor analisado e tampouco com sua linha partidária. Pelo contrário, é coerente, portanto, pensar na apropriação e na transformação progressiva de camadas do liberalismo também no âmbito das relações internacionais conduzidas por uma potência internamente autodenominada socialista e externamente atuante como uma entidade confucianista pós-liberal.

Sobre isso, é relevante ressaltar, contudo, que Yan (2019, p. 132) admite que há uma disputa entre ideologias constitutivas da política externa chinesa. A despeito da inconsistência entre os valores tradicionais chineses adotados para o exercício da política externa e os princípios modernos e progressistas do comunismo internamente concebidos, no atual cenário a política externa chinesa já está baseada na benevolência ética das tradições filosóficas milenares da civilização chinesa com foco na categoria moralista de “Humanidade”.

A definição da política externa chinesa não admite rótulos absolutos oriundos das disputas ideológicas do século XX, como os do comunismo e do liberalismo, porque expressa uma iniciativa transcendente, de retorno ao passado para projetar o futuro, e então reevoca as ideias de Confúcio (2012) e permite certo grau de maleabilidade tática que varia conforme as

imposições de espaço e tempo. Tal dinâmica transformadora está alinhada com o consenso entre as lideranças da sociedade política do país.

De fato, segundo Yan (2019, p. 134), na complexidade da política externa chinesa o liberalismo é, realmente, uma tendência em disputa em relação ao socialismo, ao tradicionalismo e ao pragmatismo econômico, mas na atualidade o ideologismo vem sendo evitado para dar lugar a abordagens pragmáticas que primam pela relevância do aprofundamento da busca por consenso e apoio global abrangente e voluntário. Yan Xuetong e Qi Haixia (2012) mencionam que as lideranças chinesas evitam uma afirmação puramente ideológica na faceta externa do Estado para não abrir margens para a criação de uma nova guerra fria. Também, Yan (2019, 132) avalia que o retorno a uma política externa baseada no conceito de “luta de classes”, comum à China maoísta e à URSS ao longo de uma duração vultosa do século XX, criaria um cenário de confrontação que colidiria com o pacifismo multilateralista almejado estrategicamente pelo PCCh para a ascensão chinesa.

Durante os governos de Deng Xiaoping (1978-1992), Jiang Zemin (1993-2003) e Hu Jintao (2003-2013) o PCCh esteve consciente sobre a necessidade de posicionamentos mais adequados à ordem internacional predominantemente liberal e centrada na unipolaridade dos EUA. No governo de Deng, o princípio taoísta *Tāo guāng yǎng huì*³⁷ (韬光养晦 – embainhe seu brilho e cultive-se na escuridão ou “mantenha um perfil discreto” em uma adaptação da tradução) passou a ser o lema da política externa chinesa. Como resultado, o paradigma do pragmatismo econômico foi predominante entre os desenvolvedores da política externa chinesa, ainda que tenha compartilhado espaço com as tendências liberais em certa medida. Essa inserção internacional foi mantida até que o desenvolvimento da economia abrisse portas para que novas táticas úteis à ascensão chinesa passassem a ser buscadas. No governo de Hu Jintao³⁸ foi dado início ao ímpeto tradicionalista na política externa, que foi aprofundado por Xi Jinping.

³⁷ A expressão é originada da filosofia taoísta de Lao Tsé (2016, p. 63-7). Expressa a perspectiva de longo prazo resultante da certeza sobre a longevidade civilizacional e sugere uma abordagem gradualista, disciplinada e planejada que necessita unir passado e futuro sobre o presente para que grandes feitos sejam realizados. Deng Xiaoping já retomou a sabedoria clássica da filosofia tradicionalista ao fazer menção a esse conceito na diretriz da política externa de seu governo no contexto de Reforma e Abertura (1978-). O impulso tradicional em resposta à incapacidade das imposições da Revolução Cultural tem uma manifestação sutil a partir do *Tāo guāng yǎng huì* adotado como máxima de Deng. Essa é uma das características chinesas que se aplicam ao modelo socioeconômico adaptado do país. Como resultado, desde o final do século XX a China se manteve proposital e relativamente omissa na política internacional para seguir um padrão ordenado por um cálculo pragmático de longo prazo.

³⁸ Em 2005, o presidente Hu Jintao anunciou a retórica do “mundo harmonioso”, fazendo referência à filosofia inerente ao *Tianxia*, em um discurso na ONU. O conceito em questão introduziu termos de engajamento multilateralista e sustentável com o cenário global (CALLAHAN, 2007, p. 18).

Ainda avaliando a coesão ideológica e a concepção de Yan sobre a atuação do governo chinês em procura de obtenção da liderança política do sistema de Estados, é interessante mencionar uma entrevista concedida em 2018 pelo professor ao jornal *Cānkǎo xiāoxī* (参考消息 – Notícias de Referências) da agência Xinhua. Nela, Yan declara que o constituído Comitê Permanente do Politburo do PCCh está performando dentro de uma estratégia adequada e implacável para o objetivo de construção de uma ordem internacional bipolar até 2023 na medida em que a redistribuição de poder global ocorre em um processo ainda inconcluso (HA e LIU L., 2018). Sendo assim, quaisquer apontamentos críticos e comedidos de Yan não o inserem em rota de colisão com suas recomendações para que a China atinja a almejada posição de autoridade mundial.

“Transformação do sistema internacional” é o capítulo 7. Yan (2019, p. 155-172) define o sistema internacional por três componentes, a saber, atores, configurações e normas, para inferir que transformações em formas de um desses não equivalem à transformação automática do sistema. A alteração de tipos partes não altera o caráter do todo, então uma transformação sistêmica requer mudanças na tipologia de ao menos dois de seus componentes. Alterações de tipos de um só componente podem romper com o equilíbrio de ordens internacionais e causar guerras, mas de modo inverso também podem fornecer avanços morais e estabilizadores.

Aqui Yan Xuetong (2019, p. 159) faz uso de um método de análise quantitativo, relacionado com o behaviorismo, para constatar padrões através da reunião de tipos de ocorrências históricas em determinadas frequências. O autor faz um quadro analítico equiparável à arrumação desenvolvida por Graham Allison (2020) em torno ocorrências pacíficas e belicosas de interregnos hegemônicos que é intitulada de “história aplicada”, isto é, uma tentativa de quantificar ocorrências de eventos históricos de um dado tipo para estimar a probabilidade de reprodução disso em um futuro iminente.

Em adição à abordagem de cunho behaviorista, a metodologia referida é dotada temporalmente de abrangência milenar, que envolve a história desde a Antiguidade até a Modernidade. Espacialmente, supera o eurocentrismo ao atingir um alcance global de atores, seguindo a linha de Acharya e Buzan (2009) em uma proposta internacionalista inclusiva.

No caso do exame acerca da transformação sistêmica, devido às frequências de movimentações transformadoras, os ciclos da história apontam que tipos de configurações (unipolar, bipolar e multipolar) mudam mais rapidamente do que tipos de normas

internacionais (condutas hegemônicas, de anexação, magistério, soberania etc.), que, por sua vez, são modificados mais rapidamente do que os tipos de atores (impérios, monarquias, cidades-Estado, Estados-nação etc.). Devido a esse fato, as transformações de sistemas internacionais costumam ser causadas por alterações combinadas nos tipos de configurações e normas. Primeiramente, as configurações mudam e, em seguida, as normas acompanham o processo.

Tabela 5 – Os componentes do sistema interestatal academicamente definido

<i>Sistemas interestatais</i>	<i>Atores</i>	<i>Configurações</i>	<i>Normas</i>
CHINA			
Dinastia Zhou Ocidental (1046 – 771 a.C.)	Estado real e vassalos	Unipolar	Empoderamento
Período das Primaveras e Outonos (770 – 476 a.C.)	Estado real e vassalos	Bipolar, multipolar	Rivalidade hegemônica, anexação proibida
Período dos Estados Combatentes (475 – 221 a.C.)	Monarquias	Multipolar	Anexação
Dinastia Qin (221 – 206 a.C.)	Império	Unipolar	Anexação
EUROPA			Anexação
Império Romano (27 a.C. – 395)	Império	Multipolar, bipolar	
Idade Média (476-1453)	Papado e reinos	Multipolar	Magistério
Sistema de Vestfália (1648 – 1791)	Impérios e Estados-nação	Multipolar	Soberania
Coalizões anti-França (1792 – 1814)	Impérios e Estados-nação	Multipolar ou bipolar	Interferência em assuntos internos
Sistema de Viena (1814 – 1913)	Impérios e Estados-nação	Multipolar	Interferência em assuntos internos
REGIÃO MUÇULMANA			
Tempos pós-califado (séculos VIII – XIV)	Cidades-Estado	Multipolar	Anexação
Período otomano (séculos XIV – XVI)	Império	Unipolar	Anexação
ÁREA GLOBAL			
Sistema Versalhes-Washington (1919 – 1939)	Estados-nação	Multipolar	Ocupação e anexação

Sistema de Ialta (1945 –)	Estados-nação	Bipolar	Não interferência e não anexação
------------------------------	---------------	---------	-------------------------------------

Fonte: YAN, 2019, p. 159.

Sobre as normas de governança é interessante travar um diálogo entre as antagônicas formas denominadas *wáng* (王 – rei) e *bà* (霸 – hegemonia). A primeira forma de governar tem como base *dàodé* (道德 – virtude) e *jiàohuà* (教化 – Doutrinação); a segunda, força e astúcia. O ideal tradicionalista prima pela norma de *wáng* por conta de sua capacidade de conferir estabilidade ao poder dinástico através da obtenção de bases de apoio voluntárias que reconhecem a primazia de uma determinada burocracia por seus méritos técnicos superiores. Por meio de alinhamento com o caminho e com a virtude (LAO TSÉ, 2016), a conversão voluntária aos Ritos ganha forma por meio da Doutrinação (CONFÚCIO, 2012, p. 96). Essa seria a base estratégica de um “magnetismo” de alianças pragmáticas. Nessa linha, no rolo 13 d’os Analectos, diz Confúcio: “os que estão perto se alegram, os que estão longe vêm” (2012, p. 404).

Pelos padrões apontados, o autor observa que as mudanças dentro de sistemas internacionais ou suas substituições são mais propiciados por fracassos de gestão de lideranças que fazem mau uso da variável de poder político das capacidades abrangentes do que por movimentações bem-sucedidas dentro do parâmetro de coordenação voluntária de uma liderança ideal. Sendo assim, a ascensão chinesa é determinada pelo próprio declínio dos Estados Unidos, por exemplo. A previsão é que a bipolarização deve moldar uma nova ordem, mas o sistema internacional criado em decorrência da Conferência de Ialta³⁹ pode manter sua tipologia inalterada.

Em termos de acréscimo de conteúdo, o capítulo 8, intitulado “Casos de transformação do sistema”, é o que encerra o livro, pois a conclusão visa resumir os argumentos gerais anteriormente expostos. Em geral, nessa última seção Yan (2019, p. 173-189) reaplica seu método analítico temporalmente abrangente e espacialmente global (com ênfase na China) em uma análise da história das relações internacionais a partir da constatação de padrões quantitativos feita no capítulo anterior. Se trata de um aprofundamento objetivo executado através do ápice do instrumento metodológico explicado ao longo do livro.

³⁹ Série de reuniões realizadas na Crimeia em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, para definir novas normas internacionais (YAN, 2019, p. 157).

O autor vislumbra semelhanças entre transformações sistêmicas vistas na história da China Antiga⁴⁰ e no moderno sistema global. Yan examina casos da história da China dinástica e casos modernos mostram para reiterar que ordens internacionais e sistemas internacionais não condizem em tipologias. Perturbações de ordens internacionais que preenchem os diferentes sistemas internacionais vistos na história são fatos comuns e previsíveis que se expressam pelas formas de alternâncias periódicas entre guerra e paz. Sobre as normas internacionais, Yan infere que normas interativas de padrão duplo favoreceram lideranças da estrutura política do *Tiānxià* antigo (e de suas formas sucessoras) e do sistema internacional moderno⁴¹.

Ao conferir as etapas da história da Dinastia Zhou (1046 a. C. – 256 a. C.), Yan aponta que do período dinástico da proeminência do Estado ocidental (1047 a. C. – 772 a. C.) ao período dos Reinos Combatentes (476 a. C. – 221 a. C.), o sistema interestatal chinês transitou de um sistema dotado de normas moralistas para um de normas de *realpolitik* (atravessando o extremo estrategicamente mais adequado para o menos adequado). Ao contrário de Zhao (2019), que superestima a Dinastia Zhou por seu significado filosófico e moral total, e, desse modo, a analisa com uma delimitação temporal abrangente, Yan demarca as contradições e crises enfrentadas pelos Estados absorvidos pelo sistema *Tiānxià* dentro de diferentes fases que essa periodização possui, fazendo uma abordagem mais específica sobre o período. A Dinastia Zhou vista dentro de suas limitações e contradições dispõe de aspectos valorativos regressivos em certos períodos.

O sistema internacional contemporâneo que é liderado pelos EUA com a norma de conduta de padrão duplo, por sua vez, progrediu pela superação de um momento definido pelo colonialismo europeu ao longo dos séculos XVI e XIX. Após fazer essa comparação, Yan reitera que as transformações do sistema em direções aleatórias demonstram que os sistemas internacionais não evoluem em apenas uma direção ou em direções teleológicas.

Xuetong, em meio às considerações de dinâmicas de movimentação da história, defende que as condições de estabilização de uma ordem internacional dependem de determinações lançadas pela liderança política internacional, e não por constrangimentos automaticamente feitos pela configuração internacional. Esse é o argumento “humano” que

⁴⁰ Até então vista isoladamente do globo existente *de facto* como *Tiānxià*, isto é, o mundo conhecido entendido por acepções concretas e metafísicas, conforme declara Zhao (2009).

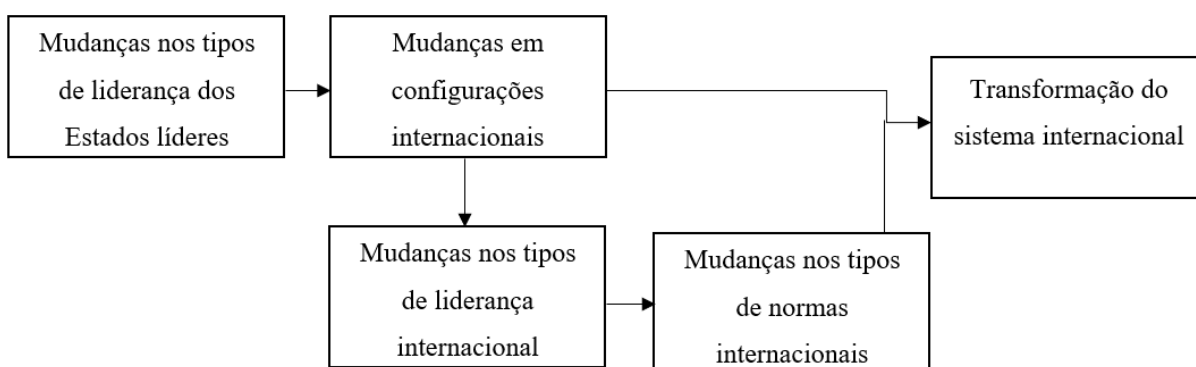
⁴¹ É verdade, porém, que Zhao (2013) pensa no *Tiānxià* como uma forma política transcendente e compatível com a Autoridade Humana recomendada por Yan ao longo da obra examinada, mesmo que na história conteúdos mais limitados tenham sido vistos nessa instituição.

distingue a teorização realista moral de percepções mais mecanicistas e behavioristas ilustradas por Waltz (2010) e Mearsheimer (2001), que entram em rota de colisão conceitual com Yan.

O professor Yan Xuetong reúne os conceitos apresentados ao longo do livro para mostrar um padrão de criação de novos tipos de transformação sistêmica por ingerência essencial de mudanças em lideranças estatais – lideranças domésticas reconfiguram o equilíbrio de poder e mudam o aspecto da liderança internacional, produzindo uma nova norma relacional e substituindo o sistema internacional.

Objetivamente, é possível estimar que o sistema internacional contemporâneo baseado em normas de padrão duplo permanece aberto a diferentes flutuações configurativas, já que nasceu dentro da bipolaridade, transitou para a unipolaridade e agora deve retornar ao estatuto precedente. A norma de padrão duplo, assim, constitui a essência contínua e inalterada do sistema de Ialta. A nova liderança bipolar em formação, logo, pode desenvolver uma ordem diferente do período pós-Guerra Fria, tendo uma pequena chance de projetar a substituição da norma reinante. Yan, concluindo, reitera que um novo sistema internacional não pode ser criado no futuro próximo. Mas, uma vez que a configuração já foi modificada, se a norma central sofrer mudanças tipológicas em um futuro longínquo um novo sistema pode ganhar terreno.

Figura 9 – Novos tipos de liderança internacional e transformações nos sistemas internacionais



Fonte: YAN, 2019, p. 167.

Yan Xuetong (2019, p. 190-206) conclui sua obra didaticamente com um capítulo dedicado a resumir todos os argumentos apresentados anteriormente. O trecho que encerra

essa última parte é digna de menção devido à clareza e à objetividade sintéticas acerca de fundamentos gerais da obra:

A humanidade não transcendeu a natureza fundamental das relações internacionais. A política mundial ainda é caracterizada pela luta entre os Estados por poder, prestígio e riqueza em meio à anarquia global. Embora a globalização tenha encolhido o globo e estabelecido possibilidades para a gestão central dos assuntos mundiais, a humanidade ainda não estabeleceu uma instituição internacional capaz de realizar essa tarefa. Quando todos os Estados estão no mesmo barco furado sem sistema operacional automático, um deles deve empunhar a maior concha para a segurança do barco como um todo. Se a potência líder não liderar, os outros Estados não podem prosseguir, e o barco mundial perderá a direção. Minha teoria defende a liderança da autoridade humana para melhorar o mundo, porque esse tipo de liderança administrou os assuntos internacionais melhor do que qualquer outra ao longo da história. Embora mesmo esse tipo de liderança não possa garantir um mundo mais desejável, acredito que ofereceria a melhor chance de um mundo mais pacífico do que é hoje (YAN, 2019, p. 206, tradução nossa).

2.2.2.3 Diálogo entre Realismo Moral e Geopolítica

O compêndio do realismo moral será, a seguir, relacionado com as concepções da geopolítica para dar andamento à articulação teórica prevista na presente pesquisa. De modo mais profundo, é válido ressaltar que as teorias realistas em geral já possuem um grau básico de conectividade com a geopolítica devido à compreensão da política internacional em termos de poder e controle sobre territórios (MORGENTHAU, 2003).

Na obra principal de Yan, discutida acima, há menções diretas à centralidade territorial da geopolítica em um contexto de aspiração à intervenção sobre a teoria. O capítulo 4 é rigorosamente dedicado à discussão sobre o “centro mundial”, que evidentemente faz referência ao conceito de *Heartland* da geopolítica clássica de Mackinder (2004). Nessa parte do texto, Yan (2019, p. 81) explana que a movimentação de poder em direção à configuração bipolar entre China e EUA é acompanhada pelo desvio do centro geopolítico global. As noções sobre a direção da mudança do centro geopolítico do mundo necessitam ser formuladas por meio da distinção entre redistribuição de poder e mudança de configuração, bem como de critérios objetivos para julgar qual deve ser o novo centro.

Ao elucidar sobre os critérios julgadores, Mackinder (2004) é citado por Yan (2019, p. 93) em um tom de refutação com base na história das relações internacionais. O cientista político chinês destaca que unidades políticas que ocuparam e controlaram a porção majoritária do *Heartland*, como a Alemanha nazi, a URSS e UE não chegaram nem perto de assumir o controle do sistema internacional. Em acréscimo, a proeminência unipolar centralizada nos EUA não é devida à influência que possui sobre o leste europeu, visto que já

eram a maior potência mundial mesmo quando a configuração internacional era bipolar (com desequilíbrio a favor do lado ocidental) e que a OTAN não conta com a associação integral dos países da região subcontinental.

A história revela que um centro mundial não é caracterizado pela posição geográfica natural, mas, sim, pelas capacidades abrangentes concentradas em uma área delimitada. Há dois pré-requisitos para que uma região se constitua como um centro: 1) deve abrigar uma ou mais potências com resultados obtidos pela equação “ $CA = (M + E + C) \cdot P$ ” elevados o suficiente para disputar pelo posto de potência mais poderosa do sistema internacional; e 2) deve ser um cenário de intensa rivalidade entre potências que disputam pelo controle do centro de um território alvejado ou pela expansão rumo à periferia deste – essas dinâmicas bidirecionais de competição por controle mostram que a região possui relevância crucial para acessar canais de influência profunda que levam à liderança política global (YAN, 2019, p. 102). O desenvolvimento da teoria geopolítica clássica teria sido afetado por impressões históricas causadas pelo contexto de concentração de poder e disputa territorial sobre a Europa, com os EUA atuando como um agente externo representado pela OTAN rivalizando com o Pacto de Varsóvia (YAN, 2019, p. 94).

A aplicação do modelo exposto acima sobre a contemporaneidade prognostica que a redistribuição de poder causada pela ascensão da China e o concomitante declínio do Ocidente, isto é, dos EUA e da Europa, estão levando a uma reconfiguração mundial em direção bipolar. A força motriz da atual mudança do centro geopolítico global, no entanto, é principalmente a decadência dos Estados da UE, que historicamente representavam a região mais disputada do sistema internacional e, logo, tinham sido objetos da construção dos fundamentos da geopolítica clássica. Atualmente a Europa não é mais o maior palco de concentração de concorrências por controle local, pois desde o fim da Guerra Fria não há mais nela alguma superpotência capaz de disputar com os EUA pela liderança internacional.

Apesar da permanência da posse de armas nucleares e das inegáveis capacidades militares da Rússia do século XXI, sua economia não é pujante como fora ao longo do século XX em comparação com os EUA, então a quantificação de capacidades abrangentes não acusa um potencial de disputa pela liderança internacional, ainda que haja ambição doméstica na academia e em círculos militares para reivindicar uma reconfiguração global de caráter multipolar por iniciativas russas (DUGIN, 2012).

No artigo “*For a new bipolarity: China and Russia vs. America*”⁴² Yan (2013) avaliava que a nova configuração de poder bipolar incluiria um eixo binacional compartilhado por China e Rússia que antagonizaria com os EUA. Mas, ao publicar “*Leadership and the Rise of Great Powers*” seis anos depois, já não inclui a Rússia como o “braço direito” do Estado chinês, uma vez que ficou clara a capacidade de ascensão que a China possui para liderar com maior independência o novo polo de poder em gestação na configuração mundial.

O Leste da Ásia, por sua vez, agora tem uma China dotada não só de uma crescente variável econômica, mas também de orçamento militar ostensivo e armas nucleares, além de disposição para a realização de reformas políticas de dentro para fora (YAN, 2014b). É evidente que é de comum acordo entre Yan e Mearsheimer (2001) que a China tem a maior potencialidade para desafiar a ordem internacional unipolar.

Para ilustrar quantitativamente esse argumento, índices de quantificação de capacidades materiais tradicionais apontam que já há resultados econômicos mais expressivos na Ásia do que na UE, enquanto os indicadores de orçamentos militares acusam uma tendência de paridade entre os conjuntos de atores:

O PIB combinado da China e do Japão, respectivamente a segunda e a terceira maiores economias do mundo, mais ASEAN, Coreia, Taiwan e Hong Kong, é maior do que o PIB da UE e da Rússia juntos. Os gastos militares dos estados europeus e dos países e regiões do Leste Asiático refletem a mesma situação. Em 2016, vinte e oito membros da UE relataram € 199 bilhões (aproximadamente US\$ 238,8 bilhões) de gastos governamentais em defesa; enquanto isso, as despesas orçadas da China em defesa foram de US\$ 146 bilhões, e as do Japão e da Coreia do Sul foram de US\$ 44 bilhões e US\$ 36 bilhões, respectivamente (YAN, 2019, p. 97, tradução nossa).

A presente tendência de bipolarização, todavia, não deve trazer consigo automaticamente uma nova guerra fria, pois as formas de competição entre China e EUA serão diferentes. Devido à ausência de expectativas de confrontação no setor militar (mesmo indiretamente), a abordagem geoeconômica de Luttwak (1990) é mais adequada do que a geopolítica clássica para explicar como se desdobrarão as relações geopolíticas entre as duas superpotências que conduzirão a liderança global. Entretanto, é válido destacar que a massa continental do leste asiático, que Yan (2019) avalia que tende a abrigar o novo centro geopolítico mundial, ainda envolve parcelas estratégicas do crescente interno delineado por Mackinder (2004) e aprimorado por seus sucessores em termos táticos. Parcialmente, há permanência do cenário geopolítico basilar, mas há um deslocamento em termos de concentração competitiva.

⁴² “Por uma nova bipolaridade: China e Rússia vs. América”, tradução nossa.

Outra característica da geopolítica clássica que aparece no escopo de discussões da teoria realista moral é a referência ao darwinismo social que, entretanto, é terminantemente rechaçada. Trata-se de um diálogo de divergência entre as teorias. A apropriação do fato evolutivo descoberto por Darwin (2002) pelas ciências humanas teve lugar na gênese da geopolítica, conforme já foi visto, pela proposta de naturalizar atitudes expansionistas e imperialistas, já que tais desdobramentos significariam seleções dos atores mais fortes pelo meio ambiente (AMUSQUIVAR e PASSOS, 2018).

No capítulo 2 de “*Leadership and the Rise of Great Powers*” há um ordenamento dos conceitos relativos às preferências estratégicas dos Estados. Na seção consta listado o tipo de liderança “agressivo”, que é julgado por Yan (2019, p. 30) como irresponsável e com ambições de desafio à ordem internacional em curto prazo. Essa forma de liderança está ligada a Estados tirânicos que impõem normas de *realpolitik* sobre as relações internacionais por atitudes coercitivas:

[a *realpolitik*] é semelhante à segunda lei da termodinâmica que diz: “A entropia de um sistema isolado nunca diminui”. Sem a intervenção externa da auto-realização humana, o Estado natural de qualquer interação social tende ao caos. Confúcio acreditava que é natural que os Estados fortaleçam sua segurança por meio do poderio militar. Ele disse: “A origem da ofensividade é muito antiga. Nasceu junto com a humanidade [...] Vespas e escorpiões nascem com ferrões. Quando veem o perigo, fazem uso deles para proteger seus corpos. Os seres humanos nascem com alegria e raiva; portanto, as tropas surgem, e o fazem ao mesmo tempo que os seres humanos. Em outras palavras, os humanos instintivamente usam a violência como meio de autoproteção e em prol de interesses (YAN, 2019, p. 110, tradução nossa).

Por valorizar um sistema internacional dotado de um caráter social e consistente, que não parta de premissas naturalistas, o realismo moral insere as lideranças agressivas, compatíveis com a lógica da geopolítica clássica, como as menos recomendadas para os propósitos da teoria disposta. A ascensão de uma nova potência no sistema internacional deve se dar pelo alinhamento com princípios morais que conduzam à Autoridade Humana de cunho confucianista.

Concluindo, o realismo chinês de Yan Xuetong parte de fundamentos essenciais da geopolítica, como o reconhecimento da condução da política internacional em torno de disputas por poder compreendido em áreas geográficas. Por outro lado, desafia o conceito de *Heartland* pelo uso de uma abordagem histórica e de reconhecimento da parcial inconsistência dessa categoria para avaliar a política internacional contemporânea marcada pela bipolarização deslocada para as margens geográficas a leste do crescente interno mackinderiano, que tira o foco da disputa total pelo coração continental eurasiático. E, enquanto um guia norteador para o processo de ascensão da China, o realismo moral não

recomenda o uso das lentes de compreensão da realidade mundial oriundas do engendro geopolítico de acepção darwinista social. Pelo contrário, recomenda um foco tático politicista.

3 DEBATES ENTRE YAN XUETONG E JOHN MEARSHEIMER

Neste capítulo será mostrado o debate direto entre os realismos moral e ofensivo. Para isso, no primeiro subcapítulo introduziremos e discutiremos as menções mútuas realizadas por Yan Xuetong e John Mearsheimer em suas publicações. Nos dois respectivos subcapítulos seguintes serão sintetizados e analisados os debates diretos entre os professores que ocorreram em 2013 e 2019 em Beijing, na Universidade Tsinghua.

3.1 DIVERGÊNCIAS EM MENÇÕES MÚTUAS

No artigo *“From Heaven to Earth: ‘Cultural Idealism’ and ‘Moral Realism’ as Chinese Contributions to Global International Relations”*⁴³ Amitav Acharya (2019) faz uma comparação entre os realismos moral e ofensivo que é digna de menção para introduzir este subtexto. Amitav resume a questão central colocada pelo realismo moral de Yan Xuetong (2019) da seguinte forma: por que Estados em ascensão podem se tornar hegemônicos em certos graus ou evitar essa postura? Yan utiliza uma metodologia enquadrada em uma delimitação temporal que remonta à Antiguidade ao examinar desde a Dinastia Zhou (1046 a. C. – 256 a. C.) as verdades sobre as relações internacionais que podem ser abstraídas pela história milenar da China. Por exemplo, pela verificação da estratégia do filósofo Xunzi (310 a. C. – 220 a. C.) para a ascensão do Estado de Qi no Período dos Reinos Combatentes (476 a. C. – 221 a. C.) no contexto em que o Estado de Zhou estava em crise e o sistema *Tianxia* se desdobrava em uma anarquia, o autor identifica os porquês de uma composição hegemônica por relações de poder multilaterais. Uma questão subjacente é: como uma potência ascendente pode diminuir a disparidade de poder em relação a uma hegemonia já existente através de uma liderança pelo exemplo, conforme recomenda Confúcio (2012), para conduzir a ordem internacional de forma pacífica. O núcleo conceitual de Yan se choca com a teoria de Mearsheimer.

O realismo ofensivo de John Mearsheimer (2001, p. 16), por sua vez, enxerga a hegemonia não como uma possibilidade preferencialmente evitável, como Yan (2019), mas como uma condição obrigatoriamente perseguida pelos Estados. Diz respeito ao objetivo principal dos Estados. Sendo assim, a guerra é um desdobramento altamente provável, mas no melhor dos casos deve assumir uma dimensão “controlada” por causa da dissuasão nuclear.

⁴³ “Do Céu à Terra: ‘Idealismo Cultural’ e ‘Realismo Moral’ como Contribuições para as Relações Internacionais Globais”, tradução nossa.

A teoria de Yan tem como referencial central o realismo clássico de Morgenthau, que abre margens para considerações da instrumentalização da moral na política externa devido ao quarto princípio do realismo político (MORGENTHAU, 2003, p. 20-21), o que caracteriza uma teorização mais tradicionalista (historicista e sociológica) e que enquadra variáveis de análise da dimensão doméstica dos Estados. O conceito de moralidade prescreve preferências estratégicas. No livro “*Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power*” Yan (2013) oferece uma discussão ampla sobre práticas moralizantes das relações internacionais que podem ser induzidas pela filosofia tradicional chinesa. E, ao fazê-lo, o professor evidencia criticamente que o pensamento político ocidental e asiático (sinocêntrico) podem fornecer diferentes contribuições para nutrir a teorização internacional, ainda que queira somente enriquecer a teoria fundada pelo Ocidente sem gerar cisões. Yan se apresenta como um desafiador colaborativo da Teoria de Relações Internacionais e contribui com o projeto de Acharya e Buzan (2009) para construir as Relações Internacionais Globais.

Para Acharya (2019, p. 480), o realismo moral parte de forças histórico-culturais domésticas, a saber, valores, normas, instituições e práticas, e daí deriva o poder político da moral como variável independente no nível de análise internacional. A vantagem interpretativa reside na capacidade de entender como as práticas e ideias das políticas doméstica e externa são bilateralmente condicionadas por normas internacionais. Essa abordagem leva à rejeição das distintas metodologias estruturalistas de Waltz (2010) e de Mearsheimer (2001), cada qual enfatizando à sua maneira o impacto da anarquia e da distribuição de poder material.

Mearsheimer (2001, p. 22) possui algum parentesco intelectual com a abordagem estruturalista e parcialmente behaviorista presentes de alguma forma no escopo metodológico do neorrealismo de Waltz. Também incorpora o expansionismo de Morgenthau como componente, não considerando variáveis internas das unidades do sistema internacional. John Mearsheimer parte de bases metodológicas alinhadas com os frutos do Segundo Grande Debate de Relações Internacionais e, pela noção de que “os Estados nunca têm certeza sobre as intenções dos demais” (MEARSHEIMER, 2001, p. 31), avalia que todas as unidades sistêmicas temem permanentemente umas às outras, e então generaliza essa condição de desconfiança em volta da única certeza que é a busca pela hegemonia (que põe em questão a discussão do alcance de uma posição favorável de equilíbrio de poder em dimensão continental).

Para Yan, o realismo é mal compreendido nas relações internacionais. O autor comenta que, para desenvolver uma teoria científica e não normativa, Waltz (2010) eliminou a

moralidade da teoria, conforme a elaboração apresentada em *Theory of International Politics*. O realismo ofensivo de Mearsheimer, da mesma forma, argumenta contra a incorporação da moralidade em modelos teóricos realistas devido ao escopo substancialmente científico que deve ter. Em resposta, o autor restaura o momento que antecedeu o Segundo Grande Debate fundador da teoria internacional (entre tradicionalistas e behavioristas) através de citações de Edward Hallett Carr, Mark R. Amstutz e Robert Gilpin, que teriam apontado que o realismo tem uma essência moral. Mas uma ressalva é importante: Morgenthau (2003) alertou que a moralidade universal só pode ser utilizada como variável explicativa das dinâmicas de relacionamento entre Estados caso um filtro adequado às condições de espaço e tempo seja aplicado, então armadilhas que confundam a definição de moral podem ser evitadas (YAN, 2019, p. 5).

Ao se lançar como crítico do realismo estrutural mearsheimeriano, Yan tenta revitalizar o realismo clássico e naturalista de Morgenthau. No entanto, no andamento do desenvolvimento teórico das Relações Internacionais, certas contribuições trazidas por esta corrente teórica mais antiga já foram consensualmente superadas, como o debate sobre determinações trazidas pela “natureza humana” para as relações entre Estados – que consta no sexto princípio do realismo de Morgenthau (2003, p. 22). Em “*Man, the State, and War*” Waltz (2001) ganhou renome por encerrar essa discussão ao checar que a anarquia do sistema de Estados é o fator crucial para explicar a ocorrência de guerras. Depois dessa publicação, a variável independente entre os realistas estruturais passou a ser predominantemente a anarquia do sistema internacional. E no âmbito do terceiro debate da teoria surgiram críticas multidirecionais às considerações sobre a relevância da natureza da humanidade nas relações internacionais (PASSOS, 2014).

Então o caminho traçado por Yan pode ter o mérito de tentar superar o automatismo metodológico behaviorista e de preencher a globalização *de facto* das Relações Internacionais originalmente anglocêntricas com contribuições nativas que são estranhas aos interesses das potências ocidentais, mas pode insistir em questões arriscadas, reducionistas e já superadas no atual estado da arte das Relações Internacionais. Por exemplo, em “*Xun Zi’s Thoughts on International Politics*” Yan Xuetong (2008, p. 153-157) revela uma classificação da filosofia chinesa antiga feita por Xunzi de que a natureza humana é inerentemente ambiciosa e que esta seria a raiz dos conflitos internacionais, e a solução para isso seria a imposição de normas sociais e de uma hierarquia no sistema de Estados. O artigo mencionado mostra que o retorno realista moral ao classicismo não está restrito ao quarto princípio do realismo de Morgenthau, envolve também o superado sexto item da lista.

Não obstante as diferenças conceituais, Yan e Mearsheimer são ambos realistas. O rótulo liga os autores porque a compreensão da política em termos de poder é comum aos dois. Dessa maneira, no artigo “*China's New Foreign Policy: Not Conflict But Convergence Of Interests*”⁴⁴ Yan (2014a, p. 46-47) reforça que concorda com as premissas teóricas de Mearsheimer, mas discorda de suas previsões sobre o objeto de análise mais caro a eles, que é a ascensão chinesa. Para Yan, da mesma maneira que a ascensão dos EUA não levou à reprodução do colonialismo dos anteriores países mais poderosos (Grã-Bretanha e França) e, sim, à definição de uma hegemonia, a ascensão chinesa deve primar pela construção de uma forma de liderança internacional alternativa e mais eficiente, a saber, a “Autoridade Humana”. As opções estratégicas para a governança mundial não podem ser vistas em um arsenal restrito na era das armas nucleares e da globalização e, por isso, a categoria mearsheimeriana de “hegemonia” é refutada.

Em publicações diretamente relacionadas com o tema da ascensão da China, que para Mearsheimer não será pacífica, o autor concretizou uma postura relevante na comunidade acadêmica internacional. Desde a publicação conjunta com Brzezinski em 2005, “*Clash of the Titans*”⁴⁵ Mearsheimer publicou: “*The gathering storm: China's challenge to US power in Asia*”⁴⁶ (2010), “*Can China rise Peacefully?*”⁴⁷ (2014a), “*China's unpeaceful rise*”⁴⁸ (2014b), “*Taiwan's dire straits*”⁴⁹ (2014c) e “*The inevitable rivalry: America, China, and the tragedy of great-power politics*”⁵⁰ (2021), contribuindo de forma ilustre com a teoria da “*China threat*”⁵¹.

A questão sobre a China ser ou não uma ameaça à hegemonia americana divide Mearsheimer e Xuetong. Em “*Can China rise Peacefully*” o argumento sobre a impossibilidade do sucesso estratégico pacifista é simplificado:

Em suma, minha teoria diz que, se a China continuar seu impressionante crescimento econômico nas próximas décadas, provavelmente terminará em uma intensa competição de segurança com os Estados Unidos e seus vizinhos [...] Por exemplo, devemos esperar ver a China articular sua própria versão da Doutrina Monroe e tentar expulsar os militares dos EUA da região Ásia-Pacífico. E devemos esperar que a maioria dos vizinhos da China se junte a uma coalizão de equilíbrio liderada pelos americanos com o objetivo de controlar Beijing (MEARSHEIMER, 2014a, p. 7, tradução nossa).

⁴⁴ “A nova política externa da China: não conflito, mas convergência de interesses”, tradução nossa.

⁴⁵ “Choque de Titãs”, tradução nossa.

⁴⁶ “A tempestade que se aproxima: o desafio da China ao poder dos EUA na Ásia”, tradução nossa.

⁴⁷ “A China pode ascender pacificamente?”, tradução nossa.

⁴⁸ “Ascensão não pacífica da China”, tradução nossa.

⁴⁹ “As dificuldades de Taiwan”, tradução nossa.

⁵⁰ “América, China e a Tragédia da Política de Grandes Potências”, tradução nossa.

⁵¹ Publicações que costumam enquadrar a China como uma ameaça aos EUA e à ordem internacional coordenada pelo Ocidente.

De fato, nas gestões democratas tivemos o anúncio do Pivô para a Ásia, a fundação da Parceria Transpácífica e do AUKUS, além do aprofundamento tático no QUAD. As dinâmicas de equilíbrio de poder dos EUA com a China ganharam mesmo maior intensidade no século XXI. Mas Xuetong e Qi (2012, p. 108) defendem que o pivô à Ásia-Pacífico representa um ajuste de estratégia. As dinâmicas de equilíbrio de poder entre RPC e EUA devem ser intensificadas, mas uma nova guerra fria é improvável. As duas potências têm um relacionamento volátil justificado pelas frequentes mudanças entre períodos bons e ruins. Para que uma guerra fria ganhe lugar outras condições seriam necessárias, conforme Yan (2019, p. 92) defende em *Leadership and The Rise of Great Powers*, como a confrontação ideológica, guerras por procuração e o fim da globalização, que seriam medidas desvantajosas para a estratégia chinesa.

A estratégia de desenvolvimento pacífico tem sinergia com a de busca pela conquista da ordem internacional no tocante à indisposição para realizar movimentos que abrem margens para desencadear uma guerra fria. E a crescente liderança política de Beijing é um fator-chave para que apoio diplomático, institucional e econômico seja obtido de modo que alianças militares de contenção sejam cada vez menos vantajosas para os atores que Washington precisa cooptar para construir guerras por procuração.

Ainda em “*Can China rise Peacefully*”, Mearsheimer (2014a, p. 10) argumenta contra o confucionismo inerente à Escola Chinesa de Relações Internacionais e, em especial, cita Yan Xuetong nesse contexto. Segundo o autor americano, há duas dificuldades na inspiração confuciana básica: 1) não descreve como as elites chinesas realmente falaram e pensaram estrategicamente sobre política internacional ao longo da história; e 2) há poucas evidências históricas para sustentar que a China agiu de acordo com os ditames confucianos, pois teria um histórico de atuação “agressiva e brutal” em relação a seus vizinhos. Essas seriam as razões para não acreditar que a China agirá de uma maneira diferente no futuro para atingir uma governança de Autoridade Humana. O autor compara o uso do confucionismo como uma retórica equivalente à do liberalismo e cita Yan:

A discussão até agora supôs que o confucionismo é essencialmente pacífico e não defende o início da guerra por qualquer motivo. Mas essa suposição não é verdadeira. Como Yan Xuetong deixa claro, o alto valor que o confucionismo dá à moralidade não exclui o emprego da guerra como instrumento de política. De fato, exige que a China esteja disposta a travar guerras justas quando outro país estiver se comportando de maneiras que os líderes da China consideram imorais. Yan escreve: “Alguns afirmam que Confúcio e Mêncio defendem ‘não guerrear’ e se opõem a toda guerra. Na verdade, eles não se opõem a todas as guerras, apenas às guerras injustas. Eles apoiam guerras justas.” Ele ainda diz: “Confúcio pensa que a confiança na pregação para defender as normas de benevolência e justiça é inadequada. Por isso, ele pensa que o caminho da guerra deve ser empregado para

punir os príncipes que vão contra a benevolência e a justiça” (MEARSHEIMER, 2014a, p. 11, tradução nossa).

A crítica de Mearsheimer passa por uma revisão bibliográfica que envolve alguns autores de sinologia e relações internacionais além de Xuetong. É interessante a atitude de Mearsheimer ao se disponibilizar para entender a cultura chinesa por dentro após tantas negações inflexíveis da relevância de características internas de todas as unidades do sistema internacional. E a abrangência temporal que passa a preceder as guerras napoleônicas no século XIX também representa uma ampliação de abrangência metodológica diferente da que consta em *“The Tragedy of Great Power Politics”*. O americano parece interessado em realizar um esforço sinológico, ainda que parta de uma finalidade dedutiva, buscando apenas encontrar variáveis que reforcem a hipótese pré-estabelecida pelo realismo ofensivo.

O problema maior na argumentação de Mearsheimer, mesmo cedendo ao pisar no terreno sinológico pouco estimado por ele, é a seletividade interpretativa. Quanto à incerteza sobre a perspectiva não belicosa ter se feito valer ao longo da história milenar chinesa, a própria persistência do confucianismo desde a Antiguidade até a Modernidade enquanto uma filosofia essencialmente política deveria ser suficiente para provar que em algum grau foi capaz de preencher a cultura da civilização asiática. E sobre as poucas evidências históricas, realmente pode haver relativa escassez de bibliografia sobre a história produzida na Antiguidade – envolvendo as dinastias míticas, como Xia (2205 – 1818 a. C.) e Shang (1500 – 1046 a. C.), que precederam Zhou (1046 – a. C.) –, mas a própria obra de Yan (2019, p. 173-189), no capítulo 8, intitulado “Casos de transformação do sistema”, aplica a teoria realista moral à história internacional do sistema de Estados da China Antiga a partir da Dinastia Zhou. E a obra de Zhao Tingyang (2019), em particular, já demonstra que há materiais suficientes para explicar e discutir a história da China Antiga em um dado recorte temporal.

Também é importante reiterar que avaliar a governança chinesa desde a Antiguidade como “brutal” soa como uma distorção interpretativa comum entre Mearsheimer e as referências úteis que selecionou para defender seu ponto de vista. Uma formulação que entra em choque frontal com tal é a que Mahbubani (2021) traz ao apontar principalmente que mesmo quando a civilização chinesa possuía a marinha mais poderosa do mundo se recusou a colonizar qualquer país e lutar qualquer guerra de longa distância, se mantendo sempre militarmente concentrada em resolver desafios internos ou periféricos, como o próprio Mearsheimer (2014a) contraditória e ironicamente reconhece. A ausência de práticas coloniais e o fato de ter sido colonizada praticamente duas vezes, a saber, nas dinastias Yuan e Qing,

deve significar algo que no mínimo incute alguma reflexão comparativa em relação aos verdadeiros impérios expansionistas que aparecem na história humana, como o romano, o mongol e o britânico. Exageros conclusivos devem ser evitados, mas a regra de ouro de Confúcio (2012) e a ausência do monoteísmo (ZHAO T., 2019) parecem ter surtido algum efeito pacificador nas relações internacionais desde o auge do sistema tributário asiático da Antiguidade até a Era Moderna.

O exame histórico feito por Yan aponta que houve flutuações de alinhamento à Autoridade Humana na China dinástica. Com a crise da Casa de Zhou no segundo período da Dinastia, o sistema interestatal chinês transitou de um tipo dotado de normas moralistas, representada pelo *Tiānxià*, para um de normas de realpolitik. Esse relato temporal prova que há documentação referencial suficiente para que sejam feitas discussões sobre os avanços e regressos da civilização confuciana no sentido de busca por “Humanidade” enquanto norma.

Em conteúdo a normatividade confuciana não pode ser comparada com os fundamentos expansionistas do liberalismo. É verdade que são “características internas dos países”, então são ambos dispensáveis para a metodologia estruturalista, mas seus significados e fundamentos são diferentes. A abordagem de Confúcio (2012) sobre a influência política parte da ideia de atrair pelo exemplo, isto é, pela virtude. O outro apenas deve escolher seguir um ator bem-sucedido caso haja razões virtuosas e exemplares para fazê-lo – e sempre haverá livre-arbítrio para decidir seguir o exemplo ou não. A frase que sintetiza a ideia é: “*Wéi zhèng yǐ dé, pìrú běichén, jū qí suǒ ér zhòng xīng gòng zhī* (为政以德, 譬如北辰, 居其所而众星共之 – Governando com virtude, como a Estrela do Norte, onde as estrelas vivem juntas)” (YAN, 2019, p. 1). No caso do liberalismo, duramente criticado enquanto uma autossabotagem da política externa dos EUA pelo próprio Mearsheimer (2018) em “*The Great Delusion: Liberal Dreams and International Realities*”, há em sua base uma presunção “civilizatória” e expansionista que visa à homogeneização dos sistemas políticos no mundo. Os EUA buscam exportar por práticas de manipulação o sistema político e econômico liberal, enquanto os chineses apenas buscam liderar por um exemplo a ser produzido pela ética confuciana – sem induzir mudanças em regimes e sistemas alheios. Segundo Zhao Tingyang (2019), o monoteísmo ocidental é catequizante e, por isso, foi causador de conflitos civilizatórios e étnicos ao longo da história internacional, enquanto a tradição confuciana foi capaz de coexistir com diferentes culturas sociais e até absorver aspectos das que se relacionaram mais intimamente com a China. O liberalismo, nesse sentido excepcionalista, passou a representar uma faceta dessa mesma abordagem internacional no Ocidente hegemônico.

No segundo corolário do realismo moral de Yan (2019, p. 63) sistematizado em “*Leadership and The Rise of Great Powers*”, a saber, “Diferentes tipos de liderança internacional defendem diferentes ordens internacionais”, o autor menciona a formulação de Mearsheimer sobre a lógica que conduz as relações internacionais sob uma pressão de guerra com o objetivo de contestá-la, se trata de uma referência de contrariedade. Tal corolário revela exatamente um princípio de negação do realismo ofensivo, que entende que a guerra é o único desfecho possível para que grandes potências realizem manutenção da liderança na ordem internacional ou ascendam nesta. As formas estratégicas de obtenção de poder são mais dinâmicas no realismo moral porque há nele uma metodologia histórica e mais maleável do que a da rígida estrutura neorrealista:

Em qualquer época, o Estado dominante encontrará um sistema internacional, normas internacionais e tecnologia militar inteiramente diferentes daquelas da era anterior. Esse Estado tem mais chances de melhorar seu poder por meio de uma estratégia recém-inventada do que imitando as já existentes. Por exemplo, antes da Primeira Guerra Mundial, as potências europeias competiam pela hegemonia conquistando colônias fora da Europa. Durante a Segunda Guerra Mundial, Alemanha, Itália e Japão fizeram isso anexando seus vizinhos, mas sofreram derrota. Diferentemente das potências europeias, os Estados Unidos e a União Soviética disputaram a hegemonia via guerra por procuração durante a Guerra Fria. Desde a segunda década do século XXI, a história testemunhou a luta pelo poder entre os Estados Unidos e a China por meio de estratégias não violentas, incluindo a guerra comercial, que contrastam fortemente com as adotadas pelos Estados Unidos e pela União Soviética (YAN, 2019, p. 64-65).

Em suma, o escopo conceitual do realismo moral de Yan Xuetong é mais abrangente do que o realismo ofensivo de John Mearsheimer. Enquanto o primeiro é composto por um conjunto de modelos com poder explicativo útil para a realidade asiática e para os países subdesenvolvidos interessados em ascender em termos de poder, o segundo pressupõe estar refinando a teorização metodologicamente sofisticada trazida por Kenneth Waltz ao identificar mecanismos centrais de determinação das relações internacionais. Em acréscimo, apesar de os dois autores serem estruturalistas, Yan procura retomar a abordagem clássica e Mearsheimer representa a continuidade do estruturalismo neorrealista (consensualmente mais avançado no estado da arte dos debates fundadores das Relações Internacionais). Ambas as formulações naturalmente possuem limites de capacidade analítica, pois são essencialmente ferramentas de análise que devem maximizar a compreensão da realidade internacional. Contudo, o foco ofensivo na conduta supostamente automática e invariável das grandes potências em torno de um único objetivo hegemônico predeterminado diz mais sobre a minoria das unidades sistêmicas em um dado período histórico. O realismo moral a partir de modelos dinâmicos se mostrou capaz de explicar o projeto de longo prazo que os chineses construíram para que pudessem se reerguer e se reintegrar à ordem internacional, e dessa

abordagem podem ser abstraídas algumas lições para os países em desenvolvimento também interessados em ascender.

3.2 DEBATES DIRETOS ENTRE YAN E MEARSHEIMER

Nos próximos subtópicos há resumos comentados dos debates presenciais entre os professores Yan Xuetong e John Mearsheimer. Os vídeos de ambos os encontros estão disponíveis em canais independentes do *Youtube*, mas devido ao risco de perda do material, como medida de segurança, *backups* não listados foram feitos pelo autor da presente pesquisa em seu canal vinculado ao *e-mail* institucional da Universidade Estadual Paulista. Os *links* para acessar os vídeos estão organizados na seção de referências bibliográficas em ordem alfabética a partir de seus títulos: “*Can China Rise Peacefully?*” e “*Managing Sino-US Strategic Competition*”.

3.2.1 Debate de 2013

Em 2 de novembro de 2013, no Instituto de Relações Internacionais Contemporâneas da Universidade Tsinghua, os professores John Mearsheimer e Yan Xuetong compareceram em um debate intitulado: “A China pode ascender pacificamente?”. O moderador do debate foi Robert Pape, que é professor de Ciência Política da Universidade de Chicago.

Mearsheimer foi o primeiro a falar, trazendo um resumo de seu argumento central sobre o tema sobre a China poder ascender pacificamente ou não:

O tópico que estamos discutindo esta noite é se a China pode se erguer pacificamente. Acredito que muitos de vocês aqui já sabem que sempre acreditei que a China não pode se erguer pacificamente. Na minha opinião, quando nos deparamos com um problema sério, não devemos ficar sem suporte teórico, porque o problema que estamos enfrentando é, na verdade, um pressuposto teórico, e não podemos conhecer os fatos do futuro.

Discutir se a China pode se erguer pacificamente é tal situação. Diante dessa suposição, devemos apresentar um conjunto de teorias convincentes. Para ser convincente, esse conjunto de teorias deve primeiro ser capaz de explicar razoavelmente o passado e o problema semelhante acontecendo agora.

Eu não acho que a China possa se erguer pacificamente, não por causa dos fatores culturais da China ou fatores políticos domésticos, etc., mas por causa do nosso atual sistema político internacional. Nesse sistema, tanto a China quanto os Estados Unidos devem lidar com assuntos internacionais de acordo com as mesmas leis.

Então, o que exatamente é essa teoria que estou falando? No sistema político internacional desordenado de hoje, não há autoridade superior reconhecida, nenhum

vigia noturno de ordem, nenhum país realmente conhece as verdadeiras intenções de outros países e nenhum país pode ter 100% de certeza de que outros países não atacam a si mesmo. Neste caso, a única coisa que pode ser feita é maximizar sua força relativa. Somente países fortes e poderosos podem sobreviver nesse sistema (CAN..., 2022, 4 min 46 s., tradução nossa).

O professor Mearsheimer naturaliza a iminência de uma possível guerra entre China e EUA de modo tão caricato que desperta risos da plateia. Essa exposição verbal demonstra a objetividade concisa do realismo mearsheimeriano que explora profundamente uma baixa quantidade de características da processualidade em questão.

Depois disso, o autor cita o exemplo da condição hegemônica que apenas os EUA conquistaram na ordem internacional vigente. Segundo Mearsheimer, é apenas esse *status* que garante à superpotência a segurança que sente em relação ao Canadá e ao México. Maximizar capacidades materiais para ter vantagem comparativa em relação aos Estados contíguos e, de modo mais amplo, a todo o continente em que um país está inserido é a meta das relações internacionais sob uma óptica realista ofensiva. Indo mais além, um Estado que atinge essa condição de supremacia deve impedir também que concorrentes consigam fazer o mesmo nas regiões que estão inseridos, então o ator hegemônico deve equilibrar poder por fora, agindo em longa distância de maneiras diversas. Caso o *hegemon* não exerça sua influência em dimensão global, espera que outros *hegemons* que possam se consolidar deverão buscar fazê-lo e, por isso, busca evitar o surgimento de concorrentes. Sobre o caso concreto em discussão, expõe Mearsheimer:

Do ponto de vista da China, essa não é uma boa situação porque a China não está feliz ao ver que os Estados Unidos têm forças militares estacionadas em sua porta, vocês não estão felizes com o fato de que nós temos porta-aviões navegando no Mar Amarelo e no Estreito de Taiwan, aviões ao longo da costa, forças terrestres na costa. Vocês gostariam de nos ver envolvidos nos assuntos de segurança do Hemisfério Ocidental, então assim teríamos menos tempo para prestar atenção no que está ocorrendo na Ásia (CAN..., 2022, 9 min 43 s., tradução nossa).

Depois, o americano aplica a mesma lógica à perspectiva americana, que estipula que em longo prazo uma China hegemônica poderá intervir no hemisfério ocidental e, por isso, deve permanecer limitada a conflitos regionais (como já acontece desde a Antiguidade, a julgar pelo histórico de conflitos da China). Os EUA precisam fomentar a existência de outras potências na Ásia, como Índia e Japão que, potencialmente, podem assumir o papel de *buck-catchers* por *buck-passing* exercido pelos EUA em um momento oportuno (MEARSHEIMER, 2001, p. 267-335).

Mearsheimer enxerga nessa correlação de forças uma condição favorável para os EUA e que deve ser aprofundada, a justificando pelo caráter anárquico do sistema de Estados que

força as potências a maximizarem poder relativo. Seguindo esse raciocínio, o estadunidense faz uma analogia engraçada: “[é necessário ser,] como costumávamos dizer em Nova York quando eu era criança, ‘o maior e mais forte cara da sala’, porque só assim ninguém se atreve a provocá-lo” (CAN..., 2022, 11 min 36 s, tradução nossa).

Seguindo, o professor faz uma aplicação histórica, classificando que expansões e conquistas são eventos comuns nas histórias dos EUA e da China. Desde a independência dos EUA em 1776 uma grande potência foi construída através da Marcha para o Oeste, pela qual o sudoeste foi anexado em uma violenta expansão militar representada pela Doutrina Monroe (1823) que visava à eliminação de influências coloniais europeias no continente americano. De modo análogo, John Mearsheimer espera que a China fará o mesmo, caso continue obtendo poder, alcançando hegemonia regional e expulsando os EUA do continente asiático. E isso deve ser desejável para os chineses devido ao trauma histórico do século da humilhação (embora não use esse termo, faz menção a esse recorte histórico iniciado há 200 anos), que induz a conclusão sobre a necessidade de obter poder para se impor geopoliticamente e garantir a segurança nacional. É por essa razão que deve ser esperada uma “Doutrina Monroe à chinesa”. Esse raciocínio ecoa no artigo “*Can China Rise Peacefully?*” (com o mesmo título deste debate) publicado em 2014 no *The National Interest* (MEARSHEIMER, 2014a). Nesse ponto o pensador americano é certo, pois a ambição de construir uma Doutrina Monroe chinesa é declarada por um dos mais proeminentes representantes do ELP, o coronel Liu Mingfu (2010), no livro “*China Dream*”.

É devido a essa dinâmica relacional que os EUA devem limitar o crescimento da China e, de modo implacável, entrarão em uma intensa disputa de equilíbrio de poder, assim como fizeram com o Segundo Império Alemão, com o Império Japonês, com a Alemanha Nazi e com a União Soviética. Esse é o propósito da estratégia de Pivô à Ásia. E é esperado que a RPC reaja a essa pressão na medida em que se fortaleça. O autor assume que a guerra não é inevitável, mas é muito possível, pois levará o atrito sino-americano ao fim. E o palco do conflito tende a eclodir no Estreito de Taiwan, na Península Coreana, no Mar da China Meridional ou nas Ilhas Diaoyu (CAN..., 2022, 21 min 16 s, tradução nossa).

Mearsheimer reforça o fato de que sua previsão consiste em uma análise teórica que simplifica a realidade para poder explicá-la, mas é passível de erros, pois não há teoria social que seja infalível. No caso da teorização realista estrutural, as variáveis de análise centrais são o equilíbrio de poder e a estrutura do sistema internacional, enquanto o nível de análise

doméstico é ignorado. E, como a política doméstica também pode eventualmente desempenhar um papel importante, a previsão realista ofensiva pode estar errada. Sendo otimista e educado diante da plateia chinesa, o professor conclui com expectativas pacifistas: “as melhores teorias estão corretas em 75% do tempo e isso significa que estão erradas em 25% do tempo [...] vamos torcer para que a respeito da ascensão da China essa vai ser uma das instâncias em que minha teoria vai ser provada incorreta” (CAN..., 2022, 23 min 6 s, tradução nossa).

Encerrada a fala de Mearsheimer, o professor chinês Yan Xuetong inicia sua participação no debate declarando que, apesar do rótulo realista que é atribuído a si e ao seu colega, suas perspectivas são muito diferentes. A despeito de concordar que em um sistema anárquico as unidades precisam garantir suas defesas com o poder militar sendo o melhor meio para isso, que há incertezas sobre pretensões dos outros, e que o objetivo das relações internacionais é a sobrevivência e então se estabelece uma dinâmica de maximização constante de segurança que envolve o equilíbrio de poder sino-americano, há divergências interpretativas sobre a lógica e os fatos que fundamentam essas suposições teóricas realistas. As diferenças lógicas e factuais são trazidas pelo autor asiático com as seguintes palavras:

Concordo com alguns argumentos do professor Mearsheimer. Considero que tanto a China quanto os Estados Unidos querem ser a potência líder no mundo. A China quer reascender através do rejuvenescimento nacional, e isso significa que quer ser o número 1 no mundo, e o presidente Obama afirmou no Congresso que os EUA nunca aceitarão ser o número 2 do mundo. Isso significa que os Estados Unidos nunca aceitarão que qualquer um seja igual a eles sendo o número dois, eles não querem dois números dois. Também, qualquer país deve se tornar um líder regional antes de se tornar um líder mundial, o que também é uma lei inevitável, não é uma teoria, é uma lei da natureza. O último apontamento é que há muitas estratégias para tanto a China como os EUA escolherem manter ou melhorar suas posições. Os EUA têm a estratégia de contenção, engajamento, equilíbrio, equilíbrio de poder pelo mar, e certamente há outras estratégias. O mesmo vale para a China, então podemos continuar em perfil discreto, ou assumir mais responsabilidades no mundo, ou optar pela guerra. Então há diversas estratégias para a China ascender uma posição de liderança (CAN..., 2022, 25 min 26 s, tradução nossa).

Basicamente, Yan introduz sua intervenção com o argumento que explora a maior dinamicidade existente em seu escopo teórico em comparação com o de Mearsheimer. Enquanto o autor americano restringe sua análise a meios de equilíbrio mais diretos e restritos à área militar, com foco em *balancing* e *buck-passing*, o professor chinês demonstra a flexibilidade existente no pensamento internacional chinês determinado pela ausência de um princípio ordenador em sua grande estratégia. Diplomacia, comércio exterior e estratégias de defesa encontram interseções maleáveis e projetadas, nesse sentido (LAYNE, 2006; CARRIÇO, 2013a; WANG, 2011; LIU M., 2010). O argumento sobre a multiplicidade

estratégica é encontrado no segundo capítulo de “*Leadership and the Rise of Great Powers*”, denominado “Liderança e preferências estratégicas” (tradução nossa), onde o professor Yan (2019, p. 25-53) correlaciona tipos de liderança política e distintas estratégias internacionais. Tal capítulo deriva de uma adaptação do artigo “*From keeping a low profile to striving for achievement*” (YAN, 2014b).

Prosseguindo no debate, Xuetong explora mais as diferenças entre os realismos moral e ofensivo. Yan compara as formas de disputa entre Grã-Bretanha e França durante o período colonial e entre EUA e URSS durante a Guerra Fria. No primeiro caso havia uma competição por colônias. No recorte histórico seguinte os EUA e a URSS não participaram da dinâmica imposta pelas potências anteriormente reinantes e apostaram em uma abordagem diferente baseada em busca por aliados. Seguindo o progresso da história, a RPC e os EUA já não podem seguir os padrões relacionais da Guerra Fria. Compreendendo que, apesar da desconfiança mútua, EUA e RPC compartilham interesses comuns, uma performance de cooperação bilateral amistosa e ativa pode ser traçada. No tocante às divergências, devem ser tratadas por medidas de prevenção estratégica. Esse raciocínio transparece na retórica governamental, por exemplo, no discurso “Avançar sem esquecer a aspiração inicial” de 1º de julho de 2016: “A China defende a comunidade de futuro compartilhado para a humanidade e opõe-se à mentalidade da Guerra Fria e ao jogo de soma zero” (XI, 2019b, p. 47).

O escopo da política externa de Xi Jinping (2019a; 2019b), que dá primazia à construção de um ambiente diplomático positivo com os países vizinhos, prepara um terreno para que a ascensão pacífica concatenada com a concretização das duas metas centenárias⁵² seja aceita pelos países da circunvizinhança do País do Meio. A nova condução é diferente da política externa discreta que prestava atenção principalmente na qualidade das relações sino-americanas para garantir crescimento econômico com segurança e estabilidade. A transição equivale a um reequilíbrio de poder porque altera o foco de prioridades relacionais, então anula a chance de neutralidade chinesa em caso de atrito entre algum país asiático aliado e os EUA. De modo mais incisivo, propõe, ainda, cooperação nas áreas de economia e de segurança, mesmo o fazendo por uma proposta multidimensional e, portanto, pretensiosamente ainda branda. Nesse momento, Yan sistematiza o estabelecimento de zonas de cooperação alinhadas com o escopo da *Belt and Road Initiative*:

⁵² As metas fazem referência ao aniversário do centenário do PCCh e da fundação da RPC em 2021 e 2049. A primeira meta é baseada em dobrar o PIB e o PIB per capita em 2020 em relação ao de 2010 (já foi consolidada), e a segunda é de tornar a China “um país moderno socialista próspero, poderoso, democrático, culturalmente avançado e harmonioso, concretizando assim o sonho chinês da grande revitalização nacional” (XI, 2019a, p. 398).

O escopo geral [dessa estratégia diplomática] é o estabelecimento de três zonas de cooperação econômica sub-regionais e aprofundar cooperação de segurança com vizinhos. Isso é muito diferente de antes. Agora vamos tentar estabelecer a Rota da Seda no Oriente Médio, a Rota da Seda Marítima do sudeste da China e o Corredor Econômico China-Índia-Mianmar-Bangladesh [no sul da Ásia] [...] Xi Jinping sugere que deveríamos aprofundar nossa cooperação de segurança com nossos vizinhos [...] a abordagem de trabalho é muito variada. O objetivo de trabalho é, primeiramente, procurar interesses compartilhados, que é melhor do que buscar confiança mútua [...] porque nós nunca confiamos uns nos outros, como disse o senhor Mearsheimer (CAN..., 2022, 30 min 36 s, tradução nossa).

Continuando a análise sobre o governo recém-constituído de Xi Jinping, Yan avalia que sua retórica propõe falar sobre amizade e moralidade ao conferir importância às relações fronteiriças para criar um ambiente estratégico útil ao desenvolvimento da China e de seus parceiros. Nesse sentido, a diplomacia que não faz distinção entre aliados e rivais, inerente ao *Tāo guāng yǎng huì* de Deng Xiaoping, chegou a um limite, pois a Comunidade de Destino Comum alinhada com a Nova Rota da Seda possui um corpo geográfico centrado na Ásia. O professor chinês faz uma analogia cômica sobre isso: “se você é igualmente amigável para todas as mulheres, então você não tem uma esposa” (CAN..., 2022, 32 min 43 s, tradução nossa).

A China agora enfatiza que pretende exportar seu desenvolvimento econômico aos países vizinhos, o que diferencia a promoção de relações de igualdade que a China enfatizava no passado – agora há uma proposta inclusiva pelo reconhecimento de um estatuto praticamente hierárquico. No entanto, Yan opina que alianças de segurança deveriam ser mais exploradas por Xi para obter maior nível de confiança por parte dos vizinhos. As oportunidades trazidas pela Comunidade de Destino Comum são potencialmente muito mais profundas e abrangentes do que parcerias estritamente comerciais anteriormente construídas. O grau de integração se dará em vários campos, como política, cultura, educação e segurança. No texto “Melhorar nossa capacidade de participar da governança global”, de 27 de setembro de 2016, sobre isso explana Xi:

Desde o 18º Congresso Nacional do Partido, exigimos que seja posto em prática o correto conceito de justiça e interesses, impulsionamos o estabelecimento de um novo modelo de relacionamento internacional que tem como núcleo a cooperação ganha-ganha e a criação de uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade e de uma rede de parceiros que conecte todas as partes do mundo, assim como promovemos o conceito de segurança comum, integral cooperativa e sustentável (2019b, p. 555).

O professor Yan Xuetong identifica que somente através da moralidade e do fornecimento de benefícios pragmáticos para a periferia geográfica chinesa o rejuvenescimento nacional pode ser alcançado. E é essa uma diferença entre os realismos moral e ofensivo: o primeiro reconhece relevância em características domésticas dos Estados

para constituir poder; o segundo não. Um atributo interno caro para Yan é a moralidade como um meio tático para aumentar a força nacional através do aprofundamento de relações amistosas com os países vizinhos, que trazem benefícios estratégicos, políticos e comerciais. Para o realismo ofensivo, o poder militar é a base do poder de um Estado; para o realismo moral, a liderança política é a base do poder nacional.

Como a moralidade é entendida em diversos níveis que variam desde o universal até o individual, que é relativo, diferentes líderes também adotam distintas estratégias diplomáticas. Por exemplo, as escolhas de Bush e Clinton são diferentes, assim como as de Deng Xiaoping e Mao Tsé-Tung também não são iguais, então Xi Jinping deve adotar uma estratégia diplomática diferente de Hu Jintao. Aqui é apresentada a base do raciocínio que aparece mais tarde no primeiro capítulo de *Leadership and The Rise of Great Powers*, denominado “Moralidade, poder e autoridade” (tradução nossa) (YAN, 2019, p. 1-24).

Depois de expor os argumentos relacionados com a variabilidade estratégica e com a importância da moralidade na definição da força abrangente de um país, Yan retorna ao tópico do debate: como a China pode se erguer pacificamente? Como realista, afirma que não há garantia de que a China não será arrastada para a guerra no processo de sua ascensão. É certamente por essa razão que Xi Jinping enfatiza o aprofundamento dos preparativos para a luta militar. Não obstante, afirma Yan: “Não sou tão pessimista quanto o professor Mearsheimer no que diz respeito ao perigo de guerra entre a China e os Estados Unidos. Eu acredito que é muito improvável” (CAN..., 2022, 38 min 15 s, tradução nossa). Há duas razões para sustentar o argumento: 1) a dissuasão nuclear, assim como na época da Guerra Fria, impedirá um conflito direto entre grandes potências; e 2) a globalização contemporânea trouxe uma interdependência econômica mais sensível e menos vulnerável do que em momentos anteriores da história⁵³.

Quando Yan evoca essas duas variáveis está respondendo às formulações de Mearsheimer (2001, p. 130-133; 371) em *The Tragedy of Great Power Politics* em que afirma que mesmo perante as pressões da dissuasão nuclear e da interdependência as guerras são possíveis. No caso do cenário de destruição mútua assegurada, há uma concessão por Mearsheimer, que avalia que de fato reduz as chances de um grande conflito, mas enxerga um papel ainda ativo nas forças terrestres, e no caso da interdependência econômica o autor refere à incapacidade desta dinâmica relacional frear guerras entre grandes potências no século XX.

⁵³ As categorias de vulnerabilidade e sensibilidade dialogam com a obra de Nye e Keohave (2012), *Power and Interdependence*.

Em relação à dissuasão nuclear, há consenso parcial entre Mearsheimer e Yan, enquanto a verdadeira contestação ganha no lugar na questão de a globalização ter reforçado a capacidade pacificadora da economia internacional.

Indo além, Yan estima que o multilateralismo global instaurado na década de 1990 abre portas para que não haja tanta dependência entre mercados de países específicos, então a variação de alternativas fornece possibilidades de resistência a sanções, embargos, tarifas etc. e avalia que isso se aplica à relação sino-americana. Trata-se de uma afirmação forte, mas que também foi confirmada pela realidade. Dados da balança comercial chinesa desde 2009 até 2019 indicam os EUA permanecem entre os parceiros comerciais mais importantes, mas não figuram mais entre as três maiores fontes de importação provavelmente por conta da política externa multilateral da China simultânea à ofensiva da guerra comercial travada ao longo do governo de Donald Trump (2017-2020), enquanto a complexidade econômica aumentou de 0,66 para 0,97 (OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2019). E o crescimento econômico continuou comparativamente expressivo mesmo com relativa redução em seu ritmo – a China tinha um PIB de US\$ 5,1 trilhões em 2009 e US\$ 14,28 trilhões em 2019 (WORLD BANK, 2020a).

Sintetizando, Yan Xuetong reitera que a possibilidade de guerra direta entre RPC e EUA é muito pequena, mas uma guerra por procuração pode ser induzida. No caso de indução de uma guerra terceirizada a estratégia ascensão pacífica tem como diretriz não iniciar as agressões. Entretanto, caso a China seja atacada, deverá revidar, pois buscar a ascensão pacífica não significa não se defender.

Antes de encerrar sua fala, Yan acrescenta que ele e Mearsheimer preveem datas diferentes para a ascensão chinesa, tomando como ponto de partida a data do evento acadêmico (2013): Mearsheimer previa a ascensão da China até 2033 ou 2043, e Yan estipulava que a data limite seria 2023. Em termos de PPC, a superação econômica dos EUA já aconteceu, mas em taxas de câmbio de dólar ainda falta a RPC crescer aproximadamente US\$ 6 trilhões (WORLD BANK, 2020).

John Mearsheimer, então, começa sua segunda participação no debate para treplicar os argumentos de Yan Xuetong. Primeiramente, discute a estratégia do governo de Xi Jinping baseada no desenvolvimento de cooperação profunda nas áreas de economia e segurança com países vizinhos para reduzir chances de conflito e consolidar sua ascensão. Ele considera uma tentativa inteligente, mas fadada ao fracasso por três razões: 1) O que realmente assusta os

vizinhos de Beijing e Washington são as capacidades materiais que a potência ascendente vem acumulando, independentemente do teor e do discurso de sua política externa. 2) Os vizinhos da China causarão problemas nesta fase do processo de ascensão (com ajuda dos EUA), antes que seja tarde demais para tentar impedi-la, e é por isso que Filipinas, Vietnã e Japão causaram problemas durante o trâmite da ascensão pacífica. No entanto, a China preferiu manter a calma porque o tempo está ao seu lado. Com o passar do tempo, se tornará cada vez mais forte e, eventualmente, terá o mesmo poder que o “Godzilla” (Mearsheimer realmente faz essa comparação). Quando tiver esse poder, poderá governar o mundo, então apenas precisa de tempo. E 3) não adianta tentar ser benevolente se todos sabem que a China não está satisfeita com sua atual situação de segurança frente às vulnerabilidades geopolíticas causadas pela questão de Taiwan, pelas disputas das Ilhas Diaoyu e do Mar do Sul da China e pela demarcação da fronteira sino-indiana em Aksai Chin. Quando a China estiver mais forte, consequentemente terá capacidade para mudar essas regras e garantir maior segurança (CAN, 2022, 43 min).

O segundo contra-argumento de Mearsheimer diz respeito à moralidade. Segundo o autor americano, essa retórica torna a China ainda mais perigosa. Essa é uma característica que vai igualizar a RPC aos EUA, que são o país mais moralista do mundo e subordinam esses valores às suas ambições expansionistas. A forma ideológica moral dos americanos é o liberalismo, que justifica uma missão excepcionalista de “catequizar” os outros Estados levando democracia e liberdade a eles. Os integrantes do *establishment* americano, inclusive, entendem que têm a obrigação de ensinar a China a respeitar os princípios morais básicos e os direitos humanos. Diante disso, o dever dos realistas é evitar o senso de moralidade e pretensões de expansão global porque o valor verdadeiramente mais precioso na política internacional é evitar a guerra. Para Mearsheimer, os verdadeiros realistas devem se opor à invasão dos EUA no Vietnã, no Iraque etc., enquanto os liberais costumam fazer guerras em nome da ideologia. E é por essa razão que ele declara que quando viu que a China está interessada agora no realismo moral “ficou apavorado” (CAN..., 2022, 49 min).

A última resposta a Yan é baseada em armas nucleares e globalização. Mearsheimer admite que esses dois fatores são a refutação mais poderosa de sua teoria realista ofensiva. Todavia, compartilha suas percepções sobre esses pontos. Sobre armas nucleares, durante a Guerra Fria, tanto os EUA quanto a URSS possuíam armas nucleares para se destruírem mutuamente, o que trouxe maior pacificação na configuração internacional bipolar, mas um outro cenário exemplar mostra uma situação em que os conflitos não deixam de ocorrer por

isso: tanto a Índia quanto o Paquistão possuem armas nucleares, mas isso não diminuiu o nível de tensão entre ambas, que permanecem numa corrida armamentista. Sendo assim, as armas nucleares parecem intensificar processos de equilíbrio de poder em nível regional que não envolva as maiores potências do sistema. Na atualidade, se a China e os Estados Unidos (através de aliados asiáticos) lutarem por disputas regionais, esta terá escala limitada.

Um fator que reforça a chance de uma guerra na China é o ambiente geográfico da Ásia e os simultâneos interesses de múltiplos atores para construí-la. As brechas nos Mares do Sul e do Leste, no estreito de Taiwan, a tensão teoricamente persistente entre as Coreias e o território ainda disputado na fronteira com a Índia são todos passíveis de abrigar guerras, conforme já foi visto na história. As localidades logisticamente adequadas para guerrear no contexto de ascensão da China são comparativamente mais diversas do que as que existiam na URSS durante a Guerra Fria. Um cenário de guerra entre EUA e URSS seria provavelmente a Alemanha através de uma ofensiva da OTAN, mas seria excessivamente custoso e logisticamente arriscado para os dois lados. No caso da China, as condições geográficas são mais seguras e diversificadas para os EUA. Esse é um argumento detalhadamente inserido no artigo *Can China Rise Peacefully?* (MEARSHEIMER, 2014a).

Sobre interdependência econômica e globalização, Mearsheimer reproduz um argumento que aparece em mais de um artigo, em *The Tragedy of Great Power Politics* e em *The Great Delusion*. Um exemplo sólido que ele traz nesse debate é a questão de Taiwan, que deve provar que interesses políticos estão sobrepostos aos econômicos porque mesmo que a prioridade da estratégia chinesa tenha sido o crescimento e o desenvolvimento, declara desde seus períodos de maior atraso que declararia guerra à ilha em caso de declaração de independência desta. Depois o professor americano indaga se China e Japão entrariam em um consenso sobre as Ilhas Diaoyu, e antecipa que isso é impossível devido à primazia da política. Para finalizar, repete o exemplo presente em seus livros sobre como antes da Primeira Guerra Mundial havia contestações sobre a chance de guerra devido à suposta primazia da economia.

Sobre a questão das Ilhas Diaoyu, foram praticamente retomadas pela China em 2016 não por um consenso diplomático, mas através de uma alteração no equilíbrio de poder com o Japão (BOUGON, 2018, p. 184). De fato, houve primazia da geopolítica nesse desdobramento. Mearsheimer foi certo sobre isso. Entretanto, ao tentar reduzir a importância das relações econômicas globais para dissuadir conflitos o americano insistiu em

uma formulação apresentada em sua obra repetidas vezes sem atualizá-la após Yan argumentar que o multilateralismo globalizante reduziu a vulnerabilidade e aumentou a sensibilidade das relações comerciais entre países. Em um contexto globalizado muito sensível e pouco vulnerável em que a China vem alcançando proeminente nesse aspecto, sendo conhecida como a “fábrica do mundo”, tanto a sua oferta quanto a sua demanda impacta fortemente a economia mundial e há capacidade para flexibilizar focos de investimentos e comércio de acordo com prioridades estratégicas (PIRES, 2013). O caso específico do sucesso econômico chinês em um mundo mais globalizado do que nunca deve levantar mais questões do que certezas padronizadas a respeito da geopolítica.

O professor Yan Xuetong foi o último a falar no debate. Iniciou sua intervenção final com uma contextualização em que fez uma menção crítica à obra de Samuel Huntington (1997) baseada no conceito de “choque de civilizações”. Para o professor chinês, o que explica a falha de Huntington é a não compreensão de que a competição intraespecífica é muito mais intensa do que a competição interespecífica. De maneira similar, o debate entre realistas é mais intenso do que o debate entre realistas e liberais ou construtivistas. Huntington teria errado, então, em sua crença de que o conflito entre civilizações dominaria a política internacional no momento que sucedeu a Guerra Fria. Um exemplo disso seria a guerra civil na Síria (que estava sendo definida na época do debate e teria se formalizado em 2014). Naquele momento as cisões entre grupos que lutaram na guerra civil estavam se dando entre atores da própria civilização muçulmana e não entre muçulmanos e cristãos ou judeus.

Em seguida, voltou ao debate com Mearsheimer com uma refutação que foi dividida em cinco partes. Primeiramente, admitiu que concorda que os vizinhos da RPC a temem devido ao poder que vem obtendo. Mas acrescenta que o objetivo da China é ser vista como um “irmão mais velho” para que desenvolva relações fraternas e não seja temida. O objetivo da potência ascendente é desenvolver as economias das unidades menores para pacificar suas relações. Qualquer temor existente na atualidade se deve, então, a erros do passado em que a China optou por uma política externa de não alinhamento.

Em segundo lugar, em relação aos países vizinhos causarem problemas para a China, provavelmente o farão para obter mais benefícios econômicos da China através da provocação de disputas. O governo filipino já fez algo do tipo quando pressionou a China para assinar um contrato de US\$ 7 bilhões com ele, mas ainda insatisfeito voltou a fazer exigências. Nesses casos, Beijing pode punir esses governantes sem usar força militar, através de táticas de

isolamento. Nesse sentido, a geoeconomia ecoa como uma referência tática relevante (LUTTWAK, 1990).

O terceiro ponto é sobre cisões entre atores bem-intencionados. Forçar relações com rivais históricos e geográficos não funciona, então os amigos e apoiadores devem ser focalizados e construídos. Por esse motivo, benefícios financeiros e de segurança devem ser concedidos para aprofundar relações de amizade. A estratégia da China consiste claramente em deixar seus vizinhos se beneficiarem do seu desenvolvimento econômico sem aproveitar vantagens econômicas às custas deles.

Em quarto lugar, existem diferentes entendimentos de moralidade. O entendimento americano de moralidade, ligado ao liberalismo, é diferente do da China. A moralidade da América é baseada no suposto dever cristão de catequização global para unificar forçadamente crenças em torno de um único Deus. O entendimento da China sobre moralidade é voluntarista, então se os outros quiserem aprender os valores confucianos, taoístas e budistas deve fazê-lo por conta própria. A China busca atrair os outros por um magnetismo pragmático; o Ocidente historicamente força a expansão de seus valores culturais. Confúcio (2012) propunha uma abordagem de aprendizado em que os discípulos deveriam vir até o mestre, e não o contrário.

Para finalizar, a última parte da intervenção de Xuetong faz uma articulação sobre o papel das armas nucleares e da globalização para pacificar a ordem internacional. As armas nucleares por si mesmas não evitam a guerra, mas sim o fato de virem acompanhadas com estratégias para garantir a destruição mútua. Por uma metodologia de análise histórica, os fatos compreendidos desde a Guerra Fria apontam que a estratégia de dissuasão nuclear é confiável na prevenção da eclosão de uma guerra entre grandes potências. Yan cita as contribuições de Thomas Schelling baseadas na teoria dos jogos para trazer um argumento de autoridade a esse respeito, e diz que espera que o prêmio Nobel que ele ganhou se faça valer mais do que o de Obama, fazendo uma crítica bem-humorada da qual os espectadores riem imediatamente (CAN..., 2022, 62 min).

Por fim, Yan afirma que concorda com Mearsheimer sobre os interesses econômicos não poderem impedir a guerra, mas o faz com ressalvas. Os interesses econômicos nunca impediram as grandes potências de ir à guerra, mas a globalização reduziu a vulnerabilidade da interdependência econômica e os incentivos para as potências travarem guerras por ganhos econômicos. Seguindo o raciocínio, o professor Yan termina sua fala concordando com

Mearsheimer e apresentando uma sugestão sobre o comportamento mais adequado à RPC de Xi Jinping:

Se a China não se preparar para a guerra, os países vizinhos estarão mais motivados a provocar a China. Se a China se preparar para a guerra e tornar sua estratégia de dissuasão mais realista, tornará as disputas regionais menos prováveis. Publiquei um artigo no New York Times⁵⁴ dizendo que se a comunidade internacional espera que a China assuma mais responsabilidade, especialmente no campo da segurança, a China só pode ser mais determinada. Se uma China materialmente poderosa é politicamente indecisa, que integridade a China tem em relação aos seus vizinhos? (CAN..., 2022, 62 min 42 s, tradução nossa).

3.2.2 Debate de 2019

Em 17 de outubro de 2019, John Mearsheimer e Yan Xuetong se encontraram novamente na Universidade Tsinghua. Desta vez, deram juntos uma palestra intitulada "Gerenciando a competição estratégica sino-americana", que deu lugar a mais um debate. O evento foi mediado por Chen Qi, que é professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Tsinghua e diretor do Centro de Relações Sino-Americanas da Universidade de Tsinghua.

Partindo das diversas mudanças que ocorreram no sistema internacional ao longo de seis anos de governo de Xi Jinping e dos dois anos de gestão de Trump, as interações estratégicas de RPC e EUA sofreram impactos. Diante disso, as perspectivas atualizadas dos professores se encontram sintetizadas nos livros mais recentes que publicaram: *“Leadership and the Rise of Great Powers”* e *“The Great Delusion”*. O evento acadêmico em questão, em verdade, partiu da ideia de promover os lançamentos das obras mais novas de Yan e Mearsheimer através de um debate formal.

O primeiro a falar foi Mearsheimer (2018), que tentou resumir o argumento principal de *“Great Delusion”* baseado em uma crítica à política externa americana de cunho liberal. Após a Guerra Fria a configuração mundial se tornou unipolar sob a expressiva representação ideológica da hegemonia liberal estadunidense. Uma consequência da vantagem acentuada que os EUA passaram a possuir em termos de poder comparativo com qualquer outra potência no sistema mundial foi a falta de preocupação com os ditames do equilíbrio de poder. Então, de 1990 a 2017 os EUA lançaram mão de uma estratégia voltada a três finalidades: 1) transformar todos os países em democracias liberais como os Estados Unidos; 2) integrar todos os países no sistema econômico capitalista livre e vinculado com regras formuladas

⁵⁴ O título do artigo é *“How China can Defeat America”* (YAN, 2011).

pelos Estados Unidos; e 3) enraizar todos os países nas organizações e instituições internacionais. Essas medidas têm como justificativa: 1) disposição para liderar a condução do desenvolvimento da área dos direitos humanos no mundo; 2) adoção da teoria da “paz democrática”, que supõe que democracias não entram em guerra umas com as outras; e 3) crença na superioridade da democracia liberal enquanto ideologia política (MANAGING..., 2022, 5 min 52 s).

Após sintetizar a perspectiva liberal dos governantes americanos democratas e neoconservadores fez uma crítica de cunho realista. Para isso, evocou como exemplos: 1) a Guerra do Afeganistão (2001-2021), que definiu como “a guerra mais longa na história americana” em que “é uma questão de tempo até que a percamos” (MANAGING..., 2022, 12 min 20 s, tradução nossa), e as agressões contra Iraque, Líbia, Síria, Iêmen, que representaram fracassos da meta de implantar democracias; 2) as expansões da OTAN e da EU associadas a revoluções coloridas em países como Ucrânia, Georgia, Hungria etc., que trouxeram crises humanitárias; e 3) a política de engajamento que objetivava transformar a China em um aliado que gradualmente se tornaria liberal-democrático foi deteriorada por completo.

O professor Mearsheimer demonstrou nesse momento de sua intervenção uma perspicácia visionária. Até o momento em que esta pesquisa está sendo escrita (2022) os fatores mencionados atingiram patamares ainda mais graves para os EUA. Em primeiro lugar, dois anos após a realização desse evento, de fato, os EUA foram derrotados na Guerra do Afeganistão em 2021, retirando suas tropas e deixando a ditadura do Talibã tomar o poder⁵⁵. Em segundo, em fevereiro de 2022 a Rússia iniciou uma operação militar⁵⁶ contra a Ucrânia (DETSCH et al, 2022). E no tocante às relações entre China e EUA, as duas potências permanecem envolvidas em uma dinâmica multifacetada de equilíbrio de poder que, no entanto, não sugere que há riscos de guerra iminente.

Mearsheimer avalia que trinta anos após o fim da Guerra Fria os EUA passaram a ter que lidar com a ascensão de duas grandes potências: China e Rússia. Esse deslocamento de poder se deveu à falha dos EUA ao tentar preservar a unipolaridade na configuração mundial. Todavia, por ora tem-se uma multipolaridade desequilibrada. O realismo e o nacionalismo, que enfatizam a soberania nacional, funcionaram como duas forças-chave que se opuseram pragmaticamente ao liberalismo.

⁵⁵ Mark Milley, o principal general dos EUA, admitiu que os EUA perderam a guerra porque o objetivo político de tirar os extremistas islâmicos do poder não foi atingido (FRANCE 24, 2021).

⁵⁶ Não houve declaração de guerra por parte da Rússia, mas a mídia ocidental classifica o conflito na Ucrânia como uma guerra.

Na visão do professor americano, a eleição de Trump em 2016 foi um importante ponto de virada na estratégia dos EUA porque chegou ao poder levantando a bandeira “antiliberal”. O antiliberalismo trumpista é determinado pela oposição à imposição do liberalismo na política externa, por medidas protecionistas na economia (como a imposição de tarifas e a proteção comercial), a descrença em relação às organizações e aos tratados internacionais multilaterais. Essas são manifestações de um retorno ao realismo e ao nacionalismo decorrente da admissão das falhas do liberalismo.

Não obstante, a metodologia realista ofensiva evita superestimar a influência de Trump enquanto indivíduo sobre as mudanças no cenário internacional. A mudança no equilíbrio de poder entre as grandes potências é o verdadeiro fator explicativo, enquanto o então presidente foi um operador de alternativas táticas que ganhavam cada vez mais peso e se faziam cada vez mais necessárias. Em sua estratégia direcionada à China, o governo americano abandonou a política de engajamento e passou a se dedicar a uma política de contenção completa. A transição da unipolaridade à multipolaridade constrangeu os EUA a executar mudanças estratégicas.

Efervescente e empolgado, Mearsheimer encerrou sua apresentação e passou o microfone ao seu colega chinês que, igualmente animado com o evento, brincou ao dizer: “o professor Mearsheimer deu a vocês uma introdução muito clara e concisa sobre seu livro, mas ainda há dois livros aqui!” (MANAGING..., 2022, 22 min 30 s, tradução nossa). Assim, Yan começou a apresentação de *Leadership and the Rise of Great Powers*. Yan Xuetong faz um interessante comentário inicial sobre o diálogo que tem com Mearsheimer desde 2013. Para ele, há quem classifique essa oposição como o segundo “grande debate” entre realistas⁵⁷.

Yan declarou que concorda com Mearsheimer sobre a configuração da distribuição de poder exercer pressão no comportamento dos Estados líderes, que a estrutura internacional

⁵⁷ No caso, o primeiro grande debate entre realistas se deu durante o Segundo Grande Debate fundador da Teoria das Relações Internacionais com os tradicionalistas de um lado e os behavioristas de outro. Um novo debate interno entre realistas defensivos e ofensivos já foi traçado por observadores da história da teoria internacional (MARIUTTI, 2013, p. 28), mas o embate específico entre o realismo moral e o ofensivo é mais recente e se caracteriza, também, pelo ímpeto de globalização inclusiva da teoria oposto à epistemologia puramente angloeurocêntrica (ACHARYA; BUZAN, 2009).

À face do exposto, há um debate literal entre duas teorias que partem das mesmas premissas, mas possuem variáveis independentes e dependentes muito diferentes em suas composições conceituais. Embora tenham em comum o entendimento da relevância majoritária da estrutura anárquica do sistema internacional para determinar as relações internacionais, como Yan retorna em maior medida às referências centrais do realismo clássico de Morgenthau enquanto Mearsheimer mantém o foco na anarquia, esse novo debate rememora de certa maneira aspectos do Segundo Grande Debate. Especificamente, devido às características culturais sínicas que são acrescidas ao realismo moral, pode ser didático classificar o embate Yan-Mearsheimer como “Segundo Grande Debate com Características Chinesas”, fazendo menção ao adjetivo costumeiro em títulos de políticas da RPC reformada e aberta desde Deng Xiaoping.

anárquica é determinante e que os fatos objetivos devem ser priorizados em uma formulação teórica realista. Mas logo o professor começou a falar sobre os pontos de divergência que possui com Mearsheimer. O primeiro e mais importante a ser trazido à tona é o que transparece o título de seu livro recém-lançado: sob a mesma estrutura internacional diferentes lideranças políticas produzem diferentes comportamentos nacionais. A liderança política é, então, a variável mais importante na conceituação realista moral.

Partindo da variável independente de sua teoria, Yan Xuetong expande a discussão:

O caráter anárquico do sistema internacional pré-conduz as potências, os Estados-nação, para agirem da mesma maneira? Na verdade, de acordo com a minha compreensão, não é exatamente assim. E em termos de princípios na sociedade anárquica todas as nações dependem de autoajuda, suas seguranças dependem da própria ajuda, ninguém pode ajudar [nisso]. E os países pobres procuram as superpotências para obter proteção porque não podem se salvar. Não podendo garantir a própria segurança, buscam ajuda dos outros. Mas isso não significa que todos os Estados fracos estão procurando pela ajuda de Estados mais poderosos. Por exemplo, a Coreia do Norte não está procurando pela ajuda de ninguém, depende de si mesma⁵⁸. Então, você não pode acreditar que no mesmo sistema todos os Estados agirão exatamente igual (MANAGING..., 2022, 27 min 6 s, tradução nossa).

Portanto, o fator mais importante que afeta o comportamento e a estratégia de uma unidade estatal em um sistema praticamente hierárquico e desigual é a liderança, que é determinada pelas distintas estratégias possíveis que são adotadas pelos governantes. Aqui, Yan demonstra uma das características que ampliam o poder explicativo do realismo moral: o reconhecimento da inequidade das relações internacionais e o foco em Estados fracos. Ao contrário do recorte analítico sobre grandes potências que é executado pelo realismo americano, o realismo chinês faz ponderações para explicar as dinâmicas do sistema inteiro. Esse é um ponto em comum com outras abordagens realistas que são oriundas de países pobres e/ou subdesenvolvidos, como o realismo periférico e o realismo subalterno, que são mais hábeis para explicar as relações internacionais em sua totalidade, conforme argumenta Rob Gray (2020).

Sobre a entrada de Trump na Casa Branca demonstrar a transformação do foco estratégico americano, Xuetong concorda, mas faz uma ressalva sobre a transição do padrão de poder mundial unipolar ter começado a mudar para o multipolar desde quando a China se tornou a segunda maior economia do mundo em 2010. Sendo assim, o processo de

⁵⁸ Por mais que, como foi visto em Visentini (2018), a China enxergue uma importância geoestratégica na localização da Coreia Popular como Estado-tampão para frear uma ofensiva de rivais pelo leste, a fundação da república socialista coreana se deu com articulações diplomáticas autônomas. Ainda, o desenvolvimento de um programa nuclear reforça a autonomia coreana a despeito de atritos e condenações por parte da RPC. Lee Jong-Woon e Kevin Gray (2016) analisam que apesar das relações econômicas fortes e dos vínculos diplomáticos e estratégicos, a Coreia do Norte goza de maior autonomia do que muitos observadores esperam nela ver, considerando suas decisões estratégicas.

reconfiguração de poder teve início durante a gestão de Obama, que reagiu diferentemente de Trump diante da conjuntura inaudita. A falência do substancial do liberalismo no decorrer de múltiplas presidências dos EUA, portanto, culminou em uma crise de liderança que reduziu poder político e, logo, a força abrangente da maior potência do mundo – Além disso, para Yan, a transformação estratégica feita por Trump foi frustrada, levando à maior perda de poder dos EUA desde a Guerra Fria. Por sua vez, a China embarcou em um caminho de ascensão acelerada e ininterrupta depois da instauração da política de Reforma e Abertura em 1978.

A respeito do liberalismo não tornar o mundo mais seguro e ter trazido resultados paradoxalmente opostos ao ser instigado no mundo, ambos os professores concordam. Sobre esse assunto, o chinês acrescentou sinergicamente que, assim como dois realistas discordam em vários pontos um do outro, as divergências podem existir mesmo em uma tentativa de homogeneização de uma sociedade. E essa perspectiva remete ao argumento que apresentou seis anos antes no primeiro debate com seu colega americano, quando refutou o “choque de civilizações” huntingtoniano (1997) pela ênfase no fato de que os conflitos no Oriente Médio ao longo do século XXI se deram entre vertentes do islamismo e não entre diferentes civilizações.

Finalmente, ao comentar sobre a gestão da crítica relação sino-americana, Yan a classificou como a mais importante do mundo atual porque pode impactar todo o sistema de Estados. O cerne das relações sino-americanas em crise é a competição e não a cooperação (ainda não há como classificar como uma relação de rivalidade). Para lidar com a guerra comercial cada lado não deve calcular apenas custos e benefícios, mas, sim, a tolerância do outro às perdas. Logo, é preciso tornar a tolerância transparente, não interrompendo diálogos e declarações. Nesse contexto, não há confiança mútua entre RPC e EUA, mas, sim, apenas interesses. É a partir dos interesses pragmáticos que a relação deve ser gerida. Como solução, as potências devem explorar conjuntamente como expandir interesses complementares.

Após apresentar as ideias principais de seu livro e mostrar no que diverge de Mearsheimer, o professor Xuotong encerrou sua intervenção. Nesse momento, o mediador Chen tirou conclusões enfatizando as diferenças entre as abordagens realistas e iniciou uma nova rodada no debate, passando o microfone a John Mearsheimer, que prometeu ser breve em sua resposta.

O acadêmico americano respondeu principalmente ao tema da liderança política, que avalia que é importante, mas não pode ser o maior fator de influência da política internacional. Ele insistiu que o equilíbrio de poder na estrutura anárquica é a variável mais importante. Retomando o exemplo de Trump, que não iniciou guerras, se pautou pelo antiliberalismo e se opôs à China principalmente nas dimensões econômica e diplomática, o professor americano não vê em sua liderança individual a determinação para levar à crise das relações sino-americanas. O crescimento do poder econômico e militar da China deslocou o equilíbrio de poder, provocando uma mudança estrutural. Os EUA não têm mais tanto poder para iniciar guerras como tinham quando a configuração mundial era unipolar (MANAGING..., 2022, 44 min).

Para finalizar, Mearsheimer concorda com Yan sobre o sucesso da liderança de Deng Xiaoping para construir um projeto de crescimento do poder da China. No entanto, o método de análise realista ofensivo define os países como “caixas pretas” em uma sociedade anárquica. É impossível saber suas intenções, eles buscam maximizar poder e têm os mesmos objetivos de aumentar a própria segurança para sobreviver. Analisando a obra de Yan, Mearsheimer resume as diferenças entre suas teorias:

[Yan] acredita que a estrutura importa, não diz que meu argumento estrutural é insensato, entende que há uma lógica muito poderosa nele, apenas pensa que outros fatores como “liderança” importam demais, e então deveriam ser incluídas na teoria... Mas eu acho que ele está errado (MANAGING..., 2022, 50 min, 50 s, tradução nossa).

Então, chega a vez de Yan retrucar para encerrar a discussão. O acadêmico chinês basicamente insistiu em sua perspectiva mais abrangente e trouxe propostas para o futuro das relações entre RPC e EUA. Yan Xuetong reiterou que, embora concorde que o propósito survivalista do Estado seja o mesmo na estrutura anárquica, diferentes líderes adotam estratégias distintas para perseguir interesses nacionais. Para tornar a explicação mais dinâmica, deu um exemplo descontraído e divertido para a plateia: "por exemplo, temos jovens aqui, o mesmo princípio que guia os meninos é buscar meninas bonitas, e para conquistá-las alguns meninos usam dinheiro, outros usam boas notas, outros mostram seus hobbies particulares” MANAGING..., 2002, 52 min 29 s, tradução nossa).

No caso da disputa entre China e EUA, diferentes líderes dos EUA têm maneiras diversas de tentar conter a China. Se Trump usa métodos econômicos, outros usam meios estratégicos e militares. É exatamente o que acontece na alternância de poder entre democratas e republicanos, apesar do consenso bipartidário sobre o mesmo objetivo (esse

tema será discutido com maior profundidade no último subtópico do quarto capítulo). Diante dessa situação, os chineses preferiram uma possível vitória de Trump nas eleições presidenciais de 2020 porque manteria o ritmo de decadência hegemônica da América (MAGNOLI, 2020).

Continuando, o autor chinês afirmou que enquanto a era Obama deu lugar à era Trump em apenas um dia, a transição da configuração unipolar para a multipolar durou sete anos (2010-2017), isto é, sucessões presidenciais são fatos conjunturais breves e limitados, mas transições de configuração de poder afetam a estrutura global em longa duração. O lançamento do Pivô à Ásia se deu no final do governo de Obama porque a multipolarização foi processual. Em seguida, Trump mudou o foco tático, mas manteve a estratégia. Para concluir a palestra, Yan Xuetong também se comparou com Mearsheimer:

Porque partimos de diferentes variáveis independentes, temos explicações diferentes para o comportamento de formulação de políticas. Pela minha compreensão, a teoria do professor enfatiza principalmente o comportamento comum compartilhado por todos os Estados-nação, eu enfatizo tanto as semelhanças quanto as diferenças de comportamentos entre Estados. Então a última coisa que digo é, como disse o professor Mearsheimer, que ele trouxe os Estados em caixas pretas, então eu abri as caixas pretas. Essa é a nossa diferença (MANAGING..., 2022, 56 min 44 s, tradução nossa).

Mearsheimer então pediu para Yan falar sobre as diferenças entre os líderes chineses e americanos. Yan Xuetong explicou que a liderança política de que estamos falando não refere apenas ao tipo de liderança entre diferentes países, mas também aos tipos de liderança no mesmo país em diferentes governos. Quando se trata de líderes chineses e americanos, o que eles têm em comum é que ambos relutam em usar a guerra para resolver conflitos. Sobre as diferenças, os chineses não interferem nos assuntos de outros países, mas os americanos sim. Também, os chineses evitam abordagens ideológicas na política internacional, enquanto os EUA ideologizam disputas através da retórica liberal.

Em seguida, Mearsheimer deu uma longa resposta:

Quando olho para a China e como ela agiu até agora e quando penso como agirá no futuro, não vejo muita diferença em relação aos Estados Unidos. Acho que a China não é um Estado altamente ideológico [...] acho que se a China for um polo único, em um sistema unipolar, e a China não precisar se preocupar com equilíbrio de poder, assim como os Estados Unidos não precisavam se importar com equilíbrio de poder em 1990, eu não acho que a China agiria como um Estado expansionista porque não é conduzida ideologicamente como os Estados Unidos [...] O problema é que estamos falando de um mundo multipolar, então a questão é: a China vai reagir às considerações de equilíbrio de poder [...] se você observar como a China está se comportando, está agindo igual aos Estados Unidos. Em muitos de seus escritos você fala que a China será uma hegemonia humana, mas na minha opinião não tem como fazer isso porque *hegemons* são valentões por definição. Os Estados Unidos são ásperos e duros, vamos ser sinceros sobre isso, e acho que você precisa tomar

cuidado para não parecer um americano. Os americanos dizem que são uma hegemonia benigna. Você às vezes fala sobre a China ser uma hegemonia humana, e realmente tenho minhas dúvidas sobre isso. O problema que a China enfrenta hoje, e acho que todos vocês vão concordar, é que os EUA estão começando a tratá-la de modo áspero e duro, certo? Donald Trump não está brincando, e antes dele Hillary Clinton já falava sobre o Pivô para a Ásia. A questão que você tem que fazer é como a China tende a reagir a isso. Eu diria que a China não agirá como covarde, e então será áspera e dura em resposta. E os EUA verão tudo que a China fizer para defender seus propósitos como algo de natureza ofensivo, e tudo que os Estados Unidos fizerem para defender seus propósitos os chineses vão ver como ofensivo – Como muitos de vocês sabem, esse é o clássico dilema de segurança. Então eles vão tratar um ao outro de forma mutuamente áspera e dura (MANAGING..., 2022, 60 min 39 s, tradução nossa).

Então, o prazo do evento acadêmico terminou e Chen Qi finalizou o debate. Antes disso, fez duas perguntas a Yan e Mearsheimer: 1) a China pode ascender pacificamente? e 2) a China deveria se aliar à Rússia.

Mearsheimer respondeu rapidamente que 1) sua opinião não mudou desde quando publicou *The Tragedy of Great Power Politics* em 2001, mas espera estar errado em sua previsão majoritariamente pessimista. E 2) sobre uma aliança com a Rússia, ele espera que seria estratégica e bem-vinda para a China, mas que representaria um movimento de *balancing* contra os EUA. Assim deve ganhar lugar um jogo de alianças em que cada lado busca maximizar as suas e reduzir as do adversário.

Yan ponderou que 1) devido ao caráter de longa duração da ascensão chinesa, as lideranças nacionais poderão coordenar esse processo que deve levar mais 20 anos de forma pacífica. Dependerá da atuação diplomática das lideranças. Entretanto, não há garantia de que uma guerra pode acontecer. Mas ele avalia que a probabilidade de guerra direta entre RPC e EUA é muito pequena por causa da dissuasão nuclear. Em seguida, o máximo que se pode esperar é que seja arrastada para uma guerra por procuração. E 2) acerca de uma eventual aliança com a Rússia, Yan recomendou fortemente que fosse feita, mas sempre foi rejeitada tanto pelo governo chinês como pelo russo. Isso se deve à não priorização do equilíbrio de poder na estratégia chinesa, principalmente, que opta por não fazer alianças para não causar estresse estrutural com os EUA. No entanto, deverá fazer alianças no futuro para poder se tornar uma Autoridade Humana, isto é, uma potência capaz de arcar com responsabilidades de segurança global e proteger hierarquicamente seus aliados.

Em fevereiro de 2022, no entanto, China e Rússia anunciaram oficialmente à comunidade internacional uma aliança sem limites, que envolve todas as áreas de cooperação (DUCHIADE, 2022). Finalmente a China de Xi Jinping está começando a seguir os conselhos de Yan Xuetong? Se sim, por outro lado, está aumentando as tensões com os EUA, podendo

estar se aproximando da armadilha de Tucídides? Apesar do debate de altíssimo nível entre dois dos maiores especialistas sobre a disputa sino-americana, ainda ficam muitas dúvidas no ar e apenas a história revelará qual dos dois apresentou a tese que mais se aproximará da verdade.

Para não deixar de ilustrar neste capítulo o tom surpreendentemente descontraído, bem-humorado e agradável com o qual os dois intelectuais trataram um tema tão preocupante no tempo em que vivemos, é válido comentar que nas duas últimas falas de Mearsheimer, quando supôs que a China reagirá ofensivamente ao equilíbrio de poder na configuração internacional multipolar e quando avaliou se a China ascenderá pacificamente, tocou um alarme da Universidade Tsinghua com uma melodia sincronizada com o tom de sua fala. Yan, Chen e toda a plateia riram quando Mearsheimer reagiu à situação dizendo: “essa música deve ter relação com o que estou dizendo”.

4 GEOESTRATÉGIA CHINESA

Serão explicados neste capítulo os referenciais filosóficos e culturais da civilização chinesa aplicados à estratégia militar. Na primeira parte serão discutidas as fontes de conceitos confucianos e taoístas. Na segunda, os componentes revolucionários do marxismo-leninismo que ganharam forma em 1949 serão avaliados historicamente. Em seguida, a cronologia militar da RPC consta resumida com ênfase nos conflitos e guerras que permearam a revolução enquanto um processo contínuo e dinâmico que só pode ser compreendido pela sua originalidade. Por fim, a condição da geoestratégia chinesa durante o governo de Xi Jinping pode ser compreendida com plenitude. Os preceitos geopolíticos e realistas são constantemente evocados como variáveis explicativas dos desdobramentos históricos em questão.

Nesta introdução será discutida a geoestratégia chinesa a partir de uma revisão bibliográfica de referências ocidentais e chinesas. Neste preâmbulo, será contextualizada brevemente a diferença entre geopolítica e geoestratégia aplicada à análise sinológica. A discussão sucessiva está dividida em quatro partes: as fontes estratégicas na filosofia tradicional; a influência da revolução chinesa; histórico de conflitos da RPC; e a geoestratégia do governo de Xi Jinping. O objetivo é buscar compreender o pensamento militar chinês em seus próprios termos, isto é, julgando pelas ópticas culturais nacionais, ainda que se considere simultaneamente as contribuições de observadores externos. Como resultado, uma percepção total deve ser atingida. Em seguida, essas referências culturais amplamente compreendidas vão ser inseridas no contexto de aplicação de políticas militares sobre o território chinês.

Geopolítica diz respeito à disciplina que busca compreender as variáveis e constantes territoriais para subordina-las ao desenvolvimento de políticas (que transbordam do nível doméstico para o internacional). Geoestratégia, por sua vez, de modo mais específico, deve ser entendida como o emprego dos estudos de variáveis e constantes acerca do espaço para formular uma estratégia. A geopolítica diz respeito às iniciativas conjunturais, enquanto a geoestratégia representa uma sistematização estrutural. Em outras palavras, a geopolítica produz táticas pontuais e a geoestratégia abriga um conjunto organizado de táticas para um ator político atingir uma grande meta geral. Ambas, no entanto, dialogam mutuamente a partir da subordinação da geografia e se confundem porque a própria geopolítica foi desenvolvida historicamente com premissas de instrumentalização de cunho estratégico-militar:

Geopolítica: Estudo das constantes e das variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de dinâmica do poder, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade política.

Geoestratégia: Estudo das constantes e das variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego de formas de coação, projeta o conhecimento geográfico na atividade estratégica (CORREIA, 2012, p. 238).

Com um tom mais assertivo e conciso, a geoestratégia é definida por Brzezinski “[como] a gestão estratégica de interesses geopolíticos” (1997, p. 31). É notável que a geoestratégia concerne especificamente a projetos de estratégia internacional de setores militares dos Estados atuantes, enquanto a geopolítica abarca um arsenal de variáveis diversificadas, conjunturais e singulares.

A conceituação da “grande estratégia” de um Estado é, conforme o professor Christopher Layne: “a visão geral dos seus objetivos de segurança e a determinação dos meios mais adequados para os atingir, o que depende da avaliação da distribuição de poder, da localização geográfica e das capacidades militares próprias e dos outros” (2006 apud CARRIÇO, 2013a, p. 23). A metodologia para avaliar uma grande estratégia tem base em três passos: “determinar os interesses vitais relativos à segurança de um Estado; identificar as ameaças a esses interesses; e decidir sobre qual a melhor forma de aplicar os recursos políticos, militares e económicos para proteger esses interesses” (LAYNE, 2006 apud CARRIÇO, 2013a, p. 23).

Em especial, a abordagem chinesa sobre o exterior é distinta de Estados ocidentais, que compartimentam estratégia, diplomacia e economia. A visão particular dos estrategistas chineses une as três mencionadas dimensões de projeção ao exterior considerando ainda seus nexos causais. Em seguida, temos uma lógica integrada, fluída e holística sobre os objetivos da segurança nacional que pondera regularmente a adaptação do Estado ao sistema internacional através da formulação de consensos pelo PCCh em seus Congressos Nacionais (CARRIÇO, 2013a, p. 24).

A discussão a seguir partirá dessas definições terminológicas para analisar a geoestratégia chinesa contemporânea. Pelas declarações de Xi Jinping (2019a) sobre a área militar, vê-se um caráter de negação da epistemologia agressiva inerente à geopolítica clássica, de busca pela ascensão pacífica, de retomada do confucionismo e, ainda, de afirmação dos valores anti-imperialistas do socialismo com características chinesas. Pela compreensão dessas duas dimensões definidoras de conteúdo filosófico, a flexível grande estratégia chinesa atual será explicada. O ponto de convergência percebido entre o marxismo

e o pensamento tradicionalista chinês se dá pela união entre passado e futuro, com o primeiro sendo instrumentalizado pragmaticamente pelo segundo para que ocorra uma transformação socioeconômica de longo prazo (JIANG, 2018). A perspectiva de longo prazo une a tradição com o progressismo em dimensões holísticas que constituem uma perspectiva revolucionária gradualista que abrange a geopolítica e as forças armadas.

Concretamente, os últimos consensos estratégicos formados pelas lideranças do PCCh são os de *Zhōngguó héping juéqǐ* (中国和平崛起 – Ascensão pacífica da China), aprovado em 2004 por Hu Jintao para construir um desejável *Héxié shìjiè* (和谐世界 – mundo harmonioso) e que compôs em 2006 uma atualização conceitual estratégica, e o de *Zhōngguó mèng* (中国梦 – Sonho Chinês) que foi anunciado por Xi Jinping em 2013. O sonho chinês de Xi (2019a) tem uma significação mais interna, voltada à construção de coesão e unidade nacional, mas significa em terminologia histórica uma “reascensão”, isto é, a recuperação após a crise imposta pelo Ocidente aos chineses no contexto do século da humilhação. O nexo de causalidade externa está relacionado com a responsabilidade que a China deve assumir perante a comunidade internacional na medida em que reascende ao posto de potência mais rica do sistema de Estados. Em adição, o “sonho da China” é um “sonho global”, segundo Xi (2019a), pois a reascensão do País do Meio deve ocasionar a ascensão dos países subdesenvolvidos (algo que internacionaliza a retórica patriótica e dialoga com a abordagem internacionalista anti-imperialista de Mao Tsé-Tung). E é em conjunto com essa ideologia que foi formulado o conceito mais diretamente global de *Rénlèi mìngyùn gòngtóngtǐ* (人类命运共同体 – Comunidade com um Futuro Compartilhado para a Humanidade⁵⁹) para afirmar um alinhamento de continuidade com as posições pacifistas e tradicionalistas trazidas desde o governo de Deng Xiaoping pelo conceito de *Tāo guāng yǎng huì* e reforçadas pelo confucianismo de Hu inerente ao “mundo harmonioso” (CARRIÇO, 2013a, p. 28). A Comunidade do Destino Comum deriva de uma atualização da filosofia confucionista ao mesmo tempo em que dialoga com os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (lançados por Mao), enfatizando, então, benefícios mútuos, amizade, igualdade e relações ganha-ganha (WILSON, 2019).

Levando em conta a abordagem estratégica ao longo da história da RPC, esta seção da pesquisa vai considerar o legado do pensamento estratégico aplicado à geografia que é originado das referências da filosofia tradicional chinesa e unirá com a perspectiva revolucionária afirmada pelo PCCh em relação ao ELP no mesmo âmbito. Estes são os pilares

⁵⁹ Também traduzida em algumas referências simplesmente como “Comunidade de Destino Comum”.

dos fundamentos culturais que revestem a geoestratégia chinesa e, por isso, serão explicados com o devido aprofundamento enquanto pressupostos conceituais. Não obstante, as razões geográficas ditadas pelo território e as correlações de forças estruturalmente determinantes serão consideradas no último subtópico que explicará a situação estratégica da China contemporânea.

4.1 PENSAMENTO ESTRATÉGICO NA FILOSOFIA TRADICIONAL CHINESA

Nesta seção serão discutidas as características aplicáveis à área militar oriundas das referências tradicionalistas chinesas. Partindo de uma definição cultural relacionada com a lógica de disputas representadas pelo jogo *Wéi qí*, serão postas em articulação principalmente as facetas de Sun Tzu, Confúcio e Lao Tsé sobre o tema estratégico.

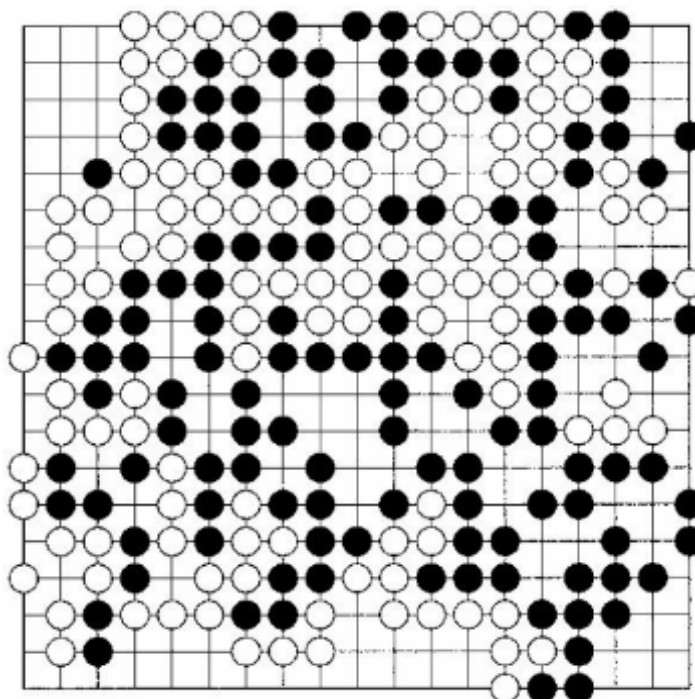
Brzezinski (1997) compara a geoestratégia com o jogo de xadrez. Embora no sistema internacional possua mais de dois jogadores e haja uma disparidade elevada entre as habilidades dos envolvidos, cada jogada exige cálculos complexos que envolvem múltiplas variáveis interconectadas. Assim, existe uma confrontação direta, mas até que ataques sejam desferidos por um jogador contra outro muitas preparações são exigidas para que não haja comprometimentos estratégicos no futuro imediato ou distante.

É nesse ponto que as perspectivas do Ocidente e da civilização chinesa divergem. O pensamento geoestratégico chinês parte de premissas diferentes de uma lógica de confrontação direta em curto ou médio prazo. E acadêmicos ocidentais relevantes, como Kissinger (2011) e Allison (2020), já estão conscientes desse fato, que é destacado em publicações úteis à adaptação ao desafio que a ascensão chinesa representa para os Estados Unidos.

O raciocínio estratégico da China tem origens milenares que podem ser retratadas pelo jogo *Wéi qí* (围棋 – jogo de cercar ou xadrez de cerco), também conhecido pelo seu nome japonês, *Go*, ou coreano, que é *Baduk*. Nesse jogo o tabuleiro consiste em uma grade de 19 linhas e 19 colunas, e os dois jogadores adversários possuem 180 peças. As peças de cada jogador possuem a cor preta ou branca. Em cada turno uma peça é inserida no tabuleiro em qualquer casa disponível. O objetivo é obter maior área de presença no tabuleiro, mas uma possibilidade tática é fazê-lo pelo cerco às peças do adversário para capturá-las. Os enfrentamentos são dinâmicos e simultâneos. Ao final, o tabuleiro fica totalmente preenchido

pelas peças dos dois jogadores, com uma parcela removida devido às capturas – que variam de níveis mais leves a mais robustos a depender do perfil defensivo ou agressivo de cada um. Quem tem mais peças sobre o tabuleiro vence a partida.

Figura 10 – Um tabuleiro de *Wéi qí*



Fonte: KISSINGER, 2011, p. 24.

Historicamente, o *Wéi qí* remonta à Dinastia Zhou, isto é, há mais de dois mil anos, e então é avaliado como uma característica exemplar da mentalidade chinesa voltada a dinâmicas de competição. O jogo reflete uma abordagem diferente da ocidental em torno de relações do tipo, se for feita uma comparação com o jogo de xadrez. O *Wéi qí* não visa à confrontação e à eliminação direta do adversário, e tampouco a vitória é determinada somente pela redução do poder do lado inimigo – ainda que essa seja uma variável existente entre as táticas possíveis para atingir a vitória. O *Wéi qí* oferece possibilidades de vitória pelo domínio do tabuleiro através da inserção maciça de peças. Quem tem maior área de presença no tabuleiro é quem vence o jogo e, por isso, táticas positivas, que envolvam apenas o ganho de poder sobre a própria arena, não retirando do adversário o que ele já possui, são possíveis. O xadrez, por outro lado, depende da eliminação absoluta do inimigo ou do cerco à sua liderança, que equivale a uma “decapitação” em um linguajar militar. Com as seguintes palavras é feita a comparação entre os jogos ocidental e asiático pelo ex-secretário de Estado americano Henry Kissinger:

Se o xadrez é uma batalha decisiva, *wei qi* é uma campanha prolongada. O jogador de xadrez objetiva a vitória total. O jogador de *wei qi* busca uma vantagem relativa. No xadrez, o jogador tem o tempo todo a capacidade do adversário diante de seus olhos; todas as peças estão sempre todas presentes. O jogador de *wei qi* precisa avaliar não só as pedras sobre o tabuleiro, como também os reforços que o adversário está em condições de mobilizar. O xadrez ensina os conceitos clausewitzianos de “centro de gravidade” e “ponto decisivo” — o jogo normalmente começando como uma luta pelo centro do tabuleiro. O *wei qi* ensina a arte do cerco estratégico. Enquanto um enxadrista habilidoso visa eliminar as peças de seu oponente em uma série de confrontos abertos, um jogador de *wei qi* talentoso move-se pelos espaços “vazios” do tabuleiro, gradualmente mitigando o potencial estratégico das peças de seu oponente. O xadrez produz foco; o *wei qi* gera flexibilidade estratégica (2011, p. 24).

Ao aprofundar a comparação entre os jogos devido à maior quantidade de possibilidades de movimentação tática no *Wéi qí* em comparação com o xadrez, Graham Allison avalia que, “atento a todas as dimensões na relação mais ampla com o adversário, o estrategista chinês resiste a correr prematuramente para a vitória, objetivando, em vez disso, construir uma vantagem extra” (2020, p. 179). De fato, há supervalorização do uso da força na cultura ocidental em relações de poder, enquanto em Confúcio (2012, p. 221) esse tipo de expressão é evitado. O arquétipo do guerreiro precipitado, furioso e irracionalmente corajoso é terminantemente desprezado, pois o ideal estratégico procurado pelo pensamento tradicionalista envolve um perfil que une a sabedoria à moralidade para que a menor quantidade de sangue seja derramada e as operações militares sejam menos custosas. No rolo 7 dos Analectos, sobre isso, consta uma conversa entre o Mestre Confúcio e seus seguidores:

O Mestre disse a Yan Yuan: “Se me dão [uma oportunidade], eu ajo. Se me dispensam, eu me recolho. Só eu e você [somos capazes] disso!”. Zilu disse: “[Se] o Mestre fizer três exércitos marcharem, quem haverá de estar com ele?”. O Mestre disse: “Pessoas que lutam [de mãos nuas] com um tigre ou cruzam um rio [a nado], [estão prontas para] morrer e não se arrependem, eu não estou com elas. [Eu estou com aquela que] diante da batalha tem cautela, prima pela estratégia e assim triunfa” (CONFÚCIO, 2012, p. 221-2).

No mesmo rolo, há o aforismo: “O Mestre não fala sobre aberrações, bravura, insurgência e espíritos” (CONFÚCIO, 2012, p. 235). A bravura é tão desprezível para as ideias confucianas quanto aberrações, rebeliões e espíritos. Aqui há uma demonstração de características gerais do confucianismo através da negação de valores determinados. A antítese induz à compreensão da síntese de um todo objetivamente não religioso⁶⁰, hierarquizante, defensivo e avesso às superstições.

As ideias de Lao Tsé se coadunam com as confucianas neste tópico. No capítulo 42, “a transformação do Dao”, do “*Dao De Jing*” (道德经 – Livro do Caminho e da Virtude),

⁶⁰ As ideias confucianas não são necessariamente contrárias à religiosidade e à espiritualidade, mas propõem a separação destas em relação ao “Estudo” para atingir graus de refinamento úteis à evolução do ser rumo a uma posição pública e hierárquica dotada de valores éticos e morais elevados (CONFÚCIO, 2012, p. 236).

presente em seu terceiro rolo, há a afirmação de que: “Os brutos nunca conseguem morrer [em paz]” (LAO TSÉ, 2016, p. 326). Isso significa que os estereótipos furiosos não seguem o caminho – *dào* (道) – da sabedoria por venerar a política de força. Os adeptos desse perfil são relegados pelo Céu. No quarto rolo do Livro do Caminho e da Virtude, no capítulo 68, a argumentação é reforçada: “quem sabe guerrear não [cede à] cólera” (LAO TSÉ, 2016, p. 481).

O estrategista Sun Tzu (544 – 496 a. C.) e o burocrata e filósofo Confúcio (551 - 479 a. C.) foram contemporâneos, e ambos foram sucessores de Lao Tsé (571 - 31 a. C.). Todos os três foram figuras marcantes que protagonizaram a construção da filosofia tradicional chinesa durante a Dinastia Zhou (1046 – 256 a. C.). Os três autores discorreram a respeito da guerra, com destaque do primeiro, sendo até hoje uma das referências mais fundamentais sobre o tema devido ao clássico “A Arte da Guerra”. Apesar de dissertar sobre um tema polêmico e essencialmente ligado à violência, o pensamento de Sun destoa das expectativas empreendidas.

No capítulo inicial do livro, chamado “avaliações”, o estrategista estima a guerra como um assunto vital para o Estado, um fato imprescindível dado pela realidade humana, e que deve ser refletido devidamente dentro de categorias-chave. A primeira delas é a influência moral, que é:

aquilo que provoca a harmonia entre o povo e os seus dirigentes, tornando-o capaz de o levar a segui-los, sem medo dos perigos fatais, para a vida e para a morte [...] Quando alguém lida com o povo com benevolência e retidão e nele confia, os exércitos serão unos e gratos por servirem os seus chefes (SUN TZU, 2020, p. 10).

Uma linha de *continuum* relacional entre política e guerra é traçada pela menção trazida. As outras variáveis são a meteorologia, o terreno, o comando e a doutrina (militar e organizativa). O que surpreende é principalmente a relevância primordial dada à moralidade, que indica sentenciosamente o caráter da obra. Além disso, o fato de Sun evocar os conceitos político de *rén* (仁 – benevolência) e *yì* (義 – retidão) traz um diálogo direto com Confúcio (2012). Em outro capítulo, “Estratégia ofensiva”, a esse respeito, há citação do nome de Mêncio⁶¹ (SUN TZU, 2020, p. 41-3) e os conceitos em questão são retomados como assuntos restritos ao Estado e à boa governança, o que sugere que é relevante não confundir a inserção de tais em setores inadequados, mesmo havendo relações táticas entre governo e forças armadas. No último capítulo, “utilização de agentes secretos”, há outra menção ao adjetivo “humano” no sentido confuciano: “quem não for sábio e esperto, humano e justo não pode

⁶¹ O mais eminente seguidor de Confúcio.

servir-se de agentes secretos. Também quem não for delicado e sutil nunca conseguirá deles toda a verdade” (SUN TZU, 2020, p. 157).

As ambições fundamentais da guerra no pensamento militar de Sun são imbuídas de pressupostos que forçam a realização prévia de cálculos intensos para que sejam reduzidas as perdas humanas, econômicas, territoriais etc. tanto de um lado como do outro. A significação política da guerra e dos seus ganhos consequentes nunca deve ser perdida de vista. Sendo assim, as ofensivas são pensadas por métodos dissuasivos, discretos, surpreendentes e incisivos. No capítulo “estratégia ofensiva”, tal argumento é abreviado: “Na guerra, de modo geral, a melhor política é tomar um Estado intacto. Arruinando-o, diminui-se-lhe o valor [...] para] dominar o inimigo sem o combater, isso, sim, é o cúmulo da habilidade” (SUN TZU, 2020, p. 35).

Em um dos últimos capítulos da obra, “as nove variedades do terreno”, Sun infere através da lógica econômica em recursos humanos e materiais que “a velocidade é a essência da guerra. Aproveita-te da falta de preparação do inimigo. Viaja por estradas onde não sejas esperado e ataca-o onde não está precavido” (SUN TZU, 2020, p. 137). A afirmação da “velocidade divina” consiste na expressão maior da lógica do ataque no escopo da estratégia exposta.

Outra característica importante da estratégia milenarmente sistematizada em questão é a afirmação da relevância do estudo, da inserção da intelectualidade nas forças armadas, para que os adversários sejam compreendidos. É pelo entendimento do outro que a capacidade para o derrotar torna-se mais possível. A valorização do estudo corresponde com as ideias de Confúcio (2012) para que seja resultado o arquétipo do guerreiro intelectualizado. É famosa a citação “conhece-te a ti e ao teu inimigo, e em cem batalhas que sejam, nunca correrás perigo” (SUN TZU, 2020, p. 47).

Em “terreno” as mesmas ideias são retomadas por Sun (2020, p. 119-129) em um escrito que trata centralmente da necessidade de conhecer e estudar a geografia para garantir facilidades logísticas e evitar emboscadas. Sobre isso, a meritocracia comum às ideias de Confúcio (2012) é trazida à tona para ressaltar que poucos são os que são escolhidos como generais por terem dotes de erudição que permitem cálculos táticos implacáveis. A seção é finalizada com uma paráfrase da citação direta anterior voltada à questão da relevância geográfica: “Conhece o teu inimigo e conhece-te a ti mesmo e nunca porás a vitória em dúvida. Conhece o terreno, conhece o tempo, e a tua vitória será total” (SUN TZU, 2020, p.

129). Em “as nove variedades do terreno” o raciocínio é aprofundado considerando as diversas formas de espaço em que a guerra pode ser feita (SUN TZU, 2020, p. 131-46). Há nessas partes do livro precedentes embrionários que enfatizam a importância da geografia e do que mais tarde se pôde ser chamado de “geopolítica” no âmbito de produção científica militarista.

No capítulo “disposições” a ideia de evitar confrontos é reafirmada: “o exército vitorioso consegue as suas vitórias sem batalhas” (SUN TZU, 2020, p. 53). Em seguida, a ideia de *dào* (道 – caminho) é colocada em discussão, travando diálogo com Lao Tsé (2012). Mais uma vez relacionando o processo de guerrear com a política e a variável moral, os ganhos são pensados em um sentido de estabilidade:

aqueles que são hábeis na guerra cultivam o Tao e observam as leis. São, portanto, capazes de formular projetos vitoriosos [...] O Tao é o caminho da clemência e da justiça. As “leis” são os regulamentos e as instituições. Aqueles que na guerra se distinguem são justos e clementes e respeitadores das leis e das instituições. Assim, tornam o seu governo invencível.

Outro aspecto taoísta que aparece nesse mesmo capítulo é a comparação do exército com a natureza. Não só um exército vitorioso é comparado com um quintal, enquanto um derrotado equivale à grama, como também uma força militar bem-sucedida é equiparada à água devido à sua força irresistível e surpreendente. A analogia do fluxo da água expressa o naturalismo meditativo inerente às ideias taoístas propugnadas por Lao Tsé (2016).

Seguindo a linha referente a evitar batalhas, no capítulo denominado “energia”, Sun Tzu alega que “pouca força é necessária para muito conseguir [...] e] a força necessária é mínima, mas os resultados são imensos” (2020, p. 66-67). A objetividade política da guerra em prol da economia de recursos e maximização de ganhos é mais uma vez reiterada.

Em “fraquezas e forças” há um conjunto de ideias que dialogam com a estratégia do *Wéi qí*. Sun ressalta a necessidade de ocupar o vazio do campo de batalha antes do inimigo para que ataques-surpresa sejam lançados em um território já ocupado. Outra vez se manifesta um traço taoísta, naturalista e reflexivo, que exemplifica o argumento: “Vem como o vento e vai-te como o relâmpago” (SUN TZU, 2020, p. 71). E, nessa mesma parte do texto, há frase que remete ao naturalismo que faz analogia do exército com o elemento primordial da cultura taoísta para reforçar a importância da flexibilidade tática:

pode comparar-se um exército com a água, pois, assim como a água corrente evita as alturas e procura os pontos baixos, um exército evita a força e ataca os pontos fracos [...] tal como a água molda o seu correr de acordo com o solo, também um exército consegue a vitória de acordo com a situação do inimigo [...] a água não tem

forma constante. Na guerra, também não existem condições constantes (SUN TZU, 2020, p. 77-78).

Em “manobras” há uma base de ataque voltada a mecanismos de armadilhas. O modo de atacar chinês consiste basicamente em causar a impressão de possibilidades de sobrevivência sobre um determinado alvo para abrir falsas brechas e, então, desferir ofensivas. É feita uma analogia com a atividade da pesca, em que se busca fregar o peixe (SUN TZU, 2020, p. 79-95).

Na parte “as nove variáveis”, em suma, consta uma demonstração do lado defensivo da estratégia de Sun, que se mostra aplicável tanto para situações de invasões como de resistências. A importância de saber quais caminhos não percorrer ou atacar e de ceder territórios indefensáveis é ressaltada (SUN TZU, 2020, p. 97-105).

Genericamente, as formulações de Sun Tzu podem ser avaliadas como defensivas, econômicas em função de dispêndio de recursos, científicas, planejadas para que sejam as mais rápidas e consistentes em ataques surpreendentes, emboscadas, armadilhas etc. O mecanismo ofensivo da “Arte da Guerra” pode ser rotulado como o “*dào da trapaça*” (LAO TSÉ, 2016, p. 330). Essas ideias, todavia, são interessantes para múltiplos setores sociais por conta da abordagem imprevisivelmente incisiva e da conciliação que traz em relação à estabilidade de ganhos políticos, humanitários e econômicos. Por ser assertivo, dinâmico e abrangente, o pensamento estratégico de Sun permanece atual.

Apesar da história marcada por revoltas populares, insurreições, revoluções, golpes de Estado, resistências a invasões e breves guerras de agressão lançadas em seus arredores, os chineses declaram-se como uma nação naturalmente pacífica, e esse senso comum ecoa nos discursos do presidente Xi Jinping (2019b). As ideias pragmáticas e estratégicas comuns aos grandes nomes da filosofia tradicional chinesa talvez sejam responsáveis pela construção dessa impressão. Essas contribuições, contudo, foram desenvolvidas por condicionantes históricos que construíram uma preferência estratégica defensiva. As vitórias em guerras implicaram em enormes custos ao longo da trajetória da China Antiga, então um pragmatismo voltado à economia de recursos e de contingentes humanos e materiais foi necessário e muito bem-vindo quando apresentado categoricamente por grandes conselheiros.

O pacifismo aparente na perspectiva estratégica chinesa é bem representado pela filosofia taoísta por meio do conceito de *Tāo guāng yǎng huì* (韬光养晦 – embainhe seu brilho e cultive-se na escuridão). Lao Tsé (2016, p. 64-67), no sétimo capítulo do primeiro rolo do “*Dao De Jing*”, discute essa categoria que pode ser parafraseada como a “dinâmica do

ocultamento”. Pode ser explicada pelos comentários de Heshang Gong: “[Intuindo-o,] o Sábio coloca-se em último lugar; [...] Mas [termina] à frente [de todos]. [...] Coloca-se fora [das atenções] [...] E todavia permanece [em seu centro]” (LAO TSÉ, 2016, p. 64). No quarto rolo, no capítulo 61, “a modesta virtude”, essa acepção estratégica é aprofundada por associações metodológicas com a categoria constantemente subjacente de *yīn yáng* (阴阳 – escuro e claro)⁶²:

Um país grande deve [ser como] o curso baixo [de um rio], [...] [O ponto em que] Tudo sob o Céu converge, [...] A fêmea de Tudo sob o Céu. [...] Porque é calma, a fêmea sempre prevalece sobre o macho. [...] Através de seu silêncio, submete-se. [...] Isto posto, se o país grande colocar-se abaixo do pequeno, ele o tomará; se o país pequeno colocar-se abaixo do grande, ele o tomará. [...] Alguns se submetem para conquistar; outros, submetem-se e conquistam. [...] [Por isso,] um país grande não deve [ceder à] cobiça de se apropriar de [rebanhos de] gente e de cria-los; [...] [E] um país pequeno não deve se precipitar, pondo-se a serviço de [um grande] homem. [...] [Grande e pequeno,] ambos obtêm aquilo que desejam; o país grande é o que deve colocar-se abaixo (LAO TSÉ, 2016, p. 437-439)

Em uma escala individual, a estratégia de manter um perfil discreto remete às pessoas com potencialidades que acabam de ingressar na competitiva e traiçoeira área da política, que devem chegar com um perfil discreto e reservar um perfil mais assertivo somente para o futuro. O redimensionamento desse conceito para o nível de análise internacional configura uma inserção gradualista, defensiva e baseada em uma noção temporal de longo prazo em que se prima pelo desenvolvimento pacífico. A submissão equivale a um estratagema que, porém, deve ser selecionado até certos limites de aceitabilidade intermediados pelo termômetro social. Desde que seja possível a concentração em ganhos constantes na área econômica enquanto a subordinação ocorre, esta tem prazo de validade. Caso não haja ganhos, a inserção precisa sofrer revisões.

Se trata de uma recomendação comportamental que toma o fluxo de movimentação da natureza como modelo para que conflitos potencialmente fatais sejam evitados. Essa postura já foi vista antes ao longo da história chinesa desde a Antiguidade. A Casa de Zhou, por exemplo, antes de lançar operações armadas primava pela formação de alianças. A tomada do poder é reservada para um futuro em que a correlação de forças se torna favorável em um nível implacável o suficiente para reduzir as chances de enfrentamento por parte do adversário. As operações militares somente aconteciam quando Zhou alcançava o apoio de dois terços do *Tiānxià* (LAO TSÉ, 2016, p. 66).

⁶² O conceito de *yīn yáng* (阴阳 – escuro e claro) é um princípio cosmológico chinês que entende o todo existencial como uma composição de tendências opostas e simultaneamente complementares que permeiam o fluxo transformador do espaço e do tempo em função da natureza. “*Yīn* e *Yang* cooperam para promover a criação” (LAO TSÉ, 2016, p. 16).

Cabe a ressalva de que o projeto taoísta é moderado, enxerga os horizontes limitantes do poder. No segundo rolo do “*Dao De Jing*”, no capítulo 29, “sobre a inação”, o *Tiānxià* é identificado como um instrumento sagrado e ingovernável em sua totalidade. Uma vez que a humanidade deve preferir a paz e a tranquilidade, a ordem extensa não é possível através da imposição da força: “Tudo sob o Céu é o instrumento sagrado; não é algo que possa ser governado” (LAO TSÉ, 2016, p. 226). A negação da política de poder é comum na filosofia tradicional chinesa.

Em “poupando o uso da força”, que é o capítulo 30 do segundo rolo do escrito, há uma corroboração da primazia dada pelo taoísmo à legitimidade política em comparação com o uso de força: “Não pega em armas para se impor diante de Tudo sob o Céu” (LAO TSÉ, 2016, p. 231). Carregar *dé* (德 – virtude)⁶³ e se submeter ao Céu faz com que inimigos se rendam de bom grado. No rolo 4, no capítulo 68, “Correspondendo ao Céu”, um complemento a essa perspectiva aparece na frase: “Quem triunfa sobre seus inimigos não se confunde [com eles]” (LAO TSÉ, 2016, p. 482). O emprego do *dào* permite a vitória pela rendição espontânea de adversários distanciados deste. A lógica é similar à utopia de Confúcio (2012) em que um governo tecnicamente capaz e moralmente legítimo é capaz de produzir um magnetismo de voluntarismo em torno das unidades políticas de sua circunvizinhança. Nesse sentido, tanto o taoísmo como o confucianismo negam o uso da força no terreno da política.

No mesmo rolo, no capítulo 31, “deitando as armas no chão”, a formulação defensiva sobre a guerra é reforçada. Ainda assim, porém, não há um pacifismo incondicional, pois a guerra é vista comumente como um fato existencial que deve ser manuseado e minimizado:

Pulcras armas são instrumentos de mau agouro; [...] [Todas] as coisas têm um ódio eterno por elas; [...] [Com razão,] quem possui o Dao [em si] evita [as armas] [...] Armas são instrumentos de mau agouro, Não são os instrumentos do Homem Nobre. [...] Apenas em último caso as brande. [...] [Nessas ocasiões,] prefere [agir] com serenidade, [...] Triunfa, sem ver beleza [na vitória]; pois, do contrário, encontrará alegria em matar seres humanos: [...] Alegando-se com mortandade, não poderá ambicionar Tudo sob o Céu [...] Quando põem à morte uma multidão de pessoas, [devem] chorar com tristeza e aflição por elas. [...] Quando triunfam na guerra,

⁶³ É um dos conceitos principais do livro de Lao Tsé. A julgar que os caracteres 德 e 得 possuem ambos a mesma estrutura e são homófonos, isto é, são pronunciados no segundo tom (*dé*), e significam respectivamente “virtude” e “obter”, se pode apontar que a “Virtude” taoísta é uma espécie de “índole obtida” tanto por trocas com relações com os outros quanto por instrução sobre tradições escritas e contínuo aprendizado de vivência. O caractere da palavra “virtude” 德 (*dé*) é composto por 直 (*zhí*), que significa “direto” ou “franco” e 心, que significa “coração” e remete a sentimentos. Esse conceito se estende para a política devido à normatização da virtude de rei e de sábio em aspectos diversos desses arquétipos responsáveis pela governança racional, moderada, avessa à política de força e alinhada com o *dào* (道) (LAO TSÉ, 2016, p. 289). Uma interpretação na linha de Confúcio (2012), porém, associa a “Virtude” com o contínuo processo de “Estudo” em função do cultivo da Humanidade.

[devem] realizar os ritos funerários [pelos que tombaram] (LAO TSÉ, 2016, p. 237-241).

No segundo rolo, no capítulo 57, intitulado “vento puro II”, tomar Tudo sob o Céu torna-se uma possibilidade paradoxal. Aparentemente indo na contramão do raciocínio do capítulo 30, é admitido controlar o “mundo” pela política, mas isso só é possível sob a condição de que a governança seja executada com *zhèng* (正 – retidão). Pegar em armas para fazê-lo é equivalente à *qí* (奇 – astúcia), que se diferencia da retidão em um extremo comparativo, mas ao mesmo tempo a complementa⁶⁴. Em Sun Tzu (2020) as categorias de retidão e astúcia são entendidas como doutrinas militares convencionais e não convencionais, onde uma tem um caráter dissuasivo e a outra, ofensivo, mas ambas são complementares em uma estratégia ampla que vise à vitória. De todo modo, em tempos de paz a moralidade exige que as convenções de retidão, de cunho moral, imperem sobre a astúcia essencialmente imoral: “Governa [teu] feudo com Retidão” (LAO TSÉ, 2016, p. 411).

Todos os componentes filosóficos expostos permitem dizer que Lao Tsé e Confúcio não eram propriamente ideólogos do pacifismo. O objetivo comum da filosofia tradicional chinesa sempre esteve articulado com o exercício pragmático da política, ainda que também tenha aplicações individuais. Grandes sábios e intelectuais da China Antiga buscavam unir teoria e prática, e essa dinâmica se expressava pela busca comum às atuações em cargos públicos.

No caso de Confúcio, sua meta era contribuir com o reerguimento da Dinastia Zhou, a ser materializado pelo sistema *Tiānxià*, imanentemente Humano. Esse caminho de construção política, no entanto, envolveria algum grau de uso de violência – preferencialmente mínimo. Segundo o sinólogo e tradutor d’Os Analectos, Giorgio Sinedino, Confúcio (2012, p. 223) era profundo conhecedor das estratégias militares e sabia usá-las. O comentador acrescenta que o humanitarismo inerente à economia pragmática de dispêndio de recursos, contudo, destoa dos mesmos fundamentos do cristianismo, pois prima principalmente pela preservação da Ordem enquanto um bem maior, ou, ainda, em uma escala social menor, pela proteção das famílias, que são instituições também coletivas. A mentalidade chinesa valoriza mais as coletividades do que as individualidades, e isso também se aplica à abordagem do conflito.

⁶⁴ *zhèng* (正 – retidão) e *qí* (奇 – astúcia) preenchem as esferas extremas da guerra e da política, respectivamente, que se relacionam em um *continuum* similar ao que existe entre as categorias de “consenso” e “força”. Essas variáveis se encaixam no conceito dualista de *yīn yáng* (阴阳) em que o cosmos é avaliado como uma divisão de dimensões opostas e simultaneamente complementares. A astúcia predomina em tempos de mudanças políticas e sociais marcadas por rebeliões e sucessões dinásticas; e a retidão preenche o clima social durante momentos de paz. A continuidade entre retidão e astúcia é cíclica.

É fato interno ao senso comum sobre o pacifismo chinês, porém, que historicamente esse povo não tem um perfil belicoso. Não existe fetichização pela guerra até o ponto em que se pode enxergá-la como um fim em si. Por outro lado, a finalidade política e econômica da guerra nunca foi perdida de vista. A guerra é tratada como um fato da civilização humana que deve ser forçosamente dominado em prol da garantia de sobrevivência e obtenção de benefícios. No sétimo rolo dos Analectos há a sentença: “O mestre atenta para: rituais purificatórios, guerra, doença” (CONFÚCIO, 2012, p. 224). A guerra é equiparável a rituais e à doença, por isso precisa ser dominada praticamente para ser enfrentada sempre que se manifestar. A finalidade é manter o equilíbrio e a estabilidade social.

A filosofia tradicional chinesa enaltece uma concepção não bélica da sociedade e procura reduzir a presença desse setor no Estado porque parte da premissa de que “consenso” importa mais para manter a estabilidade social e, então, o poder, do que a “força”. O objetivo do aparente pacifismo chinês não é a busca da paz em si, mas, sim, eludir crises. A dissuasão é um meio, não um fim. Um diálogo entre o Mestre e Zigong mostra qual é a recomendação política perante esse assunto:

Zigong perguntou sobre [como] governar. O Mestre disse: “Alimento bastantes, Armas bastantes. Fazer o povo acreditar em você”. Zigong disse: “Se [o Mestre] tivesse de abrir mão de um deles, de qual dos três [desistiria] primeiro?”. [O Mestre] respondeu: “Desistiria das armas”. Zigong disse: “Se [o Mestre] tivesse de abrir mão de [mais] um deles, de qual dos dois [desistiria] primeiro?”. [O Mestre] respondeu: “Desistiria dos alimentos. Desde a Antiguidade, todas as pessoas têm de morrer [um dia]; [mas] se o povo não tiver confiança, [um governo] não tem como se manter de pé”. (CONFÚCIO, 2012, p. 363-364).

Nessa menção é possível perceber a ordem de prioridades para que a confiança seja obtida por um governante em relação à população. Apesar de essa reflexão sábia remeter à Antiguidade, a um período em que havia menos progressos sociais e ênfase na população, que era dotada de uma estrutura socioeconômica “feudal” com características e instituições originais (BUENO, 2003), a preocupação com o bem-estar populacional garantido por variáveis-chave é uma constante. A manutenção da ordem social é milenarmente realizada para que revoltas não influenciem em processos de tomada de poder e sucessões dinásticas.

A guerra, porém, para Confúcio, assim como para Sun Tzu (2020), é um fato estabelecido pela realidade e que deve ser manejado da maneira mais racional possível em torno de seus nexos políticos, econômicos e sociais. O mestre afirma no rolo 13 que “se uma pessoa boa doutrinar um povo por sete anos, esse povo poderá pegar em armas” (CONFÚCIO, 2012, p. 419) esclarece que o discurso em questão não se choca substancialmente com o uso da força na política. Sinedino ressalta o mestre Confúcio foi

sīkòu (司寇 – ministro das punições) no país de Lu ⁶⁵ e que n’Os Analectos “não há negação categórica da necessidade da guerra ou do uso da violência” (CONFÚCIO, 2012, p. 419). É válido apontar também que no contexto da menção acima o pensador estava estabelecendo um prazo para que uma liderança política virtuosa alcançasse legitimidade em torno dos governados para que pudesse travar guerras, mas isso não nega todas as formulações anteriormente citadas sobre esse não ser o caminho mais adequado para desenvolver políticas sustentáveis, humanas e de longo prazo. O ideal voluntarista de *wáng* é o modelo normativo a ser seguido.

A utopia confuciana que impõe modelos de conduta moralistas, meritocráticos e virtuosos baseados em temporalidade de longo prazo está associada com um tratamento das instituições militares em segundo plano. No décimo sexto rolo de Os Analectos há uma análise das relações de força entre Estados da época em que Confúcio (2012, p. 502-505) sugere que o uso da força é inútil em longo prazo para um projeto de construção de uma ordem social harmônica, que busque fazer com que unidades políticas de longe se submetam por conta própria. Confúcio rejeita a política de guerra de agressão no contexto em que seus discípulos questionam se um ataque do clã Ji, de Lu, contra o Estado Zhuanyu. Entre os motivos que o levam a rejeitar essa campanha militar, há a perspectiva de que um país deve alcançar projeção (militar também, por consequência) e criar relações de dependência com os mais fracos através da geração de prosperidade e da realização de uma administração virtuosa e moralista, e não pela expansão forçada. O acúmulo de capacidades materiais e políticas está sobreposto à abordagem militarista das relações internacionais. Nessa passagem identificamos a fonte de inspiração dos argumentos mais relevantes da obra de Yan Xuetong (2019), que derivam de uma fórmula de poder que acata a liderança política como um multiplicador.

Não obstante, há uma grande contradição na biografia confuciana que dificulta a absorção da posição do filósofo sobre as guerras. No décimo sétimo rolo de Os Analectos, Confúcio afirma que teria ambição prioritária de querer fundar uma nova Dinastia Zhou, e isso justificaria uma traição aos Estado de Lu:

Gongshan Fura⁶⁶ usava a cidade de Bi [como base] para tramar uma rebelião, [quando] convocou [o Mestre], que quis ir. Zilu não gostou e disse: “[Já] não há [mais] a quem servir, por que procurar Gongshan?”. O Mestre disse: “[Por acaso] alguém me convoca e fica por isso mesmo? Se me for dada uma oportunidade, não hei de fundar uma [nova] dinastia Zhou no Leste?” (CONFÚCIO, 2012, p. 527).

⁶⁵ Lu era um dos Estados que compunham o sistema político chinês durante a Dinastia Zhou (1046-256 a. C.). Confúcio (2012, p. XIV) realizou o chamado “périplo aos países” quando se exilou de Lu por treze anos para buscar um cargo público em países da circunvizinhança.

⁶⁶ Um subordinado militar de Lu, que servia como retentor da família Ji, que tramava uma rebelião de traição.

Surpreendentemente, para atingir tal fim, Confúcio teria formulado no ano 498 a. C. uma estratégia para destruir três capitais. Em seguida, a capital de Lu, Qufu, seria atacada por uma inspeção militar liderada por Gongshan Furaio. A polêmica reside no fato de um empreendimento desse tipo parecer atentar contra os valores de integridade moral defendidos por Confúcio ao longo de todos os *Analectos*. Os interesses de poder estariam sobrepostos ao moralismo e à lealdade, nesse caso. Tal ocorrência, porém, é historicamente contestada ou relativizada por seguidores do confucianismo porque há poucas evidências documentais sobre os desdobramentos dessa trama (além da ciência de que o plano de participação de Confúcio foi revogado) e porque talvez não remeta ao período em que servia Lu, conforme informa o comentário de Sinedino na tradução dos *Analectos* (CONFÚCIO, 2012, p. 527).

É interessante acrescentar que ao longo da história e da tradição chinesas todas as revoltas vitoriosas que estabeleceram novos governos costumam ser concebidas com legitimidade. Sob esse ponto de vista, a conduta de Confúcio nesse evento histórico não é incoerente com suas demais formulações. Pelo contrário, prima por um bem mais elevado e acata uma abordagem transformadora e flexível sobre as instituições políticas para permitir revoluções ou substituições de governos dotadas de reformas profundas desde que esses processos almejem pelo retorno às tradições em nome de uma liderança realmente “humana”. O conservadorismo de Confúcio não consiste na defesa da preservação de estruturas de poder vazias ou na defesa de estruturas hierárquicas como um fim em si, está relacionado com a perpetuação de posições de liderança de representantes que sejam compatíveis com os valores nobres de “humanidade”. Periodicamente, quando necessário, governos ilegítimos podem ser derrubados para que ascenda uma liderança compatível com esses termos. Essa justificativa seria advinda do conceito de *Tiānmìng*⁶⁷ (天命 – Mandato do Céu) (CHESNEAUX e BASTID, 1972).

Talvez seja o viés de *Tiānmìng* que tenha aberto as mentes dos chineses para aceitar a liderança do PCCh no contexto revolucionário que tomou o país em 1949. Em um primeiro

⁶⁷ *Tiānmìng* (天命 – Mandato do Céu) “é a escola divina de um indivíduo para exercer o poder sobre Tudo sob o Céu, mas ele também tem o sentido mais geral de destino” (CONFÚCIO, 2012, p. 342). Dentro desse escopo, os governos são historicamente dotados de legitimação e honra conferidas pelo Céu para intermediar relações entre natureza e população. O Mandato do Céu serve como um indicador dos níveis de aprovação de lideranças políticas na China ao longo de sua história desde a Antiguidade. O Mandato era entendido como revogado em períodos de crise humanitária, mas em casos contrários era reconhecida uma conexão celestial com governos que traziam estabilidade e harmonia social. Ciclos revolucionários são justificados na China a partir desse conceito cultural (CHESNEAUX e BASTID, 1972). Em relação ao Mandato do Céu, Pires e Mattos (2018, p. 568-9) salientam que o confucianismo servia como um guia de conduta moral individual e, simultaneamente, para a estruturação do Estado. Objetivamente, os candidatos ao serviço público chinês eram obrigados a conhecer as obras de Confúcio. Os conceitos visavam à construção de um Estado harmonioso e pacífico e serviam para conferir a legitimidade prática e simbólica do Mandato do Céu atribuído ao governante.

momento esse processo possivelmente ocorreu inconscientemente (milhares de anos de tradição dificilmente seriam superados por completo no ímpeto progressista e modernizante pós-revolucionário (ZHAO T., 2013)), mas mais tarde, com o fim da Revolução Cultural (1966-1976), a conciliação entre marxismo e confucianismo ocasionou o “socialismo com características chinesas”. Desse processo histórico se origina o outro pilar que determina a geoestratégia chinesa contemporânea: o pensamento revolucionário do PCCh. No subtópico a seguir tal perspectiva será explorada conceitualmente.

4.2 PENSAMENTO ESTRATÉGICO NA REVOLUÇÃO CHINESA

Neste subcapítulo pretendemos expor o histórico de conflitos militares da República Popular fundada por Mao Tsé-Tung para deduzir aspectos inerentes do pensamento estratégico chinês. O viés de análise prima por uma linha geral defensiva e não expansionista, mas que não cede às disputas territoriais travadas com a circunvizinhança. Além disso, este subtexto ressalta o estatuto da China como um país em contínua recuperação após a crise instaurada pelo neocolonialismo através de uma contextualização geral. E as transformações em vigor nesta civilização ao longo do século XX marcam o início de sua reascensão.

A Revolução Chinesa (1949) deve ser entendida como um processo de longa duração que envolve diversas ações populares e coletivas conduzidas pelo PCCh no sentido de construção de uma sistêmica transição socioeconômica (MOREIRA, 2017, p. 93). As transições de longa duração são moldadas por avanços e retrocessos dentro de condições políticas e econômicas complexas que têm diversas variáveis condicionantes. O rumo traçado dentro de um projeto de transição se adequa à tendência materialista histórica e dialética em que a força motriz do progresso é a luta de classes, como apontam Marx e Engels:

A história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito (2015, p. 40).

Para entender a processualidade da transição sistêmica da economia política e da sociedade chinesas é preciso retornar ao contexto do século XIX, que dá início a um período hoje chamado pelos chineses de “século da humilhação”⁶⁸. Se tratou de um momento marcado

⁶⁸ Até o início do século XIX a China costumava ser o país mais rico do mundo, revezando com a Índia tal posto (MADDISON, 2007, p. 44). Após a derrota dos chineses perante a Europa e o Japão em uma série de guerras de

pelas revoluções industriais lideradas pelo Ocidente e, conseqüentemente, pelas expansões imperialistas e neocoloniais que afetaram diretamente a China. Todas essas resultantes são oriundas de dinâmicas geopolíticas, então os precedentes históricos da revolução chinesa têm um nexo essencialmente internacional e militarista. Entender o século da humilhação é uma tarefa obrigatória para entender as causas da Proclamação da República em 1911 e da Revolução em 1949.

A expansão militar do Ocidente e do Japão movida pela elevação de capacidades materiais propiciadas pelas revoluções industriais trouxe dinâmicas de acirramento de contendidas interimperialistas em direção aos países pobres. Esses atores políticos que se tornavam dominantes associaram capitais industriais e bancários sob a égide de suas forças armadas para produzir o capital financeiro e avançar sobre a África e a Ásia em busca de matérias-primas, realizando uma partilha afro-asiática em uma nova etapa da expansão do capitalismo (LENIN, 2021).

Foi nesse momento que a China foi atacada por múltiplas forças estrangeiras em um espaço de tempo surpreendentemente curto. Se tratou de um complô antichinês por parte de potências ascendentes que viam no gigante asiático uma fonte de recursos úteis à complementação de suas economias:

[...] à primeira guerra do Ópio (1839-1842), seguiram-se a segunda guerra do Ópio (1856-1860), a guerra russo-chinesa (1858), a guerra franco-chinesa (1884-1885), a guerra sino-japonesa (1894-1895) e a guerra sino-alemã (1898). Além de Macau, que a China perdera para Portugal desde 1557, Hong Kong passou para o domínio inglês, Qingdao tornou-se possessão alemã, e a Mandchúria e Taiwan caíram sob jugo japonês. E Xangai, Ningbo, Fuzhou, Xiamen e Guangzhou (Cantão) foram transformados em portos livres, com suas alfândegas controladas pelas diversas potências estrangeiras, situações que depois se estendeu a outras regiões litorâneas e fluviais chinesas.

Desse modo, à opressão feudal e *manchu* somou-se a das potências industriais europeias, norte-americanas e japonesas, aumentando as cargas sobre os camponeses e demais trabalhadores. A reação imediata foi a Revolução do Reino Celestial Taiping, que se estendeu de 1851 a 1864, e as rebeliões dos Nian, dos muçulmanos e dos Boxers. Para jugulá-los, os Qing procuraram o auxílio das tropas estrangeiras, em troca de novas concessões, agravando ainda mais o quadro em que se debatia a China (POMAR, 2003, p. 32).

agressão, principalmente as Guerras do Ópio (1839-42 e 1856-60) lançadas pela Inglaterra, na segunda metade do século XIX o país foi empobrecido, perdeu sistematicamente sua soberania por concessões de controle alfandegário em portos, subordinação política e econômica da burocracia dinástica e da burguesia compradora em relação à burguesia estrangeira, anexação de regiões como Hong Kong, Taiwan, Macau etc., e imposições de tratados desiguais e injustos que levavam à dependência comercial e financeira (POMAR, 2003, p. 28-35). Esse seria o pano de fundo do início do “século da humilhação”. Os chineses passaram, então, a buscar incessantemente a superação da humilhação, “sonhando” com o retorno à posição estável de prosperidade e soberania. Daí advém o conceito de “Sonho Chinês” (LIU M., 2010).

De modo sistemático e compartilhado, a China se tornou praticamente uma semicolônia ao longo do século XIX. A assinatura do desigual Tratado de Nanquim em 1842 expressa a formalização do início da decadência e da submissão da China à maior potência mundial da época (KISSINGER, 2011).

Havia no país uma “dominação tríplice” lançada por burguesias estrangeiras pertencentes a diferentes potências, senhores de guerra (proprietários rurais que tinham domínio regional de cunho semifeudal) e a burguesia burocrática e compradora (ligada ao decadente Estado dinástico de Qing). Havia uma burguesia nacional na composição da classe, mas esta era impotente em relação às articulações entre as forças estrangeiras e a burguesia burocrática e compradora. Por outro lado, a classe antagônica afirmava sua definição em uma população composta por 80% de camponeses que tinham relativas variações de níveis de riqueza e propriedade (POMAR, 2003, p. 34).

As revoltas camponesas são milenarmente a maior fonte condutora da movimentação da história da China. Foram uma constante em meio às variáveis que determinaram as quedas de quase todas as dinastias. E esse é um consenso histórico reproduzido comumente na bibliografia sinológica (MAO T., 2002; MOREIRA, 2017, 75-102; POMAR, 2003, p. 15-35). Os próprios chineses têm consciência do potencial transformador das insurreições camponesas, então as lideranças dinásticas sempre temeram o retorno desse fenômeno esporádico como um sinal de decadência, de fim do *Tiānmìng*, enquanto os comunistas buscaram explorar esse fato tático no século XX:

A exploração econômica e a opressão política cruéis, exercidas pela classe dos senhores de terras sobre os camponeses, forçaram estes a desencadear inúmeras insurreições contra a dominação de tal classe. ... Na sociedade feudal chinesa, só as lutas de classe dos camponeses, as insurreições camponesas e as guerras camponesas foram as verdadeiras forças motrizes do desenvolvimento histórico (MAO T., 2002, p. 23).

Os mecanismos de domínio econômico da China pelo Ocidente eram vários, e se articulavam com setores sociais interessados da elite chinesa. Devido ao aumento da demanda do Ocidente por produtos fabricados especialmente na China, como seda, chá e porcelana, e ao não acompanhamento proporcional da demanda dos chineses por produtos importados de países europeus, que incluíam principalmente algodão, lã, relógios, estanho e chumbo, o balanço de pagamentos para o Ocidente foi impactado. Os europeus pagavam por bens chineses em prata, e logo esse fluxo constante se tornou um problema econômico reconhecido pelo governo britânico. Como relata Jonathan Spence (1990, p. 127), na década de 1760 o

fluxo de prata para a China Qing era de mais de 3,0 milhões de tael⁶⁹, e até a década de 1780 esse número cresceu mais de cinco vezes, chegando a 16,0 milhões de tael. Para além do fluxo de prata, também havia um fluxo constante de vendas em ouro para a China, o que garantiu que a China Qing se mantivesse rica até se entrecocar com o Ocidente. No final do século XVIII, em resposta, os britânicos desenvolveram um produto alternativo para trocas por bens chineses: o ópio.

Através da Companhia das Índias Orientais, os ingleses aproveitaram as regiões que ocupavam na Índia, onde o solo era fértil para o plantio e o cultivo do ópio, e sistematizaram um fluxo de produção e exportação para a China através de um país vizinho, economizando gastos logísticos. Cada baú de ópio continha entre 130 e 160 libras de ópio, de modo que na década de 1820 chegava à China uma quantidade de ópio suficiente para sustentar os hábitos de cerca de 1 milhão de viciados (SPENCE, 1990, p. 127). Somando esses números à produção e ao comércio de ópio que já existiam internamente na China, os ingleses estimularam no país um sério problema social, político e econômico. Em troca, conseguiram equilibrar seu balanço de pagamentos com os chineses através da Índia ao estabelecerem um fluxo triangular de comércio.

Em 1800 um decreto do Império Qing proibiu a importação e a produção de ópio, e em 1813 novos decretos proibiram totalmente o consumo do ópio, impondo punições graves contra todo o grupo que se envolvia nessas atividades ilegais. Foi exatamente por conta desta reação que os ingleses reagiram contra a China, buscando manter o sistema de domínio estável que conseguira estabelecer contra o país asiático (SPENCE, 1990, p. 130).

Outras medidas de exploração do gigante asiático desferidas pelas potências eram: tráfico de pessoas, que eram enviadas para trabalhar forçadamente nos EUA e em seus territórios controlados, como as Antilhas e o Havaí; cobrança de indenizações e reparações pelas guerras que a China havia sido derrotada; imposição de privilégios alfandegários e comerciais para o Ocidente; e monopólios de sistemas de transportes. Como resultado, os fundos de investimentos da dinastia Qing eram inexistentes e era desarticulada a produção de artesanato e manufaturas – mercadorias mais complexas e, portanto, com maior valor agregado (POMAR, 2003, p. 33).

Em meio à crise econômica e humanitária causada pelo avanço imperialista contra a China ao longo do século XIX, diversas revoltas populares ocorreram em reação à

⁶⁹ Unidade de medida chinesa que equivale a 50 gramas.

subserviência de Qing aos colonos – a Rebelião de Taiping (1853-1864) e o Levante dos Boxers (1899-1900) foram as mais notáveis contestações à ordem –, com todas tendo sido brutalmente suprimidas pela dinastia e pela burguesia burocrática associadas às potências estrangeiras (POMAR, 2003, p. 38).

Antes da consolidação do cenário política e economicamente crítico, entre 1846 e 1848, a população chinesa sofria devido aos impactos de inundações e fome. Mais tarde, vieram os problemas econômicos e políticos, e o aumento de cobranças tributárias sobre a população. Como resultado, a dinastia Manchu dos Qing, que também se mostrava incapaz de conter os avanços dos bárbaros britânicos e franceses, foi sacudida com uma série de revoltas internas. Insatisfeitos com a subserviência aos invasores estrangeiros e com a incompetência política e econômica das elites dinásticas, grupos politicamente organizados começaram a se formar para instaurar governos paralelos. Por exemplo, o Reino Celestial de Grande Paz (太平天国 – Tàipíng Tiānguó), liderado pelo cristão protestante Hong Xiuquan, governou Nanjing entre 1853 e 1864. Buscando alternativas à fracassada Dinastia Qing, a população aceitou a representação local que havia se formado, ainda que esta se mostrasse inepta em termos de planejamento político e econômico. Em seguida, a estadia do Reino Celestial foi efêmera, tendo durando apenas 11 anos e logo tendo sido superada pela Restauração Qing da década de 1860, liderada pela Imperatriz Cixi, após uma bem-sucedida campanha militar associada ao apoio de ingleses e americanos. Entretanto, é relevante categorizar a Rebelião Taiping como um evento histórico dotado de determinações mais internas com participação marginal dos estrangeiros (FAIRBANK, 1997, p. 140-146).

O intervencionismo ocidental cresceu após a Restauração Qing e atingiu seu ápice até o final do século XIX. A expressão popular diretamente associada com a rejeição a estas influências estrangeiras se deu com o Levante dos Boxers (1899-1900). O movimento dos Boxers reuniu grupos de artistas marciais e policiais à paisana chineses que aparentemente não tinham um líder (apesar do apoio indireto dos Qing), mas eram coletivamente organizados, e tinham um objetivo geral de expulsar os estrangeiros do país, que passavam a ser vistos como a maior fonte de problemas sociais. A atuação dos militantes boxers consistia basicamente em espancar estrangeiros, principalmente britânicos e cristãos estrangeiros ou mesmo chineses. Não tardou, no entanto, para que os próprios estrangeiros percebessem que os boxers não tinham objetivos anti-dinásticos e que seus crimes eram passados impunes pelas autoridades. As potências europeias reagiram através da formação de uma aliança anti-chinesa que deveria atuar diretamente no solo do país com ataques armados contra os

boxers. O desfecho se deu com a fuga da Imperatriz Cixi de Beijing e a imposição do Protocolo Boxer, que determinava o pagamento de indenizações por 40 anos, a execução de dez oficiais ligados ao movimento e a garantia de proteção futura aos estrangeiros. Após a aceitação do Protocolo, a Imperatriz e sua família puderam voltar a Beijing e retomar o mandato (KEAY, 2009).

É perceptível que, apesar dos reveses, no final do século os chineses gradualmente despertavam consciência nacional e mesmo a Dinastia Qing buscou reagir indiretamente ao domínio estrangeiro sobre o país. A única maneira de atingir de fato os objetivos de superação da crise que mergulhava o país, no entanto, apenas se daria pela organização política. Principalmente, tornava-se cada vez mais aceitável o plano de derrubar a dinastia e de instaurar uma república. Finalmente, se aproximava o fim do Mandato do Céu dos Qing.

Frente à ânsia generalizada principalmente entre as categorias intelectuais e camponesas pela superação da ordem dinástica, o KMT⁷⁰ foi fundado em 1911 pelo médico e militante político Sun Yat-sen⁷¹, que já articulava antes movimentos armados de cunho republicano e nacionalista, fora perseguido pelos Qing e se exilara em Hong Kong, no Japão, nos EUA e na Inglaterra e então já tinha notoriedade (POMAR, 2003, p. 40).

O KMT se mostrou inicialmente como uma força verdadeiramente revolucionária⁷² dentro dos ditames materialismo histórico e dialético de Marx e Engels (2015), e que leva a China à superação dinástica e semi-feudal, e ao avanço do republicanismo e do capitalismo, e as ideias que levaram à sua criação são até a atualidade bem avaliadas pelos círculos políticos

⁷⁰ “*Kuomintang*” é a transliteração via método Wade-Giles mais popularmente adotada nas referências bibliográficas em português para o nome do Partido Nacional do Povo. Essa transliteração, porém, tende a ser superada devido a avanços no ensino da língua chinesa para o Ocidente que levam à priorização do pinyin como método de transliteração. Em pinyin o nome do partido é: *Zhōngguó Guómíndǎng* (中國國民黨 – em caracteres tradicionais, pois seu nome advém do período anterior à reforma de simplificação dos caracteres executada após a Revolução de 1949 durante o governo de Mao, e, em adição, permanece assim em Taiwan porque a reforma de grafia não foi feita na província rebelde).

⁷¹ Novamente, optamos por manter a grafia em Wade-Giles, mas cabe atualizar em termos de pinyin: Sūn Yìxiān (孙逸仙). A transliteração via Wade-Giles muda tanto em relação ao pinyin porque Sun nasceu e cresceu na província de Guǎngzhōu (Cantão), onde é falado o cantonês, que tem pronúncias dos mesmos caracteres chineses de formas diferentes. Em pinyin seu nome passa a ter uma transliteração adaptada para o chinês comum, falado pela fração majoritária da população, que é o *Pǔtōnghuà* (普通话 – Mandarim padrão).

⁷² Para expressar a necessidade de uma etapa revolucionária burguesa como pré-requisito para a revolução socialista, no texto “A Questão do Caráter da Revolução”, dizia Mao: Nós estamos inteiramente de acordo com as decisões da Internacional Comunista sobre a China. Actualmente, a China ainda não está, de facto, senão na etapa da revolução democrática burguesa. O programa duma revolução democrática consequente na China compreende, em política exterior, a derrocada do imperialismo e a libertação nacional total, enquanto que, em política interior, compreende a liquidação do poderio e da influência da burguesia compradora nas cidades, a conclusão da revolução agrária, a abolição das relações feudais no campo e a derrocada do governo dos caudilhos militares. Só por meio dessa revolução democrática se poderá estabelecer uma base real para a passagem ao socialismo” (1969, p. 80).

e militares da China, como se pode ver pelas menções positivas a Sun Yat-sen em “*The China Dream: Great Power Thinking and Strategic Power Posture in the Post-American Era*”, escrito pelo coronel do ELP Liu Mingfu (2010), que expressa um ideário estratégico bastante vivo e influente na China contemporânea. No livro, Sun é considerado um herói nacional, fundador da China moderna, que gerou as bases para a posterior revolução comunista.

A China, antes do século XX, ainda era uma sociedade composta por instituições estruturais e superestruturais semifeudais, e persistia nominalmente como um Estado dinástico. A Dinastia Qing, entretanto, foi a última dinastia da história do país, sendo encerrada em 1911. Conjuntos de movimentos nacionalistas, liberais e republicanos encabeçaram uma série de rebeliões e proclamações republicanas ao longo do país em diferentes províncias. Esse fluxo transformador convergiu, por fim, para eleger Sun Yat-sen como presidente da República da China, que definiu os Três Princípios do Povo: nacionalismo, democracia e bem-estar do povo – relacionados com a resistência à dominação estrangeira, participação política de todo o povo, e desenvolvimento de uma economia industrialista, próspera e bem distribuída (LIU M., 2010).

Ao proclamar a República Nacional em Nanjing, porém, Sun não possuía forças armadas para defendê-la e tampouco para expandi-la para abranger todo o território do país. O cenário de domínio dinâmico e complexo que fora imposto pelas potências de fora sobre a China incluía a desarticulação de uma representação bélica unificada. Diante disso, não havia outra escolha a não ser apelar para concessões. Os braços armados da jovem república tiveram que ser constituídos pelos homens dos senhores de guerra. Por conseguinte, um país dotado de uma só representação permanecia desagregado na prática devido à influência econômica e militar de senhores de guerra. Ao norte da China, essas elites ainda rejeitavam a nova ordem política revolucionária, enquanto no lado sul havia alinhamento ao ímpeto republicano. A China ainda se apresentava como um mosaico repleto de domínios políticos contraditórios (POMAR, 2003, p. 41).

Lenin (2021), em “Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo”, classificou em 1917 a China como uma semicolônia disputada por Japão e EUA. Essa denominação demonstra que as consequências da ofensiva ocidental perduraram até o século XX, mesmo após a instauração da República em 1911. Afinal, a República não foi capaz de garantir a unidade nacional e tampouco de superar os principais problemas socioeconômicos oriundos do colonialismo.

Uma sociedade chinesa imbuída de perspectivas mais modernas, populares e democráticas se desvencilhava da manipulação instrumental das ideias de Confúcio (2012) em prol da dominação estrangeira compactuada com os Qing. Ideias progressistas passaram a circular em uma sociedade civil mais autônoma e empoderada, e então novos atores sociais surgiram na política, como estudantes, operários, comerciantes, acadêmicos, mulheres etc. Representações antes inexistentes acabaram ganhando lugar tanto por razões superestruturais como pelo impulso estrutural injetado no país através da criação de relações sociais de exploração em um modo de produção relativamente novo. A modernização gestou a transcendência de instituições semifeudais.

Foi nessa conjuntura histórica que ganhou forma em 1919 o Movimento Quatro de Maio, que, segundo Qin (2007), testemunhou provavelmente a maior autorreflexão da história da China devido à ousadia para desafiar valores tradicionais milenares. Concerniu a uma sequência de protestos estudantis de cunho anti-imperialista que reivindicava respostas mais duras da república às persistentes manipulações e explorações estrangeiras contra a China. Na academia, na mídia, nas artes e na cultura em geral as tradições milenares da civilização passaram a ser questionadas. Isso se desdobrou em críticas ao sistema político, à economia, à tecnologia etc. Surgiram duas correntes em disputa por influência no movimento: 1) a Escola de Aprendizagem Chinesa, composta por neoconfucianos que propunham uma conciliação entre modernização e conservação de tradições; e 2) a Escola da Aprendizagem Ocidental, que rejeitava terminantemente a cultura chinesa, acusando-a de ser a responsável pelo atraso da China em comparação com a Europa, e buscava importar a matriz ocidental de ideias como fonte de poder – o grito de ordem era “abaixo o confucianismo!” (QIN, 2007, p. 324-325, tradução nossa).

O impacto da Revolução Russa (1917) sobre o mundo e a necessidade que os chineses sentiam de adotar ideias modernas e revolucionárias levaram os chineses a debruçarem-se sobre as ideias de Marx e Engels (2015) em círculos de estudos nacionais e estrangeiros. Comunidades de chineses que estudavam mundo afora, sobretudo em Tóquio e Paris. Em julho de 1921, em Shanghai, foi realizado sob coordenação de tais círculos um congresso que levou à fundação do PCCh sobre as bases da teoria marxista-leninista. Entre os participantes do congresso estava Mao Tsé-Tung⁷³, que se tornaria mais tarde o líder do partido então criado (POMAR, 2003, p. 43). Proclamada a adesão à III Internacional Comunista e a aliança

⁷³ Optamos por manter a versão mais popular da transliteração de seu nome por priorizarmos a compreensão do público leitor. Em pinyin, a adaptação é: Máo Zédōng (毛泽东).

com o KMT, foram herdadas pelo PCCh a noção de história e a estratégia revolucionária e militar dos bolcheviques russos (LOSURDO, 2004).

Sun Yat-sen enxergou o movimento comunista internacional como um aliado ao governo que buscava compor na China. Por conseguinte, estabeleceu relações com a URSS, que enviou assessores para auxiliar a organizar o KMT e as forças armadas da China, e recepcionou a Academia Militar de Whampao com um programa de estudos. Em 1923, no I Congresso Nacional do KMT, que contou com a participação dos dirigentes do PCCh, os princípios antes desenvolvidos por Sun Yat-sen foram transformados nas Três Grandes Políticas do Povo: cooperação com os comunistas, cooperação com a URSS e atenção aos operários e camponeses. O KMT, então, havia se tornado um “partido pega-tudo” que abrigava uma proeminente corrente comunista, mas também contava com a presença das burguesias nacional e democrática, além de militaristas e latifundiários do sul. Essa movimentação comunista-nacionalista, no entanto, logo foi interrompida. Após a morte de Sun em 1925, ascendeu Chiang Kai-shek⁷⁴ ao poder do KMT, que era um representante direto dos latifundiários, da burguesia, e um feroz anticomunista que não tardaria a causar um racha no partido (POMAR, 2003, p. 44-45).

Temporariamente ainda unidos, o PCCh e o KMT lançaram uma campanha militar contra os senhores de guerra ao norte para consolidar a construção republicana. Organizados pela Academia de Whampao, os expedicionários tinham como comandante militar Chiang Kai-shek e Zhou Enlai como comissário político. Teve início em 1926 a primeira guerra civil da República, que envolveu um conflito entre forças armadas da República em conjunto com as forças comunistas contra os senhores de guerra que ainda compartimentavam o território chinês. Nesse mesmo ano, em “Análise das classes da sociedade chinesa”, o panorama da disputa pela perspectiva tática do PCCh era o seguinte:

Os nossos inimigos são todos os que estão conluiados com o imperialismo – os caudilhos militares, os burocratas, a classe dos compradores, a classe dos grandes senhores de terras e o setor reacionários dos intelectuais que lhes é anexo. A força dirigente da nossa revolução é o proletariado industrial⁷⁵. Os nossos mais chegados amigos são a totalidade do semiproletariado e a pequena burguesia. Quanto à média

⁷⁴ Grafia em Wade-Giles reproduzida aqui com fins de compreensão pelo público brasileiro – em pinyin seu nome é Jiǎng Jièshí (蔣介石).

⁷⁵ É relevante destacar que, no momento desta citação, o PCCh, dentro dos ditames consensuais da organização centralista democrática, afirmava um caráter operário para a revolução iminente, pois ambicionava reproduzir os padrões históricos da URSS e produzir uma economia industrial. Por outro lado, a tendência agrária do ELP e de certas camadas do partido buscavam explorar a centralidade rural da formação geográfica e social da China enquanto tática e fundamento. Essas tendências conflitantes ditaram disputas internas entre os comunistas chineses, levando ora à primazia camponesa, outrora à operária – ambas não são, porém, exclusivistas, apenas defendem a concentração territorial de investimentos para o desenvolvimento social (MOREIRA, 2017).

burguesia, sempre vacilante, a sua ala direita pode converter-se em nossa inimiga e a esquerda, em nossa amiga, devendo no entanto manter-nos constantemente em guarda e não permitir que ela venha criar confusão nas nossas filas (MAO T., 2002, p. 25-26).

Em 1927, Hangzhou, Nanjing e Shanghai foram tomadas e concedidas para o controle do KMT, mesmo que as forças do PCCh tivessem uma participação decisiva e suas ocupações organizadas levassem ao incremento de medidas político-econômicas revolucionárias, como expropriações de terras, reformas agrárias, criminalização de práticas exploratórias e instituição de mecanismos políticos horizontais. Apesar do sucesso da operação, ao final desta as frações partidárias burguesas do KMT desferiram um golpe contra o PCCh, organizando um golpe contra seus militantes que foi chamado de “Massacre de Xangai” (POMAR, 2003, p. 47-48). Em reação à traição organizada por Chiang, os comunistas fundaram em 1 de agosto de 1927 o Exército Vermelho⁷⁶.

A relação de competição por governança travada pelo KMT contra o PCCh foi mantida até a invasão da Manchúria pelo Japão em 1931 – como desfecho, em 1934 foi criado pelo Japão o Estado-fantoches de Manchukuo. A expansão do país asiático vizinho possuía ambições pragmáticas geopolíticas e significações ideológicas supremacistas que levaram à compatibilidade diplomática e ao alinhamento com a ideologia fascista que estava sendo nutrida na Europa, com destaque da Itália e da Alemanha, que compuseram mais tarde o Eixo na Segunda Guerra Mundial. A sociedade política chinesa foi forçada a reagir, então o KMT e o PCCh deram uma trégua, uniram-se, e o Exército Vermelho foi transformado no quarto e no oitavo exército do corpo geral das forças armadas (MOREIRA, 2017, p. 80).

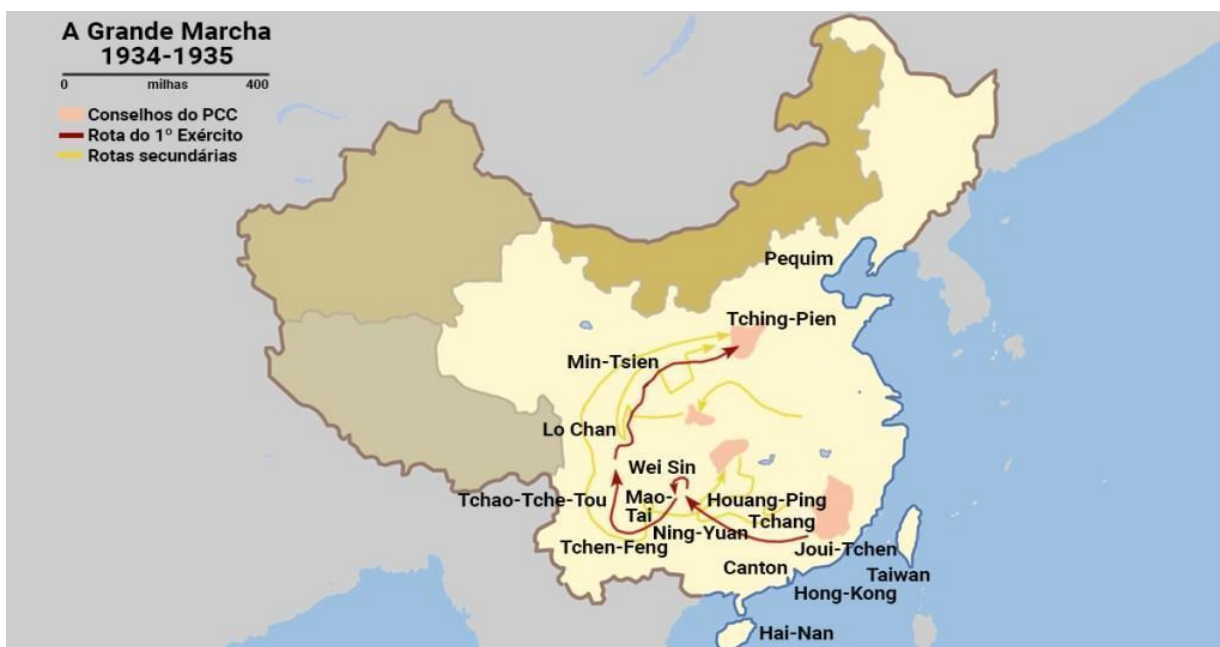
O PCCh tendia a crescer cada vez mais. Em 1931 foi fundada a República Soviética de Jiangxi, que era a base central do PCCh e atuava como governo paralelo em uma China ainda descentralizada. O PCCh passou a explorar a desunião do país para obter poder político, econômico e militar e, em longo prazo, assumir o poder e perseguir o ideal de unificação. A direção do KMT reconhecia as pretensões que o PCCh tinha de ganhar legitimidade popular, então atuava com padrões duplos, colaborando às vezes, às escondidas, com as forças invasoras para impedir a ascensão dos comunistas, executando uma campanha de cerco e aniquilamento contra os comunistas (POMAR, 2003, p. 51).

Frente à ofensiva do KMT, o PCCh sofreu uma crise, perdendo parte considerável de seu contingente de combatentes. Tendo suas bases desarticuladas pelas forças do KMT, os

⁷⁶ Mais tarde, entre 1946 e 1948, foi renomeado como “Exército de Libertação Popular” (ELP) no contexto da Terceira Guerra Civil que desembocou na Revolução chinesa (POMAR, 2002).

comunistas foram forçados a um deslocamento que definiu os rumos da sobrevivência do PCCh como organização: assim foi iniciada em 1934 a “Grande Marcha”.

Figura 11 – A rota da Grande Marcha



Fonte: SERRANO, 2021, online.

A Grande Marcha foi entendida como um apelo obrigatório após a falência da tática revolucionária baseada na fixação local, mais útil em ambientações de combate urbano. A tática de guerrilha, dependente da mobilização constante, foi aderida como uma reformulação em resposta aos ataques às bases do PCCh. O desenlace foi um deslocamento desde o sul da província de Jiangxi (江西), no sudeste da China, até a cidade de Yán'ān (延安) em Shanxi (陕西), na extremidade oriental do noroeste da China. No caminho, o Exército Vermelho foi encontrando bases regionais do PCCh e realizando procedimentos de manutenção e recuperação constante, além de expandir influência pela criação de zonas de governança paralela em que eram realizadas reformas agrárias através da redistribuição de terras e da proibição de práticas de foro, arrendamento, meação e taxaço de impostos sobre rendas dos camponeses, além da realização de obras de irrigação e drenagem do sistema produtivo, e criação de organismos políticos de orientação horizontal e pró-camponesa. O Exército Vermelho obteve maior adaptação nessas áreas devido à origem rural de seus soldados e líderes em um ritmo de constantes conflitos com os militares das forças armadas do KMT. Entretanto, a luta foi violenta e trouxe grandes perdas humanas, apesar da vantagem obtida

pelos comunistas. Dos cerca de 300 mil combatentes que partiram de Jiangxi, apenas 30 mil chegaram ao destino em Shanxi (MOREIRA, 2017, p. 81-2).

Em 1936, quando os comunistas chegaram em Yan'an, haviam conquistado apoio massivo da população rural e obtido zonas de influência estratégica para, logo, cercar tanto as tropas do KMT quanto os próprios invasores japoneses que se concentravam no litoral. Os militares do KMT foram jogados no meio dos comunistas a oeste e dos japoneses a leste, sendo pressionados a avançar prioritariamente contra o segundo grupo, que era a prioridade entre seus padrões duplos. Neste enquadramento, a população passou a enxergar os comunistas como o verdadeiro braço armado da China que estava interessado em proteger a população e em expulsar as forças do Japão do território chinês (MOREIRA, 2017, p. 82).

A despeito dos avanços do PCCh, a situação do país se tornou mais crítica em 1937. Esse foi o recorte histórico em que o Japão declarou a Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), que culminou em novas ofensivas com estimativas de até 14 milhões de baixas na China (VAZ-PINTO, 2015, p. 172). O símbolo maior dessa guerra é o massacre realizado em Nanjing pelo Japão (YONG, 2000). Mais conhecido em português como “Massacre de Nanquim”, há bibliografias a seu respeito que contabilizam de 30.000 a 300.000 mortos e relatam severos crimes de guerra, como os de fogo posto, saques e deflorações⁷⁷. Sobre a escala de violência da invasão japonesa, Lyrio (2010, p. 172) observa que, quantitativamente, apenas é superada pelas duas guerras mundiais.

Um Japão que colheu os frutos da Restauração de Meiji se tornara industrializado, unificado por uma ditadura com características fascistas, supremacistas, e imbuído de uma geoestratégia expansionista conseguiu ocupar regiões consideráveis e manipular lideranças oportunistas a leste de uma China em crise econômica, sem capacidades industriais (tampouco bélicas), administrativamente desunida e fatiada, e subordinada a interesses estrangeiros. O domínio sistemático do gigante asiático era uma realidade palpável.

O Japão, no entanto, em seu frenesi belicista, sucumbiu após entrar em rota de colisão com os Aliados (EUA, Inglaterra, França e URSS) por conta do incalculado ataque a Pearl Harbor em 1941. Dali para frente, os chineses receberam amplo apoio militar e financeiro das potências aliadas, podendo resistir mais do que antes. Os japoneses não conseguiam mais

⁷⁷ O governo da China reivindica que 300.000 pessoas foram mortas no massacre. O governo japonês e a opinião pública do país, por outro lado, dispõem de um negacionismo baseado na contestação dos números e na relativização dos crimes de guerra. Perduram até hoje os debates e esforços acadêmicos para contabilizar as vítimas chinesas. Mas há consenso acadêmico sobre a crise humanitária contra civis causada pela invasão japonesa, além do reconhecimento da ocorrência do massacre (YONG, 2000, p. 168-71).

avançar contra a China, que resistia obstinadamente, enquanto eram derrotados em diversas batalhas contra os EUA e a Inglaterra que tinham como lugar suas áreas ocupadas ao longo do sudeste e do nordeste da Ásia, sofrendo um isolamento crescente que teve como desfecho o bombardeio atômico em Hiroshima e Nagasaki em 1945 (MAGNO, 2018, p. 12).

Durante a guerra prolongada, que incluiu guerras civis e a Segunda Guerra Mundial contra múltiplos adversários internos e externos, o PCCh sempre possuiu uma perspectiva multissetorial, classista, pragmática e estratégica, nunca tendo perdido de vista o horizonte revolucionário. Segundo Mao Tsé-Tung, “a guerra, que existe desde que surgiram a propriedade privada e as classes, é a forma suprema de luta para resolver as contradições, em determinada etapa do seu desenvolvimento, entre classes, nações, Estados ou grupos políticos” (2002, p. 53). Indo além nesse raciocínio, em “Sobre a guerra prolongada”, o líder revolucionário analisa a máxima clausewitziana aplicada à turbulência vivida na China:

“A guerra é a continuação da política.” Nesse sentido a guerra é política e é, em si mesma, um ato político; desde os tempos mais antigos, nunca houve uma guerra que não tivesse caráter político. ...

Todavia, a guerra tem características que lhe são próprias e, nesse sentido, não é idêntica à política em geral. “A guerra é uma continuação da política por outros meios.” Quando a política se desenvolve até uma certa etapa para além da qual já não pode prosseguir segundo os meios habituais, a guerra estala para remover da estrada os obstáculos. ... Quando os obstáculos são removidos e o objetivo político atingido, a guerra termina. Mas, se os obstáculos não são completamente removidos, a guerra tem ainda que continuar, até que o objetivo seja completamente realizado. ... Pode portanto dizer-se a política é guerra sem derramamento de sangue, e a guerra, política sangrenta [...]

A história mostra que as guerras dividem-se em duas categorias: justas e injustas. Todas as guerras progressistas são justas, e todas as guerras que impedem o progresso são injustas. Nós, os comunistas, opomo-nos a todas as guerras injustas que impedem o progresso, mas não nos opomos às guerras progressistas, às guerras justas. E não só não nos opomos às guerras justas, como ainda tomamos ativamente parte nelas. Como exemplo de guerra injusta temos a Primeira Guerra Mundial, onde as duas partes lutaram por interesses imperialistas, razão porque os comunistas do mundo inteiro se opuseram firmemente a ela. O modo de opor-se a uma guerra desse tipo é fazer todo o possível por impedir que estale, mas se chega a estalar, o modo de opor-se a ela é combater a guerra com a guerra, contrapor a guerra justa à injusta tanto quanto possível (MAO T., 2002, p. 53-54).

Para os comunistas, a guerra era um ato de resistência, e de caráter temporário, que se justificava pela necessidade de transformação da sociedade semicolonial. Ao longo da resistência ao Japão, foram decisivas para preparar o terreno para a Revolução tanto a governança bem-sucedida do PCCh em suas áreas de influência social quanto a consistência do Exército Vermelho para a resistência nacional:

As atitudes diante da guerra de resistência contra o maior invasor japonês, entre 1937 e 1945, selaram o destino do Guomindang e do Partido Comunista. Quando a revolução voltou a bifurcar-se na terceira guerra civil revolucionária, o povo chinês

reconheceu nos comunistas aqueles que haviam realmente contribuído para evitar a colonização da China pelos japoneses e os apoiou, majoritariamente, na instauração da República Popular da China, em 1949 (POMAR, 2003, p. 18).

De 1945 a 1949 ocorreu a terceira guerra civil entre os nacionalistas⁷⁸ e comunistas. Nesse momento, o Exército Vermelho foi rebatizado como Exército de Libertação Popular (ELP). No panorama do pós-guerra, o Exército Vermelho controlava as bacias fluviais do Huang He (黄河 – Rio Amarelo) e do Chang Jiang (长江 – Rio Yangtzé⁷⁹), além das ferrovias e rodovias que as interligavam e as cidades de referência, como Beijing. Por sua vez, as áreas representadas pelo KMT estavam concentradas no litoral, controlando cidades comercialmente importantes, como Guangzhou e Shanghai. Uma mobilização sob direção de bases vermelhas deu lugar a uma onda de reformas agrárias localizadas no campo. As categorias operárias e intelectuais, junto com a burguesia nacional, solicitavam amplamente o fim da guerra civil na medida em que as áreas de influência do PCCh aumentavam e o KMT ficava isolado e sem apoio popular. Quando o PCCh estava em vantagem sobre seus inimigos bidirecionais, em 1949 declarou Mao:

Um partido disciplinado, armado com a teoria marxista-leninista, usando o método da autocritica e ligado às massas do povo; um exército sob a direção de tal partido; uma frente única de todas as classes revolucionárias e todos os grupos revolucionários, sob a direção desse partido – eis as três armas principais com que temos derrotado o inimigo (2002, p. 18).

Por fim, no dia 1º de outubro de 1949 Mao Tsé-Tung, “à cabeça do exército de camponeses, proclama em Beijing a República Popular da China, numa praça do Tian’anmen (Praça da Paz Celestial) empilhada de gente” (MOREIRA, 2017, p. 83).

Proclamada a RPC, diretrizes de política externa começaram a ser traçadas em uma conjuntura global delineada pela Guerra Fria. A China automaticamente se inseriu no bloco socialista, liderado pela URSS, em oposição ao bloco capitalista, que era liderado pelos EUA. O trauma histórico determinado pelas agressões imperialistas ocidentais é o fio condutor dessa parte da história da política externa chinesa. A busca pela unidade nacional e pela

⁷⁸ Apesar do rótulo ser frequente na historiografia sobre a revolução chinesa para fazer menção aos partidários do KMT que rivalizavam com os comunistas, é interessante lembrar de uma reflexão de Mao sobre essas categorias presente no texto “Patriotismo e internacionalismo” que revela uma espécie de nacionalismo defensivo e à esquerda: “Acaso os comunistas, que são internacionalistas, podem ser ao mesmo tempo patriotas? Nós pensamos que não somente podem como também devem sê-lo. As condições históricas é que determinam o conteúdo concreto do patriotismo. Existe o nosso patriotismo, e existe o “patriotismo” dos agressores japoneses e o de Hitler, a que os comunistas devem opor-se resolutamente [...] Nós somos ao mesmo tempo internacionalistas e patriotas; a nossa palavra de ordem é combater pela defesa da Pátria contra o invasor [...] A vitória da China e a derrota dos invasores imperialistas também constituirão uma ajuda para os povos dos restantes países. Por consequência, o patriotismo é uma aplicação do internacionalismo na guerra de libertação nacional” (MAO T., 2002, p. 127-8).

⁷⁹ Traduzido comumente para o português para os nomes Yangtzé e Rio Azul, na realidade o significado literal de seu nome é “Grande Jiāng”.

oposição ao imperialismo marcaram a retórica de Mao Tsé-Tung (2002), que classificava o imperialismo estadunidense, que se tornara o novo líder do sistema internacional após a Segunda Guerra Mundial, como um “tigre de papel”, porque apenas parecia ser ameaçador, mas poderia ser derrotado pelo bloco socialista ao final da Guerra Fria.

Carregado de otimismo por ver as vitórias do ELP em diversas batalhas e o crescimento substantivo do PCCh até a tomada do poder em nível nacional, Mao apresentava em seus discursos e escritos plena convicção na linearidade materialista histórica e dialética. Após as grandes conquistas que a organização comunista chinesa atingira, era compreensível e convincente adotar uma perspectiva histórica progressista. Em 1946, um pouco antes da fundação da RPC, em entrevista dada a Anna Louise Strong, uma correspondente dos EUA, o presidente disse: “Todos os reacionários são tigres de papel. Na aparência, os reacionários são terríveis, mas na realidade não são assim tão poderosos. Vendo a longo prazo, não são os reacionários, mas sim o povo quem é realmente poderoso” (MAO T., 2002, p. 62).

A expressão voltou a ser usada em outros pronunciamentos que sucederam à Proclamação da República comunista. Em 1º de dezembro de 1958, em uma reunião com o Politburo do Comitê Central do PCCh, a partir da noção do imperialismo como “tigre de papel”, a perspectiva progressista da história, movida pela dialética da luta de classes, foi apontada por Mao Tsé-Tung:

Assim como não existe uma só coisa ou fenômeno no mundo que não tenha uma natureza dupla (tal é a lei da unidade dos contrários), também o imperialismo e todos os reacionários têm uma dupla natureza – simultaneamente eles são tigres verdadeiros e tigres de papel. No passado, quando ainda não tinham conquistado o poder, e algum tempo depois dessa conquista, a classe dos proprietários de escravos, a classe feudal dos senhores de terras e a burguesia eram vigorosas, revolucionárias e progressistas, eram tigres verdadeiros. Todavia, com o decorrer do tempo, e em virtude de os seus contrários – a classe dos escravos, a classe camponesa e o proletariado – crescerem gradualmente em força e lutarem cada vez com maior encarniçamento contra elas, essas classes dominantes foram-se transformando passo a passo no seu contrário, convertendo-se em reacionárias, retrógradas, em tigres de papel. Em conclusão, tais classes foram derrubadas ou hão de sê-lo um dia, pelo povo. As classes reacionárias, retrógradas e decadentes, conservaram essa natureza dupla mesmo durante os últimos combates de vida ou morte e contra o povo. Por um lado, elas eram tigres verdadeiros e devoravam as pessoas, devoravam-nas por milhões e dezenas de milhões. A causa da luta popular atravessou um período de dificuldades e provações, registrando-se muitas curvas e contra-curvas no seu caminho. A liquidação do domínio do imperialismo, feudalismo e capitalismo burocrático na China levou ao povo chinês mais de cem anos e custou-lhe dezenas de milhões de vidas, antes que alcançasse a vitória em 1949. Digam, acaso não eram tigres vivos, tigres de ferro, verdadeiros tigres? No entanto, finalmente, acabaram por transformar-se em tigres de papel, em tigres mortos, em tigres de massa de feijão. Esse é um fato histórico. Acaso o povo não viu ou ouviu falar disso? Na realidade houve milhares e dezenas de milhares de fatos semelhantes! Milhares e dezenas de milhares! Portanto, vistos na sua essência, de um ponto de vista de futuro, estrategicamente, o imperialismo e todos os reacionários devem ser considerados tal

como são – tigres de papel. É nessa base que devemos assentar o nosso pensamento estratégico. Por outro lado, porém, eles são também tigres vivos, tigres de ferro, verdadeiros tigres capazes de devorar as pessoas. É nessa base que devemos assentar o nosso pensamento tático (2002, p. 62-3).

A menção direta acima possui o norte da RPC voltado à política externa desde sua fundação. Há no discurso uma postura orientada para o futuro, de longo prazo, e relativamente defensiva por reconhecer o risco existente pela colisão com as grandes potências. A estratégia consiste na derrota do imperialismo pela certeza de que este possui fragilidades críticas que tendem a ser aprofundadas, mas a tática persiste defensiva, pois era sabido que a China ainda não tinha condições para confrontar o Ocidente. Se trata de uma síntese geoestratégica marxista.

Na nova fase da história em que as relações internacionais entravam, a configuração de poder multipolar foi encerrada, e, conseqüentemente, houve um reajuste da ordem internacional para um modelo bipolar mais pacífico⁸⁰ (MEARSHEIMER, 2001). A China revogara as imposições dos tratados referentes ao “século da humilhação”, conquistando maior autonomia econômico-política no sistema internacional, mas só retomaria territórios antes anexados (como Hong Kong e Macau) ao final do século XX. Fora iniciado um longo processo de transição ainda dotado de limites e contradições, mas impulsionado em um sentido de projeção linear (MOREIRA, 2017).

A despeito da ideologia anti-imperialista era interessante para os chineses evitar a guerra após a crise centenária que haviam atravessado. Diante disso, a retórica maoísta empregava desde o início da história da RPC o pacifismo. Em 15 de setembro de 1956, no discurso de abertura do VIII Congresso Nacional do PCCh, inferiu Mao Tsé-Tung:

O nosso país e todos os outros países socialistas querem a paz. O mesmo acontece com os povos de todos os países do mundo. Os únicos que aspiram à guerra e não querem a paz são certos grupos capitalistas monopolistas que, nuns quantos países imperialistas, enriquecem por meio da agressão.

[...] Para estabelecer uma paz durável no mundo, nós devemos desenvolver ainda mais a nossa amizade e cooperação com todos os países irmãos do campo socialista e reforçar a nossa solidariedade com todos os países amantes da paz. Devemos esforçar-nos por estabelecer relações diplomáticas normais, na base do respeito mútuo pela integridade territorial e soberania, e na base da igualdade e mútuo benefício, com todos os países que queiram viver em paz conosco. Devemos apoiar

⁸⁰ Em “*The Tragedy of Great Powers Politics*”, Mearsheimer (2001) explica que configurações bipolares tendem à paz, enquanto a multipolaridade representa a estrutura de poder mais perigosa. Além disso, acrescenta que a Guerra Fria foi marcada pela doutrina de estratégia militar de “Destruição Mútua Assegurada” (o autor usa a sigla em inglês “MAD” – *Mutual Assured Destruction*) em que a dissuasão militar funcionaria como um meio para evitar confrontações diretas, estatais, entre grandes potências. Seria mais improvável que as forças armadas dos EUA e URSS entrassem em conflito direto naquele estágio das relações internacionais. Todavia, guerras por procuração continuaram sendo realidades que acarretaram a continuidade da violência e da disputa por proeminência em áreas periféricas do sistema de Estados.

ativamente o movimento de independência e libertação nacional nos países da Ásia, África e América Latina, assim como o movimento pela paz e as justas lutas em todos os países do mundo (2002, p. 57-58).

A rivalidade ideológica em relação aos EUA era movida pela afirmação da luta de classes, então a crítica maoísta alvejava em específico a burguesia americana permeada pelos círculos burocráticos estatais, reconhecia as contradições sociais existentes na política doméstica dos EUA (representadas em sua faceta mais grave pelo racismo) e explicitava a distinção solidária entre o proletariado e a burguesia da sociedade civil americana. Na “Declaração em apoio dos negros norte-americanos na sua justa luta contra a discriminação racial praticada pelo imperialismo norte-americano”, publicada em 8 de agosto de 1963, consta:

[...] a luta nacional é uma questão de luta de classes. Nos Estados Unidos, os brancos que oprimem os negros são apenas os que constituem os círculos dominantes reacionários. Eles não podem representar de maneira alguma os operários, os camponeses, os intelectuais revolucionários e demais pessoas esclarecidas que constituem a esmagadora maioria da população branca (MAO T., 2002, p. 23).

A política externa chinesa ganhou uma forma de orientação para os países socialistas e em desenvolvimento, imbuída de uma retórica de solidariedade com os países pobres, e completamente conectada com a onda de descolonizações então em vigor. A respeito dos países ricos, no texto “Sobre a justa solução das contradições no seio do povo”, publicado em 27 de fevereiro de 1957, o líder do PCCh, além de reiterar o apoio ao proletariado do centro do sistema internacional, defendia que era necessário “coexistir pacificamente com tais países, comerciar com eles e impedir uma possível guerra” (MAO T., 2002, p. 58).

A maior contribuição da era Mao Tsé-Tung à formulação da política externa chinesa está presente nos “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”, que persistem até a atualidade. Trata-se de um conjunto de regras anexadas à Constituição para garantir a paz pela não intervenção nos assuntos domésticos de outros países. Em 1953, em visita à Índia, o então Primeiro-Ministro e Ministro do Exterior Zhou Enlai liderou o processo de elaboração do documento a partir do objetivo de estreitar laços com Estados fronteiriços e com países subdesenvolvidos. Os princípios foram anunciados em 1953, na Conferência de Paz de Genebra sobre a independência do Vietnã, e em 1955, na Conferência de Bandung, realizada na Indonésia. Os princípios são:

1. respeito mútuo pela soberania e integridade territorial;
2. não agressão;
3. não interferência nos assuntos internos uns dos outros;

4. igualdade e benefício mútuo;
5. coexistência pacífica (CHINA, 1982).

4.2.1 Conflitos Militares da República Popular da China

A despeito da ambição por paz na retórica maoísta, entraves foram desencadeados pela Guerra Fria nos arredores da China. Essas ocorrências decorreram do plano geoestratégico que foi conformado na RPC devido à trajetória histórica das correlações de forças na Ásia. Manuel Carriço classifica a agenda de prioridades militares da república chinesa em “quatro anéis de segurança”:

O primeiro anel incorpora o território que a China administra e reivindica (incluindo Taiwan, algumas ilhas no Mar do Sul da China e algumas ilhas no Leste do Mar da China); o segundo anel envolve os 14 países com os quais faz fronteira (cinco dos quais entrou em guerra nos últimos 70 anos); o terceiro anel abrange seis regiões geopolíticas bastante distintas entre si e com riscos políticos, diplomáticos e de segurança muito específicos (nordeste asiático, Oceânia, sudeste asiático, sudoeste asiático, sul da Ásia continental e Ásia central); e o quarto anel engloba as áreas para além da sua vizinhança imediata (onde Beijing tem os principais mercados, muito do seu investimento, de onde importa a maioria do seu petróleo, e onde procura cativar simpatia e aliados em prol da sua visão e das propostas de reforma do normativo internacional vigente) (CARRIÇO, 2018, online).

Nesta subseção exploraremos o histórico de relações entre China e seus dois anéis de segurança prioritários, que são os mais básicos. Os últimos foram engajados com a política externa chinesa no momento da ascensão mais recente do país e significam para a agenda militar fontes de preocupação menos imediatas.

Sobre os territórios marítimos em disputa serão exploradas abaixo as questões de Taiwan, do Mar do Sul e do Mar do Leste da China. E em relação às disputas terrestres com a circunvizinhança, serão mencionadas as Guerras da Coreia (1950), Sino-indiana (1962), Sino-soviética (1969) e Sino-vietnamita (1979). Todos os conflitos serão respectivamente exprimidos conforme a ordem exposta e em ordem cronológica.

4.2.1.1 Tensões Marítimas

A questão de Taiwan não diz respeito necessariamente a um conflito militar direto, mas é a porta de entrada dos EUA para a contenção da China. Segundo Mearsheimer (2001), os EUA buscam atuar na Ásia como “balanceadores” externos do equilíbrio de poder no continente – algo propiciado pelo fato de já terem conquistado supremacia hegemônica no continente americano e buscarem evitar que outras potências o façam em seus próprios

“quintais” (termo usado pelo próprio autor). A discussão sobre a Ilha Formosa, então, serve como um pano de fundo sobre os demais conflitos que serão expostos abaixo.

Quando foi fundada a Nova China em 1949, Chiang Kai-shek fugiu para a ilha de Taiwan, onde proclamou o exílio da República da China e que reivindicava o status de “verdadeira” China. Dessa maneira, a república fundada em 1911 teria a continuidade de sua história no território de Taiwan, enquanto a nova república socialista teria identidade e história diferentes. A RPC, por sua vez, reivindicou a ilha para si, declarando que esta teria se tornado uma província rebelde e separatista, mas ainda seria uma parte inalienável do território chinês.

Desde sua separação da China continental em 1949, a República da China funciona na prática como um outro país por ter outro poder executivo, outra constituição, outra moeda, exigir visto distinto para ser visitada etc. Foi iniciada então uma disputa por legitimidade internacional e influência diplomática pelas duas partes. Após a instauração revolucionária na China comunista em 1949, foi a República da China que ganhou um assento na ONU e foi reconhecida pela maioria dos países como governo legítimo em relações bilaterais (BROWN e HUI, 2019).

Devido aos interesses dos EUA em formular uma política de contenção à URSS, o quadro favorável à ilha foi desfeito ainda durante o governo de Mao Tsé-Tung (KISSINGER, 2011). Em meio a esse processo, no ano de 1971 foi realizada uma votação na Assembleia Geral da ONU que teve como resultado o reconhecimento da República Popular da China como a verdadeira Grande China – Taiwan automaticamente parou de ser reconhecida como um “país” pela ONU, ficando claro o estatuto de integrante da China continental. Seguindo a formalização decidida pela ONU, a maioria dos países passou a reconhecer diplomaticamente Beijing, e não Taipei, em suas relações bilaterais com a China – inclusive os EUA alteraram esse reconhecimento em 1979 sob o governo de Jimmy Carter. Dado o peso material, militar e diplomático da China continental, foi impossível para a ONU não a aceitar como membro permanente do Conselho de Segurança. E, devido à formalização jurídica internacional, a maioria dos países foi levada a reconhecer e estabelecer relações bilaterais com a China continental enquanto o verdadeiro Estado chinês (BROWN e HUI, 2019, p. 99).

O processo de reintegração da China à ordem internacional avançou no governo de Richard Nixon (1969-1974), conforme relata Kissinger (2011, p. 157-179) em “Sobre a China”, quando EUA e RPC reataram relações diplomáticas e comerciais, inaugurando uma

nova era da política externa chinesa que costuma ser rotulada de “diplomacia triangular”⁸¹ e de “engajamento” com os EUA. O resultado da histórica visita de Nixon à China foi o “Comunicado de Xangai”, de 1972, segundo o qual:

[...] Os Estados Unidos reconhecem que todos os chineses de ambos os lados do Estreito de Taiwan afirmam que existe apenas uma China e que Taiwan é parte da China. O governo dos Estados Unidos não contesta essa posição. Reafirma seu interesse em uma solução pacífica da questão de Taiwan pelos próprios chineses. Com esta perspectiva em mente, afirma o objetivo final da retirada de todas as forças e instalações militares dos EUA de Taiwan. Enquanto isso, reduzirá progressivamente suas forças e instalações militares em Taiwan, à medida que a tensão na área diminuir. As duas partes concordaram que é desejável ampliar o entendimento entre os dois povos (WILSON CENTER, 1972, online, tradução nossa).

O professor Luís Paulino (2021) lista que as relações sino-americanas são condicionadas conjuntamente por esse comunicado, de 1972, e mais outros dois que foram assinados em 1979 e 1982. De acordo com Kissinger (2011, p. 242), o comunicado de 1979 anunciava a normalização das relações diplomáticas entre China e EUA. E o comunicado de 1982 dispensa a pretensão de venda de armas de tipo ofensivo a Taiwan e anuncia a redução dessas práticas.

O Ato de Relações com Taiwan, elaborado em 1979, sustenta as relações de Washington com Taiwan. Paradoxalmente, entra em contradição com os comunicados relativos à RPC pelo fato de os EUA se comprometerem nele a vender armas de caráter defensivo e intervirem para manter a paz em caso de necessidade (BROWN e HUI, 2019, p. 113).

As relações entre RPC e a ilha de Taiwan são balizadas pelo “Consenso de 1992”. O Consenso considera que existe prática e concretamente uma só China, embora possa ser interpretada de diferentes formas. Está relacionado com o princípio “Um País, Dois Sistemas” elaborado por Deng Xiaoping para perseguir o ideal de unificação nacional pela resolução simultânea de contradições em torno de regiões descolonizadas, com distintas identidades, e que reivindicam maior autonomia (BROWN e HUI, 2019, p. 83).

⁸¹ Em um momento em que as tensões geopolíticas entre China e URSS aumentavam, as relações entre essas duas grandes potências e os EUA sofreram modificações recorrentes em sentidos de apoio e reprovação (KISSINGER, 2011).

Com o fim da ditadura dos Chiang⁸² a busca pela integração gradual ou parcial de Taiwan obteve um marco institucional quando Lee Teng-hui assumiu a liderança em 1988. Compactuando com a política externa de Jiang Zemin, da RPC, Lee colaborou para criar a base diplomática do Consenso de 92. Depois disso, apesar da sociedade política taiwanesa reivindicar em geral autonomia sob diferentes gradações, o KMT passou a representar em Taiwan o partido mais alinhado com a China continental, enquanto o PDP compactua com os interesses geopolíticos dos EUA.

A história das disputas geopolíticas da China comunista também conta com movimentações em seu mar meridional e no mar do leste. O contexto de reivindicação pelo controle dessas áreas faz parte do jogo de contradições regionais que definem parte relevante do panorama político-militar da China dos últimos 150 anos (MEARSHEIMER, 2001, p. 375-376). A região foi palco de batalhas entre China e Vietnã em 1974 e em 1988, e é objeto de frequentes atritos entre as partes envolvidas (BURGER, 2022).

Quanto ao Mar do Sul, as disputas de Brunei, Filipinas, Malásia e Vietnã, que o circundam, possuem um viés histórico e estratégico. A China reivindica 80% da área que envolve um grupo de ilhas, incluindo as Paracels e Spratly, e concentra recursos naturais, como bilhões de barris de petróleo inexplorados e campos de gás natural. Mas a maior importância do Mar do Sul se dá pelo fato deste envolver o Estreito de Málaca, que é uma rota preferível para a China acessar a rica fonte petrolífera do Golfo Pérsico. Segundo Fakhoury (2019, p. 1), a China importa do Golfo 85% de seu petróleo não-refinado e aproximadamente 90% de bens transportados por navio e 66% do gás natural líquido consumido no mundo passa pelo Estreito de Málaca.

Além de Málaca, conforme observa Mearsheimer (2014a), os estreitos de Sunda e Lombok também dão acesso ao Golfo Pérsico. Então o acesso a essas rotas marítimas que servem como os meios mais baratos e proveitosos à extração de petróleo configura uma prioridade tática vital à produtividade industrial chinesa.

⁸² De acordo com a historiografia taiwanesa, Chiang Kai-shek teria sido o segundo presidente da “China”, pois este teria trazido para a ilha a República já existente antes, fundada por Sun, que foi o primeiro presidente. Quando Kai-shek faleceu em 1975, Chiang Ching-kuo, que era seu filho, assumiu o cargo e permaneceu até sua morte em 1988, se consagrando como o terceiro líder. O quarto presidente foi Lee Teng-hui, que era vice de Ching-kuo e o substituiu. Lee se notabilizou por ter consolidado a democratização de Taiwan, vencendo a primeira eleição direta da história da região em 1996, disputando com o PDP, e ficando no poder até 2000. Na virada do século o PDP venceu duas eleições, com Chen Shui-bian sendo eleito e reeleito, governando até 2008. O KMT retoma a presidência posteriormente, quando Ma Ying-jeou foi eleito em 2008 e reeleito até 2016. Por fim, o PDP elegeu em 2016 e reelegeu em 2020 Tsai Ing-wen, que permanece até a atualidade no poder (BROWN e HUI, 2019, p. 99).

As reivindicações da China foram demarcadas em uma linha de nove traços de um mapa oficial da República da China em 1947. Instaurada a RPC, em 1951, o primeiro-ministro Zhou Enlai⁸³ declarou a soberania da China sobre as ilhas Paracel e Spratly durante as negociações do Tratado de Paz dos Aliados após a Segunda Guerra Mundial. Mais tarde, para consolidar uma posição diplomática e obter respaldo direito internacional, a RPC ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar em 1996 e a assinou a Declaração sobre a Conduta das Partes no Mar da China Meridional com os países da ASEAN em 2002 (ECONOMY, 2019, p. 201).

Mariana Burger (2022) esclarece que as preocupações chinesas sobre segurança se devem ao risco de uso de infraestrutura de transporte no Mar do Sul para fins comerciais e militares. Todavia, a RPC nunca impediu a liberdade de navegação no Mar do Sul da China porque bloquear o acesso ao mar meridional não seria taticamente coerente ou vantajoso, uma vez que a RPC é o maior beneficiário do comércio realizado na região.

Figura 12 – Linha das nove raiais



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DO MAR, 2016, online.

A leste, a competição é travada especificamente com o Japão. Como desfecho da Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), que compôs o século da humilhação, o Japão anexou as cinco ilhas Diaoyu (que passaram a se chamar Senkaku). O território é inabitado e diminuto, mas tem valor estratégico, econômico e cultural. Após a derrota dos japoneses na

⁸³ Mais conhecido pelo seu nome em pinyin, Zhou Enlai (周恩来), mas também pode ser referido em Wade-Giles como “Chou Enlai”.

Segunda Guerra Mundial, o controle de Diaoyu foi transferido para os EUA, que lá descobriu haver reservas de petróleo e gás natural. Em 1972, mesmo com as relações sino-americanas reatadas, Diaoyu foi transferida para os japoneses a despeito das reivindicações da RPC (TOMÉ, 2013).

4.2.1.2 Conflitos Terrestres

Sobre as guerras com países de fronteira terrestre em que a China se envolveu, serão explicadas rapidamente em ordem cronológica, a começar pela guerra da Coreia iniciada em 1950. A Coreia foi dividida por um lado ao norte e outro ao sul devido à falta de uma política das grandes potências no contexto do pós-guerra para delimitações territoriais de países e regiões que eram libertadas do imperialismo japonês que sucumbira:

A Carta do Atlântico (1941) mencionava, de forma imprecisa, o conceito universal de autodeterminação, e a Conferência do Cairo (1943) definia a liquidação do império japonês, bem como a emergência da China nacionalista a um papel destacado na ordem mundial, mencionando que a Coreia e outras colônias deveriam se tornar independentes “no devido tempo” (para Roosevelt, aproximadamente quarenta anos!). No início de 1945, Roosevelt e Stalin acordaram excluir a China e a Grã-Bretanha de um regime de tutela americano-soviético sobre a Coreia, mas não definiam procedimentos concretos. A ação militar nos últimos dias da guerra viria a criar uma situação de divisão militar temporária ao longo do Paralelo 38°, uma linha traçada no mapa por dois coronéis americanos em poucos minutos e aceita pelos soviéticos (VISENTINI et al, 2018, p. 34).

O regime de tutela americano-soviético que foi acordado entre as duas potências foi contestado praticamente pela China, que também acabou participando da influência sobre a autoridade de uma Coreia que perseguia se revolucionar. A proximidade chinesa foi facilitada, pois as “principais figuras políticas da Coreia do Norte, incluindo Kim Il Sung, foram membros do PCCh. O núcleo do exército da RPDC era composto de veteranos coreanos da Revolução Chinesa” (ARMSTRONG, 2003, p. 2 apud VISENTINI et al., 2018, p. 35). A guerra civil final entre comunistas e nacionalistas, que precedeu a proclamação da RPC em 1949, contou com a participação de um exército voluntário coreano que colaborou com o ELP. Em 1947, na região da Manchúria, aproximadamente 20% das forças comunistas eram compostas por tropas de elite coreanas. Esses combatentes já haviam, aliás, colaborado com os chineses na resistência à invasão japonesa à Manchúria na década de 1930. Os laços militares sino-coreanos já haviam sido estabelecidos havia duas décadas, e deliberaram muitos aspectos metódicos revolucionários dos dois países, como as táticas de guerrilha – mobilização popular, deslocamento territorial constante e ofensivas surpreendentes. O

Exército Popular da Coreia, por conseguinte, abrigava 80% de veteranos colaboracionistas vindos da China (VISENTINI, 2018, p. 40-47).

O presidente da República Popular Democrática da Coreia, Kim Il-sung, pôde estabelecer um equilíbrio diplomático entre RPC e URSS que impediu a dependência econômica e a subserviência política a uma só potência, construindo um perfil mais autônomo do que era esperado. Em 1950, quando teve início a Guerra da Coreia, Kim realizava visitas secretas a Moscou e Beijing para barganhar recursos de resistência. Obteve, então, equipamentos militares da URSS e o apoio militar direto de Mao Tsé-tung. A política externa articulada da República Popular Democrática da Coreia confronta a historiografia que julga o evento histórico em questão como “guerra por procuração” entre grandes potências, pois ocorria simultaneamente a uma revolução autônoma (VISENTINI, 2018, p. 45). A transição socioeconômica sistêmica da Coreia foi mais autônoma do que as que foram vistas na Eurásia durante o desenvolvimento da URSS. Cumings (2004, p. 6 apud VISENTINI, 2018, p. 51) ponderou que a guerra foi “lutada por coreanos, com objetivos coreanos”.

Era configurado nesse instante um conflito de dimensão internacional em que tropas chinesas, soviéticas e norte-coreanas lutavam lado a lado contra as forças do Ocidente, lideradas pelos EUA, que apoiavam a Coreia do Sul. Logo no primeiro ano da guerra, após uma investida inicial bem-sucedida do norte contra o sul, as forças americanas e sul-coreanas reagiram, ultrapassaram o Paralelo 38°, dominaram Pyongyang e avançaram até o Rio Yalu, que demarca a fronteira entre China e Coreia. O objetivo declarado pelo General MacArthur, que conduzia as forças americanas, era vencer contra a China e vencer o governo socialista que estava se formando paralelamente ao contexto de guerra, mas o governo dos EUA estava preparado para um empate militar (o primeiro da história da maior potência mundial) e um revés político devido às discordâncias domésticas sobre a participação no conflito (KISSINGER, 2011, p. 99).

Figura 13 – O desenvolvimento da guerra em torno do Paralelo 38°



Fonte: SANTOS, 2018, online.

A China entrou no conflito em outubro de 1950, um ano após a instauração revolucionária. Sobre as razões para a participação, não envolveram apenas anseio por ampliação de segurança fronteiriça ao nordeste, mas também solidariedade entre os dois povos que já compartilhavam uma aliança histórica. E, geográfica e economicamente, a defesa do Rio Yalu era obrigatória porque em seu entorno era produzida a energia utilizada no núcleo industrial da Manchúria, que era até então o mais relevante à China (VISENTINI, 2018, p. 48). Em acréscimo a esses objetivos mais defensivos, as lideranças chinesas declaravam disposição para libertar toda a Península Coreana como uma via de purgar os EUA da Ásia, que eventualmente poderiam estar planejando uma invasão futura à China. O lema chinês sobre a guerra era: “Resistir à América, Ajudar a Coreia” (KISSINGER, 2011, p. 100).

Depois da entrada chinesa, os comunistas fizeram uso de armamentos soviéticos e aplicaram táticas de aproveitamento de desgaste decorrente da movimentação das tropas norte-americanas e sul-coreanas e venceram uma série de batalhas que empurraram os inimigos de volta para o sul. Em 1951, após diversas reviravoltas, um equilíbrio foi estabelecido no Paralelo 38° e nenhum lado mais conseguia avançar. Diante disso, os combates passaram a ser mais controlados e as conversações de paz progrediram. Em 27 de julho de 1953 foi assinado um armistício⁸⁴ em Panmunjom em que ambas as partes se comprometeram a retroceder suas tropas em 2 km da frente de combate para criar uma zona tampão de 4 km entre elas.

Tecnicamente, a guerra não acabou, as duas Coreias permanecem divididas e não há declaração de um vencedor. Foi a primeira guerra mais recente “não vencida” por Washington, mas seus desenlaces estruturaram novas dinâmicas geopolíticas na Ásia que cercaram parcialmente a China. Em primeiro lugar, foi mantida a aliança militar com a Coreia do Sul consistente em fixação de tropas e instalação de ogivas nucleares. Em segundo, os EUA iniciaram o financiamento da reconstrução do Japão, isto é, passaram a construir um novo aliado geoestratégico na região.

Para compensar o projeto de contenção, mesmo retirando suas tropas da Coreia em 1958, a China aprofundou as relações com o país, se comprometendo a contribuir pela segurança deste, que proporciona geopoliticamente a função de um Estado-tampão capaz de

⁸⁴ Um armistício significa uma trégua, não tem o peso conclusivo de um tratado de paz.

afastar as pressões estadunidenses (VISENTINI, 2018, p. 50). Em termos de objetivos atingidos, a guerra conferiu credibilidade militar e reconhecimento de um estatuto de potência central à China comunista. Kissinger (2011, p. 100) que o gigante asiático emergiu da guerra exausto, mas redefinido tanto aos próprios olhos como aos olhares do mundo.

Nove anos após o armistício da Coreia, em 1962 a China entrou em mais uma guerra interestatal. Desta vez, o gigante asiático conflitou com seu concorrente milenar pelo posto de maior economia mundial: a Índia. Se tratou de uma disputa territorial pela região de Aksai Chin, localizada a oeste de Jammu e Caxemira e correspondente a um quinto da massa territorial da província. A área nunca foi administrada pelos colonos ingleses, embora tenha sido reivindicada. Quando a Índia proclamou sua independência em 1947, incorporou Aksai Chin e a linha colonial demarcada por Henry McMahon em 1914⁸⁵ (KISSINGER, 2011, p. 125).

Em 1959, a China propugnou que a Linha McMahon não fosse mais usada como referência para negociar o reconhecimento das reivindicações chinesas por Aksai Chin. Afinal, essa demarcação territorial atenta contra a linha de controle real da China sobre a região e, então, não condiz com os direitos históricos e práticos que o país pretende ter sobre uma área ainda maior. Seguindo esta perspectiva nacionalista e anti-colonial, em 1957 a RPC construiu a estrada G219, que tem início em Xinjiang e vai até Lhasa, atravessando Aksai Chin, que era considerado pelos indianos como um território próprio. Em resposta, os indianos aumentaram a presença militar sobre a fronteira e avançaram para afirmar propriedade territorial. A partir desse momento as relações sino-indianas começaram a se deteriorar crescentemente (BABONES, 2020).

Para tentar reverter o quadro de insegurança, os negociadores chineses evocaram os “Cinco princípios de coexistência pacífica”. Desta orientação foi concebido um tratado assinado por ambas as partes para coordenar atividades de comércio e segurança. Os mecanismos de coexistência pacífica adiaram a guerra sino-indiana até a expiração de sua validade e de sua não renovação (SAVIN, 2020).

⁸⁵ Também chamada de “Linha McMahon”, foi assinada em 1914 pelos representantes do Tibete e do Reino Unido para demarcar a fronteira entre Tibete e o nordeste da Índia. Após o domínio chinês sobre o Tibete em 1951, a demarcação diz respeito à fronteira entre China e Índia, considerando a imposição feita pelos ingleses anteriormente. Por outro lado, a China não reconhece a Linha McMahon por se tratar de uma demarcação oriunda do colonialismo e por atentar contra a linha de controle real da região.

O então Primeiro-Ministro da Índia, Jawaharlal Nehru, rejeitou a proposta porque tinha interesses geopolíticos pelo Tibete⁸⁶, que poderia, aliás, aceitar a influência indiana devido a semelhanças culturais. Em 1961, a Índia deslocou seus postos militares para a fronteira e ordenou que atacassem os chineses que estivessem no caminho. Esse foi o estopim para que a guerra fosse iniciada um ano depois, em 1962 (KISSINGER, 2011, p. 128).

⁸⁶ Poderíamos entrar na discussão sobre a reanexação do Tibete pela RPC em 1950, mas tratá-la como uma “guerra interestatal” seria inadequado, considerando a história antiga dos laços flexíveis entre as civilizações ao redor de *Zhōng Guó* (中国 – Países do Meio). O Tibete esteve engajado historicamente com o sistema *Tiānxià* (天下 – (Tudo) sob o Céu), isto é, o sistema de coordenação sociopolítica que foi estabelecido culturalmente mesmo após a Dinastia Zhou (1046-256) como uma forma de relacionamento intercivilizacional essencialmente asiática e relativamente pluralista em termos administrativos locais, mas centralizada na China sob uma acepção confuciana, racionalista, pacifista e hierarquizante (ZHAO T., 2019). A interpretação tendenciosa sobre as relações entre China e suas regiões autônomas parte de uma tentativa taxonômica de sistematizar a história chinesa com a etnologia moderna e europeia baseada na lógica vestfaliana (YIN, 2018, p. 3). Uma interpretação de relações internacionais asiáticas precisa considerar a longevidade das relações entre civilizações, a variação de formas de unidades políticas, e não pode dispensar a dinâmica relacional sinocêntrica do *Tiānxià*. Desde a Dinastia Tang (618-907) os tibetanos e o povo da etnia han (majoritária na China continental) estabeleceram laços sociais e econômicos, possuem um grau longínquo de miscigenação local e acomodaram intercâmbios culturais – A princesa Wen Cheng, da Dinastia Tang, chegou a casar com o rei Tubo Tsampo, do Tibete, no ano 641, e há até hoje um monumento em homenagem a ela no Palácio de Potala, na capital Lhasa. No decorrer de considerável fração da história dinástica, o Tibete foi uma região associada à China e dotada de níveis de autonomia administrativa mais elevados. China e Tibete, de modo mais profundo, foram colonizados juntos pelo Império Mongol e então geridos pela Dinastia Yuan (1271-1368), finalmente estando unidos sob a mesma jurisdição e constituindo diretamente um mesmo ator político, ainda que o Tibete gozasse de autonomia administrativa na prática (MAHBUBANI, 2021, p. 98). Na Dinastia Ming (1368-1644) as relações político-administrativas de tutela sobre o Tibete foram herdadas. Por fim, por mais centenas de anos o Tibete foi uma região autônoma pertencente à Dinastia Qing (1644-1911). No contexto do século da humilhação (1850-1950), porém, o Tibete foi tratado como extensão colonial na base de tratados de subordinação econômica impostos pela Grã-Bretanha para subordinar o Tibete: Tratado de Lhasa (1904) – pelo qual os ingleses obtiveram monopólio sobre a exploração de jazidas minerais e uso exclusivo de ferrovias; Convenção entre Grã-Bretanha e China a Respeito do Tibete (1906) – que reconheceu a soberania da China sobre o Tibete, mas obrigou a Dinastia Qing a pagar indenizações por isso (medida que fez parte do processo de dominação complexa da China, mas fez concessões na dinâmica de fatiamento geográfico); e Acordo de Convenção entre a Grã-Bretanha, China e Tibete em Simla (1938) – que repartiu sem consentimento da China o Tibete em uma parte administrativamente autônoma mas politicamente sujeita à soberania chinesa e outra completamente independente que teria sua fronteira a oeste, na Linha McMahon (ASKEW, 2002). Depois da Proclamação da República em 1911, em meio a uma nação ainda parcialmente partilhada por potências estrangeiras e repleta de domínios locais de senhores de guerra, o novo Estado não conseguiu unir o país (POMAR, 2003), e isso incluiu a não retomada do controle sobre o Tibete, que se tornou um Reino teoricamente autônomo, mas política e economicamente submisso à Grã-Bretanha sob bases jurídicas internacionais, como se pode ver pelos tratados impostos pelo império no contexto neocolonial. O Reino Tibetano era uma semicolônia *de facto*. Frente a isso, a despeito de quaisquer contradições relativas à violência militar, a retomada do Tibete partiu da tônica de emancipação anticolonial, de recuperação territorial e equivaliu a uma etapa para encerrar o jugo britânico sobre a China. Proclamada a RPC, seu governo central solicitou que as autoridades tibetanas enviassem delegados para Beijing para negociar uma libertação pacífica. Em 23 de maio de 1951, foi assinado o Acordo do Governo Popular Central e do Governo Local do Tibete sobre Medidas para a Libertação Pacífica do Tibete, também conhecido como Acordo de 17 Artigos. Entre 26 e 29 de setembro de 1951 foi feita uma conferência de funcionários e representantes dos três mosteiros mais proeminentes para discutir o acordo. O resultado foi a aprovação de um relatório destinado ao Dalai Lama. Consta no documento que: “O Acordo de 17 Artigos que foi assinado é de grande e incomparável benefício para a grande causa do Dalai e para o budismo, política, economia e outros aspectos da vida no Tibete” (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2022, online, tradução nossa). Considerando o que foi exposto acima, apesar da polêmica, tratamos aqui as relações sino-tibetanas como um assunto doméstico, mas indubitavelmente importante para a geopolítica chinesa devido às intervenções estrangeiras que marcam a história da região autônoma.

O ELP orquestrou uma investida até o limite da linha demarcatória de McMahon, depois recuou e restabeleceu sua área de influência anteriormente perdida. Como resultado, foi criada uma área sem presença militar e a presença chinesa na fronteira foi recuperada, mas não houve anexações. O território permanece em disputa até o presente momento, e nenhuma das partes reivindica mudar a configuração atingida depois dessa confrontação (ALVES et al, 2019).

Em 1969, a RPC colidiu ao norte com a URSS após uma série de desentendimentos em relação à forma de construção do socialismo e a preocupações objetivamente ligadas à defesa da soberania territorial. Foi o desfecho armado de uma inimizade que já fora construída desde o cisma sino-soviético na década de 1960. Desde a morte de Josef Stalin em 1953 a China e a URSS passaram a ter divergências ideológicas mais acirradas sobre formas de governar, em especial quando Nikita Khrushchev (1953-64) ascendeu ao poder na URSS. Internamente, na URSS, foi executado um processo de “desestalinização” da política, enquanto o governo de Mao fazia uma avaliação mais moderada sobre o legado do ex-líder.

Na política internacional, a URSS deu início à “coexistência pacífica”⁸⁷, encerrou em 1957 os acordos de cooperação nuclear com a RPC, e os soviéticos ficaram neutros na Guerra Sino-Indiana (1962). O resultado desse distanciamento, que automaticamente levou ao isolamento chinês e acentuou as diferenças entre modelos de Estado e governança, foi um choque em 1969 entre tropas chinesas e soviéticas no Rio Ussuri, que é uma zona de disputa entre os dois países na Mongólia Exterior. O conflito armado foi de baixa escala, mas expressou a tensão geopolítica entre duas grandes potências nucleares – aspecto de poder que fez as autoridades de ambos os Estados entrarem em alerta para um possível conflito que atingisse a magnitude de ameaça existencial (KISSINGER, 2011, p. 143).

No ínterim de distanciamento político e estratégico do bloco socialista, a China conseguiu produzir seu próprio artefato nuclear, fazendo um teste bem-sucedido em 1964 (POMAR, 2003, p. 72), e iniciou a Revolução Cultural (1966-1976). A diplomacia desse recorte histórico foi a de um país isolado e convencido da excepcionalidade de sua bandeira ideológica e moral (LYRIO, 2010, p. 218). Mao misturou sua retórica terceiro-mundista⁸⁸ com

⁸⁷ Lema da política externa de Khrushchev, declarava interesse em apaziguar e acomodar as relações entre URSS e EUA.

⁸⁸ Mao (2002, p. 127-8), por exemplo, ao refletir sobre o patriotismo, ecoa a “Teoria dos Três Mundos” e faz uma defesa dos países do terceiro-mundo e afirma que a China deve estar disposta a auxiliá-los em suas lutas anticoloniais. Conforme a teoria, o terceiro mundo seria composto pelos países pobres; o segundo mundo seria o dos países ricos; e o primeiro seria o dos EUA e da URSS. Dessa maneira, o apoio ao Movimento dos Não Alinhados (1960), que buscavam uma terceira via entre os blocos da URSS e dos EUA na Guerra Fria (1947-91), seria relevante para cercar o primeiro e o segundo mundo da mesma forma que os camponeses cercaram os

a afirmação de que o marxismo-leninismo estava sendo seguido corretamente pelos chineses⁸⁹. Ambos os aspectos jogavam a RPC em rota de colisão com a URSS.

Para Liu (2010, p. 245) a competição sob a bandeira da ideologia ocorreu com mais consistência entre EUA e URSS. Fora da esfera de influência eurasiática a faceta ideológica se mostrava por acusações de revisionismo advindas da RPC, enquanto era ignorada pelos soviéticos. Após a morte de Stalin, a URSS não quis mais instigar uma ideologia mundialista. Como resultado, não só não conseguiu atingir seus objetivos materiais, como a ideologia antes expansiva foi isolada e difamada. O chauvinismo no relacionamento com a China fez com que um aliado óbvio se tornasse um inimigo.

Conforme a reflexão do diplomata Mauricio Lyrio (2010, p. 200-201), as revoluções socialistas não modificaram o tipo de relacionamento entre as duas grandes potências que, em suas épocas antigas, imperiais, viveram uma história conflituosa. As razões geopolíticas provaram estar acima da ideologia, mesmo que esta seja imbuída de princípios universalistas, vide a máxima: “proletários de todos os países, uni-vos!” (MARX e ENGELS, 2015, p. 69). A civilização russa restaurou sob a faceta bolchevique seu estatuto de grande potência, então sua imagem de grandeza apenas reforçou aos olhos dos chineses as humilhações que sofreram no passado – a Rússia participou da partilha imperialista chinesa no século XIX (POMAR, 2003, p. 32). Sob um prisma temporalmente longínquo, o cisma sino-soviético não é uma surpresa histórica.

A política externa desse período foi marcada por ambiguidade e imprevisibilidade. Os comunistas chineses publicaram um programa de apoio aos movimentos revolucionários dos países subdesenvolvidos e se adaptaram à dinâmica de dissuasão nuclear – o que equilibrou poder com o dito “primeiro mundo”, isto é, os EUA e a URSS (POMAR, 2003, p. 72). A grande reviravolta que surgiu em meio à Revolução Cultural foi a aproximação com os EUA. Para Shu (2005), o rompimento com a URSS trouxe dificuldades estratégicas que suscitaram possibilidades para os chineses se aproximarem com os EUA, o que poderia trazer ao país uma alternativa de inserção internacional. A superação do isolamento era relevante para atender à demanda doméstica e para conter um novo inimigo, que era a URSS. Coincidentemente, a potência norte-americana estava desgastada pelos custos da Guerra do

burgueses e senhores de guerra na Revolução de 1949, conforme dizia o Ministro da Defesa Lin Biao (LYRIO, 2010, p. 218).

⁸⁹ Governos, partidos, movimentos e indivíduos que seguissem linhas partidárias alternativas e interpretações distintas de marxismo eram rotulados como “revisionistas”. A URSS de Khrushchev constituía sob essa visão um exemplo de revisionismo.

Vietnã (1959-1975) e necessitava fazer ajustes políticos, econômicos e estratégicos. Nessa fase de revisão, Kissinger (2011) arquitetou a histórica visita de Nixon à China em 1972. Assim, as relações diplomáticas entre China e EUA foram reconstruídas.

No ano de 1976 Mao morreu e a Revolução Cultural chegou ao seu fim. Não tardou para Hua Guofeng, o sucessor temporário aos postos de Secretário-Geral do PCCh, Premiê e chefe da Comissão Militar Central, prender uma facção que disputava pelo poder, a Gangue dos Quatro, e abrir margem para a facção dos moderados prevalecer. É entre os moderados que ascende Deng Xiaoping. Em 1980 Deng ascendeu às chefias do Comitê Central do PCCh, do Comitê Permanente do Politburo do PCCh, da Conferência Consultiva Política do Povo e da Comissão Militar Central, mas Hua continuara Premiê, então Deng acumulou menos poderes do que seu predecessor, embora seja considerado o protagonista chinês da década de 1980. O novo líder elaborou metas entre os círculos do partido para executar reformas econômicas substanciais que iriam nas direções de descentralização da gestão, sistematização familiar da produção agrícola, internacionalização da atividade acadêmica e científica, e criação das ZEEs para trazer peso às exportações e investimentos estrangeiros como meios de obtenção de tecnologia e crescimento em longo prazo (POMAR, 2003, p. 76).

A abertura nos processos produtivos derivou da política das “Quatro Modernizações”, que abrangiam indústria, agricultura, defesa e ciência e tecnologia (C&T). Como resultado dessa proposição, foram instituídas as ZEEs no litoral do sudeste da China continental para atrair Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) em províncias reservadas a políticas de liberalização e de flexibilização de leis trabalhistas (permitindo contratação de mão de obra barata). Localizadas estrategicamente, as ZEEs guiavam um modelo econômico voltado a exportações de manufaturas de baixo custo de produção, ao passo que a moeda chinesa, o renminbi, era estrategicamente desvalorizada para favorecer a economia baseada em exportações. Esses processos permitiram a modernização da economia chinesa através de uma coordenação estatal que promoveu a substituição de importações, a inserção de tecnologia no parque produtivo e a institucionalização de práticas de engenharia reversa para que uma autonomia nos processos produtivos fosse arquitetada em longo prazo. O desenvolvimento econômico se desdobrou para as demais áreas da sociedade e da cultura no ambiente doméstico (SHU, 2005, p. 32).

A nascente liderança se mostrava convincente por não se dispor a substituir por completo as ideias maoístas, avaliando que a interpretação correta do marxismo estaria ligada

à avaliação crítica e dialética do legado de Mao, que teria 70% de realizações e 30% de erros. É na linha de aproveitamento construtivo do legado maoísta que uma nova fase da história da política externa da China tem início:

O desafio político de Deng era que, nos primeiros trinta anos de governo comunista, a China fora governada por um líder dominador que impulsionou o país na direção da unidade e do respeito internacional, mas também no rumo de metas domésticas e sociais inatingíveis. Mao havia unificado a nação e, excetuando Taiwan e Mongólia, a restaurara às suas fronteiras históricas. Mas exigira dela esforços que eram contrários a suas qualidades distintivas históricas. A China conquistara a grandeza desenvolvendo um modelo cultural na cadência do ritmo que sua sociedade podia aguentar. A revolução contínua de Mao impulsionara a China até os limites mesmo considerando sua vasta tolerância. Gerara orgulho no ressurgimento de uma identidade nacional levada a sério pela comunidade internacional. Mas não descobrira como a China poderia progredir de outra forma que não mediante ímpetos de exaltação ideológica.

Mao governara como um imperador tradicional do tipo que inspirava majestade e temor reverente. Ele corporificou o mito do governante imperial fornecendo a ligação entre o céu e a terra e como estando mais perto do plano divino que mundano. Deng governou no espírito de outra tradição chinesa: baseando a onipotência na ubiquidade mas também na invisibilidade do governante (KISSINGER, 2011, p. 214).

As diferenças de Deng em relação ao seu antecessor também repercutiram em avanços em questões relativas à segurança internacional, conforme avalia Wang Jisi:

Uma grande guerra com a União Soviética ou os Estados Unidos não era mais considerada inevitável. A China fez grandes esforços para desenvolver relações amistosas e cooperativas com países de todo o mundo, independentemente de sua orientação política ou ideológica; raciocinou que uma postura não-convencional atrairia investimentos estrangeiros para a China e aumentaria o comércio. Um ambiente internacional pacífico, uma posição aprimorada para a China na arena global e a constante integração da China na ordem econômica existente também ajudariam a consolidar o poder do PCC em casa (2011, p. 70, tradução nossa).

Não obstante as capacidades obstinadas de reformar a China em uma via inédita, Deng foi produto de uma estrutura. Foi bem-sucedido e capaz de modificá-la significativamente ao entrar no Comitê Permanente do Politburo junto com seus maiores aliados e aproveitar o vácuo deixado pelas facções rivais, mas manteve as prerrogativas da organização partidária. No horizonte externo, aliás, os desafios do passado foram mantidos, então as formas de lidar com eles não deveriam mudar.

A disputa geopolítica com a URSS prevaleceu, e a gestão de Deng encabeçou um último conflito armado relacionado com o rival. Em 1979, dez anos depois do choque de ameaça existencial com os soviéticos, as divergências de interesses entre os países socialistas se manifestaram novamente quando a RPC atacou o Vietnã, que ainda se recuperava da longa guerra com os EUA (1959-1975). O epicentro era a rivalidade sino-soviética, pois essa guerra foi de certa forma uma extensão de um estresse estrutural que já constava nas relações entre

Vietnã e Camboja, que eram Estados socialistas apoiados respectivamente por URSS e RPC. Entretanto, o Vietnã também era um aliado da China antes de se alinhar mais à URSS. O bloco socialista da Guerra Fria continuava a demonstrar inconsistência devido à primazia da geopolítica e do nacionalismo sobre a ideologia internacionalista (LYRIO, 2010, p. 176).

A imposição pela URSS de limites a soberanias e seu comportamento agressivo na sua circunvizinhança geográfica levaram à perda de apoio internacional. O apoio soviético à ocupação do Camboja pelo Vietnã foi amplamente contestado; em 1986, a ONU aprovou uma resolução de condenação do Vietnã que foi apoiada por 114 países, e apenas 21 nações se opuseram a ela (LIU M., 2010, p. 246).

Considerando o contexto histórico específico, Hanói desejava criar a Federação Indochinesa, e por isso havia estabelecido um acordo de segurança mútua com a URSS um mês antes para poder invadir o Camboja com garantia de defesa em caso de frustração militar. Quando o Vietnã invadiu o Camboja em resposta a China invadiu o próprio invasor. O conflito foi breve, durou apenas um mês, mas serviu para enviar um recado sobre a indisposição da RPC para aceitar a influência soviética sobre o sudeste asiático. A guerra foi custosa para a China, e o Vietnã não saiu do Camboja, mas a URSS foi desafiada, e não reagiu ao não enviar homens para defender seu aliado; então os chineses já entenderam esse desfecho como um sinal de que a grande potência adversária tinha um limite em seu alcance estratégico (KISSINGER, 2011, p. 218).

Similar à guerra sino-indiana em fundamentos, não havia ambição de derrubar o governo vietnamita. Se tratou apenas de um ataque punitivo com dimensões reguladas para demonstrar força e reduzir as atividades expansionistas do adversário. O ELP invadiu o vizinho ao sudoeste, dominou as capitais de três províncias e depois se retirou sem tentar derrubar o governo central. Todavia, depois da retirada das tropas, Beijing as manteve concentradas na fronteira para ameaçar um segundo ataque, atrasando e encarecendo a campanha militar do Vietnã, que precisava responder mantendo contingentes de defesa na fronteira. Em relação à imposição da URSS na Ásia, as lideranças do PCCh entenderam ser possível “cutucar o traseiro do tigre” (KISSINGER, 2011, p. 235). Tecnicamente, é coerente inferir que houve um “empate”.

4.2.2 Fundamentos Defensivos

Em “A China Venceu?” Kishore Mahbubani (2021, p. 96) reconhece que se as lideranças da RPC quiserem defender a tese de que o país não é inerentemente militarista e expansionista têm muitos argumentos fortes à disposição. O maior é de cunho histórico, dada a retração milenar e a aptidão para resolver conflitos geopolíticos apenas ligados às fronteiras e a territórios tradicionalmente ocupados, como o Tibete, ainda que tenha sido nos últimos dois mil anos a civilização economicamente mais rica da Eurásia. É impressionante para os historiadores, segundo Mahbubani, a Austrália só ter sido ocupada por forças britânicas mesmo estando geograficamente muito mais próxima do império mais poderoso da Ásia. E essa relutância em conquistar territórios além-mar não se deve à ausência de uma marinha poderosa, pois antes de os portugueses e espanhóis iniciarem as expedições ultramarinas no século XVI os chineses já tinham a marinha mais forte do mundo, representada pela figura histórica quase mítica de Zheng He, que viajou um século antes em navios muito maiores do que os europeus até a África e não conquistou território algum.

Durante a maior parte da história, os chineses Han não foram militaristas nem expansionistas. E essa característica é reforçada se for feita uma comparação com os vizinhos mongóis ao norte, que têm uma tendência militarista e expansionista notabilizada pela brutalidade de Genghis Khan, que colonizou a China por mais de um século. Christopher Huges (2011), em “*Reclassifying Chinese Nationalism*”, especula sobre a possibilidade de os chineses Han terem sido influenciados etnicamente pelos mongóis e adotado um “gene” violento após o processo de dominação sofrido no século XIII e que deu lugar à Dinastia Yuan (1271-1368). Mas o oposto ocorreu: “Os chineses progressivamente civilizaram seus dominadores mongóis, e, enquanto lutou guerras contra vizinhos da China, Kublai Khan não fez nenhum esforço para conquistar o mundo como Genghis Khan tentara” (MAHBUBANI, 2021, p. 100). Esse processo remonta a Confúcio (2012), que rechaçava o arquétipo de guerreiro e as lideranças impacientes e que pouco calculavam suas ações. Vale trazer à tona novamente a seguinte menção: “O Mestre disse: “Pessoas que lutam [de mãos nuas] com um tigre ou cruzam um rio [a nado], [estão prontas para] morrer e não se arrependem, eu não estou com elas. [Eu estou com aquela que] diante da batalha tem cautela, prima pela estratégia e assim triunfa”” (CONFÚCIO, 2012, p. 221-2). A paciência defensiva confuciana é paralela em Sun Tzu (2020), que avaliava que o “não lutar” é a melhor maneira de vencer uma guerra. O ápice da habilidade é subjugar um inimigo sem precisar lutar, apenas demonstrando superioridade na hora certa.

Pelo ponto de vista histórico de dimensão milenar, se pode absorver muitas informações sobre o que define a cultura chinesa enquanto um fato social que pressiona padrões mesmo após o influxo de miscigenações com os mongóis. É por essa razão que Mahbubani (2021) avalia que nos últimos dois mil anos os chineses entraram em embates com vizinhos e etnias internas à civilização apenas em momentos em que foram governados pelas dinastias estrangeiras, mas em pouco tempo depois foram feitas manutenções para retornos às linhas gerais. Para resumir o argumento exposto acima, cabe uma menção ao sinólogo Kevin Rudd:

Estados vizinhos ocupam um lugar particular na memória estratégica da China. Historicamente, eles foram a via por meio da qual a segurança nacional foi ameaçada, resultando em sucessivas invasões estrangeiras – dos mongóis no norte, no século XII, aos manchus no nordeste, em meados do século XVII, e aos britânicos, franceses e potências imperiais ocidentais, incluindo os Estados Unidos, e depois a absoluta brutalidade da ocupação japonesa a partir do leste. No pensamento estratégico chinês tradicional, isso arraigou na China uma visão profundamente defensiva de como manter a segurança nacional. Mas a historiografia chinesa também ensina que medidas puramente defensivas nem sempre foram bem-sucedidas. A incapacidade de a Grande Muralha da China proporcionar segurança em relação à invasão estrangeira é um caso clássico pertinente. Por essas razões, o pensamento estratégico chinês tem explorado diferentes abordagens. Em primeiro lugar, por meio de diplomacia política e econômica, a China deseja assegurar relações positivas, acomodadoras e, onde for possível, em concordância com todos os seus Estados vizinhos (2019 apud MAHBUBANI, p. 107)

A formação das relações exteriores da China seguiu uma ordem alinhada aos países vizinhos de acordo com necessidades mútuas. Por isso, as formas de relacionamento são moldadas por caminhos metódicos para coordenar cooperações. Historicamente, o cerne da diplomacia chinesa é, então, o comércio com fundamentos de ganha-ganha e de reciprocidade, e raramente envolve o uso do poder estatal e a conquista (XIANGRONG, 2019).

Mantendo padrões históricos milenares, os conflitos militares do ELP tiveram uma acepção geralmente defensiva. A atuação padronizada pelos chineses é avessa a invasões – mesmo a guerra travada contra o Vietnã, que foi a única em que a RPC invadiu um território inimigo, é avaliada por Kissinger (2011) como “punitiva” e como um meio tático para defender um aliado de uma expansão inimiga (foi uma invasão contra um invasor). A esse respeito, Taylor Fravel (apud Allison, 2020, p. 183) estima que entre as 23 disputas territoriais deflagradas após a proclamação da RPC em 1949, o uso da força apenas foi empregado em 3 delas. Uma condensação sobre as despretensões da China é feita por Mauricio Lyrio:

Um possível paralelo, já na China comunista, dessa recusa à catequese do entorno, pode ser identificado no não-engajamento de Beijing na formação de um cinturão de Estados comunistas satélites na vizinhança imediata, ao estilo soviético. As intervenções militares da RPC no entorno foram voltadas antes para procurar assegurar direitos que os chineses julgavam históricos do que para instalar governos

satélites ou aliados: a intervenção na Guerra da Coreia, a partir de 1950, para evitar a presença de forças hostis na fronteira com a Manchúria; a intervenção no Tibete, em 1950, para reincorporar um território que já havia sido controlado pela China; os conflitos com a URSS e a Índia, nos anos 1960, por conta de disputas de fronteira; ou a intervenção no Vietnã, em 1979, como reação à invasão vietnamita do Camboja. Apesar de ter sido um regime imperial poderoso em muitos momentos de sua longa história, a China pouco interveio em negócios internos de outros povos da região e quase não se valeu de uma índole proselitista tão típica de outras nações com pretensões imperiais, como a França revolucionária, a Inglaterra vitoriana e os EUA e a URSS durante a Guerra Fria (2010, p. 203).

Fazendo a mesma recapitulação sobre as guerras da RPC, acerca da fundamentação defensiva da geoestratégia dos chineses confirmam Pires e Mattos:

Partindo de uma metodologia que considera uma análise histórica do comportamento chinês a partir das três guerras, a Guerra da Coreia (1950–1953); a Guerra Sino-Indiana (1962), e a Guerra Sino-Vietnamita (1979) [...] diversos teóricos e acadêmicos tendem a se posicionar sobre a China partindo de conceitos e teorias de fontes europeias, o que dificulta uma análise mais real do comportamento chinês e, por essa razão, há uma necessidade urgente em demandar “um novo quadro analítico” que descortine o perfil chinês em sua política externa [...] a “cultura estratégica” da China não é beligerante, e sim, defensiva [...] de forma geral, o comportamento da China nos períodos das guerras [...] mostrou que o país apenas procurou dar respostas às pressões externas e internas (2018, p. 574).

Conforme avalia Kenneth Waltz no artigo “*Why Iran Should Get the Bomb*”⁹⁰ publicado em 2012, durante o período de governo de Mao a China tornou-se muito menos belicosa após desenvolver armas nucleares em 1964. Esse é um dos motivos históricos para provar que, em abrangência global, as armas nucleares têm potencial de dissuasão de conflitos. Como resultado, para além das razões culturais milenares que levam a China a optar por preferências estratégicas defensivas, na segunda metade do século XX a posse de armas nucleares é uma variável pacificadora inédita que incrementa as causas para o referido efeito (WALTZ, 2012).

O período de governo de Mao incluiu duas guerras, enquanto o de Deng começou com a última na qual a China se envolveu. O governo Deng começou no final da Guerra Fria, em um momento em que a URSS se desgastava por conta de múltiplas variáveis, como o apoio financeiro que concedia a aliados estratégicos e o envolvimento em guerras. A derrocada do bloco soviético pode ser explicada pelas derradeiras consequências da Guerra do Afeganistão (1979-1989), que foi tão custosa para os russos quanto foi a Guerra do Vietnã (1959-1975) para os americanos. Contudo, em uma análise multifatorial o antagonismo da URSS em direção à RPC foi uma variável de peso, pois os chineses chegaram a ver nos soviéticos uma ameaça ainda maior do que a que os EUA traziam para a Ásia, conforme relata Kissinger (2011, p. 225).

⁹⁰ “Por que o Irã deveria obter a bomba”, tradução nossa.

O engajamento sino-americano e a implementação da política de “Reforma e Abertura” foram características objetivas da política externa denguista que tomou como lema a máxima taoísta *Tāo guāng yǎng huì*. Em consonância, a RPC precisou compatibilizar a abertura econômica com uma diplomacia multilateralista e pragmática que não discernia orientações políticas e ideológicas para estabelecer relações de cooperação. Essa postura deveria colaborar com a meta maior de garantir altas taxas de investimentos e superávits comerciais. E dentro desse projeto expansivo e de longo prazo o ambiente internacional precisa ser pacífico. Automaticamente, o prestígio externo seria paralelo à estabilidade interna pela aprovação popular (WANG, 2011, p. 70).

A grande estratégia chinesa passou a estar centrada, nesse momento, na economia. A estrutura era determinante de todas as outras formas de inserção global, então era necessário construir uma política externa multilateralista, pragmática, pacifista e não ideológica. Evitar conflitos e construir relações intensas com qualquer Estado passou a ser uma tática dessa estratégia, e, logo, foram feitos pedidos para diminuir a tensão com a URSS, expandir contatos comerciais e culturais e reabrir consulados – que foram atendidos por Gorbachev (SHU, 2005).

Mas a centralidade econômica e a abordagem internacional defensiva não tornaram menos importantes as preocupações tradicionais com segurança e a necessidade de defesa da soberania contra intervenções do “primeiro mundo”. Por exemplo, o incidente da Praça da Paz Celestial de 1989, que contou com articulações estrangeiras interessadas em derrubar o sistema socialista chinês da mesma maneira que o da URSS pela imposição das políticas *Glasnost* e *Perestroika*⁹¹, foi tratado como uma questão de segurança nacional. A questão é detalhada por Pomar:

A instabilidade daquele ano, pressionada ainda pela leniência com que, na ocasião, as lideranças do PC e do governo tratavam os casos de corrupção nos altos escalões, apesar dos repetidos alertas desde o início das reformas, e pela interferência da União Soviética e dos Estados Unidos, interessados em que a abertura chinesa seguisse os rumos da *glasnost* de Gorbatchov, desembocou no trágico Incidente ou Massacre de Tiananmen. No momento em que elementos antisocialistas passaram a ter crescente influência sobre os acontecimentos, em que os próprios líderes estudantis perderam o controle sobre as reivindicações de seu movimento, e em que este tendeu para uma insurreição voltada contra o regime, a questão que se colocou foi manter ou não o sistema socialista, e continuar ou não as reformas conforme planejadas. O choque tornou-se inevitável (2003, p. 100).

⁹¹ Políticas de Gorbachev para abrir a economia e a política na URSS. Foram os passos iniciais do esfacelamento do bloco soviético.

Depois do incidente, o Ocidente sancionou a China, interrompendo a venda de armas para o país. A partir de então, o desenvolvimento de capacidades bélicas vem a partir do sistemático comércio de armas com a Rússia. Entre as aquisições na década de 1990, se destacam contratorpedeiros do tipo *Sovremennyy* e os submarinos *Kilo*. A força aérea também se modernizou no âmbito ofensivo pela aquisição dos caças russos SU-27 e SU-30 e, para reforçar a capacidade de alerta e logística, dos aviões de transporte de longo curso *Ilyushin IL-96* (SANJUAN et al, 2009, p. 214). O desenvolvimento de capacidades balísticas e nucleares também é uma constante, pois a estratégia milenar de Sun Tzu (2020, p. 32) baseada em “vencer sem lutar” ainda ecoa nas mentes dos generais e estrategistas do ELP. Nesse sentido, investimentos em tecnologias de informação também são relevantes, ainda mais como resposta ao advento do *ciberespaço* enquanto um projeto americano de poder (KORYBKO, 2018).

Apesar de a China ter tido historicamente geoestratégias voltadas à defesa ao norte e a oeste de suas fronteiras, o instauração do século da humilhação na Modernidade pressionou os círculos militares a voltarem a prestar atenção às invasões marítimas e aéreas pelo litoral a leste, vide o caso das agressões japonesas e ocidentais (LIU M., 2010). Mesmo assim, a presença marítima tende a ser dissuasiva e baseada na dinâmica de um equilíbrio de poder defensivo.

Todas as movimentações de longa duração embutidas na Reforma e Abertura serviram para formar as bases de uma futura potência. As reformas trouxeram reduções no ELP, que passou de 4 milhões de homens em 1980 para 2,3 milhões na década de 2000. Não obstante a redução no contingente militar, desde a década de 1990 o orçamento registrou crescimento regular de mais de 10% por ano por conta de investimentos em desenvolvimento de equipamentos tecnológicos e treinamentos intensivos. O objetivo é fazer da China uma potência capaz de lutar guerras limitadas em condições de alta tecnologia e que não tragam grandes perdas humanas para si. E isso se aplica à questão da Ilha Formosa, que deve ser dissuadida pelos aprimoramentos em armas adequadas aos combates marítimos no Estreito de Taiwan – a RPC iniciou um projeto de busca por alcance, pois estava muito atrasada em relação aos armamentos ocidentais voltados a combates no mar. Trata-se de um projeto de defesa dissuasiva assegurada porque o percentual de investimentos em orçamento militar tendia ao longo dos governos que sucederam a Reforma e Abertura em uma média de 3% por ano (SANJUAN et al, 2009, p. 212-213).

O *Tāo guāng yǎng huì* denguísta marcou uma abordagem exterior pacífica, subordinada aos interesses domésticos e de longo prazo. Os EUA ainda eram vistos como uma ameaça à China, mas não podiam ser confrontados por enquanto, e eram menos ameaçadores em curto prazo do que a URSS. Um engajamento cauteloso e responsável que acumule capacidades era a melhor alternativa dos chineses até que aparecesse a oportunidade de ascender completamente. Todavia, a ordem do dia sempre foi o pacifismo, pois agarrar a oportunidade não significa necessariamente assumir um perfil violento. Conforme relatam Paulino e Pires (2017, p. 213-214), Deng discursou em uma linha de criação de um projeto de ascensão pacífica e oposição à hegemonia quando esteve em visita diplomática em Madagascar, no Brasil, na Iugoslávia e na ONU.

O governo de Jiang Zemin (1993-2003) seguiu o caminho deixado por Deng. Houve durante sua gestão a centralidade da economia e a estabilidade doméstica (WANG, 2011, p. 70). No período de Jiang foram elaboradas principalmente as políticas de “Grande Rejuvenescimento da Nação Chinesa” e de “Três Representações”. Na primeira formulação, deu um impulso nacionalista para amalgamar as perspectivas populares sobre o PCCh, e na segunda enfatizou o desenvolvimento das forças produtivas nacionais e o atendimento dos interesses de todo o povo, incluindo as novas classes sociais que surgiram por causa das reformas econômicas (JIANG, 2018). No âmbito externo, o então Premiê Li Peng propôs em 1991 a “política externa independente e de paz”, fortemente inspirada nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (SHU, 2005). O presidente demonstrou isso em discursos para diplomatas do país e em uma viagem à Tailândia, por exemplo (PAULINO; PIRES, 2017, p. 214-215).

A política interna de Hu Jintao trouxe o conceito de “Sociedade Harmoniosa”, que inicia uma mudança de caminho ao reduzir a ênfase econômica e buscar resolver questões sociais. A nova governança se dispunha a preencher as lacunas deixadas pelo economicismo (LYRIO, 2010). Sob o presidente Hu, Beijing lançou políticas de desenvolvimento socioeconômico, melhorando a rede de seguridade social, protegendo o meio ambiente, incentivando a inovação, aperfeiçoando o sistema financeiro, estimulando o consumo interno etc. (WANG, 2011, p. 71). Hu Jintao também deu um passo adiante ao propor a “Construção da Natureza Avançada do PCCh” para refinar os meios de inserção e permanência no partido através de monitoramentos anticorrupção, processos seletivos rigorosos, mecanismos de acompanhamento de desempenho e de renovação de práticas etc. (JIANG, 2018). A guinada desenvolvimentista aumentou a projeção internacional devido ao sucesso doméstico. Para

garantir à comunidade internacional que as crescentes capacidades chinesas cada vez mais evidentes não representariam uma ameaça à segurança internacional, elaborou o conceito de “Ascensão Pacífica”. Demonstrações dessa óptica pacifista apareceram em um discurso referente ao 90º aniversário do PCCh em 2011 (PAULINO; PIRES, 2017, p. 214-215).

Para encerrar essa parte do presente texto é interessante trazer uma citação visionária de Mao sobre as potencialidades e responsabilidades da China enquanto grande potência. Disponível no texto “À memória do Dr. Sun Yat-sen”, publicado em novembro de 1956, a “visão” de Mao certamente foi propiciada pela compreensão da história milenar do gigante asiático, levando finalmente a uma convergência explícita com o ideário de Confúcio (2012), e permanece atual, pois a China contemporânea, que dá primazia oficial à ascensão pacífica, parece estar seguindo o mesmo caminho que foi apontado pelo fundador da RPC como o mais adequado ao país não só no futuro, mas na eternidade:

As coisas, os fenômenos, desenvolvem-se sem cessar. Não decorreram mais do que quarenta e cinco anos após a Revolução de 1911, e já o aspecto da China é totalmente diferente. Mais quarenta e cinco anos, isto é, no ano 2001, que marcará a entrada no século XXI, e a China terá registrado modificações ainda maiores. A China tornar-se-á um poderoso país socialista industrializado. E é bem possível que isso aconteça, já que, com uma superfície de 9.600.000 quilômetros quadrados e 600 milhões de habitantes⁹², a China deve dar uma maior contribuição à humanidade. Durante um longo período, a nossa contribuição foi demasiado pequena, o que é de lamentar.

Todavia, nós devemos ser modestos, e isso não somente agora, mas também dentro de quarenta e cinco anos, para sempre. Nas relações internacionais, nós, os chineses, devemos liquidar o chauvinismo de grande potência de maneira resoluta, radical, integral e total (MAO T., 2002, p. 129-130).

4.3 GEOESTRATÉGIA DO GOVERNO DE XI JINPING

Nesta subseção apresentaremos as marcas mais expressivas da geoestratégia chinesa sob o governo de Xi Jinping (2013-). As linhas gerais consistem em busca por projeção global concentrada em vias econômicas e institucionais, retórica pacifista e aumento de equilíbrio de poder com os EUA. Primeiramente mostraremos os aspectos estruturais das forças armadas chinesas na contemporaneidade e, em seguida, entraremos nas discussões sobre os tópicos mencionados.

4.3.1 Quantificação do Poder

⁹² Número que já aumentou para 1,42 bilhão de habitantes até 2020, tendo mais do que dobrado (WORLD BANK, 2020a).

Para analisar quantitativamente o poder chinês durante o governo de Xi vamos aplicar quatro modelos distintos voltados a esse fim dentro do recorte temporal que segue o ano de 2013 (quando tem início o atual governo). Todos são dotados de diretrizes básicas comuns, mas possuem particularidades: 1) o Índice Composto de Capacidade Nacional obtido pela metodologia de mensuração de poder quantitativo e material desenvolvida por J. David Singer et al (1972, p. 26) no projeto *Correlates of War* da Universidade de Michigan; 2) o índice de poder do *Lowy Institute*, que considera variáveis diplomáticas e culturais; 3) o quadro-modelo utilizado em *The Tragedy of Great Power Politics* por Mearsheimer (2001); e 4) a fórmula “ $CA = (M + E + C) \cdot P$ ” (Capacidade Abrangente = Poder militar + Economia + Cultura . Poder político) elaborada por Yan Xuetong (2019) em *Leadership and the Rise of Great Powers*.

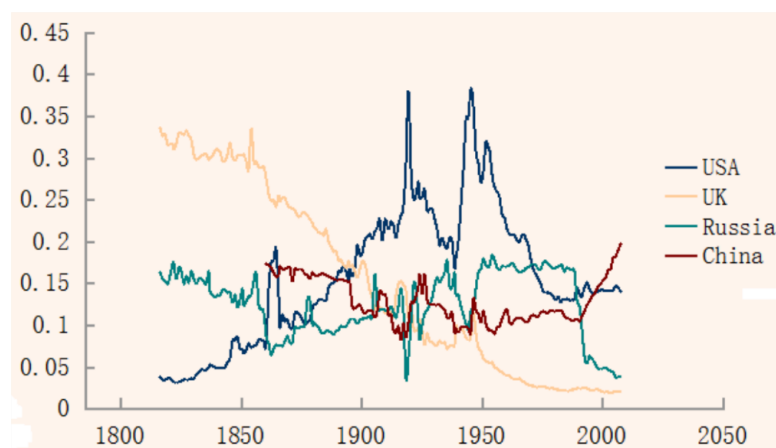
Ao realizar aplicações, dados gerais sobre as dimensões tradicionais de poder devem ser trazidos. De acordo com o *World Bank* (2020a), a China tinha em 2020 um PIB de US\$ 14,72 bilhões (possibilitado por nível crescente de industrialização, principalmente) e uma população total de 1,41 bilhões (com 866 milhões de habitantes na área urbana). De acordo com o *Stockholm International Peace Research Institute* (2021), até 2021 o orçamento militar anual da China era de US\$ 293 bilhões, sendo o segundo maior do mundo (mas mantendo uma porcentagem modesta de 1,7% do PIB, que é metade do percentual que os EUA costumam destinar à área). E, segundo o relatório “*The Military Balance*”, do *International Institute for Strategic Studies* (2022), consta na China um contingente de pessoal militar de 2 milhões.

Conforme aponta um relatório de desenvolvimento militar e de segurança da República Popular da China, elaborado pelo Pentágono, o Exército Popular de Libertação está passando por trâmites de modernização, flexibilização de suas forças (terrestre, aérea e marítima) e internacionalização (devido à instalação da base militar em Djibouti). O ELP vem recebendo investimentos na medida em que se flexibiliza para se capacitar para operações de diferentes modalidades, se adequando à defesa em mais de um cenário de mobilização (OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE, 2018).

O projeto *Correlates of War* considera pares dentro de três variáveis-chave para determinar o poder dos Estados: 1) demografia, 2) industrialização e 3) militarização. Os pares respectivos são: 1) população total e urbana, 2) consumo de energia e produção de ferro ou aço, e 3) orçamento das forças armadas em dólares e contingente ativos (excluindo

reservistas). Variáveis qualitativas que exercem pressão sobre o esquema de quantificação material de poder são: organização social, unidade e motivação nacional, e habilidades técnicas. O resultado global da aplicação dessa fórmula fica registrado no Índice Composto de Capacidade Nacional. De acordo com o histórico estatístico produzido através desse modelo, a China já superou os EUA em termos de poder.

Figura 14 – Estatística do Índice Composto de Capacidade Nacional até 2016



Fonte: CORRELATES OF WAR PROJECT, 2016.

No índice de mensuração de poder na Ásia desenvolvido pelo *Lowy Institute* (2021) há variáveis similares às do *Correlates of War*, mas acrescenta ao *hard power* componentes típicos de *soft power* (NYE, 2003), como influência cultural e diplomática, relações econômicas etc. Essas formas de alcançar projeção no sistema de Estados também estão incluídas no referencial realista moral, dada a categoria de “poder político”, que é aumentado ou diminuído, segundo Yan (2019), de acordo com a quantidade de reformas que um determinado Estado faz no sistema internacional através de criação de instituições e articulações diplomáticas com organizações internacionais e grupos diplomáticos. Além disso, o modelo do *Lowy Institute* adiciona variáveis baseadas na lógica da interdependência, que superam o individualismo metodológico, ao inserir redes de defesa e relações econômicas. Para quantificar essas variáveis são contabilizadas as formalizações de conexões diplomáticas, comerciais e militares. No caso da cultura, há uma arrumação complexa que envolve interesses por pesquisa na *internet*, exportações de produtos culturais, marcas de empresas famosas, patrimônios culturais, facilidades de logística para turismo etc. Segundo essa abordagem, os EUA ainda figuram como os mais fortes do sistema internacional, com a Rússia em segundo lugar e a China em terceiro.

Figura 15 – O poder abrangente da China em 2021

Poder abrangente A média de poder do país obtida pelos resultados das oito medidas de poder abaixo	74,6
Capacidade econômica Tamanho da economia e atributos com maior relevância geopolítica	91,2
Capacidade militar Poder militar convencional	66,8
Resiliência Capacidade para deter ameaças reais ou potenciais pela estabilidade	74,4
Recursos futuros Distribuição projetada de futuros recursos econômicos, militares e demográficos	75,2
Relações econômicas Capacidade de exercer influência e alavancar através de interdependências econômicas	99,0
Redes de defesa Parceiros de defesa que agem como fortes multiplicadores de capacidade militar	24,1
Influência diplomática A extensão e a posição das relações externas do Estado	89,8
Influência cultural Habilidade para moldar a opinião pública internacional através de apelos e interações culturais	57,7

Fonte: Lowy Institute Asia Power Index

Dado o peso acadêmico do frenesi behaviorista nos EUA, paralelos sobre a definição quantitativa de poder são encontrados em referenciais teóricos realistas. No caso desta pesquisa, tanto Mearsheimer (2001) como Yan (2019) fazem uso de modelos compatíveis em que constam orçamento e contingente militar e grandeza econômica. O realismo ofensivo mearsheimeriano adota um quadro baseado em PIB, demografia, contingente militar e ogivas nucleares⁹³ para comparar poder material. E o realismo moral adota a fórmula “ $CA = (M + E + C) \cdot P$ ”. O debate entre Mearsheimer e Yan, inclusive, reside na discordância sobre a

⁹³ Cabe destacar que as capacidades nuclear e política também são relevantes e influem sobre esse quadro analítico, mas há ressalvas quanto à primeira. A característica essencial desse tipo de arma é o potencial dissuasivo, pois o uso efetivo de apenas uma ogiva já é extremamente improvável. De acordo com os pesquisadores da *Federation of American Scientists*, Kristensen e Korda (2022, online), a Rússia possui a maior quantidade de ogivas nucleares (5977), seguida por EUA (5428), China (350), França (290), Reino Unido (225), Paquistão (165), Índia (160), Israel (90) e Coreia Popular (20). Há disparidade da Rússia e dos EUA em relação a todos os demais por causa do legado da estratégia da Guerra Fria. Em *The Tragedy of Great Power Politics*, não obstante, Mearsheimer (2001) considera o número de ogivas nucleares que as potências devem pertencer para aumentar o equilíbrio de poder entre elas.

capacidade multiplicadora do poder político por Mearsheimer, que tem uma avaliação mais mecanicista e materialista sobre o poder. Todavia, a posição influente de Yan na sociedade chinesa e nos círculos acadêmicos representa que, independentemente do debate com o adversário materialista, a forma de enxergar o poder na China leva em conta a imaterialidade, e isso já está sendo praticado no âmbito do governo de Xi.

Seguindo a abordagem de Mearsheimer (2001) para analisar o poder chinês no sentido relacional de que deve ser mais elevado do que o de outros potenciais *hegemons* do nordeste da Ásia para que em algum momento alcance a liderança em nível continental, é necessário comparar o poder chinês com os do Japão e da Rússia. A China aumentou seu PIB em aproximadamente dez vezes desde a publicação de Mearsheimer em 2001 até a última divulgação do ranking de PIBs pelo Banco Mundial em 2022. O Japão não foi capaz de acompanhar o crescimento econômico chinês, tendo sido ultrapassado e se distanciado do patamar de liderança econômica onde antes se encontrava, e a Rússia enfrentou uma profunda recessão após a crise econômica global de 2008 e apenas começou a se recuperar em meados de 2017, ficando num nível bem inferior ao dos demais.

Em 2020 o Japão possuía um PIB de US\$ 5,06 trilhões, população de 125,836 milhões de habitantes (WORLD BANK, 2020c), as forças armadas possuem 247.154 membros (INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021), e continua rejeitando oficialmente o desenvolvimento de quaisquer capacidades nucleares. A Rússia possuía um PIB de US\$ 1,48 trilhão e população de 144 milhões de habitantes (WORLD BANK, 2020d), as forças armadas possuem um pessoal de 900.000 (INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021), e aproximadamente 5977 ogivas nucleares (KRISTENSEN E KORDA, 2022).

Analisando os dados expostos, a demografia chinesa obteve um crescimento de cerca de 200 milhões de habitantes, a do Japão manteve-se estática e a russa sofreu um ligeiro declínio de cerca de três milhões. Na variável demográfica a China, se sobressai completamente em relação às demais potências do continente. Quanto às estruturas das forças armadas dos Estados em comparação, a China possui o maior exército do mundo, embora haja no ELP desde o final do século passado um projeto de foco qualitativo e de redução de pessoal militar. Quanto ao Japão e a Rússia, o primeiro inseriu mais cem mil membros em suas forças armadas e a Rússia ampliou suas forças em aproximadamente três vezes.

Comparando as ogivas nucleares das potências do nordeste asiático, a China possui um armamento já suficiente para incluir em sua estratégia a tática de dissuasão, ficando como a segunda colocada na região verificada. A Rússia se destaca pela herança do protagonismo na Guerra Fria, ainda possuindo a maior quantidade de ogivas nucleares do mundo. E o Japão se recusa a possuir armas nucleares, liderando a retórica desarmamentista na política internacional devido ao trauma deixado pelo ataque estadunidense a Hiroshima e Nagasaki, o que o leva a ser nulo nesta variável de avaliação do balanço de poder.

A comparação entre as três maiores potências do nordeste da Ásia mostra que a China, devido ao PIB isoladamente superior, possui o maior poderio entre as três. Em termos populacionais, naturalmente, a China mantém a liderança e, como consequência, a RPC também possui o maior exército do mundo. A única variável em que a República Popular não apresenta superioridade é a das armas nucleares que, contudo, têm função exclusiva de dissuasão nas estratégias de segurança contemporâneas. Então caminha para a construção de uma hegemonia em moldes mearsheimerianos, mas ainda não tem autonomia e superioridade industrial bélica, dependendo em boa parte da Rússia nesse sentido. Essa é uma das razões para que essas potências se tornem aliadas na área militar (SANJUAN et al, 2009).

Agora, para finalizar, vamos aplicar os dados e informações expostos ao modelo de análise de poder trazido pelo realismo moral. Para Yan (2019), a capacidade abrangente deriva da soma de poder militar com economia e cultura, que são multiplicados pelo poder político. Materialmente, o poder militar superior é constatado pelo fato de a RPC possuir em escala global o maior exército (INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021) e o segundo maior orçamento militar (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2021) e a segunda maior economia (WORLD BANK, 2020a). Quanto à influência cultural, ainda carece de avanços devido às dificuldades de comunicação com o Ocidente, mas ainda assim fica em segundo lugar na análise de poder da Ásia do *Lowy Institute* (2021).

A multiplicação dos outros fatores pelo poder político, que é definido pela quantidade de reformas que um Estado lidera no sistema internacional, mostra que há uma subordinação das capacidades materiais à liderança política. Nesse sentido, o governo Xi foi iniciado em 2013 com o imediato anúncio do megaprojeto *Belt and Road Initiative*, que será explicado com mais detalhes em um capítulo específico desta pesquisa. Entretanto, cabe antecipar que se trata de uma reforma de abrangência mundial que, de acordo com o realismo moral,

determina elevação estratégica do poderio chinês. A atual política externa chinesa está paralelamente alinhada com os ditames do realismo moral.

4.3.2 Os Avanços das Forças Armadas

Nesta discussão primeiramente será feita uma breve apresentação biográfica do atual presidente chinês e secretário-geral do PCCh, Xi Jinping, tendo em vista sua relação determinante com o ELP. Depois, será discutida a condução estratégica da reivindicação pelo Mar do Sul da China e a internacionalização do ELP, que compõem avanços conjunturais durante o governo atual. Em seguida, o “sonho chinês” será evocado como uma ideologia capaz de abrigar o significado amplo da liderança chinesa. Para encerrar, com base na obra “A Governança da China” será comentado o arsenal de ideias do PCCh relativas à segurança internacional e à geoestratégia.

Xi Jinping se inseriu na política através de uma ala nacionalista que se formou no final da década de 1980 em oposição aos liberais do movimento da Praça da Paz Celestial. O nacionalismo chinês é representado por publicações famosas na China feitas por um grupo de intelectuais ao longo das décadas de 90 e 2000 que denunciavam a pretensão dos EUA de buscarem dificultar o crescimento saudável da economia chinesa. Após a derrota dos liberais pró-EUA, entretanto, a China sofreu retaliações do Ocidente, como sanções e proibições no comércio de armas. Foi depois disso que a política externa chinesa precisou se reestruturar nos termos da política de reforma e abertura e então a estratégia de ascensão em *low profile* foi aprofundada. Na década de 1980, Xi foi assistente pessoal do então ministro da Defesa Nacional, Geng Biao, e essa experiência trouxe ao líder um conhecimento fundamental sobre o ELP dentro de suas forças e fraquezas relativas às suas prioridades. Ao se tornar presidente após uma longa carreira política, Xi modernizou o arsenal do Exército e fundou mecanismos de supervisão institucional anticorrupção, aprimorando o rigor e o funcionamento institucional e hierárquico do ELP. Em 2016, ampliando sua alçada, Xi criou o título de comandante-chefe para se responsabilizar pelas operações em caso de conflitos externos e tensões regionais (BOUGON, 2018, p. 182).

A forma de tratar o Mar do Sul e o Mar do Leste expressa aumento na capacidade de imposição geoestratégica regional por Beijing. Em 2013, no Mar do Leste da China, diante da reivindicação das ilhas Diaoyu/Senkaku, sob a jurisdição de Tóquio desde que tomou dos chineses na Guerra Sino-Japonesa de 1895, Xi multiplicou incursões navais e aéreas e criou a

"Zona de Identificação de Defesa Aérea", colocando as ilhas sob soberania chinesa *de facto* e, assim, retomando-as (BOUGON, 2018, p. 184).

Mahbubani (2021, p. 93-94) explica concisamente a abordagem de Xi sobre o Mar Meridional. O professor cingalês lembra que em 25 de setembro de 2015, na Casa Branca, Xi defendeu ao então presidente dos EUA, Barack Obama, a abordagem mais razoável do Mar do Sul da China. O presidente chinês defendeu a implementação da Declaração sobre a Conduta das Partes no Mar do Sul da China, assinada em 2002 por RPC e países da ASEAN; disse que deseja que o Código de Conduta para o Mar do Sul da China seja concluído o quanto antes (há apenas um projeto em vigor); e anunciou que não tem pretensões de militar as Ilhas Spratly (mas não se dispôs a desmilitarizar as Ilhas Paracel, que são disputadas somente com o Vietnã). Apesar da oferta feita por Xi, no mesmo ano a Marinha dos EUA intensificou suas patrulhas navais na região marítima em questão, expressando uma rejeição prática e efetiva.

Em réplica, em 2016 Xi Jinping passou a priorizar a projeção de poder sobre as Ilhas Spratly, militarizando-as, mas ao mesmo tempo, na frente diplomática, manteve uma retórica baseada na disposição para arquivar disputas e buscar desenvolvimento conjunto em longo prazo. As ações de Beijing nos mares do sul e leste da China criaram uma dinâmica de segurança inédita no Mar Meridional da China. No mandato de Jinping, a Marinha do ELP realizou seu primeiro grande exercício militar envolvendo as frotas do Sul, Norte e Leste, o presidente discursou a bordo do *Haikou* (um destruidor de mísseis teleguiados que já trafegou pelo Mar do Sul), patrulhas e treinamentos de navios chineses foram realizados no mar, e foi aumentado monitoramento sobre as áreas ocupadas (ECONOMY, 2019, p. 202).

Em tréplica à nova dinâmica de tratamento do Mar do Sul desenvolvida por Xi, os americanos fortaleceram laços com as Filipinas e propuseram relações de cooperação de defesa com o Vietnã. Em 2016, após um hiato de dois anos, os EUA reintroduziram as “operações de liberdade de navegação” para transitar em torno de recifes nos quais a China construiu ilhas artificiais. Operações do tipo ocorreram três vezes em 2016, seis em 2017 e cinco em 2018. Em 2019, os navios da Marinha dos EUA navegaram nove vezes a 12 milhas náuticas das ilhas controladas pela China. Durante o governo de Donald Trump as pressões contra a China no Mar do Sul cresceram (POWER, 2020).

Mahbubani (2021, p. 95) comenta que o clube dos Cinco Olhos (serviços de inteligência de Austrália, Canadá, EUA, Nova Zelândia e Reino Unido) associado à mídia

ocidental produzem uma imagem negativa da abordagem de Xi sobre o Mar Meridional, produzindo notícias decididamente distorcidas sobre o que realmente ocorre na região. A tônica estadunidense, alinhada com os preceitos de uma guerra híbrida (KORYBK0, 2018) inflaciona a assertividade chinesa no Mar Meridional, exaltando a necessidade da atualização da doutrina militar e da preparação para eventualmente destruir a armada chinesa em poucas horas.

Mesmo tendo a maior marinha do mundo, com a maior quantidade de navios e submarinos, o ELP ainda não possui uma doutrina militar naval para grandes e rápidas operações em oposição à congênere americana. A julgar pelo fato de o grande vetor de projeção de poder marítimo ser o porta-aviões nuclear, a China ainda possui somente três desses em operação (nomeados Liaoning, Shandong e Fujian), enquanto os EUA possuem 11 porta-aviões nucleares operacionais. A forte presença econômica, diplomática e militar norte-americana no sudeste asiático também desautoriza qualquer quadro alarmista de uma hegemonia regional em imediata iminência. Contudo, a China possui projetos para reverter progressivamente esse cenário. O quarto porta-aviões chinês está em construção, e possivelmente será movido por propulsão nuclear, alcançando uma modalidade tecnológica que por enquanto é dominada apenas por EUA e França. Além disso, a China atualmente é o único país do mundo que, junto com os EUA, possui mais de dois porta-aviões (GIELOW, 2022).

No tocante à internacionalização do ELP, algumas ponderações se destacam. Os princípios de política externa da RPC são profundamente baseados em não interferência em assuntos internos de outros países, evasão de alianças militares, multilateralismo e pragmatismo econômico. Beijing tradicionalmente evita alianças de cunho militar (mesmo os mecanismos de segurança são definidos sob fundamentos de combate ao terrorismo e de proteção contra grupos armados civis, e não contra outros Estados (XI, 2019a)) e o estabelecimento de quaisquer bases no exterior. Em 2016 foi inaugurada, no entanto, em Djibouti a primeira base militar da China no exterior (OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE, 2018).

Segundo as autoridades chinesas, a base em Djibouti (país que já conta com a presença de tropas americanas, italianas, francesas e japonesas) foi projetada para fornecer logística e abrigo às suas tropas e navios, para que possam participar das operações de manutenção da paz da ONU. Além disso, é do interesse de Djibouti a instalação da base militar para a

colaboração de garantia de sua segurança nacional. A postura da China ante o desdobramento sustenta que a base não representa uma mudança nos princípios tradicionais de política externa da China (SPUTNIK NEWS, 2017).

Outro aspecto da internacionalização do ELP é a instituição de 67 academias militares e o treino anual de mais de 1000 estrangeiros. A Universidade de Defesa Nacional da China oferece desde 2012 um programa para oficiais estrangeiros (quase todos os países da América Latina enviam oficiais para treinar na China). A China também é a terceira maior vendedora de armas do mundo (ficando atrás dos Estados Unidos e da Rússia), tendo 37 países compradores. E Beijing participa de um número crescente de exercícios militares conjuntos desde que Xi assumiu o poder. De 2002 a 2012, a China participou de 28 exercícios. Só em 2014, após a assunção de Xi Jinping, a RPC participou de 31 exercícios, e esse ritmo intenso foi mantido nos anos seguintes (ECONOMY, 2019, p. 214).

A mais exemplar organização securitária em que a China está inserida é a OCX, que inclui a Rússia e países da Eurásia e da Ásia central e meridional como membros. Essa organização foi fundada mediante fundamentos de fortalecimento de mecanismos de segurança doméstica. Objetiva-se estritamente o combate ao terrorismo e ao separatismo. Ainda que seja indubitável a liderança da China e da Rússia na instituição, os fins de atuação não são contestados, considerando o histórico do modo de operar da OCX (PIRES, 2011).

Ao contrário de determinadas hipóteses que se levantam sobre potencialidades anti-ocidentais da OCX, a China não promove uma diplomacia de alianças militares. A não aliança é um dos fundamentos morais da China perante a comunidade internacional. Do ponto de vista estratégico, alianças entre potências anti-ocidentais equilibram poder com os EUA, mas não configuram uma prioridade para a China em seu projeto de ascensão pacífica, então as associações com essas unidades do sistema internacional devem permanecer determinadas sob modalidades diplomáticas e econômicas (CARRIÇO, 2013b, p. 5; BRZEZINSKI, 1997, p. 186).

O ímpeto militar chinês está principalmente relacionado com a recuperação do país para o estatuto de potência. Xi Jinping tem como lema de governo o “sonho chinês”: uma ideologia patriótica que expressa o desenvolvimento social que está sendo alcançado após o elevado crescimento econômico gerado desde as reformas de Deng. A governança de Xi transforma progressivamente a política de “Grande Rejuvenescimento da Nação Chinesa”,

elaborada por Jiang Zemin, em um período em que a RPC possui capacidades materiais sem antecedentes (JIANG, 2018).

O sonho chinês reflete uma forma ativa de atuação governamental. As agressões imperialistas contra a China no século XIX deram início a uma nova etapa da história nacional em que o povo passou a “sonhar” com o momento em que teriam fim e em que o País do Meio voltaria a ser autônomo, próspero e respeitado perante o mundo. Superar a “humilhação” vivenciada na segunda metade do século XIX e primeira do XX se tornou o maior sonho dos chineses. Daí advém o conceito de “sonho chinês”.

Liu Mingfu, que é coronel aposentado do ELP e professor da Universidade de Defesa Nacional da China, ganhou fama ao publicar em 2010 o livro *“The China Dream: The Great Power Thinking and Strategic Positioning of China in the Post-American Era”*. Na obra, Liu (2010) faz uma extensa exposição representativa sobre as disposições dos quadros nacionalistas das forças armadas e da comunidade acadêmica para substituir os EUA na liderança do sistema internacional. O militar abre o livro explicando o conceito de sonho chinês, depois põe em discussão as estratégias que o Estado pode adotar para superar os EUA na liderança global e, para encerrar, projeta caminhos para que seja construída uma nova ordem no futuro, além de ponderar em tom sugestivo as contradições e limites enfrentados até então pela RPC por conta de casos de corrupção então prevalecentes no ELP. O sonho chinês é apresentado dentro de uma retrospectiva histórica em que refere à continuidade de um processo iniciado por Sun Yat-sen e levado adiante com protagonismo de Mao e Deng após a fundação da república socialista:

Por um século o Sonho da China tem sido se tornar a nação líder do mundo. É um sonho que combina os ideais de três dos maiores líderes da China: Sun Yat-sen, o arquiteto da revolução republicana da China, Mao Zedong, o fundador da Nova China, e Deng Xiaoping, o autor da Reforma e Abertura da China. A comunalidade de suas lutas é que cada um buscou tornar a nação chinesa a líder do mundo (LIU M., 2010, p. 7, tradução nossa).

Liu se refere à pretensão da China de se tornar “líder do mundo” por entender que esta é a condição normal dos chineses ao longo de milênios. De acordo com essa visão, não se trata de alcançar um posto inédito, mas, sim, de retornar a uma posição perdida.

O filósofo da *Chinese Academy of Social Sciences* reconhecidamente inserido na escola chinesa de Relações Internacionais, Zhao Tingyang, expressa uma abordagem de sonho chinês que coaduna com a noção de *Tiānxià*. Assim que Xi entrou no poder em 2013, evocando o sonho chinês em seus discursos como um lema, o nacionalismo chinês visou mais

visível não só frente ao mundo, mas também para os próprios chineses. Foi nesse contexto que o professor Zhao, que já era famoso por apelar pelo retorno às tradições confucianas, publicou em 2014 o artigo “*The “China Dream” in Question*”. O autor, entretanto, expõe uma visão mais branda sobre o sonho chinês ao apontar que apenas pôde ser realizado por causa da conciliação flexível e defensiva entre tradições nacionais e a modernização ocidental.

Segundo Zhao (2014), o império chinês era uma potência naturalmente pacífica, mais preocupada com a administração doméstica do que com a expansão internacional. As inovações que construíram o novo jogo global sob regência da ordem vestfaliana foram assimiladas por uma civilização confuciana pouco agressiva e muito adaptável, que é dotada desde seus primórdios de três características principais: “originalidade, capacidade de assimilação e não agressividade” (GUO, 2007, p. 371 apud ZHAO T., 2014, p. 129). A prática de imitar as táticas bem-sucedidas do Ocidente sem abandonar a essência cultural chinesa é resultado das ações de uma “China metodológica”, que é altamente adaptativa, flexível, resistente e perseverante.

Após resistir ao século da humilhação e recuperar na revolução de 1949 a tão sonhada integridade nacional, a RPC elaborou e executou um projeto de longo prazo para reascender ao posto de maior potência do sistema de Estados. Parafraseando Deng, os chineses conseguiram “manter um perfil discreto” e agora a “oportunidade” finalmente chegou. Entretanto, o sonho chinês não é dotado de uma acepção revanchista, como poderia ser esperado. Está sendo aprofundada por Xi a lógica tradicionalista que vem sendo trazida desde a evocação por Deng do *Tāo guāng yǎng huì* taoísta e aprofundada por Hu na retórica confuciana de “mundo harmonioso”. O nexo internacional do sonho chinês está ligado a um passado em que as potências imperialistas ocidentais deram um mau exemplo para a construção das relações internacionais que deve ser abandonado, então a repetição de práticas hegemônicas (*Bà* – 霸) não deve acontecer na ordem internacional em construção. Sob essa lógica, Xi (2019a, p. 76-77) afirmou no encontro com representantes da 7ª Conferência para a Amizade de Associações de Chineses de Ultramar que o desenvolvimento da China equivale ao desenvolvimento do mundo.

A inserção agora mais ativa da RPC no sistema internacional se manifesta tanto por uma participação maior nas organizações e instituições internacionais como por investimentos e avanços nas dinâmicas de equilíbrio de poder, revelando um caráter assertivo e mais ativo do que antes na área militar. A prioridade pela ascensão pacífica persiste, mas agora estão

sendo aprofundadas as preparações qualitativas para lutar e vencer uma guerra em caso de indesejável necessidade. E embora a China esteja bem integrada à ordem de Estados e instituições, tendo voz ativa na ONU por ser um dos membros permanentes do Conselho de Segurança e aderindo a diversos mecanismos e instituições multilaterais, há determinados níveis de concorrência com as potências do Ocidente.

Em 2014, pouco tempo após assumir o poder, Xi convocou sua equipe de política externa e a elite do ELP para participarem como ouvintes da Conferência Central sobre Trabalho Relacionado a Assuntos Exteriores, na qual apresentou a intenção de mudar o status do país de potência regional para o de potência global. Foi anunciada nesse momento a *Dàguó wàijiāo* (大国外交 — Diplomacia de Grandes Países), que se faz então necessária na medida em que a China reascende enquanto potência com peso gravitacional. Em seguida, em uma reunião posterior com o Politburo, Xi declarou que planeja "fazer a voz da China ser ouvida e injetar mais elementos chineses nas regras internacionais" (ECONOMY, 2018, p. 190). E esta é a prioridade dos chineses, atualmente. A estratégia consiste não em buscar guerras, mas em absorver instituições e atores por vias de convencimento pragmático.

Em linhas militares o governo de Xi Jinping vem destoando do perfil discreto adotado pelos governos anteriores de Deng Xiaoping, Jiang Zemin e Hu Jintao. A liderança atual no ELP é marcada por movimentos de modernização e manutenção de dinâmicas de gestão e hierarquia. O líder está seguindo as recomendações de Liu Mingfu (2010) sobre esses tópicos, coincidentemente – em especial, a bem-sucedida campanha anticorrupção.

Para entender por completo a perspectiva de Xi relativa à defesa nacional e à geoestratégia é fundamental analisar o “Pensamento de Xi Jinping”. O oficialmente denominado “Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era” refere a um conjunto de princípios da ideologia sistematizada pela atual liderança do PCCh. Entre eles há tópicos relativos a questões de segurança e relações internacionais pertinentes para analisar a geoestratégia do governo de Xi Jinping, que são: uma abordagem global da segurança nacional deve ser seguida; o PCCh deve ter liderança absoluta sobre o ELP; deve ser promovido o princípio de "um país, dois sistemas" para Hong Kong e Macau, enquanto deve ser seguida a política de Uma China e o Consenso de 1992 em relação a Taiwan; e deve ser construída uma comunidade de destino comum com outros povos em um ambiente internacional pacífico (XI, 2019a).

O Pensamento de Xi encontra-se exposto nos volumes da obra “A Governança da China”, que vem sendo publicado desde o início de seu governo. Se trata de uma compilação de transcrições de discursos que é realizada regularmente dentro de intervalos de cerca de quatro – Em geral o primeiro volume tem textos de 2013 a 2016, o segundo vai de 2014 a 2017 e o terceiro começa em 2017 e é encerrado em 2020. Em 11 de março de 2018 a doutrina política de Xi foi acrescentada à Constituição da China, o que equipara o Pensamento de Xi ao Pensamento de Mao Tsé-tung e à Teoria de Deng Xiaoping (XINHUA, 2018).

Os volumes de “A Governança da China” são organizados a partir de capítulos que explicam categoricamente as perspectivas do PCCh sobre uma vasta gama de temas, como o socialismo com características chinesas, Estado de direito, participação popular na política e na economia, infraestrutura, tecnologia, meio ambiente, cultura etc. Entre essas grandes áreas que são abordadas há um foco considerável em temas internacionais sob vieses pacifistas, globalistas e defensivos.

A obra é destinada a um público global, tendo sido traduzida para os idiomas mais falados no mundo, como inglês, árabe, francês, alemão, japonês, português, russo e espanhol e disponibilizada para download em plataformas de comércio digital de alcance mundial, como a Amazon. Em português foi publicada pela Editora Contraponto, e foi lançada no Brasil em 2019 em uma cerimônia no Palácio dos Bandeirantes que contou com a presença do governador João Dória. O evento foi organizado pelo Departamento de Comunicação do Conselho de Estado da China, pela embaixada chinesa no Brasil, pelo Grupo de Publicação Internacional da China e pelo consulado chinês em São Paulo (XINHUA, 2019).

No tocante às relações internacionais, as expressões-chave “Benefício mútuo”, “Desenvolvimento comum” e “Desenvolvimento pacífico” são citadas respectivamente 39, 32 e 38 vezes ao longo das 549 páginas de conteúdo do primeiro volume. No segundo, as mesmas expressões são citadas respectivamente 26, 22 e 14 vezes em 673 páginas. Estão entre as frases mais citadas do livro nos índices analíticos de ambos os volumes. Essa quantificação revela a frequência em que essas expressões são citadas pelo presidente Xi em seus discursos e, assim, a importância existente em reiterar esses valores em cada momento de seu governo.

A necessidade de afirmar o desenvolvimento pacífico no governo de Xi significa a continuidade da busca pela ascensão pacífica, que depende de acalmar os ânimos exaltados de lideranças ocidentais que desejam impedir a transformação da ordem internacional. As

perspectivas ocidentais sobre o crescimento chinês são bem representadas pela influente teoria de John Mearsheimer (2001, p. 25) que parte da noção estruturalista de que, como os Estados nunca sabem das intenções dos outros, que tendem a adaptarem-se aos ditames de uma estrutura anárquica, as características internas dos Estados não são determinantes, e isso inclui o discurso pacifista chinês, então deve existir uma pressão praticamente “natural” que levará os EUA a entrarem em uma guerra contra a RPC para impedir o processo de deslocamento de poder à Ásia.

Ciente das interpretações realistas e geopolíticas corriqueiras no Ocidente sobre o desenvolvimento chinês, Xi Jinping (2019a, p. 262-268) apresenta desde o início de sua liderança no PCCh uma linha defensiva e dissuasiva que prima por investimentos e modernização nas forças armadas. No primeiro volume de “A Governança da China”, no texto “Construir nossa defesa nacional e as Forças Armadas”, de 16 de novembro de 2012, Xi (2019a, p. 262-263) constam os principais pontos de um discurso em reunião ampliada da Comissão Militar Central. Nele é exposto que as Forças Armadas devem se adequar à estratégia de desenvolvimento econômico, assumindo um caráter defensivo e dissuasivo, mas se preparando para as possibilidades de combate. Em “Construir uma defesa nacional forte e as Forças Armadas poderosas”, de 8 e 10 de dezembro de 2012, que resume uma fala em uma visita de inspeção ao Comando Militar de Guangzhou, o argumento é reiterado e associado com o sonho chinês (XI, 2019a, p. 265). E em uma reunião plenária da delegação do ELP durante a Primeira Sessão da XII Assembleia Popular Nacional, em 11 de março de 2013, foi apresentado o discurso “Construir um exército popular que obedece ao comando do PCCh e é capaz de vencer e exemplar na conduta”. Xi demonstrou o foco em eficiência e modernização econômica e racional do ELP:

Devemos coordenar a construção econômica e a construção da defesa nacional, conjugando os esforços pela prosperidade do país e pelo fortalecimento das Forças Armadas [...] Devemos desenvolver o espírito de luta árdua, trabalhar com diligência e temperança, opor-nos à extravagância e ao desperdício e administrar e utilizar de forma correta as despesas militares, fazendo com que os recursos investidos na defesa nacional obtenham a maior eficiência (2019a, p. 268).

Sobre isso, Carriço (2013, p. 29) comenta que na qualidade de comandante supremo do ELP, Xi promulgou um conjunto de diretrizes para treinos mais realistas das Forças Armadas para que a China possa vencer guerras locais e limitadas sob condições de “infomecanização”. Uma guerra eventual deve ser preparada para o caso em que os interesses vitais da China estiverem em xeque, e isto deve envolver sua periferia geográfica, como Taiwan e ameaças ao princípio “Um país, dois sistemas”.

No segundo volume, que compreende um período mais recente da liderança atual, há três textos relativos à segurança que são relevantes para enquadrar a perspectiva de segurança de Xi (2019b, p. 501-4). No discurso feito em uma reunião da Comissão Militar Central em 24 de novembro de 2015, intitulado “Fortalecer as Forças Armadas por meio da reforma”, o presidente afirmou a disposição de reformar a defesa nacional para fortalecê-la ao máximo e, assim, realizar o sonho chinês. Uma China que incrementa suas capacidades militares é um pressuposto para ascender. Mas as otimizações do ELP devem ser qualitativas, abrangendo dimensão, estrutura e composição das tropas para construir forças de elite. Nesse sentido, o presidente anunciou um corte de 300 mil efetivos do exército para simplificar os organismos e reduzir o contingente não combatente. Xi trata da persistência da aplicação do princípio de “menos tropas e alta eficiência”.

De um discurso na primeira sessão plenária da Comissão Central de Desenvolvimento Civil e Militar Integrado em 20 de junho de 2017 foi elaborado o texto “Acelerar o desenvolvimento civil e militar integrado”. Xi externaliza a integração entre os setores civil e militar através da reforma econômica e dos setores sociais ligados a inovações tecnológicas. Ademais, a integração civil-militar deve ter lugar nos espaços marítimo, exterior e cibernético, e explorar os setores de biologia e novas formas de energia. Um projeto de modernização do ELP está atrelado com a industrialização chinesa. E os projetos de investimentos em defesa no ciberespaço marcam um ambiente em que é relevante a prevenção a táticas típicas de guerras híbridas – por essa razão, o Estado chinês coordena o uso populacional alternativo de *WeChat* ao invés de *Whatsapp*, *Weibo* ao invés de *Twitter*, *Youku* e *Bilibili* ao invés de *Youtube*, *Baidu* ao invés de *Google* etc. (KORYBKO, 2018).

No comício que marcou o 90º aniversário do ELP em 1º de agosto de 2017, o discurso “Continuar a fortalecer o nosso exército” foi proferido. O presidente afirma que a China está em um novo ponto de partida da história e que o ELP tem responsabilidade contributiva sobre o desenvolvimento alcançado. Dada a relevância do ELP, as forças armadas devem atingir um nível de primeira classe mundial para que seja concretizada a grande revitalização da nação chinesa. Contudo, esse empreendimento não significa uma pretensão ofensiva ou expansionista; pelo contrário, a RPC afirma um caráter naturalmente pacifista e defensivo que, porém, não dispensa a preparação para guerrear caso seja desferida qualquer agressão ou intervenção contra o sistema político-econômico socialista e contra a soberania chinesa:

O povo chinês ama a paz. Jamais buscaremos agressão ou expansão, mas temos a plena confiança em derrotar qualquer agressor. Não permitiremos em absoluto que

ninguém, nenhuma organização nem nenhum partido político, em nenhum momento nem sob nenhuma forma, separe da China parte alguma do seu território. Ninguém deve esperar que nós engulamos os frutos amargos que prejudiquem a nossa soberania, a nossa segurança, os nossos interesses de desenvolvimento. O exército popular deve defender firmemente a liderança do Partido e o nosso sistema socialista, defender firmemente a soberania, a segurança e os interesses de desenvolvimento do país e salvaguardar firmemente a paz regional e mundial (XI, 2019b, p. 514).

4.3.3 Expansão Global Branda

Xi Jinping herdou de Hu Jintao e aprimorou o conceito de *Rénlèi mìngyùn gòngtóngtǐ* (人类命运共同体 – Comunidade com um Futuro Compartilhado para a Humanidade) para sistematizar uma política externa pacífica e baseada na ideia de compartilhar o desenvolvimento chinês com os países subdesenvolvidos. Sustentando ideais de maior interdependência e integração entre Estados, a visão de Xi exige uma nova abordagem das relações internacionais que se baseia em interesses nacionais compartilhados em oposição ao interesse individualizado das unidades. O presidente chinês argumenta que as relações internacionais devem ter como premissa “parcerias em vez de alianças” (XI, 2019a) – alianças representam uma noção militarista ultrapassada que era comum nos tempos da Guerra Fria.

O pensamento internacionalista de Xi encontra-se sintetizado na resolução do 19º Congresso Nacional sobre o relatório do Comitê Central do Partido Comunista da China:

O Congresso consente nas análises sobre o contexto internacional e nas diretrizes do trabalho voltado ao exterior formuladas pelo relatório, e enfatiza que a China vai persistir no caminho do desenvolvimento pacífico, erguer no alto a bandeira de paz, desenvolvimento, cooperação e relação ganha-ganha, observar o propósito da política diplomática de defender a paz mundial e promover o desenvolvimento comum, desenvolver de forma inabalável as cooperações amistosas com os outros países com base nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, promover ativamente a cooperação internacional da iniciativa Um Cinturão e Uma Rota, participar ativamente da reforma e construção do sistema de governança global, impulsionar a construção de um novo tipo de relações internacionais que se baseia no respeito mútuo, equidade, justiça, cooperação e relação ganha-ganha, promover a formação de uma comunidade de destino comum da humanidade, e construir, junto com os povos de diversos países, um mundo limpo e belo com paz duradoura, segurança universal, prosperidade comum, abertura e inclusão (XI apud XINHUA, 2017).

Para a diretora de estudos sobre Ásia do *Council on Foreign Relations* dos EUA, Elizabeth Economy (2019, p. 218), a Comunidade de Destino Comum representa o primeiro passo para a China construir uma nova ordem internacional centrada em si, o que revela a desconfiança e o temor dos americanos. Entretanto, em discurso realizado na Assembleia Geral da ONU em 18 de janeiro de 2017, o presidente chinês deixou claro que o conceito não

representa pretensões de superar as bases da ordem internacional, embora não negue disposições para aprimorá-las:

O conceito guia a ação e a direção determina o futuro. Como mostra a história moderna, estabelecer uma ordem internacional justa e equitativa tem sido a busca pela qual sempre lutou a humanidade. Desde os princípios de igualdade e soberania estabelecidos na Paz de Vestfália, mais de 360 anos atrás, até o humanitarismo internacional determinado na Convenção de Genebra há 150 anos; e desde os quatro propósitos e sete princípios consagrados na Carta da ONU, mais de 70 anos atrás, até os “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” apresentados na Conferência de Bandung há 60 anos, muitos princípios surgiram na evolução das relações internacionais e foram amplamente aceitos. Estes princípios devem guiar-nos na construção de uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade (XI, 2019b, p. 660-665).

Os rumos da China de Xi em prol de ganho de espaço em organizações, instituições e regimes internacionais, seja pela fundação de novas entidades ou pela reforma das já existentes, mostram o aumento do poder do país em aspectos políticos e econômicos. E na medida em que instituições antes principalmente patrocinadas pelo Ocidente são cooptadas, de forma relacional, um equilíbrio de poder ocorre contra os EUA. Essas iniciativas não apenas expressam um incremento de *soft power*, considerado relevante por ópticas liberais na Teoria de Relações Internacionais (NYE, 2003), mas, também, um aumento de capacidades materiais que compõem variáveis de poder no sentido realista. Trata-se de uma via dupla de *balancing* militar positivo no sentido de que crescimento econômico sempre pode se converter posteriormente em diferentes formas de poder (CARRIÇO, 2013b). Todavia, esta é uma tática de construção adaptativa, de um institucionalismo para si e de si, sem uma perspectiva intervencionista e ofensiva no exterior.

A centralidade do estatuto econômico ascendente ao longo dos últimos anos é aprofundada pelo aumento da influência chinesa em instituições internacionais. A China figurou persistentemente entre os países em desenvolvimento que reivindicam reformas em organizações majoritariamente financiadas pelos EUA, como FMI, OMC e Banco Mundial visando à obtenção de maior espaço de manobra e de voz ativa. E, de maneira mais incisiva e autônoma, em 2014 a China fundou o *Asian Infrastructure Investment Bank*. A fundação do AIIB equivale praticamente a uma alternativa ao Banco Mundial, embora não esteja oficialmente disposta a substituí-lo, e é a instituição financeira que assumiu o papel-chave para o desenvolvimento da *Belt and Road Initiative*.

A BRI é um megaprojeto de desenvolvimento de obras de infraestrutura chinesas de dentro para fora do país ou situadas em território totalmente estrangeiro que foi anunciado logo no início do governo de Xi Jinping em 2013. As obras já realizadas ou em vias de

realização incluem portos, aeroportos, ferrovias, estradas, usinas de energia limpa e renovável etc. A iniciativa tem um braço terrestre e outro marítimo e é definida por seis corredores econômicos que concentram obras (XI, 2019b, p. 611-2).

Em termos de instituições, regimes, processos e agrupamentos internacionais é importante destacar que sob o governo de Xi a China se mantém fiel e dá continuidade aos engajamentos realizados por Hu Jintao e que foram projetados desde Xiaoping. A inserção estável no grupo dos BRICS⁹⁴, fundado em 2009 durante a presidência de Jintao, garante proximidade diplomática e comercial da China com as maiores potências da América Latina, Eurásia, Ásia Meridional e África Subsaariana. A parceria multilateral com potências emergentes levou à fundação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) ou, simplesmente, “Banco dos BRICS”, que é voltado principalmente a investimentos em infraestrutura sustentável e tem pretensões de expansão, apesar das dificuldades que enfrenta nesse sentido devido à coesão limitada entre interesses e disposições estratégicas dos representantes das potências emergentes (BATISTA JR, 2019). De qualquer maneira, a permanência desse agrupamento é uma variável relevante para a ascensão chinesa, pois foi em boa medida pelo engajamento estratégico com esses atores que uma posição central da China na economia mundial foi estabelecida, conforme apontam as estatísticas sobre os elevados ganhos por transações comerciais com Brasil, Rússia, Índia e África do Sul (OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2019).

Para além das aproximações, reformas e fundações no ramo de instituições financeiras internacionais, as inserções em organizações internacionais não ligadas direta ou somente à estrutura produtiva global também são necessárias à ascensão pacífica, que representa uma estratégia holística que integra diplomacia, estratégia e economia (CARRIÇO, 2013b). O presidente Xi Jinping (2019a; 2019b) afirmou em mais de uma ocasião na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas seu comprometimento com a Carta das Nações Unidas, demonstrando disposição para se adaptar e participar positivamente da ordem internacional construída com protagonismo ocidental. Essa manifestação retórica está de acordo com uma grande estratégia que conta com o institucionalismo e o multilateralismo como componentes relevantes.

A participação da China no Conselho de Segurança e nas operações de paz da ONU são elementos-chave para a potência assumir um papel de potência responsável perante a

⁹⁴ Grupo diplomático composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

comunidade internacional, que é útil à sua busca por ascensão pacífica. Mantendo a coesão com a perspectiva pacifista e defensiva, um perfil discreto foi mantido pelos chineses nas frações de segurança da ONU, exercendo pouco poder de veto. De 1972 a 2020 a China vetou 16 resoluções — Com 13 tendo sido executados após a década de 2000. E a China aumentou suas contribuições de militares para operações de paz da ONU de apenas 5 contingentes em 1990 para 192 em 2001 e 2.465 em janeiro de 2021. Essas contribuições de pessoal são maiores do que todos os outros quatro membros permanentes do Conselho de Segurança combinados, e foram empregados somente em missões onde há consentimento claro dos países destinatários (RINALDI e PIRES, 2021, p. 73). A inserção cada vez mais proativa, que passa por uma transição de perfil no século XXI, está alinhada com a recomendação de Yan Xuetong (2014b) sobre abandonar o *low profile* para buscar pela conquista do sistema internacional.

O envolvimento da China com a ONU também dá enfoque ao Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas (SDNU). O sistema de desenvolvimento é um conjunto de estrutura descentralizada e horizontal que conta com mais de 30 fundos, programas, escritórios e agências. Há três meios de ação pelos quais a crescente participação chinesa é percebida: aumento de contribuições financeiras ao SDNU; busca por posições de liderança de funcionários chineses em agências especializadas da ONU; e criação de projetos de cooperação para o desenvolvimento em associação com entidades da ONU.

Os dados tocantes ao aumento de taxas de financiamento e inserção de lideranças chinesas em programas e agências da ONU foram compilados por Rinaldi e Pires:

Em termos de financiamento, a China ocupa a 13ª posição no ranking de contribuições para o orçamento do SDNU. A China não é apenas o único país em desenvolvimento colocado entre os 15 maiores contribuintes, mas é o maior contribuinte entre todos os países em desenvolvimento. As contribuições financeiras da China cresceram 280% entre 2008-2017, totalizando US\$ 325,8 bilhões em 2017. A maior parte dos recursos foi destinada ao Programa Mundial de Alimentos (46,2% das contribuições), ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (10,7 %), e a UNDESA⁹⁵ (7,4%). Já os fundos voluntários foram destinados principalmente às agências especializadas lideradas por cidadãos chineses, ou seja, UNIDO⁹⁶, ITU⁹⁷ e ICAO⁹⁸ (2021, p. 74 apud MAO R., 2020, p. 1).

Sobre a criação de projetos de cooperação com a ONU, a China forneceu recursos para estabelecer novos escritórios e programas no SDNU, como o Centro Internacional de Redução da Pobreza em Beijing, em 2004, que é responsável por pesquisas, treinamentos e intercâmbio

⁹⁵ Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas.

⁹⁶ Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial.

⁹⁷ União Internacional de Telecomunicações.

⁹⁸ Organização da Aviação Civil Internacional.

de soluções para redução da pobreza na periferia do sistema internacional. A China e o Programa da ONU para o Desenvolvimento assinaram em 2010 um acordo formal para fortalecer a cooperação Sul-Sul entre as duas partes. E a RPC financiou a criação de três centros da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) em Beijing: Escritório de Investimento e Promoção de Tecnologia; o Centro de Produção mais Limpa e Eficiente em Recursos; e o Centro de Cooperação Industrial Sul-Sul (RINALDI e PIRES, 2021, p. 74-75).

O apoio obtido pelo UNDS é relevante para a institucionalização e legitimação da BRI. O governo chinês assinou memorandos de entendimento com o PNUD, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Organização Mundial da Saúde (OMS), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP) para canalizar o financiamento contribuições sob a BRI para essas entidades (RINALDI e PIRES, 2021, p. 75).

O alinhamento substancial e incondicional da China com a Carta da ONU consta no célebre discurso na 71ª Assembleia Geral da ONU em 18 de janeiro de 2017, que honrosamente encerra o segundo volume de “A Governança da China”, intitulado “Construir uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade”:

O conceito guia a ação e a direção determina o futuro. Como mostra a história moderna, estabelecer uma ordem internacional justa e equitativa tem sido a busca pela qual sempre lutou a humanidade. Desde os princípios de igualdade e soberania estabelecidos na Paz de Vestfália, mais de 360 anos atrás, até o humanitarismo internacional determinado na Convenção de Genebra há 150 anos; e desde os quatro propósitos e sete princípios consagrados na Carta da ONU, mais de 70 anos atrás, até os “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” apresentados na Conferência de Bandung há 60 anos, muitos princípios surgiram na evolução das relações internacionais e foram amplamente aceitos. Estes princípios devem guiar-nos na construção de uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade [...]

A China não alterará o seu compromisso com o multilateralismo. O multilateralismo é uma via eficaz para salvaguardar a paz e promover o desenvolvimento. Durante décadas, a ONU e outras instituições internacionais deram contribuições reconhecidas universalmente para a manutenção da paz mundial e do desenvolvimento sustentável.

A China, um dos fundadores da ONU, foi o primeiro país a assinar a Carta da ONU. Defenderemos firmemente o sistema internacional tendo a ONU como núcleo, as normas básicas que regem as relações internacionais, fundamentadas nos propósitos e princípios da Carta da ONU, assim como a autoridade, a posição e o papel central desta organização nos assuntos internacionais.

O Fundo de Paz e Desenvolvimento China-ONU entrou em funcionamento oficial. Vamos destinar fundos aos programas orientados à paz e ao desenvolvimento propostos pela ONU e suas instituições em Genebra, conforme os critérios de prioridade. À medida que se desenvolva, daremos cada vez maior apoio ao multilateralismo [...]

Construir uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade é um objetivo grande que necessita os esforços de gerações. A China está disposta a trabalhar junto com todos os países membros da ONU e as organizações e instituições internacionais para levar adiante este grande empreendimento (XI, 2019b, p. 669-672).

4.3.4 Disputa com os Estados Unidos

Nesta subparte do texto primeiramente será discutida a evolução histórica da forma como a RPC lida estrategicamente com os EUA desde sua fundação. Compreendidas as bases das relações entre as duas potências, será abordada a tendência de superação dos EUA pela China no campo da economia e os desdobramentos correlatos em termos de poder. Para encerrar, será discutida a recente bibliografia de destaque sobre a possibilidade de guerra em meio ao tendencial interregno hegemônico.

É necessário iniciar essa discussão reforçando que a grande estratégia chinesa não possui um princípio organizador para se orientar, e isso é amplamente reconhecido por círculos políticos e pela comunidade acadêmica da China, assim como por analistas estrangeiros, conforme aponta Carriço (2013b). Há debates entre círculos, *think tanks* e instituições acadêmicas e militares sobre a existência ou não de uma grande estratégia, mesmo com a publicação de livros brancos e a formulação de conceitos voltados à política externa nos Congressos Nacionais do PCCh. No tocante à disputa com os EUA, na academia uma tendência agressiva que defende a rivalidade com o Ocidente que, entretanto, é minoritária e concede espaço a uma abordagem mais ponderada. A perspectiva branda é mais aceita pelas lideranças chinesas devido ao consistente argumento de que, embora os EUA apresentem desafios à estratégia e segurança nacionais, seria impraticável e arriscado construir uma grande estratégia baseada na visão de que o Ocidente é um adversário, dado o vínculo de interdependência construído desde o engajamento no final da Guerra Fria (KISSINGER, 2011). Poucos Estados se inseririam em uma aliança anti-EUA e o desenvolvimento econômico da China seria travado a partir de um antagonismo com seu maior parceiro comercial, que ainda é a maior potência econômica e militar do mundo (WANG, 2011, p. 72).

Mao fundou a república socialista em 1949 e caracterizou sua governança pela disposição de avançar o socialismo no terceiro mundo para cercar os EUA e superar a ordem internacional liderada pelo Ocidente. A superação do Ocidente, nesse contexto, era equivalente à superação do capitalismo. A correlação de forças, no campo exterior, era definida pela guerra fria entre EUA e URSS. A China ficou ao lado da URSS no primeiro

momento do período, mas logo as discordâncias quanto às formas de conduzir o desenvolvimento do socialismo no terceiro mundo despertaram tensões geopolíticas entre as potências vizinhas, levando ao cisma sino-soviético na década de 1960 (LYRIO, 2010).

Nesse momento, o engajamento com os EUA produziu uma estratégia ambígua e paradoxal que perdura basicamente até a atualidade, apesar de já ter sofrido adaptações táticas. Deng Xiaoping sistematizou uma abordagem discreta para que a China ascendesse sem entrar em rota de colisão com os EUA em curto prazo e, assim, chegar à revitalização da nação e completar o ciclo de superação do século da humilhação. Seus feitos levam à consideração por Economy (2018) de que ele seria responsável pela “segunda revolução” da China, pois foi o responsável por realizações tão grandes e transformadoras quanto as de Mao. Deng reformulou as estruturas nacionais ao fundar o “Socialismo com Características Chinesas”, seguindo as premissas nacionalistas de originalidade idealizadas por Sun Yat-sen, conforme argumenta Liu (2010). O socialismo chinês, então, deveria ganhar forma através de uma conciliação de aspectos do marxismo-leninismo com as condições geográficas, econômicas, culturais e sociais do País do Meio, sendo determinado por vias de originalidade e pragmatismo.

O caráter desse novo socialismo nacionalista e flexível é gradualista e em verdade obedece a recomendação de Mao sobre como a China deveria agir no futuro. Associada a este aspecto da nova estrutura do País do Meio, o líder formulou em 1980 a política dos “Três Passos”. Xiaoping defendeu que três passos teriam que ser dados pela República Popular até seu centenário de existência (em 2049): o sustento básico para todos em dez anos; crescimento saudável em mais dez anos; e, por fim, a nação seria totalmente revitalizada até o fim da primeira metade do século XXI (LIU M., 2010, p. 13).

Considerando as prioridades da geoestratégia da China nas relações com potências, é definida dentro de uma configuração de competição regional com Japão e Índia simultânea à competição extracontinental com os EUA. A reação perante tal enquadramento (com um provável nexos com Sun Tzu (2020) em termos de sabedoria e cautela estratégica) leva à tarefa de usar o próprio poder americano para derrotar pacificamente a hegemonia de si mesmo, ao mesmo tempo em que deve tentar conter o desenvolvimento da capacidade de projeção de poder das potências de seu entorno. A estratégia deve funcionar da seguinte maneira: "Primeiro, opor-se ao hegemonismo e à política de poder e salvaguardar a paz mundial;

segundo, construir uma nova ordem política e econômica internacional" (DENG apud BRZEZINSKI, 1997, p. 170).

Liu Mingfu (2010), em sincronia com os ditames de Xiaoping, ressalta a relevância de aprender a "ganhar tempo e esconder capacidades com características americanas", pois o entendimento sobre como os EUA conseguiram alcançar a supremacia mundial, ultrapassando os britânicos e criando sua própria esfera de influência sob a Doutrina Monroe, pode trazer sugestões à grande estratégia da China. No texto "*Can China Rise Peacefully*" Mearsheimer (2014a) não esconde o temor da China buscar uma Doutrina Monroe própria, que é algo que representaria um sucesso explicativo da teoria realista ofensiva no sentido de que seria conquistada a hegemonia regional, nesse caso, ao expulsar os americanos da Ásia. Para Liu (2010) essa seria uma via segura de desenvolvimento das relações internacionais porque o País do Meio possui pretensões alternativas de governança global previstas na "Era da fortuna amarela", que deverá ser construída sobre o *Wángdào* (王道 — caminho real) em oposição ao *Bàdào* (霸道 — caminho hegemônico) do Ocidente. Tanto a sugestão de procurar influências nos EUA como de afirmar um exclusivismo sínico são aspectos do pensamento de Sun Yat-sen que transparecem em Liu Mingfu e, possivelmente, em círculos de militares, acadêmicos, estrategistas e tomadores de decisão da RPC que são guiados por um nacionalismo pragmático e geopolítico (HUGHES, 2011).

Com base no já referido texto de Liu, a busca chinesa por uma grande estratégia é explanada por Jisi Wang:

Uma grande estratégia também precisa considerar outros objetivos de longo prazo. Um que atrai alguns chineses é a noção de transformar a China no Estado mais poderoso do mundo: Liu Mingfu [...] declarou que substituir os Estados Unidos como a principal potência militar do mundo deve ser o objetivo da China. Outra ideia é lançar a China como um modelo alternativo de desenvolvimento (o "consenso de Beijing") que pode desafiar os sistemas, valores e lideranças ocidentais. Mas a liderança chinesa não sonha em transformar a China em um *hegemon* ou um porta-estandarte. Diante de pressões crescentes nas frentes doméstica e internacional, é sóbria em seus objetivos, sejam eles de curto ou longo prazo. Sua principal preocupação é a melhor forma de proteger os principais interesses da China - soberania, segurança e desenvolvimento - contra o bagunçado conjunto de ameaças que o país enfrenta atualmente. Se um princípio organizador deve ser estabelecido para orientar a grande estratégia da China, deve ser a melhoria dos padrões de vida, bem-estar e felicidade do povo chinês por meio da justiça social (WANG, 2011, p. 76-77, tradução nossa).

No tocante à perspectiva estratégica elaborada desde Deng, majoritariamente aceita na busca por diretrizes de política externa nos círculos do PCCh, é sintetizada pela máxima *Tāo guāng yǎng huì*. Daí deriva o princípio de conduta em *low profile*, que está associado ao *Duōbiān zhǔyì* (多边主义 — multilateralismo) presente nas políticas externas de Deng e dos

governos seguintes em que se buscou consolidar e preservar fortes relações com o máximo possível de Estados, instituições e organizações internacionais (principalmente a ONU, aproveitando a posição no Conselho de Segurança). E esse processo está sendo cada vez mais aprofundado, conforme mostram Rinaldi e Pires (2021). E essa inserção assertiva em instituições internacionais reflete uma medida de equilíbrio de poder sobre os EUA, antes patrocinadores majoritários dessa forma de exercício da política internacional.

O multilateralismo, em termos institucionais, se manifesta pela participação plena em sistemas de tomada de decisão em assuntos internacionais, sendo uma via de exercício de democracia no campo internacional, ao mesmo tempo em que viabiliza que os impulsos de Washington sejam domados. Enquanto isso, a *Duō jí huà* (多极化 — multipolaridade) — é um fenômeno que deriva da estratégia multilateralista somada a diversos processos dinâmicos e paralelos de equilíbrio de poder que permitem sua concretização na ordem mundial. Então, o multilateralismo e o processo de multipolarização são complementares e paralelos, sendo o primeiro um meio e o segundo um fim, embora apenas o primeiro seja bem-vindo enquanto retórica de Estado em curto prazo (SHU, 2005).

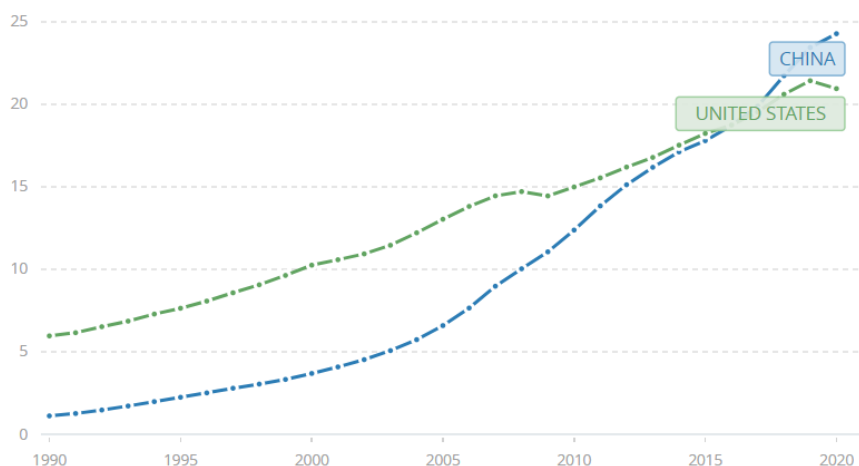
Na virada do século XXI, as tendências econômicas acusavam a superação dos EUA pela China em um período iminente. Por volta de 2030 a China já terá um PIB maior do que o dos EUA em termos de dólar e, logo, maior capacidade bélica e nuclear que deverá ser traduzida a partir de uma superioridade econômica. A China tende a se tornar a maior potência regional da Ásia, determinando uma hegemonia local (MEARSHEIMER, 2005).

Pelo critério de quantificação econômica de PPC⁹⁹, adotado pelo Banco Mundial, o PIB da RPC já superou o dos EUA. Segundo essa metodologia, o PIB chinês era de US\$ 24 bilhões de dólares em 2020 (WORLD BANK, 2020a), enquanto o estadunidense era de 20 trilhões (WORLD BANK, 2020e). Em 2018 os chineses tinham 18,6% do PIB mundial em PPC, enquanto os EUA possuíam 15%, pela primeira vez na história (MAHBUBANI, 2021, p. 21). E a tendência é que os chineses cheguem a deter 30% do PIB mundial até 2040 (ALLISON, 2020, p. 17). Mas o fato de a China já ter ultrapassado os EUA a partir deste critério quantitativo de análise econômica ainda não significa que um interregno hegemônico entre as potências já ocorreu, pois, ainda que uma base estrutural seja relevante, outros aspectos conjunturais também devem ser acentuados para que tal processo seja consolidado (PASSOS, 2019). O ritmo de crescimento da economia chinesa, contudo, deve ser observado

⁹⁹ A paridade do poder de compra (PPC) é um método alternativo à taxa de câmbio para comparar o poder de compra de dois países e, assim, medir a grandeza do PIB.

enquanto uma chave para que outras variáveis e facetas úteis para a ascensão chinesa sejam desenvolvidas e, assim, seja identificada a transformação da configuração de poder global.

Figura 16 – Comparação do PIB de RPC e EUA em trilhões de dólares por PCC desde 1990 até 2020



Fonte: WORLD BANK, 2020.

Quando Xi Jinping assumiu a presidência da RPC, durante a realização do 18º Congresso Nacional do PCCh, foram definidas diretrizes que devem levar à realização do “sonho chinês de grande revitalização da nação”. Xi trouxe à tona uma agenda pretensiosa no campo da economia em que até 2020 o PIB e o PIB per capita deveriam ser dobrados:

O Partido Comunista da China (PCCh) realizou o seu 18º Congresso Nacional, definindo o plano para o desenvolvimento da China no próximo período. Nós temos duas metas principais: até 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) chinês e a receita per capita dos residentes urbanos e rurais devem duplicar em comparação com os de 2010, alcançando assim a meta da construção de uma sociedade moderadamente próspera; e até meados do século 21, a China se tornará um país moderno socialista próspero, poderoso, democrático, culturalmente avançado e harmonioso, concretizando assim o sonho chinês da grande revitalização nacional. Olhando para frente estamos cheios de confiança no futuro da China (XI, 2019a, p. 398).

Os resultados atingidos ultrapassaram a meta estabelecida dentro de um período de menos de dez anos. Em 2010 o PIB chinês era de US\$ 6,09 trilhões; em 2019 fechou em US\$ 14,28 trilhões. Em termos PPP era de US\$ 12,38 trilhões em 2010; em 2019 era de US\$ 23,44 trilhões. Pela quantificação em taxas de paridade com o dólar o PIB mais do que duplicou e pela metodologia de PPP o PIB da China no período em questão quase dobrou e superou o dos EUA (WORLD BANK, 2020).

Em 2010 o PIB per capita em taxas de câmbio era de US\$ 4.550,5; e em 2019 era de US\$ 10.143,8. Em PPP era de US\$ 9.253,8 em 2010; e era de 16.653,3 em 2019. Novamente,

no primeiro caso mais do que duplicou e no segundo quase duplicou. A meta foi ultrapassada e, portanto, a “sociedade moderadamente próspera” já foi consolidada (WORLD BANK, 2020).

Os dados apontam que a China já se tornou novamente uma potência global e que tende a superar quantitativamente os EUA em aspectos materiais em longo prazo, ainda que seja um país em desenvolvimento porque não alcançou todas as suas potencialidades máximas em todos os indicadores sociais. Mesmo assim, já é a primeira maior economia mundial em termos de PPC e a segunda maior depois dos Estados Unidos em quantificação de PIB por taxas de câmbio com dólares, contribuindo com 15% do PIB global em 2015 e 35% do crescimento global do PIB de 2010 a 2015. Exporta seus bens, capital e trabalho para todo o mundo, conquistando o título de maior potência comercial do mundo (ECONOMY, 2019, p. 186).

Segundo John Mearsheimer (2001), já no início do século XXI a China passou a representar maior ameaça à liderança dos EUA. Para o autor americano, os chineses estão inclinados a manter o elevado crescimento econômico que conquistaram para depois traduzir tal riqueza em capacidade militar para ditar regras aos países ao redor, estabelecendo uma hegemonia regional. Segundo sua teoria realista, as capacidades econômicas se transformam automaticamente em projeção de poder. Esse raciocínio é comum entre estrategistas e tomadores de decisão estadunidenses. A situação delicada é explicada por Carriço:

Como os Estados Unidos são o país com maior capacidade para obstar a tal desiderato, acabam por ocupar um papel fulcral na formulação da grande estratégia da China, porque esta tornou-se o “principal adversário” (*zhuyao duishou*) à continuação da implementação da estratégia de Washington para a Ásia (evitar a ascensão de um rival regional), e porque a ascensão de Beijing desafia a actual primazia regional, ainda que o *Zhongnanhai* entenda que não se prefigura no médio prazo como uma ameaça à segurança e aos interesses vitais dos EUA.

A “arte e o engenho” dos estrategistas chineses está e estará assim na forma como conseguirão fazer com que o país prossiga no caminho da prosperidade e do desenvolvimento sem hostilizar em demasia a ainda existente hegemonia global e a primazia regional asiática norte-americana. Para contrariar esta preponderância de poder norte-americano vigente no sistema internacional (na perspectiva chinesa ainda unipolar mas caminhando irreversivelmente no sentido de uma multipolaridade – *duo jihua*), a salvaguarda e prossecução do superior interesse nacional passa por desenvolver e implementar uma estratégia de *balancing of threat* face à primazia regional dos EUA, segundo duas dimensões concatenantes, de acordo com o objectivo de longo prazo da sua grande estratégia: *balancing* positivo militar interno e *balancing* negativo não militar (2013b, online).

Em termos de capacidades militares em nível global, segundo a lista elaborada e publicada pelo *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) em 2021, que inclui os quinze maiores orçamentos militares do mundo em 2020 com base nas taxas de câmbio do

mercado no momento da realização do estudo, a China permanece sendo a detentora do segundo maior orçamento militar do mundo, tendo uma despesa de US\$ 252 bilhões, o que equivale a 1,9% de sua economia. Os EUA são os líderes do ranking, tendo uma despesa de cerca de US\$ 778 bilhões, que equivale a 4,4% do PIB nacional (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2021).

Os EUA detêm o maior orçamento militar do mundo, além de serem o segundo país com mais ogivas nucleares, e aumentam gradativamente o percentual do PIB destinado a despesas militares. Por outro lado, a China se mantém como o país mais populoso do mundo e, conseqüentemente, possui o maior exército, além de incrementar suas capacidades militares automaticamente devido ao seu sucesso econômico (mesmo não alterando o percentual do PIB dedicado ao orçamento das forças armadas). A maior potência militar do mundo, devido ao seu fracasso econômico, se força a aumentar porcentagens de canalização de recursos às forças armadas para fazer a manutenção do equilíbrio de poder, enquanto o sucesso econômico da nascente potência asiática já traz incrementos à riqueza das forças armadas mesmo sem alteração arbitrária em porcentagens de canalizações. Esse panorama pode mudar na medida em que a economia chinesa mantiver taxas de crescimento econômico superiores às dos EUA e decidir aumentar o percentual de investimentos do PIB no orçamento militar – o que significaria uma arriscada pressão estrutural no equilíbrio de poder em sentido realista.

Carriço (2013b) enquadra as modalidades de *balancing* (equilíbrio de poder) positivo ou negativo de tipo militar e não militar. No caso militar interno e externo positivo ou negativo há significação respectiva de movimentações que levam a incrementos em orçamentos e tecnologias militares simultâneos à formação de alianças ou bloqueios a transferências de armas para inimigos concomitantes a transferências de armas para inimigos de um rival. Um *balancing* não militar positivo equivale à decisão interna de desenvolvimento de tecnologia útil à cadeia produtiva da indústria bélica (direta ou indiretamente) e externamente por transferência destas para aliados; e em sua forma não militar, o *balancing* negativo se dá por decisões internas de sanções econômicas e embargos e externamente por não-cooperação e histórico de constrangimentos institucionais e comerciais. Nesse sentido, os EUA apresentam uma vantagem de equilíbrio de poder devido à sua abordagem historicamente belicosa e expansionista sobre a Ásia que ganhou impulso no desfecho da Segunda Guerra Mundial em 1945. A China ainda precisa avançar em muitas dimensões qualitativas e quantitativas para contrabalancear com os americanos. Para aplicar esse quadro

analítico com base no trabalho de Carriço (2013b), faremos uma atualização tendo em vista as mudanças conjunturais ocorridas no equilíbrio de poder entre RPC e EUA.

Tabela 6 – Equilíbrio de poder entre China e Estados Unidos

Tipos de <i>balancing</i>	Positivo		Negativo	
	Militar	Não militar	Militar	Não militar
China	Interno: Modernização militar; estratégia de negação de acesso	Interno: Desenvolvimento tecnológico	Interno: Venda de armas para inimigos do rival	Interno: Não cooperação estratégica
	Externo: Aliança militar com a Rússia	Externo: Transferência de tecnologia para aliados	Externo: Inexistente	Externo: Constrangimentos institucionais e comerciais
Estados Unidos	Interno: Modernização militar	Interno: Desenvolvimento tecnológico	Interno: Venda de armas para inimigos do rival	Interno: Sanções e embargos; não cooperação estratégica
	Externo: AUKUS, QUAD e TPP	Externo: Transferência de tecnologia para aliados	Externo: Embargo do armamento direcionado ao rival	Externo: Constrangimentos institucionais e comerciais

Fonte: Elaboração própria a partir da atualização da tabela desenvolvida por Carriço

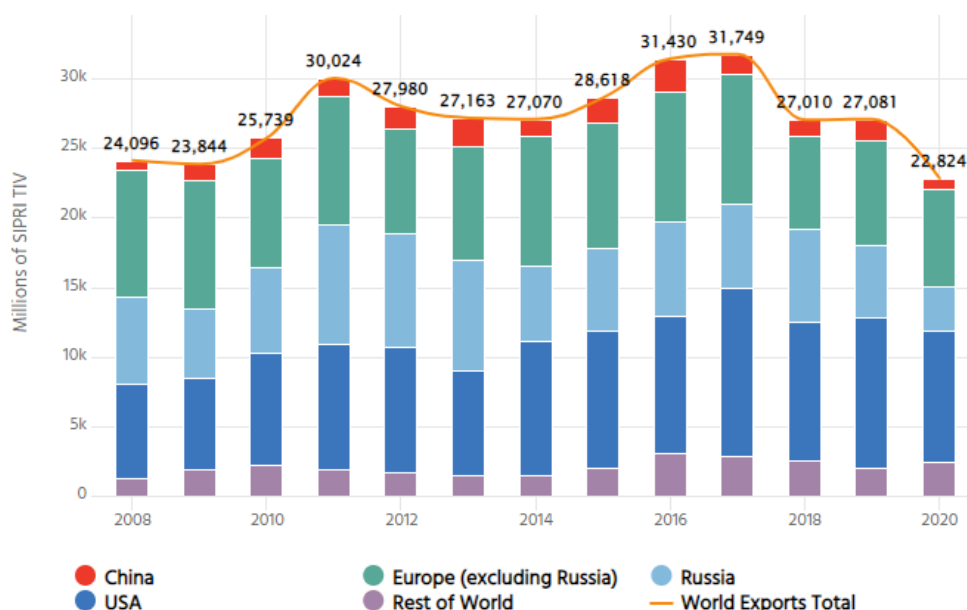
Desde os incidentes na praça da Paz Celestial a China sofreu um embargo comercial que a levou a depender da Rússia para importar armas (SANJUAN et al, 2009, p. 214). Sendo desde 2008 até 2020, em média, a terceira maior produtora de armas, a Rússia desenvolveu uma relação de complementaridade com a China através desta indústria, pois ela mesma tem uma produtividade bélica bastante limitada em comparação com Europa e EUA, que são os maiores produtores, revezando o primeiro e o segundo posto no índice do projeto *China Power Team* (2021) do *Center for Strategic and International Studies*.

Quanto à sinérgica relação bélico-industrial construída entre China e Rússia, é fundamental mencionar que avançou a um novo patamar. Em fevereiro de 2022, as duas potências publicaram uma declaração que anuncia uma aliança “sem limites” – isto significa que todos os âmbitos estão incluídos, e isso envolve também as áreas de energia, tecnologia, segurança e estratégia. No documento Taiwan é mencionada como parte inalienável da China, a expansão da OTAN é rechaçada e uma nova ordem internacional multipolar é anunciada

(DUCHIADE, 2022). Em um contexto em que Rússia e Ocidente acirraram suas relações a China tomou lado, comprovando a assertividade recomendada por Yan (2014b). Sendo assim, é válido interpretar que finalmente existe uma abordagem de aliança estratégica no eixo sino-russo, que antes estava restrito às instituições de segurança que praticamente apenas estavam voltadas ao combate ao terrorismo, como a OCX.

Conforme argumenta o professor Diego Pautasso (2019), a integração eurasiática que consolidou o eixo sino-russo recriou a percepção de ameaça aos interesses anglo-saxônicos que foi formulada por Mackinder (2004) no âmbito da Geopolítica clássica através do conceito de *Heartland*. Por outro lado, a política de contenção dos atores líderes da Eurásia por parte dos EUA visa restabelecer moldes securitários da Guerra Fria. Trata-se de um resultado dinâmico que envolve a área de securitização, entrelaçada com as potencialidades da nova Revolução Científico-Tecnológica, e é derivado da transição sistêmica pela qual o mundo está passando.

Figura 17 – Exportações globais de armas de 2008 a 2020¹⁰⁰



Fonte: CHINA POWER TEAM, 2021.

Quanto às exportações do equipamento militar que produz, os maiores clientes da indústria bélica chinesa são principalmente países do sul da Ásia, com destaque de Paquistão,

¹⁰⁰ O SIPRI mede o fluxo internacional de armas em TIV (valores indicadores de tendência) – uma medida exclusiva desenvolvida pelo SIPRI com base em estimativas de custo de produção de várias armas. Os TIVs não medem diretamente o valor financeiro de uma venda de armas em uma moeda específica, mas permitem comparações entre países e ao longo do tempo (CHINA POWER TEAM, 2021, online, tradução nossa).

Bangladesh e Mianmar (CHINA POWER TEAM, 2021). Oficialmente esses laços militares são justificados por uma meta comum de combate ao terrorismo, mas produzem automático equilíbrio de poder com a Índia, que está envolvida no QUAD e possui um histórico de guerra com a China desde 1962, quando não conseguiu dominar território de Aksai Chin e permanece com essa pendência (KISSINGER, 2011). Ainda que a Índia seja membro dos BRICS, as relações com a China não são plenamente positivas, possuem ambiguidades estratégicas. Atualmente o país já se enquadra na tática de *bandwagoning*¹⁰¹ com os EUA e é um potencial candidato a aceitar futuramente uma posição tática de *buck-passing*¹⁰² para lutar uma guerra por procuração com a China em nome do *offshore balancer*¹⁰³ estadunidense. A RPC responde a isso através do envolvimento de laços profundos com o Paquistão, que aparece como o maior portador de investimentos da BRI e de seu maior projeto infraestrutural, a saber, o Corredor Econômico China-Paquistão (AMIGHINI, 2017). Em compensação é importante destacar que o Paquistão é um país detentor de armas nucleares, então uma dissuasão estratégica está garantida no sul asiático. As dinâmicas de equilíbrio de poder nessa região persistem mais por causa de induções dos EUA, pois a causa de securitização contraterrorista tem legitimidade comprovada se for considerada a realidade social paquistanesa.

Diante da viabilidade reduzida de uma guerra de forças terrestres indianas contra a RPC, segundo Mearsheimer (2014a) a maior probabilidade é que seja desencadeado um conflito controlado com algum dos aliados dos EUA nos mares meridional e do leste da China e, em especial, no estreito de Taiwan. Em um primeiro momento, as batalhas serão totalmente marítimas ou anfíbias, caso haja uma ofensiva mais ousada por qualquer uma das partes. Se a guerra for “controlada”, não atingindo uma magnitude intensa, não chegará a envolver forças de mobilização terrestre. Sendo assim, é relevante mencionar que, segundo o último relatório *The Military Balance*:

A transformação naval da China nos últimos anos foi notável e rápida em qualquer medida. O pleno desenvolvimento das capacidades da Marinha do Exército de Libertação Popular (PLA) exigirá, no entanto, mais investimentos, principalmente em treinamento. No entanto, a marinha pode estar em um estágio importante no desenvolvimento de sua força. A produção de construção naval da China continua prodigiosa. A capacidade perto do mar foi reforçada, com 72 corvetas Tipo-056/056A colocadas em serviço desde 2012. Mas o comissionamento do

¹⁰¹ Aliança defensiva com o rival da potência revisionista que leva ao fornecimento de recursos para que o equilíbrio de poder se torne multilateral (MEARSHEIMER, 2001, p. 267).

¹⁰² Tática arriscada e emergencial em que uma grande potência hegemônica transfere recursos para que um rival próprio (menos perigoso em curto prazo) guerree com uma potência que esteja ameaçando sua hegemonia de maneira mais decisiva (MEARSHEIMER, 2001, 139).

¹⁰³ Potência hegemônica que busca equilibrar poder por fora do continente para evitar que tal também alcance um estatuto hegemônico (MEARSHEIMER, 2001).

primeiro navio de assalto anfíbio de grande porte Tipo-075 com capacidade de aviação, o desenvolvimento contínuo de porta-aviões e o comissionamento de um número crescente de fragatas e destróieres refletem esforços determinados para desenvolver uma marinha de águas azuis. No final de abril, na presença do presidente Xi Jinping, a Marinha encomendou simultaneamente seu terceiro cruzador Type-055, um submarino de mísseis balísticos Type-094 e o navio de assalto anfíbio.

É importante ressaltar que, além do comissionamento de novas embarcações, a retirada de plataformas legadas continuou. A última fragata Type053H1 em serviço provavelmente será desativada em breve. Enquanto isso, a Guarda Costeira da China é um componente importante de uma estratégia marítima de três camadas ao lado da marinha e da milícia marítima. A introdução de dois cortadores da classe Zhaotou com mais de 12.000 toneladas foi particularmente notável; estes são os maiores navios da guarda costeira do mundo (INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2022, p. 6, tradução nossa).

A análise de Flournoy (2020) sobre os limites da Marinha do ELP também deve ser reiterada. Mesmo tendo o maior contingente de oficiais do mundo, a maior quantidade de navios e submarinos, o ELP ainda não possui uma doutrina naval para grandes e rápidas operações capazes de lidar com a Marinha dos EUA e apenas possui dois porta-aviões não nucleares em operação enquanto os EUA possuem 11 porta-aviões nucleares operacionais (FLOURNOY, 2020). A China é uma grande potência, mas ainda se encontra em estado de desenvolvimento, e precisa de tempo para acumular ainda mais capacidades para poder enfrentar os EUA no futuro com maiores chances de sucesso. Por ora, quaisquer mobilizações de modernização militar significam etapas de um processo de longa duração.

Os debates sobre como os EUA devem lidar com a ascensão chinesa ganharam força no século XXI, compondo uma literatura crescente. É devido a essa dimensão do poder da RPC, que é estrategicamente explorada e aprofundada, que os EUA perceberam que não há outra maneira de tentar evitar o processo de ascensão da China senão nesse terreno. Ou os EUA aceitam o desafio econômico ou deverão partir para a guerra, que é uma alternativa fomentada como altamente provável ou praticamente inevitável por proeminentes intelectuais, como Mearsheimer (2001).

O professor de Harvard, Graham Allison (2020), avalia que essa não é a única possibilidade, e insiste na permanência de uma alternativa diplomática e econômica, então o jogo da “geoeconomia” sistematizada por Luttwak (1990) pode e deve ser jogado. Todavia, o pano de fundo é, de fato, perigoso: “Quando uma potência em ascensão ameaça substituir a potência dominante, os sinos alertam o perigo iminente. China e Estados Unidos estão em rota de colisão – a menos que ambos tomem medidas difíceis e dolorosas para evitar uma guerra” (ALLISON, 2020, p. 7).

O professor Allison desenvolveu com seus alunos pesquisadores de Harvard o Projeto “Armadilha de Tucídides” para investigar a aplicabilidade deste padrão milenar à atual conjuntura da ordem internacional e às relações China-EUA. O resultado do projeto é o livro “A Caminho da Guerra: os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da Armadilha de Tucídides?”. O projeto identificou 16 casos em que a ascensão de uma potência emergente causou um estresse estrutural na potência dominante: 12 dessas rivalidades culminaram em guerra, e 4 não. Conclusivamente, o exercício diplomático bem-sucedido traz a possibilidade minoritária de uma ascensão pacífica da China se forem considerados padrões enquadrados pela metodologia da “história aplicada”, que quantifica através de uma abordagem particularmente behaviorista as ocorrências de guerras entre potências ascendentes e hegemônicas.

Figura 18 – Estudos de caso da Armadilha de Tucídides

	Period		Ruling Power	Rising Power		Result
1	First half of 16th century		France	Hapsburgs		War
2	16th–17th centuries		Hapsburgs	Ottoman Empire		War
3	17th century		Hapsburgs	Sweden		War
4	17th century		Dutch Republic	England		War
5	Late 17th–early 18th centuries		France	Great Britain		War
6	Late 18th–early 19th centuries		United Kingdom	France		War
7	Mid-19th century		United Kingdom, France	Russia		War
8	19th century		France	Germany		War
9	Late 19th–early 20th centuries		Russia, China	Japan		War
10	Early 20th century		United Kingdom	United States		No war
11	Early 20th century		Russia, U.K., France	Germany		War
12	Mid-20th century		Soviet Union, U.K. France	Germany		War
13	Mid-20th century		United States	Japan		War
14	1970s–1980s		Soviet Union	Japan		No war
15	1940s–1980s		United States	Soviet Union		No war
16	1990s–present		United Kingdom, France	Germany		No war

Fonte: ALLISON, 2015.

É exatamente a estatística produzida pelo projeto Armadilha de Tucídides que comprova que a inflexível previsão realista ofensiva de Mearsheimer não está invariavelmente correta. Então é possível que uma potência ascenda pacificamente, sem entrar em guerra com

a potência hegemônica do sistema internacional – mas nada garante que no caso da relação China-EUA o desfecho buscado pelo gigante asiático será alcançado. Contudo, é importante salientar que Allison (2020) não inclui guerras por procuração como guerras entre grandes potências. Para o professor, a relação entre a URSS ascendente e os EUA hegemônicos não foi imbuída de um conflito. E outro fato que deve ser salientado é que depois que foram desenvolvidas as armas nucleares não ocorreram mais guerras diretas entre grandes potências.

Em “A China Venceu?” Kishore Mahbubani (2021) traz um panorama conciliador que pondera a inevitabilidade da guerra. Há na perspectiva do professor um alinhamento intencionalmente isento ao analisar criticamente o interregno hegemônico e as características internas das potências em competição. As críticas à China de Xi Jinping desferidas por Kishore tendem a enfatizar os incômodos causados pelo fato de a China não ser uma democracia liberal e por ter perdido apoio da burguesia americana. Por outro lado, as críticas aos EUA partem do raciocínio de que os problemas econômicos e infraestruturais domésticos são condicionantes de uma conduta externa agressiva que, porém, não devem ser superados se o foco de prioridades da agenda estatal não for revertido para dentro.

Trazendo uma contribuição ambígua e historicamente profunda sobre a processualidade em vigor, Mahbubani (2021, p. 173) faz um balanço de prós e contras nas atuações dos EUA e da China. Assim, critica a ausência de liberdades políticas para eleger representantes executivos e organizar partidos na RPC (o que é uma meia-verdade, já que eles podem existir desde que tenham uma função consultiva (XI, 2019a)), mas reconhece a confiabilidade no governo devido aos recentes avanços sociais e à justiça social que trazem ao país unidade e estabilidade relevantes para a ascensão no sistema de Estados, citando pesquisas independentes que apontam para essa realidade – Mahbubani (2021, p. 173) cita uma pesquisa publicada pela Forbes em 2018, por exemplo, que aponta que o governo do PCCh possui 84% de confiabilidade, enquanto o dos EUA aparece com apenas 33%. Ao captar a retórica ocidental que justifica a contenção à China através da condenação de seu sistema político e a avalia criticamente, o professor cingalês a analisa e conclui que é uma pauta que deveria ser dispensada da agenda política americana. Apesar dos limites, o sistema político chinês é amplamente aceito por uma população consciente sobre a importância de manter a unidade nacional, e para isso deve ser conduzida por um Estado forte. O senso comum chinês teme o retorno do período de fragmentação, colonialismo, pobreza, fraqueza e exploração que foi visto durante a Dinastia Qing devido à intervenção de um Ocidente que já era regido pelos valores do liberalismo.

Sobre esse assunto é fundamental mencionar a obra “*The Great Delusion*”, de Mearsheimer (2018), que sistematiza o fracasso do projeto de universalização das democracias liberais no sistema internacional iniciado no contexto que sucedeu a Guerra Fria. O autor realista identifica no livro que a despeito de todos os financiamentos do *National Endowment for Democracy* e da política externa baseada em trazer “democracia e liberdade” para o mundo, o número de democracias foi reduzido entre 2006 e 2016 (MEARSHEIMER, 2018, p. 201). O nacionalismo e o realismo são forças mais efetivas para moldar a realidade internacional, enquanto o liberalismo expansionista dos EUA serve apenas como uma retórica subordinada a interesses geoestratégicos. Mahbubani (2021) ressalta que as lideranças do PCCh têm ciência sobre isso e têm razão ao enxergar as ofensivas liberais como facetas de uma meta de enfraquecimento da RPC, de cisão da unidade nacional (conquistada com tanto sacrifício) e de um possível retorno ao século da humilhação. Um erro estratégico que o professor cingalês aponta por parte da RPC apenas sugere, conclusivamente, que instituições democráticas “com características chinesas” sejam construídas através de reformas, somente, sem a remoção do PCCh do poder, dado o seu amplo apoio popular.

Quanto à outra crítica, Mahbubani avalia que a liderança de Xi Jinping poderia e deveria conquistar apoio na sociedade civil e política estadunidense, e a falta disso gera a rivalidade entre potências. Para o autor, o fato de haver uma postura bipartidária sobre o enfrentamento à China seria uma evidência de um erro da diplomacia dinâmica da RPC. Um fato que fragiliza essa crítica é o crescente desenvolvimento econômico e social da China estar sendo determinado por uma burocracia estatal que coordena a burguesia nacional e o mercado (vide os Grandes Conglomerados Empresariais Estatais) para que avance o processo de construção de uma nova formação econômico-social que não mais satisfaz por completo as exigências da burguesia estrangeira (JABBOUR; GABRIELE, 2021). Os modos de produção chineses, em sua unicidade, ainda seguem projetos de longo prazo que incomodam concorrentes da área de tecnologia, por exemplo, através dos resultados que estão sendo colhidos pelo *Made in China 2025*¹⁰⁴, que refletem em aumento de complexidade econômica devido a avanços substanciais em indústrias de ponta (OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2020). Esse processo atinge o cerne estrutural da hegemonia dos EUA,

¹⁰⁴ Refere a uma estratégia de dez anos que estabelece prioridade em dez setores econômicos, como aeroespacial e aviação, máquinas e robótica de ponta, veículos de energia inovadora, tecnologia da informação avançada e dispositivos médicos de alto desempenho etc. O objetivo é criar tecnologias e marcas nacionais, substituindo tecnologias estrangeiras e conquistar participação original no mercado global. É esperado que até 2025 os produtos dessas indústrias subam para 70%. O método do projeto consiste em investimentos estatais bilionários (ECONOMY, 2018, p. 119).

envolvendo sociedades civil e política (essencialmente interligadas). É por isso que invariavelmente há apoio unânime da burguesia estadunidense e dos partidos Democrata e Republicano sobre a contenção ao gigante asiático. É exatamente um desfecho processual “pró” do primeiro ponto crítico levantado pelo professor cingalês que reduz consideravelmente a possibilidade de manter boas relações estruturais com o empresariado e a sociedade política dos EUA.

Uma questão legítima é: como cada um dos partidos pretende tentar evitar o crescimento chinês? Os esforços diplomáticos para evitar uma guerra entre grandes potências não podem ser medidos pelo simples fato de haver consenso bipartidário sobre a oposição geopolítica à China, pois as abordagens partidárias são diferentes, apesar de concordarem em princípio. Foi a presidência de Obama que iniciou a política de “Pivô para a Ásia” em 2014, buscando construir alianças militares com a circunvizinhança chinesa, e isso foi retomado e aprofundado através de medidas como o QUAD¹⁰⁵, a AUKUS¹⁰⁶ e a Parceria Transpacífica¹⁰⁷ no governo de Biden. O governo de Trump, por sua vez, trouxe um enfoque comercial na disputa contra os chineses, aceitando o desafio geoeconômico. O primeiro grupo aposta ainda em pressões militares, enquanto o segundo pretende competir no campo da economia, não se aproximando tanto de uma tendência belicista. E talvez seja por esse motivo que “a China votou vermelho” em 2020, por enxergar que a vitória de Trump traria mais estabilidade para a RPC, manteria a tendência de transição de liderança e afastaria o risco de guerras, conforme observou Magnoli (2020) na época das eleições a partir de uma citação a Yan Xuetong.

No âmbito comercial e financeiro os chineses tendem a derrotar os EUA e atingir o objetivo de ascender pacificamente, pois os EUA estariam sucumbindo (marcadamente desde o ponto de virada da crise financeira global de 2008) – e essa é a rota de transição para que novas ordens internacionais sejam construídas, conforme aponta Yan (2019). Por parte dos democratas conscientes sobre o esvaziamento de alternativas de contenção branda, um cenário de guerra pode ser construído e atentar contra o planejamento de desenvolvimento pacífico, por exemplo, por estímulos separatistas e por pressões de potências vizinhas envolvidas em alianças militares. Conforme apontam Yan e Qi (2012), os chineses esperam dos EUA uma

¹⁰⁵ O Diálogo de Segurança Quadrilateral, chamado brevemente de “Quad”, é uma aliança militar entre EUA, Índia, Japão e Austrália fundada em 2007 e refundada em 2017 (mas que ganhou ímpeto com reuniões de maior impacto em 2021).

¹⁰⁶ Aliança militar entre EUA, Reino Unido e Austrália que foi oficializada a em 2021.

¹⁰⁷ Em tese é um acordo comercial firmado em 2015 com os países do sudeste asiático, mas serve para complementar um equilíbrio de poder com a BRI em meio à crescente pujança comercial e financeira protagonizada pela RPC.

disputa nos setores da economia e das instituições internacionais, principalmente, e não uma guerra, fazendo uma analogia entre uma preferível partida de futebol e uma indesejável luta de boxe.

O estresse estrutural gerado pela ascensão chinesa independe da forma como a RPC se comporta, pois já é uma realidade. O que pode variar são as crises conjunturais, somente. Yan (2014b, p. 158) é perspicaz ao observar que desde a aplicação da estratégia de ascensão discreta por Deng Xiaoping a partir do final do século XX o crescimento econômico robusto do gigante asiático já despertava desconfiança em analistas ocidentais que enxergavam já uma conspiração nesse processo. O abandono dessa estratégia por Xi Jinping em 2013 e a consequente adoção de uma política externa assertiva não deixou de tornar as relações diplomáticas da China com seus vizinhos muito melhores do que na década de 1990 (com exceção de Japão e Filipinas). O multilateralismo chinês evoluiu para patamares institucionais e comerciais nunca atingidos antes.

Kishore Mahbubani (2021) aponta acertadamente para uma indesejável aproximação da armadilha de Tucídides em vigor, e seus argumentos para que um desvio dela seja planejado constam em uma proposta de canalização de prioridades para a dimensão doméstica através da aceitação de uma nova configuração mundial bipolar que poderia restaurar as relações sino-americanas de modo que até passassem a se complementar. O abandono do *low profile* e a conseguinte busca pela conquista que ganhou lugar no governo de Jinping tem seus riscos, mas em compensação se dá em um momento em que a probabilidade de uma guerra direta já foi reduzida devido aos termos de elevação de poder e à dissuasão nuclear, e também significa um primeiro passo para construir normas internacionais alternativas que podem acelerar o processo de crescimento da RPC através de reformas assertivas na ordem internacional (YAN, 2014b). O desvio da armadilha talvez não deva se dar pelo retorno ao *low profile*, mas sim evitando algum estopim conjuntural no estreito de Taiwan ou nos Mares do Sul e do Leste através de articulações para construir melhores relações com o PDP e manter os avanços já conquistados com o KMT, e pela persistência em táticas de aproximação institucional e econômica à ASEAN e ao Japão.

Conclusivamente, os riscos de guerra entre China e EUA de fato são observáveis, conforme aponta Allison (2020, p. 19). As relações de equilíbrio de poder têm lugar nas dimensões reais do Mar do Sul e do Leste da China, no ciberespaço e na economia. Todavia, a maior recomendação feita por Graham é de evitar a construção de um estopim conjuntural em

meio a um cenário estrutural já estressado. O fatalismo de Mearsheimer (2001) é reducionista e mecanicista ao superestimar a estrutura anárquica e, por isso, traz uma conclusão sobre a alta probabilidade de um conflito sino-americano que, porém, normaliza algo que deveria ser evitado. A lógica de internalização trazida por Mahbubani (2021) é profunda ao apresentar as vantagens de uma metodologia de análise histórica que enfatiza a indisposição dos chineses para dar forma a um estopim capaz de dar início a uma guerra e critica a presunção americana. E as recomendações de Yan Xuetong (2019) que exploram a busca pela conquista do estatuto de liderança na ordem internacional têm um peso de risco porque escancaram o equilíbrio de poder em vigor (antes latente), mas podem ser necessárias em um ambiente em que a transição de liderança já está ocorrendo em termos de equilíbrio de poder – e a passividade pode ser mais perigosa do que a imposição.

O que é certo é que o futuro das relações entre China e EUA vai depender muito dos esforços diplomáticos e táticos que ocorrem sobre as perigosas pressões estruturais já dadas na contemporaneidade. Mas há nessa correlação de forças atual um risco menor de guerra direta entre duas grandes potências do que o que poderia existir se ainda não tivessem sido desenvolvidas as armas nucleares, então o que é mais provável que ocorra é, no máximo, uma guerra por procuração através da exploração da questão de Taiwan ou a partir do envolvimento de rivais históricos da RPC, como Japão e Índia.

5 A GEOPOLÍTICA DA *BELT AND ROAD INITIATIVE* VISTA PELOS REALISMOS OFENSIVO E MORAL

Neste capítulo consta a definição objetiva da *Belt and Road Initiative* a partir de suas características principais e correlacionáveis com os referenciais teóricos da presente pesquisa. Na primeira parte a composição objetiva do projeto infraestrutural é apresentada através de características qualitativas e quantitativas anunciadas oficialmente e materializadas praticamente. Na segunda parte é discutida a acepção geopolítica inerente à iniciativa. Na terceira e na quarta, a fundamentação da iniciativa é discutida pelos vieses dos realismos ofensivo e moral. O objetivo é compreender exatamente o que a *Belt and Road Initiative* representa em termos geopolíticos relacionados com as teorias realistas em uso.

5.1 COMPOSIÇÃO OBJETIVA

A evolução do processo de ininterrupto crescimento econômico da China desde o final do século XX é o pano de fundo da elaboração da *Belt and Road Initiative*. A (re)ascensão chinesa está acontecendo em um ambiente econômico internacional multilateralista e institucionalista no qual a RPC conseguiu se inserir de maneira bem-sucedida até o ponto em que cooptou essas entidades a favor de si no desdobramento de um projeto de longo prazo de desenvolvimento em *low profile* que foi iniciado no governo de Deng Xiaoping (1978-1992). Na virada do século, na medida em que o crescimento do país persistia, a orientação da inserção internacional chinesa se deslocava até conformar um projeto de *striving for achievement* (YAN, 2014b).

Em 7 de setembro de 2013, o presidente Xi Jinping (2019a) visitou a Universidade Nazarbayev, no Cazaquistão, onde fez o discurso “Promover a amizade entre nossos povos e trabalhar juntos para construir um futuro brilhante” e anunciou o megaprojeto “Cinturão Econômico da Rota da Seda”. De acordo com as palavras do presidente Xi:

No decorrer de milhares de anos, os povos dos diversos países ao longo da antiga Rota da Seda escreveram juntos um capítulo de amizade. Essa história de intercâmbio com mais de 2.000 anos demonstra que nações de raças, crenças e culturas diferentes podem compartilhar a paz e o desenvolvimento com base na união e confiança mútua, na igualdade e benefício recíproco, na inclusão e assimilação mútua e na cooperação ganha-ganha. Isto é uma inspiração preciosa legada pela antiga Rota da Seda [...]

Tendo em vista o estreitamento dos laços econômicos, da cooperação a nível mais elevado e de maiores espaços de desenvolvimento entre nós, países eurasiáticos, podemos recorrer a um modelo inovador de cooperação e construir conjuntamente um Cinturão Econômico da Rota da Seda. Trata-se de um grande empreendimento

que beneficiará os povos dos países ao longo desta rota. Para transformar isso em realidade podemos começar a partir de várias áreas específicas e, passo a passo, estender a cooperação para toda a região. Primeiro, reforçar a comunicação a respeito das políticas [...] Segundo, reforçar a interconexão das estradas [...] Terceiro, reforçar o livre fluxo de comércio [...] Quarto, reforçar a circulação da moeda [...] Quinto, aumentar o entendimento entre os nossos povos (2019a, p. 346-349).

A proposta de Xi Jinping em 2013, porém, ainda era embrionária. O nome então dado era Cinturão Econômico da Rota da Seda porque por ora incluía somente o Oriente Médio. Todavia, já se apresentou como uma medida de expansão da União Econômica Eurasiática de cunho inovador para estimular a ampliação da escala do desenvolvimento regional cooperativo. Acima de tudo, o projeto sistematiza o maior corredor econômico do mundo e, potencialmente, o mais dinâmico, conectando a região Ásia-Pacífico a leste com as economias europeias no lado oeste (CHINA INTERNATIONAL PUBLISHING GROUP, 2016, p. 5).

Um pouco antes de completar um mês da viagem ao Cazaquistão, em 3 de outubro de 2013, na ocasião do décimo aniversário da Parceria Estratégica China-ASEAN, Xi Jinping foi à Indonésia e discursou no Congresso Nacional para declarar a inauguração iminente da Rota da Seda Marítima. Sua fala foi transcrita no texto “Construir juntos a Rota da Seda Marítima do Século 21” presente em *A Governança da China*. Xi propôs uma associação da RPC à ASEAN para construir uma rota que atravessa o sudeste asiático pelo Mar Meridional da China, compondo o braço marítimo de um projeto mais amplo. Para definir os fundamentos inclusivos, brandos, não intervencionistas e integrativos dessa nova rota:

No mundo inteiro não existe um modelo de desenvolvimento universalmente aplicável a todos, nem um caminho invariável para se desenvolver [...] Devemos respeitar o direito de cada um de escolher o seu sistema social e o seu caminho de desenvolvimento, bem como os esforços e práticas de cada um para promover o seu desenvolvimento econômico e social e melhorar a vida do seu povo [...]

A região do Sudeste Asiático é, desde a Antiguidade, um ponto importante de conexão na Rota da Seda Marítima. A China está disposta a fortalecer a cooperação no âmbito marítimo com os países da ASEAN, utilizando de forma correta o Fundo da Cooperação Marítima China-ASEAN criado pelo governo chinês em busca da parceria marítima, e construindo conjuntamente a Rota da Seda Marítima do Século 21. A China está disposta a ampliar a cooperação pragmática em todas as áreas com os países da ASEAN para trocar o que temos pelo que não temos, complementar um ao outro, compartilhar as oportunidades, enfrentar os desafios e alcançar conjuntamente o desenvolvimento e a prosperidade comum (XI, 2019a, p. 351-353).

As seguintes medidas e finalidades foram anunciadas para executar o projeto no âmbito marítimo: “Primeiro, construir as relações de confiança e de boa vizinhança [...] Segundo, aderir à cooperação ganha-ganha [...] Terceiro, estar juntos e ajudar mutuamente [...] Quarto, manter uma afinidade mútua [...] Quinto, ser aberto e inclusivo” (XI, 2019a, p. 354). Da mesma forma que o cinturão terrestre, a rota marítima pretende oficialmente

estabelecer maior conectividade entre Ásia e Ocidente, partindo, contudo, através do sudeste asiático como nexo de interação. Assim, deverá ser criada em longo prazo uma rede de mercados interconectados entre ASEAN, Sul da Ásia, Eurásia, Norte da África e Europa, além de uma parceria estratégica no Mar do Sul da China e nos oceanos pacífico e indiano (CHINA INTERNATIONAL PUBLISHING GROUP, 2016, p. 5).

Unindo os braços terrestre e marítimo foi formulado um único projeto intitulado *Yīdài yīlù* (一带一路 – Um Cinturão, Uma Rota). Entretanto, devido à dificuldade de traduzir esse título para o máximo possível de países com a preservação dessa acepção levou à reformulação do nome global para *Belt and Road Initiative*. Ademais, semanticamente a palavra “Um” tem um peso centralização que soaria inadequado à pretensão do megaprojeto (AMIGHINI, 2017, p. 15). As significações retóricas da BRI devem ser compreendidas dentro da política externa do governo de Xi Jinping, que tem como conceito principal a *Rénlèi mìngyùn gòngtóngtǐ* (人类命运共同体 – Comunidade de Destino Comum). A ideia é promover o desenvolvimento econômico e social dos países pobres sob coordenação da China através de formas de relacionamento multilateralistas e inclusivas de cunho ganha-ganha. A respeito disso foram formulados conceitos subjacentes: comunidade de interesses e responsabilidades compartilhados.

Ao contextualizar o nome “rota da seda” em sua referência histórica milenar¹⁰⁸ enraizada na relação da China com o Oriente Médio (não à toa foi anunciada no Cazaquistão), observa-se que remete a uma prática de globalização humana intimamente ligada à Antiguidade, e significa um conceito vivo no espaço-tempo que tem como acepção a integração de grandes espaços e o retorno ao passado na medida em que o País do Meio reascende (XIANGRONG, 2019). Posto isso, outra caracterização governamental relevante sobre a BRI advém do conceito de *Sī lù jīngshén* (丝路精神 – Espírito da Rota da Seda), que traz uma principiologia globalizante. De acordo com o livro da BRI lançado pelo *China International Publishing Group*¹⁰⁹ (2016, p. 9), o conceito é incorporado com solidariedade, confiança mútua, igualdade, benefício mútuo, inclusão, disposição de aprendizagem mútua e cooperação em encontrar soluções ganha-ganha. O objetivo é alcançar paz e prosperidade comum entre povos de diferentes etnias e tradições culturais e religiosas. O Espírito da Rota da Seda dá primazia ao direito de todos os Estados de escolherem seus próprios sistemas

¹⁰⁸ A Rota da Seda emergiu há mais de 2100 anos, durante a Dinastia Han (206 a.C. - 220 d.C.), quando o diplomata Zhang Qian (164 a.C.-114 a.C.) visitou a Ásia Central. A porta de engajamento diplomático, econômico e cultural entre China e Ásia Central se tornou uma ponte entre Ásia e Ocidente (CHINA INTERNATIONAL PUBLISHING GROUP, 2016, p. 5).

¹⁰⁹ A organização de publicação em língua estrangeira de propriedade do PCCh.

sociais, uma rejeição aguda da agenda expansionista da democracia liberal e ocidental (WILSON, 2019).

Em 5 de junho de 2014, na cerimônia inaugural da 6ª Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação China-Estados Árabes, Xi proferiu o discurso “Fomentar o ‘espírito da Rota da Seda’ e aprofundar a cooperação entre a China e os países árabes”:

Para cumprir nossa missão de revigoramento nacional e enfrentar os desafios, devemos desenvolver o "espírito da Rota da Seda", reforçar o desenvolvimento e a cooperação, assim como aprofundar as relações estratégicas sino-árabes em busca da cooperação global e do desenvolvimento comum [...] Para desenvolver o "espírito da Rota da Seda", é preciso promover o aprendizado mútuo entre as civilizações. As civilizações humanas não se diferenciam por ser melhores ou piores, mas se enriquecem pelo intercâmbio [...] é preciso respeitar o direito de escolher o próprio caminho de desenvolvimento [...] é preciso aderir à cooperação de benefício mútuo [...] é preciso preconizar o diálogo e a paz (XI, 2019a, p. 377-378).

Dois anos depois, em 29 de abril de 2016, Xi Jinping presidiu a 31ª sessão de estudo coletivo do Politburo do 18º Comitê Central do PCCh e proferiu o discurso “Iniciativa Cinturão e Rota, reforma e desenvolvimento”, buscando afirmar um caráter holístico na BRI ligado aos conceitos de Comunidade de Destino Comum e de sonho chinês:

A antiga Rota da Seda foi mais uma via de amizade do que uma via de comércio. Durante os contatos amigáveis entre a nação chinesa e os outros povos, tomou forma o espírito da Rota da Seda, caracterizado por paz, cooperação, abertura, inclusão, aprendizagem mútua e benefício mútuo. Ao formularmos a iniciativa "Cinturão e Rota" diante de uma nova situação, queremos herdar e dar continuidade a esse espírito, combinar o desenvolvimento da China com o de outros países ao longo do Cinturão e da Rota e conectar o sonho chinês com os sonhos de outros povos, dando uma nova conotação à antiga Rota da Seda (XI, 2019a, p. 614-615).

Para esclarecer e oficializar os princípios, objetivos e mecanismos da iniciativa, em 28 de março de 2015 foi emitido no ato da realização do Fórum Boao para a Ásia um *white paper* intitulado “*Joining Hands to Build a Silk Road Economic Belt and a 21st-Century Maritime Silk Road – Visions and Actions*”¹¹⁰. O documento foi desenvolvido pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma¹¹¹ e pelos Ministérios das Relações Exteriores e do Comércio com autorização do Conselho de Estado. O *modus operandi* consiste em consultas e diálogos com atores que se responsabilizam por cada projeto para produzir pela dinâmica de ganha-ganha: políticas coordenadas, conectividade infraestrutural, livre comércio, integração financeira e relações culturais e diplomáticas mais profundas. O *paper* enfatiza que devido à elaboração participativa que incluiu países que atravessam as rotas e organizações interessadas, os projetos da BRI só podem ser bem-sucedidos se contemplarem os interesses e

¹¹⁰ “Juntando as mãos para construir um cinturão econômico da Rota da Seda e uma Rota da Seda Marítima do Século XXI – Visões e Ações”, tradução nossa.

¹¹¹ A principal agência de gestão macroeconômica da China (AMIGHINI, 2017, p. 22).

participações de todas as partes. Também define a relevância estratégica da Região Autônoma de Xinjiang e da província de Fujian – que servem respectivamente como pontos de partida do cinturão econômico e da rota da seda marítima. Quanto aos princípios gerais, são os membros que foram anunciados em Nazarbayev por Xi Jinping: 1) coordenar políticas multilaterais; 2) ampliar a interconexão das estradas; 3) aumentar o livre fluxo de comércio; 4) reforçar a circulação e convertibilidade da moeda; e 5) aprofundar os laços entre povos (2019a, p. 349). Estes cinco princípios preenchem a chamada “abordagem de cinco pontos”, que tem características integradas, inseparáveis e que se esforçam mutuamente. O documento é abrangente, define linhas-guia gerais, então os detalhes sobre cada obra da BRI são acertados variável e particularmente entre as partes dispostas de acordo com situações distintas (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2015).

De modo geral, portanto, a BRI consiste em um plano de infraestrutura para conectar a China a outras partes do mundo através de portos, ferrovias, rodovias, pontes, usinas de energia etc. No entanto, o projeto se expande para muito além da área de infraestrutura, sustenta maior conectividade por meio de telecomunicações e ciberespaço, eventos culturais, acordos financeiros e de livre comércio, e garantias de que a China aumentará o uso de sua moeda na economia mundial. Indo ainda mais além, também faz abordagens nas áreas de C&T, inovações tecnológicas, desenvolvimento sustentável e cooperação na saúde humana global (CHINA INTERNATIONAL PUBLISHING GROUP, 2016, p. 31-37).

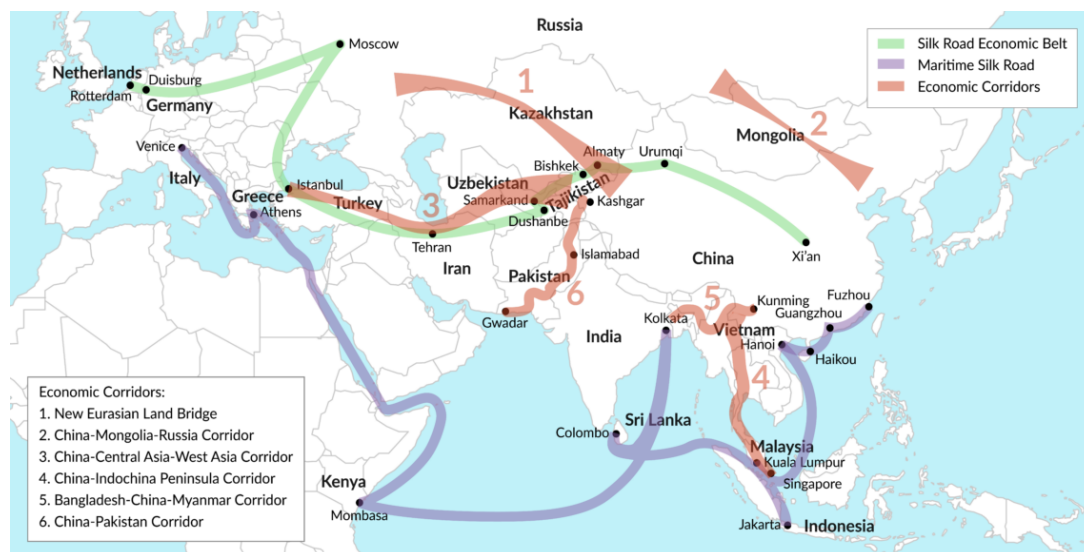
Trata-se de um projeto de cinquenta a cem anos que estimula as empresas chinesas a adotar uma perspectiva de longo prazo, usando essa plataforma para reposicionar a China em um mercado internacional em transformação. A BRI pretende remodelar o cenário econômico global com ênfase nas áreas envolvidas por seus principais corredores econômicos associados à rota marítima que se concentram em sudeste, sul e centro da Ásia, leste e norte da África, e Eurásia, chegando à Europa ocidental. Quando Elizabeth Economy (2018, p. 191) publicou *The Third Revolution* em 2018, já estimava que a BRI abrangia cerca de 70% da população global e 55% do PIB mundial. Uma reformulação dessa estatística em 2022 aponta que já abrange 76% da população mundial e, portanto, o compartilhamento do PIB também aumentou. Até julho de 2022 a BRI tinha assinado 200 acordos com 149 países e 32 organizações internacionais em todos os continentes do mundo (YI DAI YU LU, 2022).

A BRI se intersecciona com outros mecanismos de cooperação nos quais a China é participante, complementando-os para viabilizar sua própria instauração prática. Tem atores, princípios e práticas comuns, por exemplo, na OCX, na cooperação China-ASEAN, na Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, no Fórum de Cooperação China-Estados Árabes, no Conselho de Cooperação do Golfo, nos BRICS etc. (CHINA INTERNATIONAL PUBLISHING GROUP, 2016, p. 68-95).

As obras da BRI envolvem conjuntos de agências, negócios e organizações da sociedade civil através de planejamentos e investimentos interconectados com a mão do Estado. Por esse motivo, o Grupo Dirigente para a BRI foi estabelecido para estudar e produzir projetos e políticas de coordenação úteis à implementação da iniciativa. Liderado pelo então vice-primeiro-ministro Zhang Gaoli, o Grupo consiste em representantes de agências governamentais ligadas aos Ministérios das Relações Exteriores e do Comércio. O secretariado do Grupo é subordinado à Comissão de Desenvolvimento e Reforma. Há também subgrupos de escala provincial e ministerial encabeçados por membros-chave dessas instâncias administrativas. A BRI demonstra, assim, uma fundamentação prática que prima pela diplomacia e pelo comércio, mas não nega dinamismo ao se conectar com outros ministérios através dos subgrupos dirigentes (CHINA INTERNATIONAL PUBLISHING GROUP, 2016, p. 15).

A título de exemplo, os projetos de destaque da BRI são: Parque Industrial China-Bielorrússia; Porto de Gwadar (Paquistão); Cidade Portuária de Colombo (Sri Lanka); Expresso Ferroviário China-Europa; Ferrovia Jakarta-Bandung (Indonésia); Ferrovia China-Laos; Ferrovia China-Tailândia; Ferrovia Mombasa-Nairobi (Quênia); Via Expressa Addis Ababa-Adama (Etiópia); Usina Hidrelétrica de Karot (Paquistão) (CHINA INTERNATIONAL PUBLISHING GROUP, 2016, p. 120-143). Até 2017 a BRI incluía novecentos projetos com custo superior a US\$ 1,4 trilhão. Ajustando esse valor à inflação, equivale a doze Planos Marshall (ALLISON, 2020, p. 45).

Figura 19 – Mapa da *Belt and Road Initiative*



Fonte: Geopolitical Intelligence Services, 2019.

Sobre a arquitetura da BRI, pode ser observada pelos seis corredores econômicos que compõem o Cinturão Econômico e pela Rota da Seda Marítima do Século XXI. São os seguintes:

1. Nova Ponte Continental Eurasiática: Parte das cidades costeiras chinesas de Lianyungang e Rizhao até Rotterdam na Holanda e Antuérpia na Bélgica. Consiste principalmente em uma linha ferroviária de 10.800 km que atravessa Cazaquistão, Rússia, Bielorrússia, Polônia e Alemanha. Estima-se que deve beneficiar até 30 países ao redor da rota. Na verdade, a rota foi aberta na década de 1990, mas a BRI está disposta a dar a ela um novo ímpeto através: 1) da integração com várias outras rotas ferroviárias transcontinentais que entraram em serviço, como as ferrovias Chongqing-Xinjiang-Europa (que chega à Alemanha através da Polônia), Chengdu-Xinjiang-Europa (alcança a Polônia), Yiwu-Xinjiang-Europa (chega à Espanha), 2) da construção de rodovias associadas, 3) do desenvolvimento de linhas de transmissão de energia, e 4) da inauguração de portos ao longo da rota geral.
2. Corredor Econômico China-Mongólia-Rússia: Anunciado em 2014 e iniciado em 2016, foi o primeiro o plano de cooperação multilateral da BRI. Está alinhado com propostas da União Eurasiática e do Programa Rota da Estepe, que pertencem respectivamente à Rússia e à Mongólia. Pretende trazer oportunidades de desenvolvimento, integração econômica e maior competitividade coletiva no mercado internacional. O corredor é definido por

duas rotas-chave: uma que liga Beijing-Tianjin-Hebei e Hohhot em diante até Mongólia e Rússia e outra se estende na China de Dalian, Shenyang, Changchun, Harbin e Manzhouli até Chita na Rússia. Com prioridade na área de transportes, contempla infraestrutura e conectividade, construção de portos, práticas de inspeção de fronteiras e serviços de quarentena, capacidade industrial e financeira, comércio, intercâmbio cultural e cooperação com regiões adjacentes em efeito cascata.

3. Corredor Econômico China-Ásia Central-Ásia Ocidental: Conecta a China à Península Arábica, então é corporificada pela rota originária da Rota da Seda da Antiguidade, atravessando o Oriente Médio. Começa em Xinjiang e alcança o Golfo Pérsico, o Mar Mediterrâneo e a Península Arábica ao passar principalmente por Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Uzbequistão e Turcomenistão, além de outras regiões do Oeste da Ásia que incluem Irã, Arábia Saudita e Turquia. Toda a área abrangida é rica em recursos, mas carece de infraestrutura moderna e fundos de investimentos. Através do corredor deve ser estabelecido um fluxo de capitais útil ao desenvolvimento local; por outro lado, a China poderá importar matérias-primas desses países para fazer a manutenção de sua industrialização.
4. Corredor Econômico China-Península da Indochina: China e Indochina estão conectadas pelo solo e pelo mar. O corredor se estende do Delta do Rio das Pérolas a oeste até a via expressa Nanchong-Guang'na e a ferrovia de alta velocidade Nanning-Guangzhou atravessar a Península da Indochina inteira. A rota inclui Vietnã, Laos, Camboja, Tailândia, Mianmar e Malásia, surtindo efeitos-cascata para Brunei, Indonésia e Filipinas, principalmente. O objetivo é impulsionar a cooperação entre China e ASEAN. O projeto foca em aumentar a conectividade das cidades da área por meio de uma rede de ferrovias e rodovias, facilitar o fluxo de capitais, bens, informações e pessoas, gerando oportunidades, motores de crescimento, parcerias estratégicas reforçadas por capacidades complementares e criando, então, uma economia regional próspera e desenvolvida.
5. Corredor Econômico China-Paquistão: É a “marca registrada” da BRI. O corredor de 3.000 km começa em Xinjiang, atravessa o Paquistão e termina no Porto de Gwadar, conectando o Cinturão Econômico ao norte com a Rota Marítima da Seda ao sul. É composto por ferrovias, rodovias, oleodutos, linhas

de transmissão energética etc. China e Paquistão desenvolveram em 2015 um planejamento a partir de investimentos de US\$ 45 bilhões para que até 2030 sejam feitas obras de infraestrutura, energia, conservação aquífera, informatização e comunicação, incluindo parques e zonas de livre comércio. O corredor deve aprofundar as relações bilaterais China-Paquistão, a cooperação em logística, transporte, expedições, energia, conectividade etc. para garantir desenvolvimento comum e sustentável. Consequentemente, todo o sul da Ásia poderá se beneficiar com as rotas que o corredor deve abrir. Efeitos-cascata serão sentidos também no raio que contorna Ásia Central, norte da África e Golfo Pérsico.

6. Corredor Econômico Bangladesh-China-Índia-Mianmar: Foi assinado em 2013 um plano de estudos conjuntos entre Bangladesh, China, Índia e Mianmar para estabelecer mecanismos de cooperação mútua. Em 2014, o presidente Xi Jinping sugeriu ao primeiro-ministro Narendra Modi que RPC e Índia liderem a implementação do corredor no âmbito da BRI. No mesmo ano, o grupo de trabalho responsável definiu a visão, as prioridades, a direção e o desenvolvimento das medidas de aproximação de mercados. Os efeitos dessa união serão sentidos no sul, no sudeste e no leste da Ásia.

A Rota da Seda Marítima do Século XXI conforma o outro “braço físico” da BRI ao passar pelo sudeste asiático, coadunar com o Corredor China-Península da Indochina, atravessar o Mar do Sul da China, contornar o chifre da África e chegar à Europa Ocidental. Essa conformação logística da BRI possui relevância majoritária para o comércio internacional chinês. Conforme apontam Cheng Enfu e Li Jing (2020, p. 22), a modalidade de transporte marítimo é o meio mais importante no comércio exterior. No caso da China, em 2014 o transporte marítimo se responsabilizava por aproximadamente 90% da movimentação de cargas, 95% do petróleo bruto importado e 99% do minério de ferro importado. Sendo assim, o transporte aquaviário é o mais frequente nas relações de mercado entre países da Nova Rota da Seda. Em 2017, o valor das exportações chinesas através do transporte marítimo atingiu US\$ 567,93 bilhões, representando 73,4% do valor das vendas da China para os países da BRI. Quanto às importações de países da BRI por parte da China, o transporte aquaviário também foi o mais frequente em 2017, quando o valor de importações por esse meio atingiu US\$ 384,19 bilhões, compondo 57,7% do valor de importação da China em relação à BRI. Visando o aprofundamento nessa facilidade logística, há prioridade na

construção de grandes portos através da Rota da Seda Marítima, como o de Gwadar no Paquistão, o de Hambantota no Sri Lanka e o de Piraeus na Grécia.

Para financiar a BRI, em 2014 a China desenvolveu o Fundo da Rota da Seda e inaugurou o AIIB. Em 8 de novembro de 2014, no Diálogo sobre a Conectividade e Cooperação na Vizinhança da China, o líder Xi Jinping (2019b, p. 612) anunciou que a RPC destinou US\$ 40 bilhões para criar o Fundo da Rota da Seda. E em 29 de dezembro do mesmo ano o fundo foi estabelecido em Beijing. O Fundo financia obras de infraestrutura e recursos de desenvolvimento e cooperação industrial em países associados à BRI. Entretanto, de acordo com o *China International Publishing Group* (2016, p. 11), o Fundo da Rota da Seda se dispõe oficialmente mais a complementar do que a substituir outros bancos de desenvolvimento multilateral de alcance regional e global, e pretende operar sob a ordem econômica e financeira internacional existente, o que afirma um estatuto de *status quo*. Além disso, o Fundo é dedicado não só a fornecer capitais, mas também a aprofundar conectividade e criar oportunidades enquanto um esquema aberto para a participação de investidores principalmente da Ásia. Foi anunciado com um investimento inicial de US\$ 40 bilhões já aberto a se expandir (XI, 2019b, p. 612). Todavia, as fontes de investimentos em projetos da BRI são flexíveis, já que há disposições para aceitar contribuições de instituições financeiras domésticas, como o Banco de Exportações e Importações, o Banco de Desenvolvimento da China, e os bancos responsáveis de outros países parceiros envolvidos em cada obra.

A ideia de criar o AIIB foi evidenciada pelo presidente Xi em outubro de 2013. Após a realização de uma série de consultas com 57 países, foi formalmente estabelecida em Beijing no Natal de 2015 – dia 25 de dezembro. Sua cerimônia de inauguração foi feita em 16 de janeiro de 2016 e o primeiro lote de empréstimos foi aprovado em junho do mesmo ano. O AIIB é uma instituição de desenvolvimento intergovernamental focada em custear e planejar obras de infraestrutura nas áreas de energia, eletricidade, transporte, telecomunicações, produtividade agrária, fornecimento de água, sistemas de esgoto, proteção ambiental, urbanização e logística. É a primeira instituição financeira internacional apoiada pela China. Até 28 de junho de 2022, o banco contava com a participação de 105 membros, chegando em todos os continentes, incluindo os países do Conselho de Segurança da ONU – com exceção dos EUA (ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK, 2022).

A iniciativa foi bem recebida pelos países da Ásia, inclusive no Oriente Médio, pois a demanda por investimentos em infraestrutura na região é extremamente alta e a China tem a

expertise para auxiliar esses países em projetos que supram essas lacunas necessárias aos seus desenvolvimentos. De acordo com as contas publicadas pelos países parceiros, as carências de recursos excedem US\$ 8 trilhões. O Banco Mundial e o BAD, porém, fornecem a eles apenas US\$ 50 bilhões anualmente em projetos (ECONOMY, 2018, p. 197).

A China tem buscado o crescimento de sua produtividade industrial através da importação de *commodities*. A potência emergente objetiva abandonar o estatuto manufatureiro e consolidar uma posição em indústrias de ponta, e essa estratégia já alcançou resultados notáveis, por exemplo, desde o surgimento e expansão de grandes marcas inseridas no mercado de tecnologia digital, como Alibaba, Baidu, Huawei, Xiaomi etc. Os países que servem como fontes primárias estão concentrados em América Latina, África e Ásia Central: em 2015, a RPC consumiu 54% do alumínio do mundo, 48% do cobre do mundo, 46% do zinco do mundo, 28% do zinco do mundo, 28% da soja global e 12% da produção do suprimento mundial de petróleo (ECONOMY, 2019, p. 208). Esse panorama de deslocamento da China rumo ao centro da cadeia de produção global tem respaldo na retórica da Comunidade de Destino Comum, que reforça o estímulo às vantagens comparativas de cada país e a complementaridade econômica como motores de desenvolvimento, e para isso promove o estabelecimento de conectividades e facilidades comerciais e financeiras (CHINA INTERNATIONAL PUBLISHING GROUP, 2016, p. 25).

Conforme declarou oficialmente o presidente Xi (2019a, p. 627) no Discurso de abertura do Fórum do Cinturão e Rota para a Cooperação Internacional em 14 de maio de 2017, o comércio total entre a China e outros países ao longo do Cinturão e da Rota, entre 2014 e 2016, ultrapassou US\$ 3 trilhões e o investimento da China nesses países superou US\$ 50 bilhões. As empresas chinesas criaram 56 zonas de cooperação econômica em mais de 20 países, o que gerou a estes países cerca de US\$ 1,1 bilhão de receitas tributárias e 180 mil empregos.

A iniciativa significa a construção de um caminho para remoldar a economia global de modo que a China se desloque cada vez mais para uma posição central, coordenando comércio e investimentos. Nesse âmbito é importante destacar que o processo de industrialização encabeçado por Deng, Jiang e Hu vem atingindo um novo patamar sob a presidência de Xi Jinping. Um robusto parque industrial nacional já se consolidou, grandes conglomerados industriais já permitem que o País do Meio assuma a posição de um Estado de “quase-centro” da cadeia de produção global, se tornando um crescente ator exportador de

tecnologias e importador de matérias-primas das periferias do capitalismo, conforme explicam Cheng Enfu e Zhai Chan (2021).

A China, então, através da BRI está protagonizando um processo de inclusão dos países em desenvolvimento ao sistema internacional por vias econômicas em longo prazo, que é simbolizado pelo conceito de Comunidade de Destino Comum. Entretanto, em curto prazo o deslocamento gradual de sua posição na economia mundial para uma posição central acarreta consequências de reprimarização de exportações por parte de parceiros comerciais, gerando uma dinâmica ambígua. Por mais que existam debates entre economistas sobre os acertos e erros do megaprojeto e que de modo objetivo ainda seja historicamente muito novo para que conclusões plenas sejam obtidas sob esse aspecto, suas potencialidades terminantemente sinalizam um processo de inauguração incipiente de uma nova ordem internacional sinocêntrica capaz de acarretar desenvolvimento infraestrutural e sustentável em longo prazo por um desejável preenchimento de velhas lacunas de investimentos (PAUTASSO; UNGARETTI, 2016).

A BRI auxilia no enfrentamento de diversos desafios impostos à China. Conforme a sistematização feita por Pautasso e Ungaretti (2017), esse processo se insere em sete aspectos: 1) a redução das assimetrias entre as regiões costeiras e interioranas e o combate aos “três males”¹¹² no oeste chinês e nas regiões centrais e meridionais da Ásia; 2) a modernização e construção de infraestrutura de transportes na Eurásia para fomentar mercados regionais; 3) a criação de demandas para o excesso de capacidade industrial da China associada ao auxílio para o desenvolvimento infraestrutural da circunvizinhança (estabelecendo um quadro relacional de cunho ganha-ganha), conforme admite Xi Jinping (2019a); 4) diversificação de fontes e rotas de importação de recursos energéticos e alimentícios; 5) acentuação da internacionalização de empresas estatais e não-estatais para torná-las mais competitivas e estimular as vantagens comparativas no mercado internacional; 6) estabelecimento de novos mecanismos de financiamento internacionais e intensificação do processo de internacionalização do renminbi; e 7) a integração desenvolvimentista confere à China um maior envolvimento na coordenação das dinâmicas políticas na Eurásia.

5.2 INTERPRETAÇÃO GEOPOLÍTICA

¹¹² Terrorismo, separatismo e extremismo religioso, conforme a definição chinesa.

Dada a caracterização oficial da BRI como um projeto centrado na área econômica, um possível caráter geoestratégico do megaprojeto é objeto de debate entre acadêmicos e estadistas. Para enquadrar a BRI em uma perspectiva geopolítica é preciso partir de duas considerações objetivas: 1) o escopo da Iniciativa envolve a área do *Heartland* de Mackinder (2004) e 2) independentemente de suas pretensões, a proposta da BRI é decisiva para aumentar a projeção de poder da China sobre o território global. Discutiremos esses dois tópicos a seguir.

Embora a BRI tenha sido anunciada sob a premissa de englobar principalmente centro, sul e sudeste asiáticos, além do nordeste africano e toda a Eurásia, a Europa Ocidental e a América Latina mais tarde passaram a fazer parte da iniciativa enquanto extensões do programa inicial. O anúncio do projeto surpreendeu os analistas geopolíticos do mundo todo devido à sua semelhança com o clássico mapa mackinderiano, mas em pouco tempo essa delimitação territorial passou a tangenciar o *Rimland* de Spykman (1944) e depois foi além, transcendendo os limites eurasiáticos. A BRI acabou se apresentando como uma proposta de alcance logístico global (JUNQUEIRA, 2019).

Mesmo que a América Latina não seja uma região prioritária para a diplomacia chinesa, o país asiático tem se tornado o maior parceiro comercial e um grande investidor em quase todos os países do subcontinente, comprando suas *commodities* e financiando o desenvolvimento de infraestrutura na área de energia (PAUTASSO et al, 2020). Consequentemente, a BRI passou a ter alcance global, não mais permitindo assimilações restritas ao *Heartland* em um momento posterior de análise. A área eurasiática de domínio geopolítico continua sendo prioritária, mas o alcance do megaprojeto passou a ser muito maior. Inclusive, mesmo que o Brasil ainda não faça parte do megaprojeto chinês, certamente já sente e sentirá ainda mais efeitos-cascata de sua implementação na América Latina (ERTHAL, 2019).

Na realidade, o alcance global da BRI, que envolve e vai além do *Heartland* e do *Rimland*, não acalma os ânimos dos competidores americanos; pelo contrário, os assusta ainda mais. Para as grandes potências, o aumento da projeção territorial e o crescimento econômico têm implicações estratégicas de longo prazo porque aumentam disputas por zonas de influência e muito provavelmente acarretam investimentos na área de defesa. De uma forma mais específica, os projetos de infraestrutura de grande escala também sempre têm relevância geopolítica. Dois exemplos oriundos dos séculos XIX e XX são a Ferrovia Transiberiana do

Império Russo e a Ferrovia Berlim-Bagdá do Império Alemão, que afetaram o panorama geopolítico após suas implementações. Comparando esses dois exemplos com a BRI é notável que a dimensão dela é muito maior porque está comprometida a construir muitas outras obras no mundo inteiro (KHAN, 2021). Sendo assim, Cheng Chaoting (2020) entende a Nova Rota da Seda como a mais ambiciosa estratégia de desenvolvimento, geoeconômica e geopolítica que o mundo já viu.

Em termos de influência sobre áreas geopoliticamente estratégicas, é fundamental ressaltar que: 1) quase toda a área compreendida por Mackinder (2004) como *Heartland* já conta com a presença dos chineses; 2) os balcãs eurasiáticos, que foram objetos de foco estratégico para que os EUA vencessem a Guerra Fria (BRZEZINSKI, 1997), são agora alvos de cooptação econômica e política da China, que busca atender demandas por desenvolvimento desses países e, no ato, acaba por despertar senso de multilateralismo e pragmatismo nas lideranças da região; 3) a influência sobre o continente africano passou a ser disputada entre RPC e EUA – praticamente todos os países africanos assinaram acordos de cooperação no âmbito da BRI, o que marca um desvio da unipolaridade instituída no pós-Guerra Fria; e 4) a chegada da BRI à América Latina pode ser lida pelos estadunidenses desconfiados como uma contra-ofensiva através de um desafio à hegemonia continental que se dá pelo oferecimento de oportunidades competitivas de desenvolvimento aos países da região, forçando um desvio do foco dos EUA sobre o *Heartland* e a necessidade de realizar manutenções na política exterior.

De acordo com Yasuyuki Ishida (2018), a BRI equivale a uma resposta à política de contenção “Pivô para a Ásia” lançada por Barack Obama em 2014. Ambas as abordagens são mutuamente abrangentes, integrando diplomacia, economia e segurança – com ênfase maior da iniciativa americana nesse último aspecto, já que a aproximação da BRI a essa área é relativa à estabilidade e a um conceito de segurança mais dinâmico, societal, não necessariamente interestatal. A BRI surge exatamente no período em que a China começa a desviar da postura internacional em *low profile* e assumir a assertividade da conduta de “*striving for achievement*” (YAN, 2014b).

Perante os desafios impostos pelos EUA à ascensão chinesa, a reação das lideranças do PCCh consiste em uma “marcha para o oeste” em nível internacional (WANG, 2012). Enquanto os EUA aumentam a presença no Mar Meridional da China e se aproximam de rivais históricos da China, como Índia e Japão, através do QUAD e da AUKUS, a China

desvia do foco de tensão aumentando sua área de influência na modalidade de mobilização terrestre ao longo da Ásia Central e da Eurásia. Tendo em vista que há nessas áreas periféricas um vácuo de poder desde a queda da URSS, a China enxerga os investimentos nelas como “oportunidades de ouro” para aumentar sua influência abrangente e construir parceiros econômicos e potenciais aliados estratégicos em longo prazo (CHENG C., 2020, p. 41).

Todavia, o deslocamento a oeste não significa que a RPC não reage às pressões ocidentais e de rivais e competidores na dimensão marítima. Os chineses, ainda, cooptam os Estados do sudeste asiático por meio de uma inserção colaborativa em organizações internacionais e pela vinculação de interdependência econômica alvejada no âmbito da Rota da Seda Marítima do Século XXI. Por exemplo, os diplomatas chineses em articulação com os países do sudeste asiático firmaram em 2020 a Parceria Econômica Regional Abrangente, que é considerada atualmente o maior acordo comercial da história e que se correlaciona com a BRI na medida em que inevitavelmente evoca e impulsiona instituições financeiras atreladas ao projeto, como a AIIB (ESCOBAR, 2020). Em adição, o mecanismo de cooperação China-ASEAN (10+1) cria vínculos institucionais e econômicos com os atores do Mar do Sul para gerar engajamento, diálogos e oferecer contrapontos às tensões forçadas pelo Ocidente na região (CHINA INTERNATIONAL PUBLISHING GROUP, 2016, p. 71). O objetivo da China é despertar um pragmatismo econômico nos aliados americanos para fazê-los penderem para seu lado, absorvendo-os estrategicamente sem recorrer ao uso da força. Os Estados que parecem mais difíceis de cooptar nesse contexto são o Japão e a Coreia do Sul, mas até eles serão inevitavelmente “sugados”, segundo Lee Kuan Yew (apud ALLISON, 2020, p. 46).

Frente às táticas econômicas chinesas, a estratégia dos EUA oscila entre táticas de contenção militar geoestratégica pela circunvizinhança chinesa e de disputa comercial. A posição de enfrentamento sistemático à China é bipartidária, unindo republicanos e democratas. Durante o governo de Donald Trump (2017-20) teve início uma forte “guerra comercial” contra a China, baseada principalmente em sanções e aumento de tarifas e no abandono do livre-comércio, e durante as gestões democratas de Barack Obama (2009-16) e John Biden (2021-) foi percebida uma abordagem mais militarista. Afinal, a disputa geoestratégica entre China e EUA é uma realidade prática e oficialmente declarada.

É sabido que o território-chave de disputa sino-americana é o Mar do Sul da China, que deverá abrigar o futuro confronto direto ou indireto entre RPC e EUA, conforme supõe Mearsheimer (2014a). O objetivo dos americanos é impedir a passagem da China pelos

estreitos de Málaca, Sunda e Lombok para chegar ao Golfo Pérsico, que é a maior fonte de recursos petrolíferos úteis à industrialização crescente da China. Entretanto, a resposta chinesa em longo prazo para essas barreiras se dá por: 1) construção de relações de tipo ganha-ganha com os países do sudeste e do sul da Ásia; e 2) abertura de mais vias de acesso ao Golfo Pérsico através dos corredores econômicos China-Ásia Central-Ásia Ocidental e China-Paquistão (AMIGHINI, 2017).

Atualmente a China depende de seu Mar Meridional para crescer economicamente. Em 2014 o transporte marítimo se responsabilizava por aproximadamente 95% do petróleo bruto importado (CHENG E.; LI J., 2020, p. 22). Conclusivamente, a BRI equivale a um esforço urgente para alterar o panorama de modalidades de transportes comerciais, superando a dependência de rotas e dinamizando os caminhos para a importação de petróleo cru. Com efeito, um possível fracasso da BRI deve, então, equivaler a uma vitória para os EUA restaurarem sua hegemonia global. Sem o sucesso do BRI a China permanecerá vulnerável aos pontos de estrangulamento no Mar Meridional ocupado por bases da Marinha dos EUA. Em um cenário de vitória da China sobre os EUA, a BRI prosperará e garantirá vias de influência sobre a Eurásia, frustrando a estratégia americana de contenção e aprofundando ainda mais a industrialização chinesa (KHAN, 2021).

A localização da disputa sino-americana envolve simultaneamente a mobilidade de forças terrestres como marítimas. Devido à expertise da Marinha dos EUA, há insistência na utilização de poder naval no Mar Meridional chinês. Mas essa abordagem construída historicamente no contexto do desenvolvimento das teorias geopolíticas clássicas e da ascensão americana no século XX parece estar sendo ofuscada perante o dinamismo estratégico chinês. Em face da prioridade estratégica da BRI sobre a Ásia Central e a Eurásia, as perspectivas de Mackinder e Spykman ofuscam a tese de Mahan sobre a centralidade do poder marítimo, conforme argumenta Allison (2020, p. 153).

Em 14 de maio de 2017, ao proferir o discurso “Promover juntos a iniciativa “Cinturão e Rota”, o presidente chinês enfatizou que a BRI não deve avançar a partir manobras geopolíticas clássicas: “Ao impulsionar a iniciativa “Cinturão e Rota”, não vamos recorrer a manobras geopolíticas ultrapassadas, mas esperamos alcançar um novo modelo de cooperação ganha-ganha” (XI, 2019b, p. 632-633). Em relação a isso, ainda que uma fundamentação geoeconômica seja vislumbrada nos fundamentos da BRI, é fato que não há uma vinculação absoluta com a geopolítica clássica que surgiu em um contexto histórico imperialista e

neocolonial. Dessa maneira, apesar das semelhanças físicas entre a Nova Rota da Seda e o *Heartland*, a forma de estabelecer influência sobre esse território não é baseada na força militar, mas, sim, no estabelecimento de relações comerciais e financeiras sobre a área. Essa abordagem legitima o referencial teórico geoeconômico como uma teoria capaz de explicar em boa medida a acepção da BRI.

Levando em consideração que o Grupo Líder para a Promoção da BRI é subordinado institucionalmente à Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma e aos Ministérios do Comércio e das Relações Exteriores, a função primordial do megaprojeto está praticamente relacionada com questões econômicas. Os militares e o aparato de segurança não desempenham um papel proeminente na elaboração e implementação de projetos. O próprio fato de haver uma instituição nacional voltada à gestão da BRI mostra que o foco dela é a economia (AMIGHINI, 2017, p. 22-23).

De fato, a maior preocupação das lideranças chinesas no ato de anúncio da BRI está relacionada com a manutenção do crescimento da economia chinesa na medida em que se esgotava a estratégia baseada em exportações através das ZEEs e a China passara a correr o risco de cair na “armadilha da renda média”¹¹³. Por esse motivo, a procura por novos motores de crescimento foi oficializada por Xi Jinping em 18 de dezembro de 2015 no discurso nomeado “Como responder e se adaptar à nova normalidade”:

Para liberar o grande potencial e as vantagens da nossa economia, devemos acelerar a transformação do modelo de crescimento, a reestruturação econômica e a formação de novos motores de crescimento. Por meio da transformação do modelo de crescimento, podemos realizar um desenvolvimento sustentável e em um nível mais elevado. Trata-se do caminho inevitável para um país com renda média, se ele quiser superar a armadilha da renda média. Eu enfatizei em várias ocasiões, que precisamos escapar da armadilha de Tucídides e da armadilha da renda média. Aquela se refere ao aspecto político, quer dizer, devemos abordar cuidadosamente as relações com grandes países como os EUA e esta, ao aspecto econômico, isto é, devemos melhorar a qualidade e a eficiência do crescimento econômico (XI, 2019b, p. 293).

Todavia, apesar da primazia dos fundamentos econômicos da BRI, é importante observar que o presidente Xi Jinping apôs em seu discurso as armadilhas de renda média e de Tucídides, fazendo uma citação indireta ao conceito desenvolvido e popularizado por Graham Allison (2020). Existe, então, ambivalência na ameaça à ascensão chinesa, e por que a BRI não teria também uma função ambivalente para conter esses riscos? Se for considerado o fato

¹¹³ A renda *per capita* chinesa aumenta conforme ocorre o deslocamento do foco exportador de manufaturas de artigos básicos para produtos de maior valor agregado. Entretanto, a renda média leva a uma “armadilha econômica” previsível. A história de outros países em desenvolvimento aponta que o aumento de salários elimina a vantagem competitiva de produção. Por essa razão se faz necessária a “reforma do lado da oferta” para reequilibrar o potencial de exportações com o consumo e o setor de serviços (ALLISON, 2020, p. 151).

de que a China não possui uma grande estratégia definida, conforme aponta Carriço (2013b), a lógica indica que há flexibilidade entre as instituições políticas chinesas nos atos de formulação de projetos. Posto isto, é esperado que a Comissão Militar Central e o ELP possam ter participações consultivas e extraoficiais para planejar os produtos da BRI de modo que a postura defensiva da China no cenário internacional seja mantida. As preocupações relacionadas com segurança estão alinhadas condicionalmente com o sucesso da Nova Rota da Seda.

A unificação de preocupações econômicas com as de segurança nacional abre portas para análises geoeconômicas, que são provavelmente as que mais se aproximam da verdade sobre a BRI. Como já foi visto no segundo capítulo desta pesquisa, a geoeconomia diz respeito ao uso de instrumentos econômicos para produzir resultados geopolíticos (BLACKWILL; HARRIS, 2020), misturando a lógica do conflito com os métodos do comércio (LUTTWAK, 1990, p. 19). Essa é exatamente a função da BRI para garantir a ascensão chinesa: concatenada com a abordagem geopolítica milenarmente defensiva e com os ímpetus econômicos crescentes desencadeados desde a década de 1980, a RPC está explorando métodos assertivos para dar andamento ao seu processo de ascensão na medida em que aprofunda sua industrialização e seu desenvolvimento abrangente através de uma complexa intervenção estatal que surpreende as lideranças ocidentais proponentes do Consenso de Washington (JABBOUR; GABRIELLE, 2021). Para classificar a geopolítica chinesa, Luttwak, o elaborador do rótulo “geoeconomia” se debruçou na análise do gigante asiático sob essas lentes quando publicou “*The rise of China vs. the logic of strategy*”¹¹⁴ em 2012.

A geoeconomia se revela como referencial útil para compreender a BRI devido ao seu foco em crescimento econômico por meio de exportações com valor agregado crescente – algo que leva críticos a classificá-la como “mercantilista” (MATOS, 2008). As obras de infraestrutura desenvolvidas pelo megaprojeto servem principalmente para impulsionar o comércio entre a China e os parceiros envolvidos. A vertente teórica geoeconômica estabelece como fonte de poder internacional o nível de industrialização da economia de um determinado Estado. Uma pré-condição para isso é o acesso a áreas-chave das cadeias produtivas globais, como a petrolífera – no caso chinês a área-chave é o Golfo Pérsico. Na teoria geopolítica, o *Heartland* e o *Rimland* concentram recursos estratégicos, incluindo reservas de petróleo, e isso justifica a disputa “praticamente eterna” entre grandes potências por essas regiões. A

¹¹⁴ “A Ascensão da China vs. A Lógica da Estratégia”, tradução nossa.

China pretende absorver os recursos delas, porém, de maneira diferente da que foi vista na história dos últimos séculos, não se dispendo a anexá-las, preservando as soberanias dos países sobre os patrimônios, e oferecendo a eles contrapartidas vantajosas que tragam desenvolvimento compartilhado.

Os projetos oficiais voltados à inovação tecnológica, como a política industrial *Made in China 2025*, já demonstram resultados práticos, considerando a crescente complexidade econômica da RPC (OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2020). A atividade exportadora estabelecida pelas ZEEs na costa leste do país com base em sistematização de engenharia reversa e investimentos em C&T foi decisiva para a industrialização chinesa desde a década de 1980. Depois que esse processo atingiu patamares mais elevados, a logística exportadora está sendo ampliada e aprimorada através da BRI (FARIAS e MARTINS, 2020).

A BRI enfatiza o desenvolvimento econômico e infraestrutural da China e de seus parceiros, mas a concretização dessas metas em um longo período necessita de segurança abrangente e de estabilidade política. O PCCh garantiu segurança e estabilidade para a China crescer desde a Reforma e Abertura (1978) através de uma inserção geoestratégica defensiva, então precisa remanejar essa constante fundamental para o seu sucesso econômico no momento que amplia seu alcance associativo. Por isso, precisa proteger suas obras mundo afora por vias dinâmicas, então não pode ser eliminada a possibilidade de a RPC adotar uma postura mais direta e militarista no entorno de obras da BRI em casos de riscos futuros, dependendo da viabilidade oferecida pela convergência entre o respeito soberania nacional e disposições em cada acordo de construção (CHENG C., 2020, p. 33).

Uma conclusão viável sobre a faceta geopolítica maleável da BRI pode se dar pelo reconhecimento de uma “geopolítica com características chinesas”. Como potência mundial em ascensão, a China tem seus próprios interesses geopolíticos e tem direito de formular uma grande estratégia correspondente. O professor de Relações Internacionais da Universidade Renmin, Shi Yinhong, recomendou aos formuladores de políticas da RPC o abandono do discurso altruísta da Comunidade de Destino Comum para que a BRI passe a ser vista com mais confiança (SHI, 2017 apud CHENG C., 2020, p. 46). Afinal, é difícil para Beijing negar as implicações geopolíticas da BRI, mas, em contraponto, as características especialmente chinesas da BRI também não devem ser ignoradas:

- Orientação ao desenvolvimento em vez de segurança
- Mais baseada em relações do que em regras
- A integração de estratégias e planos de projetos de encaixe com outros países são preferidos em vez de competir entre si

- Ganha-ganha em vez de soma zero
- Infraestrutura (hardware) como chave em vez de exportar o modelo de governança (software)
- Nenhuma pré-condição política para a cooperação econômica (CHENG C., 2020, p. 46-7).

Em resumo, a BRI não é apenas uma iniciativa de desenvolvimento econômico, mas também uma estratégia geoeconômica. Trata-se de um produto da “geopolítica com características chinesas”, não sendo diferente da geopolítica clássica em matéria de objetividade, mas sendo completamente diferente da abordagem agressiva, colonialista e imperialista que foi vista na geopolítica dos séculos XIX e XX.

5.3 INTERPRETAÇÃO REALISTA OFENSIVA

Uma interpretação mearsheimeriana sobre a BRI deve partir da determinação automática entre crescimento econômico e incrementos em orçamento militar dos Estados dentro de uma estrutura internacional anárquica que os constrange a agir ofensivamente para garantir a própria sobrevivência. Dentro de uma concepção realista ofensiva a Nova Rota da Seda funciona como um meio para que a China aumente sua proeminência econômica e geográfica e, em seguida, ameace a hegemonia dos EUA. Em linhas gerais, a aplicação lógica dos princípios básicos do realismo ofensivo ao objeto em discussão estipula que a China e os EUA estão destinados a serem adversários (MEARSHEIMER, 2001, p. 3-4).

No realismo ofensivo não importa a retórica dos Estados, então o discurso de Xi (2019a) baseado nos conceitos de Comunidade de Destino Comum e do Espírito da Rota da Seda é incapaz de conquistar a confiança de outros países. Afinal, nessa teoria estrutural todas as unidades são essencialmente iguais no que tange às relações internacionais, todas temem umas às outras e agem em termos estritos de poder. As diferenças culturais, ideológicas, morais etc. não surtem influência alguma no cenário internacional. No caso em estudo, quando Mearsheimer se dedicou a analisar a possível excepcionalidade da cultura chinesa, apenas estabeleceu equivalência fundamental entre o pacifismo confuciano e o liberalismo dos democratas americanos (MEARSHEIMER, 2014a).

Indo além na rejeição de discursos de estadistas, o realismo ofensivo também dispensa as despretensões oficiais de substituição da ordem internacional. Mesmo com a publicação do livro da BRI pelo *China International Publishing Group* (2016, p. 11) estabelecendo que a China não tem pretensões revisionistas, e com todo o respaldo despretensioso reiterado pela retórica do presidente Xi Jinping (2019a), a teoria realista de Mearsheimer dispensa a

consistência de potências *status quo*. Por mais que a BRI se apresente como uma medida integrativa e complementar à ordem internacional vigente, representa sob essas lentes um meio para uma potência revisionista transformar o sistema de Estados em longo prazo.

A implicação da ofensividade inevitável entre as grandes potências é a guerra. No caso da China, Mearsheimer avalia que as rotas marítimas do Mar do Sul que passam pelos estreitos de Málaca, Sunda e Lombok, para chegar ao Oriente Médio e à África, são pontos de pressão geopolítica explorados pelos EUA que podem servir como causas estruturais na construção de um cenário de guerra (MEARSHEIMER, 2014a). A China, por sua vez, vem aumentando a proteção, o monitoramento e o controle sobre o Mar Meridional, e essas medidas são relevantes para a consolidação estável da BRI (ECONOMY, 2018). De certa maneira, a dimensão militar se faz inevitavelmente presente na projeção externa chinesa, mesmo havendo evidente esforço de equilíbrio para a RPC não cair na armadilha de Tucídides (ALLISON, 2020).

As elites estadunidenses, temerosas perante a expansão da rede de relações comerciais e de infraestrutura da China, se impõem para barrar o estabelecimento do projeto, tomando atitudes de reequilíbrio de poder na Ásia para não perderem influência regional. O aumento da presença dos norte-americanos no mar meridional representa uma tentativa de impedir essa medida-chave que pode encaminhar o País do Meio à consolidação de sua hegemonia regional.

O cinturão econômico terrestre e a rota marítima da BRI pretendem estabelecer maior conectividade abrangente principalmente com sudeste, sul e centro da Ásia, Eurásia, e leste e norte da África. Estas áreas preferíveis correspondem precisamente com as zonas que a RPC precisa congrega e pacificar para garantir sua ascensão hegemônica e que coincidem também com o *Heartland* e o *Rimland* geopolíticos. Nessa esfera, deve ser construída uma desejável parceria estratégica com países do Mar do Sul, e dos oceanos pacífico e indiano (CHINA INTERNATIONAL PUBLISHING GROUP, 2016, p. 5). Esse é um fator extremamente importante para uma leitura realista ofensiva da BRI porque: 1) demonstra a obstinação da China nas táticas de dissuasão por instituições internacionais e por interdependência econômica, que Mearsheimer classifica como ineficazes; 2) o acesso logístico ao Golfo Pérsico através do Mar Meridional é uma variável geopolítica constantemente mencionada nas análises de Mearsheimer sobre a China; e 3) o aparente objetivo da BRI pode ser enquadrado no conceito mearsheimeriano de “hegemonia” enquanto domínio continental.

Em *The Tragedy of Great Power Politics*, John Mearsheimer (2001, p. 9) rejeita sistematicamente os métodos de estabelecimento de paz que são estimados por autores liberais da Teoria de Relações Internacionais, a saber: interdependência, paz democrática e instituições internacionais. No caso da China contemporânea não é concebível a aplicação da teoria da paz democrática porque seu modelo político é socialista, então diverge das exigências constitutivas da democracia liberal. Por outro lado, a China adota claramente as diretrizes da interdependência e do institucionalismo para tentar ascender pacificamente, mas o faz de maneira peculiar e incomparável com o Ocidente.

A crítica de John Mearsheimer (2001, p. 363-366) ao institucionalismo subestima a capacidade da cooperação entre os Estados diminuir riscos de guerra. Seu raciocínio enfatiza que as instituições não são entidades políticas independentes e não têm autoridade vertical sobre os Estados. As instituições, segundo John Mearsheimer, referem a conjuntos de princípios e normas recomendadas sistematicamente por Estados associados. Devido à falta de poder punitivo, as instituições funcionam como meios para que potências construam a ordem internacional, visando à paz enquanto norma mesmo sem poder garanti-la de fato. Objetivamente, as instituições são “arenas para representar relações de poder” (MEARSHEIMER, 2001, p. 364, tradução nossa).

A BRI não pode ser considerada como uma organização internacional, mas, sim, como um conjunto de projetos de obras infraestruturais desencadeado por um sistema difuso caracterizado por instituições financeiras multilaterais centradas no AIIB e fóruns de diálogo convergentes. Diferentemente da ONU, por exemplo, que tem a função de condenar a guerra mesmo em uma estrutura vertical, o conjunto institucional da BRI é baseado na integração de coordenação de políticas, comércio, finanças, logística e pessoas. A melhor comparação possível com o AIIB deve ser feita a partir do Banco Mundial, de acordo com Elizabeth Economy (2018), mas ainda assim se mostra como mais amplo. Sendo assim, o institucionalismo chinês está subordinado à busca por interdependência holística. Entretanto, realmente, o palco institucional produzido pelo lançamento do AIIB já representa uma nova arena de representação de relações de poder incipientes e restritas à modalidade financeira.

Para Mearsheimer (2001, p. 370-372), a interdependência como meio de dissuasão não se sustenta por três razões: 1) ciclos de crises econômicas regionais ou globais minam a prosperidade necessária para que faça sentido a necessidade de não guerrear para proteger a economia; 2) vitórias rápidas e decisivas em guerras objetivas podem não causar estragos

econômicos e ainda trazer lucros para o vencedor; e 3) a história mostra que a interdependência econômica na Europa era tão profunda no começo do século XX quanto no início do século XXI e mesmo assim duas guerras mundiais foram desencadeadas.

No tocante à BRI, o Corredor Econômico China-Indochina é uma materialização da insistência na tática de tentar estabelecer relações de interdependência econômica com o sudeste asiático por parte das lideranças chinesas. A concreticidade de rotas logísticas muito provavelmente permanentes até a posterioridade cria um cenário mais sólido do que o que pode ser esperado por práticas comerciais internacionais que apenas se dão pela infraestrutura antes existente. O vínculo físico-geográfico traz materialidade relacional fixa para inaugurar uma nova era de relacionamento sinocêntrico entre países da Ásia. A interdependência, dessa forma, deverá ser mais forte do que meros vínculos comerciais conformados a rotas logísticas limitadas. Sendo assim, o argumento de Mearsheimer contrário à interdependência econômica não se adequa ao patamar transformador da BRI.

Sobre a questão do acesso ao Golfo Pérsico para a obtenção de recursos, no texto “*Can China Rise Peacefully?*” Mearsheimer reconhece que a maior parte do petróleo importado pela China vem de tal área pelo meio aquaviário. O texto publicado em 2014 faz menção indireta à BRI (anunciada em 2013) no momento que considera que “apesar de toda a conversa sobre o transporte desse petróleo por oleodutos e ferrovias por Mianmar e Paquistão, o fato é que o transporte marítimo é uma opção muito mais fácil e barata” (MEARSHEIMER, 2014, p. 4, tradução nossa). Dessa maneira, o autor avalia pragmaticamente que devido à viabilidade maior do transporte marítimo a BRI não poderia dissuadir as tensões no Mar do Sul.

Todavia, a crítica do autor americano dispensa o fato de que o Corredor Econômico-China-Paquistão abre uma rota ainda marítima para o Golfo Pérsico através do Porto de Gwadar. O transporte mais barato pode ser garantido sem passar pelos estreitos de Málaca, Sunda e Lombok nesse caso – o fato de Mearsheimer não citar o Porto de Gwadar e apenas evocar uma resposta às alternativas de transporte terrestre invalida sua crítica. E, já que o professor americano citou a BRI de maneira imprecisa nesse texto, é válido acrescentar que o Corredor Econômico China-Ásia Central-Ásia Ocidental também pode oferecer um caminho para acessar o Golfo por meio do solo iraniano (é mais um caminho, além dos que são citados, ainda que esteja entre os menos baratos para o comércio internacional).

É relevante fazer menção ao Diálogo Estratégico do Conselho de Cooperação China-Golfo Pérsico iniciado em 2010 a partir da assinatura de um Memorando de Entendimentos entre China, Kuwait e Emirados Árabes Unidos. Depois disso, o Diálogo começou a ser realizado anualmente. O objetivo principal é aprofundar as relações comerciais da China com os países que têm soberania sobre o Golfo Pérsico. Para isso, os associados elaboraram um plano de ação de 2014 a 2017, logo após a inauguração da BRI. Pelo fato de o megaprojeto infraestrutural abranger a área dos países envolvidos nesse Diálogo, há interseção entre os dois mecanismos (CHINA INTERNATIONAL PUBLISHING GROUP, 2016, p. 87). Esta é uma expressão da associação entre institucionalismo e interdependência aplicada pela China sobre o Golfo Pérsico.

O tema da disputa entre China e EUA pelo Golfo Pérsico se relaciona com a abordagem de interdependência a partir dos Corredores Econômicos China-Península da Indochina e Bangladesh-China-Índia-Mianmar vinculados à Rota Marítima da Seda do Século XXI. Estas vias funcionam como meios para aprofundar relações abrangentes com os países do sudeste asiático, evitando que sejam jogados contra a China por parte de intervenções ocidentais e deixando livre o acesso aos estreitos do Mar Meridional. Por conseguinte, ao mesmo tempo em que novos caminhos são explorados a oeste, ao sudeste, a China continua construindo parcerias estratégicas positivas para tentar frustrar as ambições de Washington em curto prazo.

Segundo Mearsheimer (2014a), a China tem pretensões de criar uma Doutrina Monroe própria, e quando o fizer, inevitavelmente deverá expulsar os americanos da Ásia. Um desfecho desse tipo significaria um passo decisivo para o fim do estatuto de único *hegemon* do sistema internacional. O outro passo fundamental para a China se consolidar como um *hegemon* asiático consiste no alcance de uma posição comparativa de poder indubitavelmente superior aos seus vizinhos (MEARSHEIMER, 2001, p. 34). Exageradamente, Mearsheimer prevê no texto “*Can China Rise Peacefully?*” publicado em 2014 um cenário de vitória hegemônica da RPC em que, além de o país expulsar os EUA da Ásia, deverá fomentar problemas de segurança continental para os estadunidenses, se aproximando de potências naturais e estratégicas da região, como Brasil, México e Canadá, para fortalecê-las e equilibrar poder, levando ao declínio da hegemonia americana.

Sob a ótica realista ofensiva, a ocupação territorial que expressa a dimensão hegemônica dos EUA está em risco. A potência americana não tem mais uma incontestada

presença de poder na América Latina, então o próprio “quintal” não está mais totalmente alinhado com o *hegemon*. De fato, o desenvolvimento de projetos infraestruturais binacionais no subcontinente, o aprofundamento das relações comerciais e financeiras dos países da região com a China e o estímulo multilateralista podem ser avaliados em conjunto como maneiras brandas de equilibrar poder com os EUA, que, de maneira relacional, estão sendo enfraquecidos. A crescente presença chinesa na região pode constranger os americanos a voltarem a prestar atenção no próprio continente, que é o alvo preferencial para a manutenção hegemônica, e desistirem do “pivô para a Ásia”. Em seguida, a China estará livre para avançar sua posição de *hegemon* asiático.

Embora a BRI ainda não esteja presente em todo o continente americano e não tenha qualquer pretensão diretamente geoestratégica, exclui a participação dos EUA e representa uma guinada de liderança na política externa chinesa. Perante esse processo, o temor de Mearsheimer ecoa a perspectiva geopolítica estadunidense. Os EUA demonstram forte sensibilidade à presença chinesa em seu “quintal” porque receiam que quaisquer formas de relações que estão sendo desenvolvidas com os países latino-americanos possam evoluir em longo prazo para o patamar de alianças militares. A multidimensionalidade relacional que é comumente traçada pela China no âmbito da BRI, envolvendo uma categoria dinâmica de securitização (humana, ambiental, econômica etc.), sinaliza a potencialidade de segurança estatal voltada ao cenário internacional e, em seguida, à contenção à hegemonia dos EUA.

Em resumo, a interpretação da BRI pelo realismo ofensivo insiste no automatismo correspondente entre crescimento econômico e incrementos em orçamento militar e, conseqüentemente, vislumbra na BRI uma capacidade de continuar a gerar poder para a China ameaçar quantitativamente a hegemonia estadunidense. Qualitativamente, a BRI equivale a um passo inicial para os chineses expandirem influência continental e instaurarem uma hegemonia no futuro. Ademais, Mearsheimer não reconhece na iniciativa internacional chinesa qualquer aptidão para dissuadir um previsto conflito direto ou indireto com os EUA no Mar do Sul. O autor americano insiste em criticar a tática de pacificação por meio da interdependência econômica que a BRI se dispõe a estabelecer.

5.4 INTERPRETAÇÃO REALISTA MORAL

Tendo em vista que a variável independente da teoria realista de Yan Xuetong é a “moralidade”, a interpretação da BRI sob essa óptica explora principalmente o papel

estratégico da liderança política moralista da China. Uma vez que possui um escopo global, a BRI pode ser considerada como a maior expressão da crescente liderança política chinesa. A seguir, exploraremos as menções feitas à BRI por Yan em suas publicações.

Em uma entrevista ao *21st Century Business Herald* concedida em 2014, o professor Yan Xuetong apresentou diretamente suas perspectivas realistas sobre os propósitos da BRI. Para o professor chinês, a política externa do presidente Xi Jinping passou a atribuir mais importância às relações da China com os países vizinhos, abandonando a prioridade anterior voltada à estabilidade relacional sino-americana. Antes essa movimentação era evitada para não gerar atritos justamente com os EUA, mas agora que o poder chinês sofreu um incremento relativo é menos arriscado realizar esse ajuste exterior de risco. Um sinal histórico dessa transformação é representado pela realização em Beijing do “Seminário de Trabalho sobre Diplomacia com Países Vizinhos” com presença de todos os membros do Politburo, incluindo os do Comitê Permanente. Uma reunião desse nível não era realizada pelo PCCh desde 1949 (YAN, 2014c).

Não à toa, no primeiro volume de “A Governança da China”, de Xi Jinping (2019a, p. 346-359) há um capítulo intitulado “Diplomacia com Países Vizinhos”. No segundo volume a expressão é repetida múltiplas vezes em capítulos dedicados à política externa, incluindo o da “Iniciativa Cinturão e Rota”: “A iniciativa “Cinturão e Rota”, que nasceu na Ásia, se baseia nela e deve beneficiá-la [...] A China dá prioridade aos países vizinhos na sua política externa” (XI, 2019b, p. 611-612).

Os Estados Unidos se inserem enquanto ator oposto às dinâmicas de protagonismo por parte da China. Yan Xuetong (2014) compreende que a China já ultrapassou o período em que necessitava se manter em perfil diplomático discreto e centrado na economia para ascender no sistema internacional. Para os chineses, a ascensão econômico-diplomática significa o retorno ao lugar natural do país, que sempre, desde a Antiguidade, esteve colocado como detentor da primeira ou segunda maior economia do globo (MADDISON, 2007). Por esse motivo que Yan (2014c), assim como outros autores e formuladores de políticas chineses, classifica a ascensão chinesa como uma “revitalização” – O prefixo “re” remete ao retorno ao posto natural de uma civilização viva e pujante.

Outra mudança realizada na política externa chinesa após o anúncio da BRI, que é vista como um avanço pelo ponto de vista realista moral, é a substituição da estratégia que dava primazia à cooperação econômica por uma de cunho integrativo. Em outras palavras, a

relacionalidade da China com unidades do sistema internacional foi “engrossada”, passando a incluir mais variáveis conectivas que envolvem, por exemplo, as áreas de infraestrutura física e de intercâmbios culturais e educacionais. A dimensão comercial e financeira, no entanto, tende a ser aprofundada e coexistir com esses novos aspectos. Integração significa o livre fluxo de pessoal, capital e bens (YAN, 2014c).

A desejada integração regional deve encontrar materialidade na BRI pelo Corredor Econômico Bangladesh-China-Índia-Mianmar¹¹⁵. Além disso, a interseção da iniciativa com o mecanismo de cooperação China-ASEAN também deve passar a ser abordado como mais do que uma simples zona de livre-comércio. Pelos eixos ocidental e setentrional, o planejamento de integração perpassa a Ásia Central e a Rússia, onde inclui ferrovias, oleodutos e gasodutos, garantindo fontes de recursos estratégicos e firmando um eixo de alinhamento multidimensional relevante para a revitalização chinesa.

Para finalizar a entrevista, o autor chinês destaca um aspecto que, pela sua perspectiva, deveria fazer parte da BRI e do discurso de Comunidade de Destino Comum: “Uma comunidade de destino comum não existirá sem cooperação militar” (YAN, 2014c, p. 2, tradução nossa). A ausência de redes de alianças militares entre China e seus parceiros estratégicos é o motivo pelo qual, segundo Yan, o governo de Xi Jinping não se encaixa ainda no ideal de “Autoridade Humana” (MANAGING..., 2022). Quando a RPC passar a assumir a liderança multilateral até mesmo nessa modalidade, aprofundando a estimada integração que pode ser propiciada pelo projeto da BRI, poderá se responsabilizar pelo desenvolvimento de uma gestão Humana das relações internacionais, transformando-as e deixando uma marca essencialmente chinesa na ordem mundial.

No debate de 2013 feito com Mearsheimer na Universidade Tsinghua, Yan mencionou a BRI relacionando-a com o escopo da política externa prioritariamente regionalista proposta pelo governo de Xi Jinping. Em termos realistas, esse deslocamento externo significa um sinal de reequilíbrio de poder porque cria um cenário em que a RPC deverá ficar ao lado dos países vizinhos em casos de atritos com os EUA. O estabelecimento dessas zonas de cooperação regional é propiciado pela BRI.:

O escopo geral [dessa estratégia diplomática] é o estabelecimento de três zonas de cooperação econômica sub-regionais e aprofundar cooperação de segurança com vizinhos. Isso é muito diferente de antes. Agora vamos tentar estabelecer a Rota da Seda no Oriente Médio, a Rota da Seda Marítima do sudeste da China e o Corredor

¹¹⁵ Desde o princípio da BRI o projeto de integração com essa zona triangular já podia ser avaliado como um avanço para cooptar países que tendem a entrechocarem-se geopoliticamente com a China – em especial, a Índia.

Econômico China-Índia-Mianmar-Bangladesh [no sul da Ásia] [...] Xi Jinping sugere que deveríamos aprofundar nossa cooperação de segurança com nossos vizinhos [...] a abordagem de trabalho é muito variada. O objetivo de trabalho é, primeiramente, procurar interesses compartilhados, que é melhor do que buscar confiança mútua [...] porque nós nunca confiamos uns nos outros, como disse o senhor Mearsheimer (CAN..., 2022, 30 min 36 s, tradução nossa).

Em *Leadership and the Rise of Great Powers* a BRI é citada no capítulo 2, “Liderança e Preferências Estratégicas”, e na conclusão da obra. Em geral, de acordo com o argumento principal do livro, que pode ser sintetizado pela fórmula “ $CA = (M + E + C) \cdot P$ ” (YAN, 2019, p. 13), a BRI significa uma fonte de reformas políticas substanciais no sistema internacional. Logo, deve ser inserida dentro da variável multiplicadora “P”, que leva ao aumento da capacidade abrangente da potência asiática ascendente. Pela lente realista moral, a BRI obviamente tem um peso decisivo para que a ascensão chinesa se consolide. Na medida em que obras infraestruturais forem construídas com sucesso, a credibilidade estratégica da RPC aumentará. Desse modo, a China poderá assumir uma liderança moral em nível global e a Autoridade Humana tenderá a ser instaurada.

Em “Liderança e Preferências Estratégicas”, a BRI é citada como um exemplo de liderança política concreta tanto na dimensão de análise doméstica como internacional. Internamente é chamada de “estratégia” e externamente é referida como “iniciativa”. Yan (2019, p. 29) distingue as categorias, com a primeira tendo um enquadramento hierárquico e a segunda dependendo de negociações horizontais com outros Estados dentro da estrutura internacional anárquica. De qualquer maneira, a BRI significa nesse contexto uma fonte de poder político com capacidade interna e externamente reformadora.

No capítulo conclusivo do livro supracitado, Xuetong menciona a BRI como um recurso de pacificação da ordem internacional e que inviabiliza uma possível guerra por procuração entre RPC e EUA:

Mesmo uma guerra por procuração entre a China e os Estados Unidos é improvável nos próximos dez anos. Diferente da preferência estratégica da Rússia, a China desvaloriza o papel da guerra por procuração em sua ascensão. Em vez disso, a China considera a economia como a base da capacidade nacional e, portanto, prefere ampliar sua influência internacional por meio de abordagens econômicas, como pelo estabelecimento do AIIB e promovendo a Iniciativa Cinturão e Rota. Como o foco de sua preferência estratégica está na influência econômica, a China dificilmente pode ser arrastada para qualquer guerra por procuração com os Estados Unidos na próxima década – algo que contrasta fortemente com a rivalidade EUA-Soviética durante a Guerra Fria (YAN, 2019, p. 200).

Esse argumento dialoga com o criticismo mearsheimeriano sobre a interdependência enquanto meio de pacificação das relações internacionais. É interessante destacar que tanto as

lideranças chinesas insistem nessa tática, que a BRI significa um grande aprofundamento nela e que Yan está alinhado com essa “aposta”.

A BRI parece uma manifestação de um Estado revisionista para modificar a ordem global por advir de um país imbuído de uma ideologia alternativa ao liberalismo ocidental, isto é, o “socialismo com características chinesas”. Contudo, o socialismo é tratado como uma realidade doméstica, então não existem pretensões de exportação do modelo político-econômico por parte das lideranças do PCCh. A política externa da RPC está assentada em princípios e valores que evocam o desenvolvimento conjunto dos países periféricos e semiperiféricos sintetizados pelo lema da “Comunidade de Destino Comum”, que afirma respeitar as soberanias dos Estados e rejeita intervenções em assuntos domésticos. Um exemplo da abordagem não intervencionista da China através da BRI é o fato de o AIIB, ao contrário das instituições internacionais geridas por potências ocidentais, não exigir pré-requisitos políticos para aceitar membros e conceder empréstimos (YAN, 2019, p. 70). Dessa maneira, as lideranças chinesas declaram pretensões de manter e defender a ordem internacional westfaliana centrada na autodeterminação dos povos e nos princípios da Carta da ONU (XI, 2019b, p. 669-72).

Na realidade, a única instituição em xeque é a hegemonia dos Estados Unidos. A ordem internacional fundada no século XX tende a ser transformada, não substituída por completo. Nesse contexto, o reajuste da ordem internacional naturalmente clama por valores normativos que podem ser afirmados pela BRI na medida em que a China ascende enquanto uma liderança sistêmica. A teoria de Yan oferece algumas propostas interessantes para nortear esse processo (VILAÇA, 2018).

Conforme explica Yan (2018) no artigo “*Chinese values vs. liberalism: what ideology will shape the international normative order?*”, devido à despretensão de imposição do modelo político-econômico marxista sobre o mundo por conta dos riscos estratégicos envolvidos nisso (afinal, a China não quer cometer os mesmos erros que a URSS cometeu no século XX), a melhor proposta adaptativa a ser oferecida é complementar os valores-chave vigentes na ordem internacional liderada pelo Ocidente através das categorias culturais chinesas: igualdade, democracia e liberdade devem ser respectivamente associadas a benevolência, ritos e retidão para que sejam gerados os valores de equidade, justiça e civilidade. Destarte, há pretensão de preencher a ordem internacional liberal com características chinesas, e a BRI se apresenta como uma plataforma adequada para

impulsionar esse processo. O Espírito da Rota da Seda tem um caráter incipiente sobre esse desígnio assertivo.

Para resumir, a teoria realista moral compreende a BRI como um meio de obtenção de poder político que é capaz de multiplicar a capacidade abrangente da RPC. A BRI se insere como uma conjuntura-chave para encaminhar a revitalização da nação. Todavia, ainda carece de avanços normativos de cunho moral mais explícitos. O deslocamento da política externa de perfil discreto para a de busca pela conquista não foi tão expressivo a ponto de, por exemplo, a RPC passar a construir alianças militares com parceiros estratégicos. Somente assumindo maiores responsabilidades em termos da unidade entre força e consenso que uma Autoridade Humana poderá ser instaurada. Yan recomenda, então, uma transformação dos tipos de integrações ocasionadas pela BRI até níveis ainda mais dinâmicos que cheguem a incluir cooperações militares.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi responder à seguinte questão-problema: Como explicar a relevância geopolítica da *Belt and Road Initiative* para a ascensão chinesa no sistema internacional? A seguinte hipótese foi testada: Considerando o debate entre os realismos moral e ofensivo, que compartilham em seus escopos aspectos geopolíticos devido à compreensão da política internacional em termos de poder projetado territorialmente, a variável da “liderança política” proposta por Yan Xuetong expressa uma categoria original e dinâmica para compreender a *Belt and Road Initiative* enquanto instrumento geopolítico inerente ao processo de ascensão chinesa.

O realismo ofensivo proporciona uma narrativa restrita às preocupações de cunho diretamente militar e para isso faz uso de uma metodologia limitada. Enquanto isso, a formulação de Yan Xuetong acrescenta à dimensão militar da geopolítica uma nova variável baseada em poder político para explicar o deslocamento de poder à Ásia, trazendo ao público uma perspectiva mais diversificada para explicar os fundamentos da iniciativa chinesa em análise. Frente ao debate entre os realismos moral e ofensivo foram abstraídos aspectos úteis para analisar os fundamentos geopolíticos da BRI.

Na primeira parte desta pesquisa fizemos uma extensa apresentação dos referenciais teóricos. As fontes geopolíticas com foco no conceito de *Heartland*, introduzido por Halford Mackinder, foram sintetizadas dentro de uma discussão sobre a evolução de tal área de estudos. Depois, os realismos ofensivo e moral foram sintetizados e seus nexos com a geopolítica foram enaltecidos. As referências de análise principais foram os realismos, enquanto a geopolítica foi incorporada como um preâmbulo devido à semelhança física entre o coração continental eurasiático e o desenho preliminar do megaprojeto infraestrutural chinês anunciado por Xi Jinping em 2013.

Diálogos entre a geopolítica e os realismos em tela foram constatados a partir da compreensão básica da política internacional em termos de poder e da relevância dos territórios para a projeção de poder. No caso do realismo ofensivo, há duas categorias-chave geopoliticamente instigantes: 1) Mearsheimer concede primazia ao poder terrestre, assim como Mackinder; e 2) a geopolítica clássica vislumbra possibilidades de estabelecimento hegemônico de abrangência global, enquanto o realismo ofensivo estipula um limite restrito à dimensão continental. No caso do realismo moral o debate geopolítico dispõe de: 1) um desafio ao conceito de *Heartland* através do uso de uma abordagem historicista e atualizada

que indica que houve deslocamento de poder da Europa rumo às margens a leste do crescente interno mackinderiano, isto é, a leste asiático; e 2) rejeição dos fundamentos da política internacional baseados em uma aceção originalmente darwinista social e expansionista.

A identificação de interseções geopolíticas nos realismos selecionados para analisar a BRI automaticamente abriu portas para que um exame mais abrangente desse objeto fosse feito por meio dos conceitos próprios dos realismos americano e chinês que foram escolhidos. E as percepções obtidas pelos diálogos teóricos selecionados são aplicáveis para a análise da geopolítica da *Belt and Road Initiative*. Todavia, um maior potencial explicativo somente poderia ser obtido dentro dos propósitos desta pesquisa após a exposição do debate teórico entre Yan Xuetong e John Mearsheimer.

No terceiro capítulo as diferenças entre Yan e Mearsheimer foram mostradas de duas maneiras: primeiro, por uma revisão bibliográfica das menções mútuas realizadas pelos autores em seus escritos; e depois pela síntese comentada dos dois debates públicos entre os professores. Em suma, o escopo conceitual do realismo moral é mais abrangente do que o realismo ofensivo de John Mearsheimer. Enquanto o primeiro é composto por um conjunto de modelos com poder explicativo útil para a realidade asiática e para os países em desenvolvimento, o segundo pressupõe estar refinando a teorização estruturalista de Waltz ao identificar mecanismos centrais de determinação das relações internacionais. Em adição, embora ambos os pensadores sejam essencialmente realistas estruturalistas, Yan procura retomar aspectos historicistas da abordagem clássica; enquanto isso, Mearsheimer atua como um continuador mais radical do estruturalismo neorrealista. Ambas as formulações naturalmente possuem limites de capacidade analítica, pois são essencialmente ferramentas de análise que devem maximizar a compreensão da realidade internacional. Contudo, o foco ofensivo na conduta supostamente automática e invariável das grandes potências em torno de um único objetivo hegemônico predeterminado diz mais sobre a minoria das unidades sistêmicas em um dado período histórico. O realismo moral, a partir de modelos dinâmicos, se mostrou capaz de explicar o projeto desenvolvimentista que os chineses construíram na década de 1980 para que pudessem se reerguer e se reintegrar à ordem internacional, e dessa abordagem podem ser abstraídas algumas lições para os países pobres e periféricos também interessados em alcançar o desenvolvimento.

No quarto capítulo fizemos uma apresentação profunda da geoestratégia chinesa para poder introduzir a dimensão mais abrangente que envolve o objeto em discussão. Para isso,

fizemos uso de uma abordagem filosófica e histórica, unindo as referências do Império Chinês às da China socialista. Na primeira subparte do capítulo sintetizamos os preceitos do pensamento estratégico chinês oriundos da Antiguidade a partir, principalmente, de obras de Confúcio, Lao Tsé e Sun Tzu, que nunca perderam relevância no imaginário popular da civilização asiática. Na segunda subseção fizemos um resumo da história das relações externas da China durante o andamento processual da Revolução de 1949, articulando as características geopolíticas e as perspectivas estratégicas inerentes aos líderes chineses durante tal recorte histórico, dando ênfase em perspectivas de Mao Tsé-Tung e Deng Xiaoping. Assim, pudemos visualizar uma constante: há fundamentos defensivos na estratégia chinesa desde a Antiguidade até a Contemporaneidade. Na última subparte do capítulo enquadrámos a geoestratégia do governo de Xi Jinping dentro dessa compreensão defensiva, evocando os maiores desafios enfrentados pelo atual líder.

No último capítulo finalmente discutimos a *Belt and Road Initiative*. Para isso, inicialmente o preâmbulo teórico geopolítico foi aplicado para apontar as procedências da leitura do megaprojeto sob essa óptica. Reiteramos que a geopolítica clássica possui nexos avaliativos devido ao escopo geográfico básico da iniciativa chinesa, mas a atualização dela rumo a um alcance de nível global ofuscou qualquer compreensão em torno de uma interpretação puramente baseada no *Heartland* mackinderiano. Também, destacamos que a evolução da teoria geopolítica fornece referências mais adequadas para analisar os verdadeiros fundamentos geoestratégicos chineses. Dessa maneira, a geoeconomia apresenta conceitos analíticos mais congruentes com a proposta da BRI.

A interpretação da BRI pelo realismo ofensivo insiste no automatismo correspondente entre crescimento econômico e incrementos em orçamento militar. A teoria mearsheimeriana faz uso de uma definição de poder limitada às variáveis materiais e, conseqüentemente, vislumbra na BRI uma capacidade de continuar a gerar poder para a China ameaçar quantitativamente a hegemonia estadunidense. Qualitativamente, equivale a um passo inicial para os chineses expandirem a influência continental e instaurarem uma hegemonia no futuro. Entretanto, Mearsheimer não reconhece na iniciativa internacional chinesa qualquer aptidão para dissuadir um previsto conflito direto ou indireto com os EUA no Mar do Sul.

A teoria realista moral compreende a Nova Rota da Seda como um meio de obtenção de poder político e econômico capaz de multiplicar a capacidade abrangente da RPC. A BRI se insere como uma conjuntura-chave para encaminhar a revitalização da nação. O primeiro

princípio oficial da Iniciativa Cinturão e Rota, que diz respeito à coordenação de políticas entre Estados, representa o nexo explicativo geral do realismo moral sobre o processo de construção do megaprojeto concomitante à Comunidade de Futuro Compartilhado pelo aumento da liderança política da República Popular da China no sistema internacional. Todavia, ainda carece de avanços normativos de cunho moral mais explícitos.

O deslocamento da política externa de perfil discreto para a de busca pela conquista não foi tão expressivo a ponto de a RPC passar a construir alianças militares com parceiros estratégicos. Somente assumindo maiores responsabilidades em termos da unidade entre força e consenso que uma Autoridade Humana poderá ser instaurada. Yan recomenda uma transformação dos tipos de integrações ocasionadas pela BRI rumo a níveis ainda mais dinâmicos, que cheguem a incluir cooperações militares, para que a China se torne uma grande potência moralista e responsável pela liderança da ordem internacional.

Para concluir, a testagem da hipótese disposta nesta pesquisa dedutiva foi bem-sucedida. Considerando o debate entre os dois realismos, constatamos que o poder explicativo da teoria de Yan Xuetong, de fato, possui um alcance maior, podendo decifrar conjunturas históricas da China que são decisivas para a compreensão do objeto principal desta pesquisa. As inovações metodológicas trazidas à Teoria de Relações Internacionais através de componentes da cultura chinesa trazem compatibilidade com o objeto em análise, tangenciando seus aspectos mais fundamentais. Yan parte de pressupostos realistas e estruturalistas, mas põe em discussão as exatas variáveis históricas que são exigidas para compreender as propriedades constitutivas mais importantes não só da *Belt and Road Initiative*, mas da geoestratégia chinesa como um todo. O realismo moral tem um poder sugestivo sobre o futuro das relações internacionais chinesas na medida em que apresenta um norte normativo que poderá preencher demandas futuras da iniciativa de integração dinâmica da China sobre o mundo. Uma ordem internacional com características chinesas – equitativa, justa e civilizada – já está sendo construída através dos conceitos *Rénlèi mìngyùn gòngtóngtǐ* (人类命运共同体 – Comunidade com um Futuro Compartilhado para a Humanidade) e *Sī lù jīngshén* (丝路精神 – Espírito da Rota da Seda).

Ainda que Mearsheimer seja implacável em determinadas análises da política internacional por compreender profundamente o *modus operandi* sistêmico que foi imposto pela hegemonia dos EUA, sua análise sobre a geopolítica da BRI insiste em lentes correspondentes com o momento unipolar do pós-Guerra Fria. Ao refletir sobre os desafios da

ascensão chinesa, Mearsheimer critica os métodos de dissuasão através da interdependência e das instituições internacionais, mas o faz sem considerar as propriedades inovadoras das conjunturas chinesas. O estruturalismo mearsheimeriano acaba sendo uma armadilha analítica por evitar variáveis históricas inéditas para a Teoria de Relações Internacionais e que se apresentam como fundamentais para trazer complementos e adaptações metodológicas.

O tipo de interdependência que a China está gerando através da BRI é integrador, dinâmico e físico, sem precedentes plenamente comparáveis. A BRI é a maior iniciativa internacional de infraestrutura já vista, então apenas as lentes de análise realistas morais, de Yan Xuetong, que compreendem a iniciativa como parte de um projeto de ascensão mais abrangente, são capazes de explicar sua fundamentação geopolítica de longo prazo a partir da ênfase na dimensão de poder político. A BRI corresponde ao meio fundamental para que a China faça reformas na ordem internacional para transformá-la parcialmente em um processo de revitalização nacional gradual e pacífica.

Para finalizar, tendo em vista a história da geoestratégia chinesa, dotada de referências culturais milenares, e as interseções desta com os princípios do realismo moral, é possível identificar aspectos endógenos consistentes. Uma abordagem culturalista e histórica é capaz de explicar as fundamentações da BRI enquanto maior expressão da política externa chinesa e do projeto de revitalização nacional da grande potência asiática em vigor na contemporaneidade. Frente ao processo de teorização das Relações Internacionais no mundo, a abordagem tradicional de produção das ciências sociais parcialmente associada a componentes estruturais pode ser útil para compreender os fundamentos estratégicos chineses.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. **Non-western international relations theory**. Taylor & Francis, 2009.

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. Why is there no non-Western international relations theory? An introduction. **International relations of the Asia-Pacific**, v. 7, n. 3, p. 287-312, 2007.

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. Why is there no non-western international relations theory? Ten years on. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 17, n. 3, p. 341-370, 2017.

ACHARYA, Amitav. From heaven to earth: ‘cultural idealism’ and ‘moral realism’ as Chinese contributions to global international relations. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 12, n. 4, p. 467-494, 2019.

ALLISON, Graham. **A Caminho da Guerra: Os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da Armadilha de Tucídides?** Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2020.

ALLISON, Graham. The Thucydides Trap: Are the U.S. and China Headed for War?. **The Atlantic**. Washington, D. C., 2015. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2015/09/united-states-china-war-thucydides-trap/406756>. Acesso em 3 jul. 2022.

ALVES, Rafael Queiroz. A Guerra Híbrida entre China e Estados Unidos: uma análise a partir das narrativas midiáticas sobre Xinjiang nos anos de 2017 a 2019. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 17, n. 2, p. 3-18, 2017.

ALVES, Rafael Queiroz; APARECIDO, Julia Mori; PONTE, João Victor. Os conflitos na região da Caxemira. **Série Conflitos Internacionais**, v. 6, p. 1-7, 2019.

ALVES, Rafael Queiroz; DOS PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes. A Hegemonia Internacional da República Popular da China sob o Governo de Xi Jinping: uma análise da busca pela concretização do sistema a partir do realismo ofensivo. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 17, n. 1, p. 39-50, 2017.

AMIGHINI, Alessia. **China's Belt and Road: A Game Changer?**. Alexandria: Edizioni Epoké, 2017.

AMUSQUIVAR, Érika Laurinda; PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes. A gênese da geopolítica e sua difusão na história mundial. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 5, n. 1, 2018.

ARMSTRONG, Charles K. **The North Korean Revolution, 1945-1950**. London: Cornell University, 2003.

ASHWORTH, Lucian M. Realism and the spirit of 1919: Halford Mackinder, geopolitics and the reality of the League of Nations. **European Journal of International Relations**, v. 17, n. 2, p. 279-301, 2011.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK. **Members and Prospective Members of the Bank.** 28, jun. 2022. Disponível em: <https://www.aiib.org/en/about-aiib/governance/members-of-bank/index.html>. Acesso em 8 jul. 2022.

ASKEW, Joseph Benjamin. **The Status of Tibet in the Diplomacy of China, Britain, the United States and India, 1911-1959.** 2002. Tese de Doutorado. University of Adelaide, Department of History, 2002.

BABONES, Salvatore. China's Incursions into India Are Really All about Tibet. **The National Interest**, Washington, D. C., 2020. Disponível em: <https://nationalinterest.org/feature/chinas-incursions-india-are-really-all-about-tibet-164655>.

BABONES, Salvatore. Taking China Seriously: Relationality, Tianxia, and the “Chinese School” of International Relations. In: **Oxford Research Encyclopedia of Politics**. 2017.

BATISTA JR, Paulo Nogueira. **O Brasil não cabe no quintal de ninguém: bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata.** Lisboa: Leya, 2019.

BELT AND ROAD INITIATIVE. **BRI Factsheets.** [S.I.], 2020. Disponível em: <https://www.beltroad-initiative.com/factsheets/>.

BELT AND ROAD NEWS. **Analysis.** Hong Kong, 2020. Disponível em: <https://www.beltandroad.news/analysis/>.

BELT AND ROAD PORTAL. **Official Documents.** [S.I.], 2020. Disponível em: https://eng.yidaiyilu.gov.cn/info/iList.jsp?cat_id=10059.

BITTENCOURT, Paulo Victor Zaneratto. **Revisitando a" síntese neo-neo" à luz do conceito de cooperação a partir do pensamento de Kenneth Waltz.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista, Marília, SP. p. 394, 2018.

BLACKWILL, Robert D. e HARRIS Jennifer M. War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft. **Croatian International Relations Review**, v. 26, n. 86, p. 183-186, 2020.

BOUGON, François. **Inside the Mind of Xi Jinping.** Oxford University Press, 2018.

BOUTHOU, Gaston. **A Guerra.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

BRIGOLA, Higor Ferreira; DE ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. Geopolítica e Ideologia na Construção da Hegemonia das Potências Atlânticas. **Sociedade e Território**, 2011.

BROWN, Kerry; HUI, Kalley Wu Tzu. **The Trouble with Taiwan: History, the United States and a Rising China.** Bloomsbury Publishing, 2019.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The grand chessboard.** New York: Basic Books, 1997.

BRZEZINSKI, Zbigniew; MEARSHEIMER, John J. Clash of the Titans. **Foreign Policy**, n. 146, p. 46, 2005.

BUENO, André da Silva. A Escravidão na China Antiga durante o Período da Dinastia Han. **Revista Helade**, n. 3, 2002. Disponível em: <http://sinografia.blogspot.com/2007/07/a-escravidao-na-china-antiga-durante-o.html>.

BULL, Hedley. **Sociedade Anárquica: Um Estudo da Ordem na Política Mundial**, Brasília: Editora UnB, 2002.

BULL, Hedley. **Teoria das Relações Internacionais: defesa da abordagem clássica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

BURGER, Mariana. **Tianxia e o Mar do Sul da China: 天下在南海**. Editora Dialética, 2022.

CAI, Peter. **Understanding China's belt and road initiative**. Sidney: Lowy Institute, 2017.

CALLAHAN, William A. Tianxia, empire and the world: Soft power and China's foreign policy discourse in the 21st century. **British Inter-University China Centre Working Paper Series**, n. 1, p. 2, 2007.

CAN China Rise Peacefully?. [S.l.:s.n.], 2022. 1 vídeo (63 min). Publicado pelo canal Rafael Queiroz Alves. Disponível em: <https://youtu.be/XwhEH2tWKUg>. Acesso em: 1 jul. 2022.

CARMONA, Ronaldo Gomes. **Geopolítica clássica e geopolítica brasileira contemporânea: Mahan, Mackinder e a “grande estratégia” do Brasil para o século XXI**. 2012. 166 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. ED. Universidade de Brasília, 1981.

CARRIÇO, Manuel A.G. Grande Estratégia e o «sonho da China» de Xi Jinping. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 38, pp. 23-33, 2013a.

CARRIÇO, Manuel Alexandre. Breve Incursão sobre a Conceção Chinesa do Poder nas Relações Internacionais. **Revista Militar**. Lisboa, n. 2593/2594, fev-mar, 2018. Disponível em:

CARRIÇO, Manuel Alexandre. O Mútuo Balancing Sino-Americano. **Revista Militar**, Lisboa, n. 2533/2534, pp. 167 – 193, 2013b.

CEBROWSKI, Arthur; GARSTKA John. Network-Centric Warfare: Its Origin and Future. **U.S. Naval Institute**, 1998. Disponível em: <http://www.usni.org/magazines/proceedings/1998-01/networkcentricwarfare-its-origin-and-future>.

CHENG, Chaoting. **BRI from a Geopolitical Perspective: Paradigm Shift or still a Geopolitical Grand Strategy?**. Berlim: Deutsch-Chinesisches Forum, 2020.

CHENG, Enfu; ZHAI, Chan. China as a “Quasi-Center” in the World Economic System: Developing a New “Center–Quasi-center–Semi-periphery–Periphery” Theory. **World Review of Political Economy**, v. 12, n. 1, p. 4-26, 2021.

CHENG, Enfu; LI, Jing. The Global Status Quo and Future of Maritime Cooperation Under the Belt and Road Initiative. **Belt and Road Initiative Quarterly**, v. 1, n. 4, 2020.

CHESNEAUX, Jean; BASTID, Marianne. **Historia de China: Vol. 1, De las guerras del opio a la guerra franco-china 1840/1885**. Vicens-Vives, 1972.

CHINA. [Constituição (1982)]. **Constituição da República Popular da China: promulgada em 4 de dezembro de 1982**. Pequim: Congresso Nacional do Povo, 1982. Disponível em: http://www.npc.gov.cn/zgrdw/npc/zt/qt/gjxfz/2014-12/03/content_1888093.htm. Acesso em 17 set. 2022.

CHINA INTERNATIONAL PUBLISHING GROUP. **Keywords to understand China**. Beijing: New World Press, 2016.

CHINA POWER TEAM. **How Dominant is China in the Global Arms Trade?**. China Power. 27, mai. 2021. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/china-global-arms-trade>. Acesso em 1 jul. 2022.

CONFÚCIO. **Os Analectos**. Tradução de Giorgio Sinedino. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

CORREIA, Pedro de Pizarat. **Geopolítica e geoestratégia**. Nação e Defesa, 2012.

CORRELATES OF WAR PROJECT. **Home - 2016 CINC Scores**. California, 2016. Disponível em: <https://correlatesofwar.org/>. Acesso em 17 jun. 2022.

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies**, Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

DE OLIVEIRA FROIS, Israel David. Geopolítica do Ciberespaço: levantamento conceitual e reflexões. **Revista de Geopolítica**, v. 9, n. 2, p. 78-91, 2018.

DUCHIADE, André. China e Rússia anunciam parceria ‘sem limites’ em meio a tensões com potências ocidentais. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 fev. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/china-russia-anunciam-parceria-sem-limites-em-meio-tensoes-com-potencias-ocidentais-1-25380470>. Acesso em 1 jul. 2022.

DUGIN, Aleksandr. **Teoria Do Mundo Multipolar**. Portugal: IAEG - Instituto de Altos Estudos em Geopolítica e Ciências, 2012.

ECONOMY, Elizabeth. **The third revolution: Xi Jinping and the new Chinese state**. Oxford University Press, 2018.

ERTHAL, Abdenur Adriana. Navigating the Ripple Effects: Brazil-China Relations in the Light of the Belt and Road Initiative (BRI). **Boletim da Universidade de São Petersburgo. Ciência Política. Relações internacionais**, v. 12, n. 2, 2019.

ESCOBAR, Pepe. RCEP set to supercharge the New Silk Roads. **Asia Times**, Hong Kong, 16 nov. 2020. Disponível em: <https://asiatimes.com/2020/11/rcep-set-to-supercharge-the-new-silk-roads/>. Acesso em 19 jul. 2022.

FAIRBANK, John King. **China: una nueva Historia**. Andrés Bello, 1997.

FAKHOURY, Renato. As Disputas Marítimas no Mar do Sul da China: antecedentes e ações militares no século XXI. **Série Conflitos Internacionais**, Marília, v. 6, n. 1, p. 1-9, fev. 2019.

FARIAS, Helio Caetano; MARTINS, Pedro Mendes. A geoeconomia do desenvolvimento chinês: das Quatro Modernizações à Belt and Road Initiative (BRI). **Mural Internacional**, v. 11, p. 474-80, 2020.

FERNANDES, José P. T. Da geopolítica clássica à geopolítica pós-moderna: entre a ruptura e a continuidade. **Política internacional**. Lisboa, n. 26, p. 161-186, outono-inverno. 2002.

FLOURNOY, Michèle A. How to Prevent a War in Asia. **Foreign Affairs**, 2020.

FOREIGN POLICY. Top 100 Public Intellectuals. **Foreign Policy**, Washington, D. C., 15 mai. 2008. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2008/05/15/top-100-public-intellectuals/>. Acesso em 27 mai. 2022.

DETSCH, Jack; MACKINNON, Amy; GRAMER, Robbie. Putin Announces Military Operation in Ukraine. **Foreign Policy**, Washington, D. C., 15 mai. 2008. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2022/02/23/putin-ukraine-russia-invasion-military-operation/>. Acesso em 5 jul. 2022.

FRANCE 24. US 'lost' the 20-year war in Afghanistan: top US general. **France 24**, Paris, 29 set. 2021. Disponível em: <https://www.france24.com/en/live-news/20210929-us-lost-the-20-year-war-in-afghanistan-top-us-general>. Acesso em 5 jul. 2022.

GASPER, Phil. Afghanistan, the CIA, bin Laden, and the Taliban. **International Socialist Review**, v. 20, p. 2-8, 2001.

GEOPOLITICAL INTELLIGENCE SERVICES. **India nudges China toward Belt and Road changes**. Liechtenstein, 2019. Disponível em: <https://www.gisreportsonline.com/r/belt-road-initiative-dangers/>. Acesso em 7 mar. 2022.

GIELOW, Igor. China desafia EUA com seu primeiro super porta-aviões. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/06/china-desafia-eua-com-seu-primeiro-super-porta-avioes.shtml>. Acesso em: 27 ago. 2022.

GOODIN, Robert E. **The Oxford handbook of political science**. OUP Oxford, 2009.

GRAY, Rob. Rehabilitating Realism Through Mohammed Ayoob's "Subaltern Realism" Theory. **E-International Relations**. Londres, 23, dez. 2020. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2020/12/23/rehabilitating-realism-through-mohammed-ayoobs-subaltern>

[-realism-theory/#:~:text=In%20summary%2C%20Subaltern%20Realism%20is,state%20behaviour%20and%20interstate%20conflict](#). Acesso em: 5 jul. 2022.

GUO, Moruo. The Essence of Reviving the Chinese Nation (复兴民族的真谛). In: **The History of Social Theories in China: The Republic of China**, v. 1, p. 370-372, 2007.

HA, Wei Wei; LIU, Lina. 锐参考·对话(上) | 阎学通:台湾分离主义将是未来中美关系最大的危机. **Cankao Xiaoxi**. Beijing, 24 jun. 2018. Disponível em: <http://ihl.cankaoxiaoxi.com/2018/0624/2283566.shtml>. Acesso em 27 mai. 2022.

HAESBAERT, Rogerio; SANTOS, Milton; BECKER, Bertha Koiffmann. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Concepções de território para entender a desterritorialização. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
https://www.revistamilitar.pt/artigo/1309#_ftnref16. Acesso em 23 jun. 2022.

HUGHES, Christopher. Reclassifying Chinese Nationalism: the geopolitik turn. **Journal of Contemporary China**, v. 20, n. 71, p. 601-620, 2011.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. São Paulo: Objetiva, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DO MAR. **Mar do sul da China: recentes acontecimentos nesta zona de conflitos**. Salvador, 2016. Disponível em: <http://www.ibdmar.org/2016/10/mar-do-sul-da-china-recentes-acontecimentos>. Acesso em: 9 nov. 2020.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The Military Balance 2022**. Londres: Routledge Journals, 2022.

ISHIDA, Yasuyuki. China's OBOR Initiative and Japan's response: The Abe doctrine, Free and Open Indo-Pacific strategy and Japan-India strategic partnership. In: **China-India-Japan in the Indo-Pacific: Ideas, Interests and Infrastructure**, p. 174, 2018.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: O Socialismo do Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.

JIANG, Shigong. Philosophy and history: Interpreting the 'Xi Jinping era 'through Xi's report to the Nineteenth National Congress of the CCP. **Reading the China dream**, v. 19, 2018.

JUNQUEIRA, Philippe Alexandre. A Nova Rota da Seda: uma perspectiva geopolítica do projeto da política externa chinesa. **III Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa – Sudeste**. Niterói, 2019.

KAPLAN, Morton. **O novo grande debate: tradicionalismo contra ciência em Relações Internacionais**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990.

KEAY, John. **China: A history**. Basic Books, 2009.

KENNAN, George. The Sources of Soviet Conduct. **Foreign Affairs**, v. 25, n. 4, p. 566-582, 1947.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. Londres: Longman Publishing, 1997.

KHAN, Mansur Umar. Mackinder's Heartland Theory: Historic Rivalry and the China's Belt and Road Initiative (BRI). **Journal of Security & Strategic Analyses**, v. 7, n. 1, p. 07-33, 2021.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Tradução Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KRISTENSEN, Hans M. e KORDA, Matt. **Status of World Nuclear Forces**. Federation of American Scientists, Washington D. C., 2022. Disponível em <https://fas.org/issues/nuclear-weapons/status-world-nuclear-forces/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

LAO TSÉ. **Dao De Jing**. Tradução de Giorgio Sinedino. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP; 2016.

LAYNE, Christopher. **The peace of illusions: American grand strategy from 1940 to the present**. Nova Iorque: Cornell University Press, 2006.

LEE, Jong-Woon; GRAY, Kevin. Neo-Colonialism in South-South Relations? The Case of China and North Korea. **Development and Change**, v. 47, n. 2, p. 293-316, 2016.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. Boitempo Editorial, 2021.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora, v. 34, p. 260, 1999.

LEXICO. **Meaning of anemocracy in English**. Oxford, 2022. Disponível em: <https://www.lexico.com/definicion/anemocracy>. Acesso em 31 mai. 2022.

LIU, Mingfu. **The China dream: Great power thinking & strategic posture in the post-American era**. Beijing: CN Times Books, 2015.

LIVINGSTONE, D. N. **Putting science in its place: geographies of scientific knowledge**. University of Chicago Press, 2003.

LOSURDO, Domenico. **Fuga da história? a Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje**. Revan, 2004.

LOWY INSTITUTE. **ASIA POWER INDEX**. Sydney, 2021. Disponível em: <https://power.lowyinstitute.org/>. Acesso em 18 jun. 2022.

LUTTWAK, Edward N. From geopolitics to geo-economics: Logic of conflict, grammar of commerce. **The national interest**, n. 20, p. 17-23, 1990.

LUTTWAK, Edward N. **The rise of China vs. the logic of strategy**. Harvard University Press, 2012.

LUTTWAK, Edward N. **Turbocapitalismo: perdedores e ganhadores na economia globalizada**. Tradução de Maria Abramo Caldeira Brant e Gustavo Steinberg. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

LYRIO, Mauricio. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

MACKINDER, Halford J. The geographical pivot of history (1904). **The geographical journal**, v. 170, n. 4, p. 298-321, 2004.

MADDISON, Angus. **Chinese Economic Perform in the Long Run**. 2. ed. Paris: OECD Development Centre Studies, 2007.

MAGNO, Bruno. **Revolução Nacional e guerra prolongada na China: análise estratégica e operacional da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. p. 166, 2018.

MAGNOLI, Demétrio. A China vota vermelho. **Jornal O Globo**. 2 nov. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaao/a-china-vota-vermelho-24722636>. Acesso em 28 jun. 2022.

MAHBUBANI, Kishore. **A China Venceu?**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2021.

MANAGING Sino-US Strategic Competition. [S.l.:s.n.], 2022. 1 vídeo (71 min). Publicado pelo canal Rafael Queiroz Alves. Disponível em: https://youtu.be/cukTCSH_oZM. Acesso em: 1 jul. 2022.

MAO, Ruipeng. **China's growing engagement with the UNDS as an emerging nation: Changing rationales, funding preferences and future trends**. Discussion Paper, 2020.

MAO, Tsé-Tung. **O Livro Vermelho**. São Paulo, Martin Claret, 2002.

MAO, Tsé-Tung. **Obras Escolhidas de Mao Tsé-Tung**. Edições em Línguas Estrangeiras, 1969.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Política internacional, relações internacionais e economia política internacional: possibilidades de diálogo. **Texto para Discussão**, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Boitempo Editorial, 2015.

MATOS, Alex Sander Gadas de. **Da Geopolítica para a Geoeconomia**. Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2008.

MEARSHEIMER, John J. “Better to Be Godzilla than Bambi.” **Foreign Policy**, Washington. D. C., v. 146, p. 47–48, 2005.

MEARSHEIMER, John J. Bound to fail: The rise and fall of the liberal international order. **International Security**, v. 43, n. 4, p. 7-50, 2019.

MEARSHEIMER, John J. Can China Rise Peacefully? **The National Interest**, Washington, D. C. out. 2014a. Disponível em: <https://nationalinterest.org/commentary/can-china-rise-peace-fully-10204>.

MEARSHEIMER, John J. China's unpeaceful rise. **The realism reader**, v. 105, n. 690, p. 464, 2014b.

MEARSHEIMER, John J. Donald Trump should embrace a realist foreign policy. **The National Interest**, Washington, D. C., nov., 2016. Disponível em: <http://nationalinterest.org/feature/donald-trump-should-embrace-realist-foreign-policy-18502>.

MEARSHEIMER, John J. John Mearsheimer on Power as the Currency of International Relations, Disciplining US Foreign Policy, and Being an Independent Variable. **Theory Talks**, Copenhagen, 24 jun. 2012. Disponível em: <http://www.theory-talks.org/2012/06/theory-talk-49.html>.

MEARSHEIMER, John J. Taiwan's dire straits. **The National Interest**, Washington, D. C., n. 130, p. 29-39, 2014c.

MEARSHEIMER, John J. **The Great Delusion**: Liberal dreams and international realities. Yale University Press, 2018.

MEARSHEIMER, John J. The gathering storm: China's challenge to US power in Asia. **The Chinese journal of international politics**, v. 3, n. 4, p. 381-396, 2010.

MEARSHEIMER, John J. The inevitable rivalry: America, China, and the tragedy of great-power politics. **Foreign Affairs**, v. 100, p. 48, 2021.

MEARSHEIMER, John J. **The Rise of China and the Decline of the US Army**. US Army War College, 2013.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton & Company, 2001.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem Medo da Geopolítica?**. Editora Hucitec, 1999.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **History Speaks - What is the history of China's sovereignty over Tibet?**. Beijing, 2022. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/ce/cegv/eng/premade/60544/History1.htm>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime**

Silk Road. Beijing, 2015. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/eng/topics_665678/2015zt/xjpcxbayzlt2015nnh/201503/t20150328_705553.html. Acesso em: 10 jul. 2022.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. **Annablume**, 2009.

MOREIRA, RUY. **A Rodada Socialista: A Experiência de Sociedade e Transição Socialista na URSS, China e Cuba**. Editora Consequência. 2017.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

NYE, Joseph S. **Soft power: The means to success in world politics**. Public affairs, 2004.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **China**. Massachusetts, 2019. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/chn>. Acesso em: 3 jan. 2022.

OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE. **Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China**. Arlington, p. 1-42, 2018. Disponível em: <https://media.defense.gov/2018/Aug/16/2001955282/-1/-1/1/2018-CHINA-MILITARY-POWER-REPORT.PDF>.

PÄR, NYRÉN. China's Liberal Hawk: Yan Xuetong's Vision for Chinese Benevolent Dominance. **The Diplomat**. Washington, D.C., 28 jun. 2019. Disponível em: <https://thediplomat.com/2019/06/chinas-liberal-hawk-yan-xuetongs-vision-for-chinese-benevolent-dominance/>. Acesso em 27 mai. 2022.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. **Clausewitz e a política: uma leitura de 'Da Guerra'**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. INTERNO E INTERNACIONAL: fronteiras, continuidades ou semelhanças? Notas sobre Gramsci e Waltz relacionadas ao Terceiro Debate Teórico em Relações Internacionais. **INFORME ECONÔMICO (UFPI)**, v. 33, n. 3, 2014.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Interregno hegemônico? Uma avaliação sobre a hegemonia dos Estados Unidos a partir da análise das relações de força dos cadernos carcerários de Gramsci. **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 56, n. 2, 2019.

PAULINO, Luis Antonio. **Existe uma China e Taiwan é parte dela**. Portal Bonifácio, [S.I.], 2021. Disponível em: <https://bonifacio.net.br/existe-uma-china-e-taiwan-e-parte-dela/>. Acesso em 14 jun. 2022.

PAULINO, Luis Antonio e PIRES, Marcos Cordeiro. Reflexões sobre hegemonia e a política internacional da China: a iniciativa “cinturão e rota” como uma estratégia de desenvolvimento pacífico. Revista Dossier: **Evolución de Política Exterior de China para América Latina**, Argentina, n. 53, p. 207-228, 2017.

PAUTASSO, Diego et al. A iniciativa do cinturão e rota e os dilemas da América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, n. 24, p. 77-106, 2020.

PAUTASSO, Diego; UNGARETTI, Carlos Renato. A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 4, n. 3, p. 25-44, 2016.

PAUTASSO, Diego. A Nova Rota da Seda e seus desafios securitários: os Estados Unidos e a contenção do eixo Sino-Russo. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 7, n. 2, p. 85-100, 2019.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Geopolítica e Geoeconomia: história e atualidade no pensamento de Zbigniew Brzezinski. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 23, n. 3, 2017.

PIRES, Marcos Cordeiro. A reconstrução da hegemonia da China na Ásia. **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, v. 26, 2011.

PIRES, Marcos Cordeiro. Desenvolvimento Pacífico Chinês frente à estratégia de “um século americano no Pacífico”/Chinese Pacific front development strategy" an American century in the Pacific". **Brazilian Journal of International Relations**, v. 2, n. 3, p. 463-482, 2013.

PIRES, Marcos Cordeiro; MATTOS, Thaís Caroline Lacerda. A concepção de excepcionalidade na consciência social de Estados Unidos e China como elemento para a reflexão sobre disputas hegemônicas. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 7, n. 3, p. 551-580, 2018.

PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antonio. Reflexões sobre hegemonia e a política internacional da China: a iniciativa “cinturão e rota” como uma estratégia de desenvolvimento pacífico. **Relaciones Internacionales**, 2017.

POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

POWER, John. US freedom of navigation patrols in South China Sea hit record high in 2019. **South China Morning Post**. Hong Kong, 2020. Disponível em: <https://www.scmp.com/week-asia/politics/article/3048967/us-freedom-navigation-patrols-south-china-sea-hit-record-high>. Acesso em: 1 abr. 2020.

QIN, Yaqing. A Chinese school of international relations theory: possibility and inevitability. **World Economics and Politics**, v. 3, p. 7-13, 2006.

QIN, Yaqing. A relational theory of world politics. **International Studies Review**, v. 18, n. 1, p. 33-47, 2016.

QIN, Yaqing. Development of international relations theory in China. **International Studies**, v. 46, n. 1-2, p. 185-201, 2009.

QIN, Yaqing. Why is there no Chinese international relations theory?. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 7, n. 3, p. 313-340, 2007.

REN, Xiao. Grown from within: Building a Chinese school of international relations. **The Pacific Review**, v. 33, n. 3-4, p. 386-412, 2020.

RINALDI, Patrícia Nogueira; PIRES, Desirée Almeida. International Organizations and Change in World Orders in Coxian Critical Theory: A View from China in the United Nations. **OIKOS** (Rio de Janeiro), v. 20, n. 2, 2021.

RONFELDT, David F.; ARQUILLA, John. **Networks and Netwars**. Rand, 2001.

ROSALES, Osvaldo. **El sueño chino: cómo se ve China a sí misma y cómo nos equivocamos los occidentales al interpretarla**. Siglo XXI Editores, 2020.

RUDD, Kevin. The Avoidable War: Reflections on US-China Relations and the End of Strategic Engagement. **Asia Society Policy Institute**, p. 2019-01, 2019.

SANJUAN, Thierry et al. **Comprender a China Contemporânea: Um Dicionário**. São Paulo: Edições 70, 2009.

SANTOS, Eduardo Eugénio Silvestre dos. A “Guerra Esquecida” – Coreia 1950-1953. *Revista Militar*. Lisboa, nº 2599/2600, ago-set, 2018. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1339>. Acesso em 15 jun. 2022.

SAVIN, Leonin. China and Multipolarity. **Geopolitika.ru**. Moscou, 2018. Disponível em: <https://www.geopolitika.ru/en/article/china-and-multipolarity>. Acesso em: 30 abr. 2020.

SERRANO, Luiz Roberto. A China manda os seus recados. **Jornal da USP**. São Paulo, 2 jul. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/a-china-manda-os-seus-recados/>. Acesso em 12 jun. 2022.

SHAN, Wenhua. **Normative Readings of the Belt and Road Initiative Road to New Paradigms**. Springer, 2018.

SHI Yinhong. ‘一带一路’: 祈愿审慎. In: **Yi dai yi lu yu zhong guo fa zhan zhan lue**, Beijing: China Social Sciences Press, 2017.

SHU, Silvana Shiw Shyan et al. **A inserção internacional da China no pós-Guerra Fria**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica/Universidade Estadual Paulista/Universidade Estadual de Campinas, SP, p. 115, 2005.

SINGER, J. David et al. Capability distribution, uncertainty, and major power war, 1820-1965. **Peace, war, and numbers**, v. 19, n. 48, p. 9, 1972.

SPENCE, Jonathan D. **The search for modern China**. WW Norton & Company, 1990.

SPUTNIK NEWS. China envia tropas para sua primeira base militar estrangeira. **Sputnik**, Moscou, 2017. Disponível em: <https://sptnkne.ws/eSTQ>. Acesso em: 24 jun. 2022.

SPYKMAN, Nicholas J. **America's Strategy in World Politics - The United States and the Balance of Power**. New York: Harcourt, 1942.

SPYKMAN, Nicholas J. **Estados Unidos frente al mundo**. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1944.

SPYKMAN, Nicholas John et al. **Geography of the Peace**. Harcourt Brace & Co., 1944.

STAIANO, María Francesca; BORDAZAR, Laura Bogado. Las Teorías de las Relaciones internacionales con "características chinas" y su implicancia para América Latina. **Relaciones internacionales**, v. 26, n. 53, p. 134-148, 2017.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **SIPRI Military Expenditure Database**. Estocolmo, 2022. Disponível em: <https://milex.sipri.org/sipri>. Acesso em 18 jun. 2022.

SUN TZU. **A arte da guerra**. Tradução de Pedro Manuel Soares. Editora Principis, 2020.

TANG, Shiping. **The social evolution of international politics**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

TIAN, Nan et al. Trends in World Military Expenditure. **Stockholm International Peace Research Institute**, [S. I.], 2017. Disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/Trends-world-military-expenditure-2016.pdf>.

TOMÉ, Luis. O conflito China-Japão sobre as Ilhas Senkaku/Diaoyu. **JANUS 2013-As incertezas da Europa**, p. 14-15, 2013.

VAZ-PINTO, Raquel. A Guerra Sino-Japonesa e o fim da República da China. **Relações Internacionais (R.I.)**, n. 48, p. 171-174, 2015.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas: as representações do século XXI**. Contexto, 2000.

VILAÇA, Guilherme Vasconcelos. Strengthening the Cultural and Normative Foundations of the Belt and Road Initiative: The Colombo Plan, Yan Xuetong and Chinese Ancient Thought. In: **Normative Readings of the Belt and Road Initiative**. Springer, Cham, 2018. p. 7-41.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MELCHIONNA, Helena Hoppen. **A Revolução Coreana: o desconhecido socialismo Zuche**. Editora UNESP, 2018.

WALTZ, Kenneth Neal. **Man, the state, and war: A theoretical analysis**. Columbia University Press, 2001.

WALTZ, Kenneth N. **Reflections on Theory of Neorealism and its Critics**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1986.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. Waveland Press, 2010.

WALTZ, Kenneth N. Why Iran should get the bomb: Nuclear balancing would mean stability. **Foreign Affairs**, p. 2-5, 2012.

WANG, Jisi. China's search for a grand strategy: A rising great power finds its way. **Foreign Affairs**, p. 68-79, 2011.

WANG, Jisi. “西进”, 中国地缘战略的再平衡. **Huanqiu**. Beijing, 17 out. 2012. Disponível em: <https://opinion.huanqiu.com/article/9CaKrnJxoLS>. Acesso em 19 jul. 2022.

WILSON CENTER. **JOINT COMMUNIQUE BETWEEN THE UNITED STATES AND CHINA**. Washington D. C., 1972. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/121325>. Acesso em: 14 jun. 2022.

WILSON, Jeanne L. Are Russia and China revisionist states? **The Asia Dialogue**, Nottingham, 11 jun. 2019. Disponível em: <https://theasiadialogue.com/2019/06/11/are-russia-and-china-revisionist-states>. Acesso em: 28 abr. 2020.

WORLD BANK. **China Data**. Washington D. C., 2020a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/china>. Acesso em: 13 abr. 2022.

WORLD BANK. **GDP, PPP (current international \$) - China, United States**. Washington D. C., 2020b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.PP.CD?contextual=default&locations=CN-US>. Acesso em: 26 jun. 2022.

WORLD BANK. **Japan Data**. Washington D. C., 2020c. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/japan>. Acesso em: 13 abr. 2022.

WORLD BANK. **Russia Data**. Washington D. C., 2020d. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/russian-federation>. Acesso em: 13 abr. 2022.

WORLD BANK. **United States Data**. Washington D. C., 2020e. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/russian-federation>. Acesso em: 26 jun. 2022.

XI, Jinping. **A Governança da China**. Beijing: Foreign Language Press, v. 1, 2019.

XI, Jinping. **A Governança da China**. Beijing: Foreign Language Press, v. 2, 2019.

XIANGRONG, Dong. The Silk Road spirit. In: **Routledge Handbook of the Belt and Road**. Londres: Routledge, 2019. p. 80-85.

XINHUA. **Edições brasileiras do livro "Xi Jinping: A Governança da China" são lançadas em São Paulo**. Beijing, 30 out. 2019. Disponível em: http://portuguese.xinhuanet.com/2019-10/30/c_138515530.htm. Acesso em 22 jun. 2022.

XINHUA. **Pensamento de Xi é consagrado na Constituição da China**. Beijing, 11 mar. 2018. Disponível em: http://portuguese.xinhuanet.com/2018-03/11/c_137032019.htm. Acesso em 22 jun. 2022.

XINHUA. Work Together to Build a Community of Shared Future for Mankind. **Xinhua**, Beijing, 19 jan. 2017. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2017-01/19/c_135994707.htm. Acesso em 19 maio 2019.

YAN, Xuetong. **Ancient Chinese thought, modern Chinese power**. Princeton University Press, 2013.

YAN, Xuetong. China's New Foreign Policy: Not Conflict But Convergence Of Interests. **New Perspectives Quarterly**, v. 31, n. 2, p. 46-48, 2014a.

YAN, Xuetong. Chinese values vs. liberalism: what ideology will shape the international normative order?. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 11, n. 1, p. 1-22, 2018.

YAN, Xuetong. For a new bipolarity: China and Russia vs. America. **New Perspectives Quarterly**, v. 30, n. 2, p. 12-15, 2013.

YAN, Xuetong. From keeping a low profile to striving for achievement. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 7, n. 2, p. 153-184, 2014b.

YAN, Xuetong. How China Can Defeat America. **New York Times**, v. 20, 2011.

YAN, Xuetong. **Leadership and the rise of great powers**. Princeton University Press, 2019.

YAN, Xuetong. Political leadership and power redistribution. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 9, n. 1, p. 1-26, 2016.

YAN, Xuetong. Silk road economic belt shows China's new strategic direction: Promoting integration with its neighbors. **Carnegie-Tsinghua Center for Global Policy**, February, v. 27, 2014c.

YAN, Xuetong. The instability of China-US relations. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 3, n. 3, p. 263-292, 2010.

YAN, Xuetong. The rise of China and its power status. **The Chinese journal of international politics**, v. 1, n. 1, p. 5-33, 2006.

YAN, Xuetong. The Shift of the World Centre and its Impact on the Change of the International System. **East Asia**, v. 30, n. 3, p. 217-235, 2013.

YAN, Xuetong. Xun Zi's thoughts on international politics and their implications. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 2, n. 1, p. 135-165, 2008.

YAN, Xuetong; QI, Haixia. Football game rather than boxing match: China-US intensifying rivalry does not amount to cold war. **Chinese Journal of International Politics**, v. 5, n. 2, p. 105-127, 2012.

YANG, Daqing. The challenges of the Nanjing Massacre. In: **The Nanjing Massacre in history and historiography**, v. 2, p. 133, 2000.

YI DAI YI LU. 已同中国签订共建“一带一路”合作文件的国家一览. Belt and Road Portal – Yi Dai Yi Lu. Beijing, 2 jul. 2022. Disponível em: https://www.yidaiyilu.gov.cn/info/iList.jsp?tm_id=126&cat_id=10122&info_id=77298. Acesso em 8 jul. 2022.

YIN, Zhiguang. Clashes of Universalisms: Xinjiang, Tianxia and Changing World Order in the Nineteenth Century. **Rowman & Littlefield International**, 2018.

ZAMOYSKI, Adam. Varsovia 1920. **El intento fallido de Lenin de conquistar Europa**, Siglo XXI, Madrid, p. 1918-1920, 2008.

ZHAO, Shujing. 为学为教为师 越纯粹越坚持 ——记2015年清华大学优秀共产党员阎学通. **Tsinghua University**, Beijing, 7 mar. 2015. Disponível em: <https://www.tsinghua.edu.cn/info/1774/72043.htm>. Acesso em 27 mai. 2022.

ZHAO, Tingyang. A Political World Philosophy in terms of All-under-heaven (Tian-xia). **Diogenes**, v. 56, n. 1, p. 5-18, 2009.

ZHAO, Tingyang. **Redefining a philosophy for world governance**. Singapore: Palgrave Macmillan, 2019.

ZHAO, Tingyang. Rethinking Empire from a Chinese Concept ‘All-under-Heaven’ (Tian-xia). **Social Identities**, v. 12, n. 1, p. 29-41, 2006.

ZHAO, Tingyang. The “China dream” in question. **Economic and Political Studies**, v. 2, n. 1, p. 127-142, 2014.